UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FERNANDO JORGE DOS SANTOS FARIAS

DALCÍDIO JURANDIR E A EDUCAÇÃO:
De letrado provinciano a intelectual nacional

SÃO PAULO

2018

Fernando Jorge dos Santos Farias

DALCÍDIO JURANDIR E A EDUCAÇÃO:
De letrado provinciano à intelectual nacional

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: História da Educação e Historiografia.

Orientadora: Profa. Dr. Dislane Zerbinatti Moraes.

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

SÃO PAULO

2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Versão Corrigida

37(81) Farias, Fernando Jorge dos Santos

F224d Dalcídio Jurandir e a Educação: de letrado provinciano à intelectual nacional / Fernando Jorge dos Santos Farias; orientação Dislane Zerbinatti Moraes. São Paulo: s.n., 2017.

175 p. ils.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: História da Educação e Historiografia) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. História da Educação 2. Fontes literárias 3. Educação 4. Intelectuais
5. Jurandir, Dalcídio, 1909-1979 I. Moraes, Dislane Zerbinatti, orient.

Fernando Jorge dos Santos Farias

DALCÍDIO JURANDIR E A EDUCAÇÃO:
De letrado provinciano a intelectual nacional

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Data da defesa: 31/01/ 2018 - (Horário: 14:00)

Banca Examinadora:

Prof^ª Dra. Dislane Zerbinatti Moraes - USP (Orientadora)

Prof^ª Dra. Denice Barbara Catani - USP

Prof^ª Dra. Josebel Akel Fares - UEPA

Prof. Dr. Paulo Jorge Martins Nunes - UNAMA

Prof^ª Dr. Bruno Bontempi Júnior - USP

Suplentes:

Prof^ª Dra. AnaMaria Gonçalves Bueno de Freitas - UFS

Prof^ª Dra. Neide Luzia de Rezende - USP

Prof^ª Dra. Marli Tereza Furtado – UFPA

Prof^ª Dr. Rogério de Almeida - USP

Prof. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro - UFI

À Roseane Rabelo, amor constante, parceira confiante.
À Faustina Farias e Messias Farias, tesouros inestimáveis.
Ao Calixto Nazareno e Messias Santos, irmãos referências.
À Darianne, Andréa Carolina e ao Emmanuel: sutis presenças de Deus.
A eles meu amor e gratidão. Sempre.

AGRADECIMENTOS

Ao objetivar manifestar meus agradecimentos no *nível mais profundo* como àquele comentado por António Nóvoa quando resgatara as reflexões de São Tomás de Aquino em seu *Tratado da Gratidão*, começo por dizer *muito obrigado* ao meu núcleo familiar formado por Roseane (esposa), Sra. Faustina (mãe), Sr. Messias (pai), Calixto e Messias (irmãos), Andréa Carolina (afilhada), Emmanuel (filho), D. Maria (sogra-mãe), Pr. Dário Alexandre (primo), Wladimir e Hermógenes Farias (tios). Serei sempre grato por serem meus alicerces em tempos bons e difíceis.

Esse mesmo *fico obrigado perante vós* se estende a profa. Dislane Zerbinatti, orientadora da pesquisa, pelos desafios propostos com a orientação; aos professores com quem convivi na Pós-Graduação da USP, em especial Denice Catani, Rogério de Almeida, Pere Solà, Maurilane Biccass e Silvia Finocchio; aos funcionários da Casa de Osvaldo Cruz, Fundação Casa de Rui Barbosa, Biblioteca Nacional, Arquivo e Biblioteca Pública do Pará, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Brasileiros e Biblioteca da FEUSP; à Carmen Gomory, pela gentileza em me receber na Casa de Cultura Dalcídio Jurandir e autorizar a consulta dos documentos presentes no acervo; à Margot e Miriam Benicass, pelas gentis correspondências sempre atendidas; ao José Varell, Paulo Nunes e Tayana Barbosa pelas cartas cedidas, pelas informações prestadas, pelo conhecimento compartilhado.

Além dessas pessoas e instituições, o tempo de convívio *me deixou obrigado* a um outro agrupamento também importante: à Bel Fares, exemplo de educação sempre compartilhada; Darcel Andrade, amigo que se foi, mas que continua em nós; Luiz Alves, Meg Ferreira, Caroline Septimio e Pr. Peter, amigos, companheiros na fé; Plínio Falcão, Wilker Solidade e Dona Cláudia, amigos feitos em São Paulo; Pr. James e Silvia Misse, Kátia Safra e Carlos Tacola, Cláudio e Helena Carlini, Dona Zefinha, Moisés Lima e toda família IECUSP, amigos e irmãos perseverante no amor a Deus e no cuidado com as pessoas; Thais Surian, Marta Rocha, Arlete dos Santos, Jaqueline Oliveira, Patrícia Aparecida, Silmara de Fátima e Fernando Henrique, colegas de pesquisa sempre dispostos a trocar conhecimentos; Selma Nishimura, Teresa Manrique e Nancy Mieko do HU, assim como meus colegas professores UFPA-Altamira por se colocarem compreensivos, em acolhida na dificuldade.

Por fim, *fico comprometido* com o CNPq que custeou a pesquisa a tornando possível, e, acima de tudo, com o Deus Altíssimo, que me sustentou, e tornou realidade um sonho sonhado um dia, sob o auxílio de um carocinho de tucumã...

RESUMO

FARIAS, Fernando Jorge dos Santos. *Dalcídio Jurandir e a Educação: de letrado provinciano a intelectual nacional*. 175f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

A pesquisa compreendeu as observações e proposições de Dalcídio Jurandir, intelectual brasileiro, em particular aquelas ligadas ao campo educacional, resultantes de sua atuação junto a revista *Escola*, a inspetoria escolar, a educação sanitária e sua participação no I Congresso Brasileiro de Escritores. Por meio de um estudo bibliográfico, documental e aproximado a uma baliza teórico-metodológica representada pelas formulações de Carlo Ginzburg, Mikhail Bakhtin, Pierre Bourdieu, Antonio Gramsci e Serge Gruzinski, a investigação se voltou, em um primeiro momento, as origens de sua família e aos prováveis condicionantes que o levaram a uma vida profissional norteada ao campo literário, ao campo educacional, em especial na década de 1920. Na sequência, enquadraram-se diferentes colaborações desse intelectual, com destaque as produções encontradas na revista *Escola*, entre 1934 e 1935, além da atuação como inspetor escolar, no ano de 1939, no interior do estado do Pará. Alusivo aos anos 40, rastreou-se o momento em que atingiu relativa consagração no campo literário nacional, coisa que o credenciou, em grande parte, a participar do I Congresso Brasileiro de Escritores e a atuar no Serviço Especial de Saúde Pública, no setor de educação sanitária. Como possíveis resultados e contribuições advindas do estudo, destaca-se a formação inicial de Dalcídio como *artista indigente*, um intelectual distante dos considerados epicentros culturais, fruto das condições políticas e econômicas decadentes que o Pará e o Brasil se encontravam, e que, aos poucos, passou por uma reconversão de capital e conseguiu sustar parte da situação difícil que estava inserido. Nessa alteração, o ingresso no serviço público representou a mudança necessária de sua condição entre à intelectualidade que, progressivamente, legitimou sua migração para a condição de *funcionário-escritor*. Colaborando em diferentes jornais e revistas brasileiras, Dalcídio Jurandir, já na altura dos anos 40, tem outro deslocamento de sua posição e atinge a condição de intelectual nacional, um *jornalista-militante*, intelectual relativamente consagrado, vencedor de expressivo prêmio literário que, diante do novo e favorável momento, articulou e participou do I Congresso Brasileiro de Escritores, assim como desenvolveu trabalhos de educação sanitária junto ao Serviço Especial de Saúde Pública.

Palavras-Chave: História da Educação. Revista Escolar. Fontes Literárias. Intelectuais na Educação. Dalcídio Jurandir.

ABSTRACT

FARIAS, Fernando Jorge dos Santos. *Dalcídio Jurandir and Education: from provincial literate to national intellectual*. 175f. Thesis (Doctorate). Graduate Program in Education at the University of São Paulo. São Paulo, 2017.

The research sought to understand the observations and propositions of Dalcídio Jurandir, Brazilian intellectual, in particular those related to the educational field which resulted from his work at the magazine *Escola*, at school inspectorate, in health education and his participation in the 1st Brazilian Congress of Writers. By means of a bibliographic and documentary study and guided by a theoretical-methodological landmark associated with the ideas of Carlo Ginzburg, Mikhail Bakhtin, Pierre Bourdieu, Antonio Gramsci and Serge Gruzinski, the research turned, in a first moment, to the origins of his family and the likely conditions that led him to a career guided to the literary and educational fields. As a result, several of his productions were approached, emphasis being given to those found in the magazine *Escola*, between 1934 and 1935, as well as to his office as a school inspector in the year 1939, in the state of Pará. Depicting the 1940s, we delineated the moment when he acquired relative acclaim on the national literary field, which accredited him, in large part, to attend the 1st Brazilian Congress of Writers and to work at the Special Service of Public Health in the field of health education. As possible results and contributions of this study is the portrayal of the early formation of Dalcídio Jurandir as an *indigent artist*, an intellectual apart from the great cultural centers, as a result of the declining political and economic conditions in which Pará and Brazil were involved, that gradually went through a reconversion of capital that managed to relieve part of the difficulties of the situation. In this transition, his entry into public service represented the necessary change of his condition among the intelligentsia that legitimized his migration to the condition of *functionary-writer*. Collaborating in different Brazilian newspapers and magazines in the 40s, Dalcídio Jurandir had a new offset of his position and reached the status of national intellectual, a *journalist-activist* relatively consecrated, awarded an expressive literary distinction and that, in face of the new and favorable time, articulated and participated in the 1st Brazilian Congress of Writers, and developed health education activities along the Special Service of Public health.

Keywords: History of education. School Magazine. Literary Sources. Intellectuals in education. Dalcídio Jurandir.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

<i>Primeiros contornos</i>	11
<i>Diálogos com estudos dalcidianos</i>	12
<i>Fontes de pesquisa</i>	16
<i>Caminhos teórico-metodológicos</i>	17

CAPÍTULO 1 – ANTECEDENTES, TRAJETÓRIA FORMATIVA

1.1 – Da Família a Alfredo Pereira, pai de Dalcídio.....	22
1.2 – Transformações sociais, políticas, econômicas.....	26
1.3 – Margarida Ramos: a valorosa negra mãe de Dalcídio.....	29
1.4 – Dalcídio Ramos Pereira, intelectual em formação.....	32

CAPÍTULO 2 - O FUNCIONÁRIO-ESCRITOR NA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

2.1– Anos 30, outras disposições.....	45
2.2 – O Intelectual na Diretoria de Educação e Ensino.....	57
2.3 – Artigos, resenhas e produções literárias na Era Vargas	64
2.4 – Entre jornais, revistas e a inspeção escolar.....	74

CAPÍTULO 3 - ACOMODAÇÕES E RUPTURAS COM O GOVERNO

3.1 – O início dos anos 40, a estreia no romance.....	95
3.2 – Dalcídio Jurandir, intelectual no jornalismo político.....	109
3.3 – Educação no I Congresso Brasileiro de Escritores.....	124
3.4 – Contribuições à Educação Sanitária, o afastamento do Governo.....	137

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	157
------------------	-----

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Primeiros contornos

A pesquisa *Dalcídio Jurandir e a Educação: de letrado provinciano a intelectual nacional* surgiu da necessidade de se compreender Dalcídio Ramos Pereira, o intelectual brasileiro Dalcídio Jurandir, em seu processo formativo, suas atuações profissionais nos postos públicos além das atividades que desenvolveu no Estado do Pará, Rio de Janeiro e São Paulo, relacionadas a educação. Tudo isso por se julgar que esse brasileiro, em certa medida, foi formado e influenciou no conjunto de ideias e ações político-estético-educacionais, principalmente aquelas que circularam no Brasil em grande parte do século XX.

No serviço público, atuou como secretário na Intendência de Gurupá (PA), técnico-administrativo na Diretoria de Educação e Ensino (sendo secretário da revista *Escola*), inspetor escolar, secretário na Delegacia de Recenseamento em Santarém (PA) e por fim técnico-propagandista de educação sanitária junto a um grupo de intelectuais, médicos e sanitaristas contratados pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) para combater a diferentes doenças na Amazônia. Além dessas atividades ligadas diretamente ao Estado, Dalcídio Jurandir também apresentou tese sobre o analfabetismo no Brasil no I Congresso Brasileiro de Escritores, bem como foi professor particular em uma localidade do estado do Pará e prestou auxílio a professores em pequenas escolas na periferia da capital do Estado, Belém.

Concomitantemente a essas atividades ligadas propriamente a educação escolar, aos poucos Dalcídio Jurandir foi se constituindo jornalista, militante do P.C.B, romancista e crítico literário dentre outras funções quase todas ligadas ao jornalismo, à literatura. Esse último campo, por sinal, constitui parte destacável de sua contribuição para a cultura brasileira, o que lhe rendeu quatro consideráveis prêmios: o prêmio Vecchi-Dom Casmurro, em 1940, com a eleição do romance *Chove nos campos de Cachoeira* como a melhor obra eleita pela editora Vecchi e pelo jornal Dom Casmurro; os prêmios Paula de Brito (da Biblioteca do Estado da Guanabara) e o Luiza Cláudio de Sousa (ofertado pelo Pen Club), ambos referente a premiação do romance *Belém do Grão-Pará*; Por fim, o prêmio Machado de Assis, ofertado pela Academia Brasileira de Letras em consideração ao conjunto de sua obra, em 1972, em um momento em que Dalcídio Jurandir já tinha publicado praticamente quase todo o conjunto

Imagem 1: Dalcídio Jurandir na Academia Brasileira de Letras. Cerimônia de entrega do Prêmio Machado de Assis, 1972. Fonte: NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy & PEREIRA, Soraia R. (Orgs.). *Dalcídio Jurandir: romancista da Amazônia*, 2006, p.56.

romanesco que elaborou, o *Ciclo Extremo-Norte*, e era considerado por expressiva parcela da crítica como um grande romancista, exemplar escritor da Amazônia, um intelectual nacional.

Diálogos com estudos dalcidianos

Mesmo com esse legado considerável e com tais premiações, foi somente na virada do século XX para o XXI que houve, efetivamente, um movimento em torno da vida e obra de Dalcídio Jurandir. Sobre essa questão, Josebel Fares¹, professora pioneira nos estudos de literatura de expressão amazônica, expressa ser recente, especialmente no Pará, o desencadear de um movimento acadêmico de pesquisadores (muitos brasileiros, outros estrangeiros), que se voltaram a orientar teses, dissertações, monografias e a escrever artigos e ensaios, a fazer leituras críticas das obras de Dalcídio².

Como exemplo inicial desses investimentos tem-se a análise de Marli Furtado³ que enquadrou a recriação literária do cenário amazônico, empreendida por Dalcídio, entre 1939 e 1978, como necessidade de desvelar uma Amazônia pós-auge da borracha diferente daquela ilustrada pela tradição literária, habitualmente grandiosa em imagens e coisas. Ao operar nessa perspectiva, Marli Furtado entende que Dalcídio se afastou da tradição naturalista e se aproximou das construções literárias modernas, principalmente quando se observa em sua composição literária elementos como a derruição, o cenário e as pessoas esfaceladas ante a crise econômica na Amazônia, impactada pelas consequências da quebra econômica do comércio da borracha no início do século XX.

Relativamente próxima à proposta de Marli Furtado, Olinda Assmar⁴ procurou analisar uma tenuidade bastante delicada na obra do escritor paraense: a polêmica acerca da literatura ancorada ora no documental, ora no literário, o que a leva a apreciação das

¹ Sobre os estudos de Josebel Fares, Cf.: FARES, Josebel A. Dos Campos de Cachoeira a Belém do Grão-Pará: Encontro de vozes em Dalcídio Jurandir. In: *Leitura: Teoria & Prática*. Campinas, SP: ALB, São Paulo: Global Editora, 2005 (ano 23, n. 44). Cf. também o trabalho pioneiro de FARES, Josebel Akel; FARES, Josse; NUNES, Paulo; VINAS, Rey. *Texto e Pretexto: experiência de educação contextualizada a partir da literatura feita por autores paraenses*. Belém: SEMEC, 1988. Nessa primeira citação de um trabalho acadêmico registra-se a utilização do sistema-numérico (ABNT/NBR 10520:2002) e a opção, independente de se tratar de citação longa ou curta, da diferenciação somente com itálico.

² Neste celeiro merece destaque o(s) estudo(s) de José Artur Bogéa, Paulo Nunes, Josebel Fares, Marli Furtado, Ernani Chaves, Josse Fares, Gunther Presler, Rosa Assis, Zélia Amador, Elizabeth Vidal, Silvio Holanda, Edilson Pantoja, José Guilherme Júnior, José Alonso Freire, Paulo Ornela, Dirce Nascimento, sem deixar de lembrar trabalhos pioneiros, na década de 1980, das professoras Enilda Newman Alves (defendido na PUC/RJ) e Olinda Batista Assmar (defendido na UFRJ), e de alguns importantes críticos, entre os quais ressalta-se Benedito Nunes, Pedro Maligo, Audemaro Taranto Goulart e Wille Bolle. Para um conhecimento mais amplo de estudos, eventos e manifestações culturais em torno da vida e obra de Dalcídio Jurandir. Cf.: www.dalcidiojurandir.com.br e PRESSLER, Gunter Karl; SANTOS NETO, Mário, MENEZES, Flávia. *Dalcídio Jurandir - Bibliografia Geral e Estudos Críticos*. La Coruña, España: SMD, 2014 (eBook).

³ FURTADO, Marli Tereza. *Universo Derruído e Corrosão do Herói em Dalcídio Jurandir*. UNICAMP. Tese de doutorado. Campinas: São Paulo, 2002. Essa Tese posteriormente foi publicado pela editora Mercado das Letras, em 2011.

⁴ ASSMAR, Olinda Batista. *Dalcídio Jurandir: da re-velação da Amazônia ao Sul*. UFRJ, Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 1991. Cerca de doze anos depois esse estudo foi publicado com o título *Dalcídio Jurandir: Um olhar sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro: Galo Branco, 2003.

produções tanto do chamado ciclo *Extremo-Norte*⁵ do autor, como de sua contribuição a recriação da vida do proletariado no Rio Grande (RS), nos anos 50, o que Olinda Assmar chamou de ciclo *Extremo Sul*. Em sua perspectiva, além da questão controversa, tornou-se interessante também verificar se é possível delimitar valores para as duas áreas (documental x literário) o que a implica analisar aspectos extrínsecos e intrínsecos a obra de Dalcídio.

Outra produção expressiva no debate em torno da vida e obra de Dalcídio são os trabalhos de Paulo Nunes⁶, particularmente a investigação finalizada em 2007, alusiva ao quarto romance do ciclo Extremo Norte, *Belém do Grão-Pará*. Além localizar essa obra entre os precursores do romance urbano na Amazônia, o estudo possibilitou pensar determinados *móveis* responsáveis pelo silenciamento, por muito tempo, da produção de Dalcídio. Valendo-se de elementos analíticos da teoria literária e de expressiva documentação da época, Paulo Nunes procurou (em algum momento também avizinjado a Marli Furtado), discutir a cidade de Belém, cidade equatorial, caracterizada como *urbe* em ruínas no início do século XX. E após a *demonstração* da qualidade técnica de Dalcídio, investiu na compreensão dos elementos editoriais, por exemplo, que subestimaram a amplitude e valor da produção romanesca do escritor amazônida.

Ainda no celeiro de investigações voltadas a vida e obra de Dalcídio Jurandir, merece comentário o estudo de Enilda Alves⁷ por seu direcionamento sistemático e pioneirismo na academia. Sob o entendimento de que o romance *Três casas e um rio*, terceira obra do ciclo dalcidianiano, consistiu em uma espécie de deflagrador da temática tratada no conjunto da obra do romancista paraense, Enilda Alves desenvolveu leitura literária do romance a partir de instrumentais antropológicos e psicanalíticos, o que favoreceu para se perceber o trabalho da dimensão mitológica, utilizada pelo escritor, para organizar as emoções e os sentimento de seus personagens.

Zélia Amador de Deus⁸, além do romance *Três casas e um rio* analisou o romance *Marajó*, segundo romance do Ciclo Extremo-Norte, tendo como centro de suas observações questões relacionadas ao regionalismo e a relação centro-periferia, sobressaindo as vozes dos

⁵ O Ciclo Extremo-Norte corresponde a um conjunto de dez romances elaborados por Dalcídio Jurandir com o objetivo de retratar a vida do homem na ilha do Marajó, na cidade de Belém, na Amazônia Paraense.

⁶ NUNES, Paulo Jorge Martins. *Aquonarrativa dalcidiana: uma leitura do tecido narrativo de Chove nos campos de Cachoeira*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 1999 e *Útero de areia, um estudo do romance Belém do Grão-Pará, de Dalcídio Jurandir*. Tese de Doutorado. PUC, Belo Horizonte, 2007. O primeiro estudo foi publicado com o título *Aquonarrativa* pela editora da UNAMA, em 2001.

⁷ ALVES, Enilda Tereza Newman. *Marinatambalo: Construindo o Mundo Amazônico com Apenas Três Casas e um Rio – uma análise de um romance de Dalcídio Jurandir*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC, 1984.

⁸ AMADOR DE DEUS, Zélia. *Dalcídio Jurandir: regionalismo, relações raciais e de poder, em Marajó e Três Casas e um Rio*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras/UFMG. Minas Gerais, 2001.

negros nas obras e colocando-as em diálogo com outras vozes, ficcionais e reais. Com a pesquisa Zélia Amador objetivou romper com a história oficial ao dar visibilidade e voz a alguns grupos quase sempre silenciados, em particular os negros da Amazônia.

Nessas investidas de pesquisa que buscaram romper com a representação oficial, destacou-se também o estudo de Paulo Ornela⁹ quando buscou entender os processos de representação de uma Belém, a capital do Pará, ora magnífica, esplendorosa com o ciclo da borracha, ora decadente, esfacelada, dado o fracasso que assolou o investimento gominífero no norte brasileiro. Para esta leitura, Paulo Ornela considerou as categorias *tempo* e *espaço* como norteadoras, o que o possibilitou concluir que na obra *Belém do Grão-Pará* há um movimento narrativo capaz de descrever tanto o apogeu quanto o declínio da borracha na Amazônia, acentuado pelo caráter psicológico dos personagens dispostos no romance.

Por fim, acrescenta-se a esse grupo de pesquisas o trabalho de Rosanne Branco¹⁰ quando, indiretamente salienta haver nas produções de Dalcídio Jurandir um *sentido pedagógico* principalmente se comparadas as obras de Johann Wolfgang Von Goethe, o que, nessa relação, revela registros políticos, econômicos e sociais da Amazônia do século XX e da Alemanha do século XIX, bem como situa os autores como colaboradores para uma literatura de formação.

Dentre essas produções comentadas, em um universo consideravelmente amplo de pesquisas, dois pontos chamaram à atenção. Primeiro o fato de que quase todas essas investigações se vinculam a Teoria Literária e assim, estabelecem como objeto de estudo questões pertinentes à análise, a crítica literária. Quase todas, com ressalva aos também significativos trabalhos de Rosa Assis¹¹ que se voltam um pouco mais a linguística. Como segundo ponto destaca-se o fato de que dentre os temas tratados no ciclo Extremo-Norte a educação do personagem Alfredo surge como um tema importante, observado em praticamente nove das dez obras que compõe o ciclo dalcidiano.

Foi diante dessa constatação que se ergue o interesse de que o conjunto de sua obra, bem como grande parte de sua vida, aproximada a educação, mereciam um estudo mais detido, alicerçado nas compreensões afinadas a Historiografia da educação e História. Assim, em 2006, por meio de alguns romances de Dalcídio Jurandir, formulou-se caracterizações

⁹ ORNELA, Paulo Sérgio. *Tempo e Espaço em Belém do Grão-Pará, de Dalcídio Jurandir*. Dissertação de Mestrado. Centro de Letras e Artes/UFPA. Belém, 2003.

¹⁰ BRANCO, Rosanne Cordeiro Castelo. *O Bildungsroman na Amazônia: a caracterização do romance de Formação na obra literária de Dalcídio Jurandir*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2004.

¹¹ Cf.: ASSIS, Rosa Maria Coelho de. *Edição Crítica do Romance Marajó de Dalcídio Jurandir*. BELÉM: UFPA/ CASA DE RUI BARBOSA, 2008; *Evém Chuva: um glossário de Dalcídio Jurandir*. 3ª. ed. Belém: Amazônia, 2004; *A fala cabocla em Passagem dos Inocentes*. Belém: EdUnama, 2002 e *Vocabulário Popular de Dalcídio Jurandir*. BELÉM: UFPA, 1992.

específicas do espaço escolar na ilha do Marajó, localizada no estado do Pará, foz do Rio Amazonas¹².

Em continuidade, já em uma pesquisa *Stricto sensu*, buscou-se compreender determinadas representações educacionais em duas obras do *romancista da Amazônia*. No primeiro romance, *Chove nos campos de Cachoeira*, sublinhou-se o início dos estudos escolares do personagem Alfredo, suas experiências educacionais na vila de Cachoeira com o senhor Proença, um *mestre* conhecido na vila por seu rigor no ensino às crianças. Em *Três Casas e Um Rio*, a outra obra selecionada, duas figuras docentes foram discutidas: a professora vinda de Portugal, uma docente que veiculava um ensino distante da realidade dos alunos cachoeirenses e o professor Valério, esboço típico de *sacerdote educacional*, homem simples, de ganhos escassos e bastante dedicação a sua missão educacional¹³.

Dentre as possibilidades conclusivas desse estudo sobressaiu o personagem Alfredo como aquele personagem que entendia a educação escolar, principalmente aquela praticada na capital, em Belém, como a aquisição necessária para uma melhor condição sua, para que chegasse a *ser alguém na vida*. Dado o adiamento sequencial de seu deslocamento para Belém, para o ingresso em uma escola da capital, outras aprendizagens, que se rotulou de *educação de vivência*, se processavam em sua vida, todas elas advindas do contato com o meio ambiente, com sua família, com seus colegas nas mais variadas brincadeiras.

Observada a presença do discurso educacional do início do século XX, na maior parte das obras de Dalcídio Jurandir, pareceu ser interessante a compreensão do momento que, ao que se julga, antecede/acompanham o consagrado romancista, caracterizado tal instante por sua atuação na Intendência em Gurupá, no funcionalismo público na Diretoria de Educação e Ensino do Pará; na atividade desenvolvida no setor técnico-propagandista de educação sanitária no SESP, em 1945, além de sua atuação a favor das bibliotecas ambulantes e contra o analfabetismo no I Congresso Brasileiro de Escritores, também nesse ano.

Frente a essa outra possibilidade de pesquisa, elegeu-se determinadas fontes e caminhos teórico-metodológicos, apresentados a seguir.

¹² Esse primeiro trabalho, desenvolvido na Especialização em Estudos Linguísticos e Análise Literária da Universidade do Pará – UEPA, contou com a orientação da prof. Dra. Josebel Akel Fares. Cf.: FARIAS, Fernando Jorge dos Santos. *Representações de educação na Amazônia de Dalcídio Jurandir: o contexto marajoara em destaque*. Programa de Especialização em Estudos Linguísticos e Análise Literária. Belém: UEPA, 2008.

¹³ FARIAS, Fernando Jorge dos Santos. *Representação de Educação na Amazônia em Dalcídio Jurandir: (des) caminhos do personagem Alfredo em busca da Educação escolar*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Pará, 2009 (orientação da profa. Dra. Josebel Akel Fares).

Fontes de pesquisa

A verificação da necessidade de um trabalho mais atento nos arquivos, acervos, institutos e bibliotecas de Belém, Rio de Janeiro e São Paulo (cidades que concentram grande parte as produções de Dalcídio), exigiu a advertência inicial de que não se necessitava erguer um autor em parte, mas adicionar ao muito já conhecido, a partir da perspectiva histórico-educacional, questões circundantes a vida e obra do intelectual nortista. Para isso grande foram os ganhos ao se efetuar uma aproximação as ideias de Carlo Ginzburg¹⁴, principalmente quando possibilita a compreensão de que as fontes de pesquisa devem se valer de todo e qualquer indício, vestígio ou rastro uma vez que comunicam algo, e, se inquiridas a partir de um valor indiciário, podem gerar interação com outras fontes, efeitos de verdade na recriação.

Posto essa diretriz, três grupos de fontes se formaram. O primeiro surgiu da experiência empregatícia de Dalcídio Jurandir na Diretoria de Educação e Ensino, mais precisamente do trabalho desenvolvido como secretário/colaborador da revista *Escola*, para a qual ofertou, entre 1934-1935 escritos sobre educação (artigos, poema, resenha), todos coletados na Biblioteca Pública do Pará (Centur) e na Biblioteca Nacional (RJ). Esses documentos resgatam o momento em que Dalcídio, enquanto funcionário do Estado, tanto reforçou a ideias educacionais que circulavam no Brasil, como indicou outros modelos educacionais, diga-se de passagem, pouco incentivados à educação brasileira, como por exemplo o padrão educacional desenvolvido na Rússia Soviética, no início do século XX.

Como segundo grupo de fontes, considerou-se um relato de uma professora e um relatório em que Dalcídio Jurandir nas obrigações da função de inspetor escolar, apresentou suas impressões, direcionamentos e necessidades de determinadas escolas localizadas no Pará, em 1939. Enquanto a primeira fonte foi disponibilizada pelo filho da professora, prof. Dr. Ernani Chaves, a segunda fonte foi consulta em meio aos documentos deixados por Dalcídio Jurandir e que estão organizados em acervo específico na Fundação Casa de Rui Barbosa. Em ambos os registros tem-se um inspetor atuante, afinado as ideias e valores de uma educação pautada na modernização de métodos pedagógicos.

O terceiro grupo de fontes se construiu a partir da consulta aos anais do I Congresso Brasileiro de Escritores, ocorrido no início do ano de 1945. Esse documento, consultado no Instituto de Estudos Brasileiros – IEB, registra basicamente duas participações diretas de Dalcídio Jurandir: a primeira quando foi escolhido, em substituição a outro intelectual, para

¹⁴ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas, Sinais*. Morfologia e História. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

avaliar e apresentar parecer sobre a tese que tratava das bibliotecas ambulantes; a segunda diz respeito ao momento em que junto a Astrojildo Pereira defendeu a tese Liquidação do Analfabetismo, sublinhando ações em torno do combate ao analfabetismo como estratégia para os escritores e intelectuais que almejavam obter êxito no processo de democratização da cultura naquele momento.

Completando esse terceiro grupo de fontes, tornou-se oportuno compreender as ações educativas de Dalcídio Jurandir no serviço de educação sanitária registradas em um relatório e dois relatos feitos por ele em boletins do SESP, ambos do ano de 1945. Nesse momento marcado pela guerra e por grande interesse norte-americano pela borracha na Amazônia, Dalcídio descreve as ações que desenvolveu junto a equipe de médicos sanitaristas e intelectuais que se voltaram ao vale amazônico, todos dispostos a instruir os moradores de determinados municípios paraenses sobre diferentes doenças que arrasavam a região. A construção desse último grupo de fontes foi possível graças a consulta na Biblioteca e no Setor de Arquivo e Documentação da Fundação Casa de Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro.

Tendo à disposição esses *retalhos* diversos e seguindo as reflexões de Carlo Ginzburg sobre fontes de pesquisa, tornou-se também necessário estabelecer um caminho teórico-metodológico para a investigação, como esse esboçado e descrito a seguir.

Caminhos teórico-metodológicos

A necessidade de estabelecer uma leitura histórica dos diferentes documentos que preconizam a vida intelectual de Dalcídio (na interseção com seus artigos, poemas, resenhas e diferentes relatos), conduziu a pesquisa a considerar o máximo de condicionantes possíveis, presentes nos variados contextos de produção discursiva em que foram gerados. Assim, passou a ser relevante a aproximação com o procedimento analítico de Mikhail Bakhtin¹⁵, uma vez que as ideias do intelectual russo conduzem a atentar para o contexto histórico-social que Dalcídio Jurandir forma ou que é formado por determinados discursos sociais, políticos e educacionais, em diferentes momentos de sua vida e nas específicas funções que esteve, voltadas à educação, a administração no serviço público, no jornalismo político ou na militância no P.C.B.

¹⁵ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 16ª edição. São Paulo: Hucitec, 2014a e *Questões de Literatura e de Estética*: a teoria do romance. Tradução de Aurora Foroni Bernardini...[et al]. 7ª edição. São Paulo: Hucitec, 2014b.

Traçada essa orientação, investiu-se na (re) configuração de seu contexto de formação, além de parte de sua produção e recepção de seus escritos, o que, em grande parte, colaborou para se compreender sua visão de mundo vinculada à sociedade em que estava inserido. Foi assim também que diante dos contornos percorridos, esboçou-se possíveis disposições de intelectual, a começar por aquela configura os condicionantes que levaram Dalcídio Jurandir a se lançar as letras.

Nesse sentido, pareceu ser adequado seguir determinadas ideias e o modo de trabalho de Pierre Bourdieu¹⁶, principalmente quando analisa o intelectual e a formação de seu campo, a posição dos agentes nos variados campos/microcampos, os diferentes capitais acumulados entre esses agentes, os valores e distinções concedidas nos campos, os efeitos de sentido intentados pelos agentes, e tantas outras categorias e conceitos que ofereceram suporte a compreensão de intelectual.

Como segunda baliza para a compreensão de intelectual apresentou-se como fecundas as ideias de Antonio Gramsci¹⁷, justamente quando analisa a disposição dos intelectuais nascidos nas camadas populares que veem a educação a partir da ligação direta entre uma formação humanista concreta e a atividade prática, uma educação capaz de erguer homens em realização autônoma e criadora de suas funções sociais. Diante dessa formulação, foi possível conjecturar que Dalcídio Jurandir, no exercício de uma função diretiva e organizativa na revista *Escola* e na inspeção escolar, se portou como aquele intelectual que não estava localizado acima dos interesses e ideologias de classe, nem tampouco se situou como um propagandista do Partido Comunista, mas movimentou-se como um indivíduo formado com certa autonomia nas classes populares, no partido de esquerda, encarregado da tarefa de contribuir para a homogeneização de sua classe, e auxiliá-la em sua própria consciência histórica.

¹⁶ Buscou-se seguir certos contornos formulados em BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte - Gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editora Presença, 1996; *Os Usos Sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Texto revisado pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais; Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004; A Gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000; A ilusão Biográfica. In: *Razões Práticas*. Sobre a Teoria da Ação. 11ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2011; Leitura, leitores, letrados, literatura. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004; Os espaços dos pontos de vista. *A Miséria do Mundo*. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011; Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013. Além das ideias do consagrado escritor francês, acompanhou-se a abordagem de Sérgio Miceli, um dos principais discípulos de Bourdieu no Brasil, principalmente quando Miceli busca entender a formação dos intelectuais na República Velha e as condições, posições assumidas e disposições desses agentes até o fim do Estado Novo Cf.: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁷ GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978 e Introdução. In: *Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

Somada a essas duas orientações acerca da configuração do intelectual, a pesquisa ganhou ajuste louvável ao seguir a orientação de Serge Gruzinski¹⁸ quando constrói a ideia de um intelectual como *passeurs culturels* (mediador cultural, em uma tradução livre), principalmente quando se observa Dalcídio Jurandir, em 1945, figurando entre os importantes escritores brasileiros e conhecedores dos problemas na Amazônia, o que lhe autoriza a falar em analfabetismo e doenças na região norte, no Brasil.

Se no I Congresso Brasileiro de Escritores, Dalcídio Jurandir posiciona sua categoria (intelectuais, escritores) como os responsáveis pela socialização e interface de saberes com o povo, em sua passagem pelo SESP, no setor de educação sanitária do governo federal, teve-se também um contexto e exigências favoráveis para o exercício de uma mediação cultural. No programa de educação sanitária, almejava-se alterar determinadas realidades brasileiras a partir de campanhas educativas em torno da saúde e da educação, e isso exigia certo conhecimento ainda que de forma empírica, dos índices de analfabetismo, dos hábitos e costumes de higiene local.

Era necessário efetuar, como observou Dalcídio Jurandir em um dos seus relatos, *uma análise séria e paciente do problema, experiência e pessoal competente*. Diante dessa necessidade, Dalcídio Jurandir, romancista conhecido e conhecedor das diferentes realidades da Amazônia, surgiu como aquele *agente local* que poderia estabelecer comunicação entre as culturas e saberes norte-americano e brasileira/amazônica, operando a partir não da sobreposição, mas da *mestiçagem*¹⁹ entre os saberes das duas nações.

Apresentado aqui alguns estudos que se voltaram a vida e obra de Dalcídio Jurandir bem como as fontes e orientações teóricas e metodológicas que se optou para a realização da pesquisa, passa-se a apresentar os capítulos que formam o estudo construído.

No capítulo 1 buscou-se construir a ideia de que a família de Dalcídio Jurandir foi uma daquelas famílias relativamente estáveis, economicamente, no Marajó, e que devido a mudanças de ordem social, política e econômica, se viam na necessidade de sustar a crise que enfrentaram e, minimamente, reconverter o capital que possuíam. Uma das estratégias da família Pereira, delineadas com a pesquisa, consistiu na insistência dos estudos dos filhos,

¹⁸ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁹ A noção de mestiçagem aqui segue a ambivalente definição de Serge Gruzinski que a postula como o desenvolvimento (e encontro) de formas de vida misturadas em suas práticas, seus comportamentos, suas crenças e ideias, por exemplo, disposição essa, por sinal, típica do Brasil, da Amazônia.

coisa que contribuiu para o direcionamento de Dalcídio Jurandir ao jornalismo, à criação literária e não à carreira militar ou às tarefas da advocacia. Nesse primeiro momento, devido as diferentes investidas operadas, tem-se um intelectual ainda em formação, um *artista indigente*, como seu amigo o rotulou, dado o valor expressivo daquilo que produzia e sua não localização entre os grandes nomes da cultura paraense e brasileira.

Já no capítulo 2 se discutiu um Dalcídio Jurandir que, por meio do acionamento de sua rede de sociabilidade, conseguiu um cargo público e tornou um *funcionário-escritor*, com a conquista de relativo reconhecimento entre o campo intelectual e o campo do poder, visto ser considerado não mais um artista indigente, mas *um espírito brilhante*, um *membro da ala moça da intelectualidade* paraense. E entre a filiação e militância no P.C.B e o trabalho público, nesse período, Dalcídio Jurandir acabou por somar a educação paraense/brasileira ao se valer da revista *Escola* para veicular muito da modernidade pedagógica que circulava no Brasil, assim como, por meio da inspeção escolar, promoveu momentos de orientação e ensinamentos práticos e simbólicos às professoras do interior do Pará.

Na culminância do estudo, no capítulo 3, se ergueu um Dalcídio Jurandir na plenitude de seu processo de reconversão de capital. Nesse momento, na altura dos anos 40, é possível observar um *intelectual nacional*, reconhecido em sua terra natal e no Brasil como um todo, atuando no jornalismo, na escrita literária, no trabalho com a palavra como forma de fazer política. É assim que nesse período de conturbada conjuntura da política nacional e internacional que Dalcídio Jurandir se vale do I Congresso Brasileiro de Escritores para defender o combate ao analfabetismo como forma de (re)democratizar a cultura, bem como, por meio da função pública de propagandista de educação sanitária no Serviço Especial de Saúde Pública, no SESP, colabora para inserir, ainda que indiretamente, o Brasil entre os países que lutavam contra os regimes fascistas no mundo, na medida em que aceitam os recursos ofertados pelos EUA (no combate as diferentes doenças na Amazônia), e, em troca, oferecem à nação parceira, a permissão para a extração da borracha no vale amazônico, uma matéria-prima essencial na 2ª guerra mundial.

CAPÍTULO 1
ANTECEDENTES, TRAJETÓRIA FORMATIVA

1.1 – Da Família a Alfredo Pereira, pai de Dalcídio

A tentativa de se mapear elementos da trajetória social, política, intelectual de um escritor da Amazônia, sugere contornos semelhantes aqueles percorridos por Sergio Miceli²⁰ quando analisa o surgimento dos intelectuais brasileiros e relaciona-os ao declínio das antigas famílias dirigentes do Brasil, à crescente expansão do mercado de trabalho político e cultural, bem como a nova conjuntura que exigiu a criação de postos públicos. É nessa esteira que o estudo se lança a rastrear e debater parte da origem da família de um intelectual nortista como nascedouro de um perfil que se apresentará anos mais tarde.

Dalcídio Ramos Pereira trouxe em seu sobrenome, por parte de pai, a marca de uma família caracterizada por sua relevância no latifúndio branco, de descendência estrangeira, principalmente dos portugueses no Grão-Pará radicados na ilha do Marajó: a família Pereira²¹. Beneficiados pelo aviso de 2 de agosto de 1758 do Marques de Pombal, os Pereiras passam a compor uma das famílias melhor agraciadas com o retalhamento das fazendas dos jesuítas, logo depois da destituição dos frades, sob alegação de não terem os títulos das terras.

Ao seguir os rastros deixados pela análise de Antônio de Albuquerque²² e analisar também os documentos de descrição, catalogação e posse que originaram as fazendas no Marajó²³, tem-se a ocorrência de três *Pereiras* entre os fazendeiros nascido da recomendação de redistribuição de terras, instituída pelo Marques de Pombal: Manoel Joaquim Pereira de Sousa Feio, proprietário da Fazenda Ananatuba, no lago Arari (Carta de Data no livro 14, página 167 verso. Carta de confirmação no livro 15, página 138); Domingues Pereira de Moraes, proprietário da Fazenda São Francisco Xavier, no rio Pororoca (Carta de Data no livro 14, página 179. Carta de confirmação no livro 18, página 1) e Francisco Pereira de Almeida e Silva, proprietário da Fazenda Rosário, no rio Pororoca (Carta de Data no livro 14, página 180).

Esses registros, alusivos às fazendas no Marajó, trazem ainda um dado merecedor de destaque: com menos de dois anos da redistribuição de terras, percebeu-se certa inoperância de seus novos diretores (fazendeiros), que não prosperaram aquelas terras, ocasionando, por parte de D. José I, a emissão de carta régia em 18 de junho de 1760 que obrigava a ratear e

²⁰ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²¹ Uma informação de domínio público aponta que um dos primeiros Pereiras no Brasil (senão o primeiro), foi o donatário Francisco Pereira Coutinho, assassinado pelos índios tupinambás em Itaparica-BA, em 1549.

²² ALBUQUERQUE, Antônio Paul. *Origens das Fazendas no Marajó*. Documentos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, 2011.

²³ Os documentos aqui mencionados estão sob a custódia da Biblioteca Pública do Pará (setor de obras raras), e são os seguintes: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Breve descrição da Vila de Gurupá e Magagão*. Pará, 1842; VIANA, Arthur. *Catálogo Nominal dos Posseiros de Sesmarias e das Festas Populares no Pará*. s/d; VIANA, Arthur. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*. Tomo III. Pará, 1904.

repartir aquelas fazendas novamente, em primeiro lugar, pelos oficiais militares e pessoas casadas, vindas do Reino e estabelecidas do Pará; em segundo lugar, pelos oficiais brasileiros e casados; em terceira opção eram merecedoras de terras as pessoas distintas, casadas, residentes no Estado que não possuíam bens de raiz competentes. Foram excluídos dessa nova aquisição de terras aquelas pessoas donas de *terras próprias sem benfeitorias e as que não mostraram capacidade para a cultura*²⁴.

Dada essa disposição, é de se cogitar que, minimamente, a família paterna de Dalcídio Pereira pode ter derivado também desses militares beneficiados, sabido que seu avô, o português Raimundo do Nascimento Pereira fora Voluntário da Pátria, levado pela tropa do Pará para o combate na guerra do Paraguai, o que lhe rendeu dessa batalha a condecoração de Cavaleiro da Ordem da Rosa, ofertado por D. Pedro II. E dessa viagem o militar conquistara, além da medalha, uma pequena imagem de Santa Rita de Cássia, encontrada no local do conflito, imagem essa que após sua morte, ficaria sob a guarda do filho, Alfredo Pereira, que se tornou devoto da santa paraguaia²⁵.

Alfredo Pereira, descendente de português dos Açores, tinha consideráveis influências familiares, a começar pelo pai, militar combatente na batalha paraguaia e o parente sargento-mor Domingos Pereira de Moraes, *Pereira* contemplado com a fazenda *São Francisco*, desapropriada da missão dos Jesuítas. Muito provavelmente, por determinações de sua época, Alfredo Pereira acabou reorientando em grande parte o percurso de sua família, quase sempre donos de bens/terras, acostumados com a carreira militar e com os postos expressivos no Marajó-PA²⁶.

Nascido em 30 de abril de 1859²⁷ na Vila de Benfica (atualmente Benevides, distrito de Belém-PA), Alfredo Nascimento Pereira cursara na capital do estado, em Belém, o curso de Direito, curso esse que viria a trancar por problemas, ao que sugere, de ordem financeira que sua família sofrera. Nesse período de formação bacharelesca, pelo que se deduz, adquiriu conhecimentos importantes que lhe renderam o crédito da nomeação em 1º de março de 1877,

²⁴ ALBUQUERQUE, Antônio Paul. *Origens das Fazendas no Marajó...*, 2011.

²⁵ Cf.: PEREIRA, José Varela. *Um certo Capitão Alfredo*. Pará, março de 2008. Disponível em: <http://oarray.blogspot.com.br>. Acesso em 09 de maio de 2016.

²⁶ Sendo ainda oportuno acrescentar vale dizer que além do avô de Dalcídio, o Sr. Raimundo Pereira, com sobrenome *Pereira*, destacou-se no norte brasileiro a figura de Antônio Pereira da Silveira Frade, o *Barão de Muaná* (1802-1892) político e militar expressivo da província do Grão-Pará. Esse Barão herdara o *Pereira* de sua mãe, a senhora Maria Josefa Pereira de Seixas, o que lhe proporcionara continuidade nos negócios, na aquisição de propriedades, no usufruto de prestígio de sua família. Além disso, Antônio Pereira obteve ainda um aumento de capitais, na medida em que, por via matrimoniais, juntara-se à família *Frade*, família expressiva, composta por um grande número de militares e proprietários de terras também.

²⁷ Sobre o ano de nascimento de Alfredo Pereira, optou-se por considerar a informação pontual, presente no documento alusivo à certidão de casamento de Dalcídio Jurandir, que registra 1859. Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Certidão de Casamento*. Belém, 17 de dezembro de 1946. Acervo DJ – PIT, Fundação Casa de Rui Barbosa.

na altura de seus 18 anos de idade, para a atuação na Promotoria Pública da Comarca de Cachoeira do Arari, ficando no cargo por três anos, quando saiu para exercer a função de Subdelegado de Polícia a partir de 1º de abril de 1880, em Ponta de Pedras²⁸.

Imagem 2: Alfredo Nascimento Pereira, pai de Dalcídio. Fonte: NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy & PEREIRA, Soraia R. (Orgs.). *Dalcídio Jurandir: romancista da Amazônia...*, 2006, p.22.

Essa nova função Alfredo Pereira exerce por quase três anos também. Com as chances a cada dia mais distantes de retornar a Faculdade de Direito e a conclusão de sua *formação promissora* no regime republicano, resolveu mobilizar um agente de sua rede de relações sociais (de sua família), o senhor Duarte Huet de Bacelar Pinto Guedes, o Duarte Pinto, à época militar influente junto ao governador do Estado, no Partido Republicano²⁹. Em busca de melhorar sua condição, Alfredo Pereira solicitou a Duarte Pinto que lhe arranje um emprego público, sendo atendido com a nomeação ao cargo de professor adjunto de Ponta de Pedras (na mesma vila em que era Subdelegado de Polícia) , em 13 de março de 1883, posteriormente transferido em 2 de julho do mesmo ano, para a cadeira de professor efetivo no Anabiji, vila de Muaná³⁰.

Passados quase cinco anos lecionando em Muaná, Alfredo Pereira motivado por situações diversas retornou ao cargo de Promotor na Comarca de Cachoeira do Arari onde foi nomeado em 8 de fevereiro de 1888, de forma interina, e no ano seguinte, em 8 de julho de 1889, ocupou a mesma função na categoria Efetivo. Em 1891, provavelmente sob a influência da oligarquia local e do então governador e amigo Duarte Pinto, Alfredo Nascimento Pereira foi nomeado Capitão Quartel Mestre do

²⁸ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Diversos do Pai de Dalcídio Jurandir – 2 tiras de papel manuscritas* – s.d. Acervo DJ - Documentos diversos. Fundação Casa de Rui Barbosa.

²⁹ Precedido por Gentil Bittencourt, Duarte Pinto (1852-1919), como ficou conhecido, foi segundo-tenente da Marinha de Guerra e político brasileiro, além de administrador do estado do Pará por um curto intervalo iniciado em 25 de março e interrompido em 24 de junho de 1891.

³⁰ Segundo José Varella Pereira (In: *Um certo Capitão Alfredo...*, 2008), Alfredo Pereira teria sido professor primeiro na vila de Muaná e posteriormente em Ponta de Pedras. Decidiu-se seguir a ordem descrita pelo próprio Alfredo Pereira (In: *Diversos do Pai de Dalcídio Jurandir...*, s.d), por encontrar nesse segundo documento outros detalhes (dia, mês e ano), o que soma e traz elementos à compreensão de Alfredo Pereira enquanto docente nas duas Vilas.

Comando Superior da Guarda Nacional, conquistando também em Ponta de Pedras o feito de ser o *funcionário com vogal mais votado do Conselho Municipal*³¹.

Conquistado certa notoriedade entre os cargos dirigentes da política paraense, Alfredo Pereira começou a sentir os impactos do fim do império, e assim, terminada suas atividades no Conselho de Ponta de Pedras, em 10 de setembro de 1896 consegue nomeação, na capital do estado, para o exercício de escriturário da Seção de Demografia da junta de Higiene. Sendo amanuense em Belém por quase cinco anos, mobiliza novamente sua rede de sociabilidade na vila de Cachoeira do Arari e consegue em 15 de junho de 1901 emprego público, para trabalhar como secretário efetivo da Intendência (Prefeitura) Municipal. Nessa mesma vila foi aos poucos se estabelecendo ainda como advogado municipal a partir de 1º de março de 1903.

E se sua vida profissional, ao que se percebe, foi marcada por (re)começos, sua vida conjugal-familiar não se mostrou diferente. Em uma primeira união Alfredo Pereira empreendeu formação de um núcleo familiar como a senhora Antônia Silva, sua ex-aluna, senhora natural de uma família indígena da aldeia Manguabeira, em Ponta de Pedras³². Dessa relação, o professor e rábula do Marajó se tornaria pai de sete filhos: Sophia Tautonila, Raymundo, Laudelina Diva, Ambrosina, Otaviano Celso, Manuel (natimorto) e Rodolpho Antonio.

Posterior a morte da esposa no trabalho de parto, nos idos de 1904, Alfredo Pereira figurou uma nova família, agora com a senhora Margarida Ramos, e juntos compuseram um lar de sete filhos: Flaviano (irmão de Dalcídio por parte de mãe), Ritacínio, Dalcídio, Terceolina (Lindinha), Alfredina (Fifi), Maria de Nazaré e Cerdino (os dois últimos falecidos quando crianças)³³. Com uma certa idade de maturidade e um considerável acúmulo de experiências e influências, Alfredo Pereira mobilizado pela conjuntura de sua época exerceu ainda, em Cachoeira do Arari, uma atividade trabalhista que, muito provavelmente, influenciou a trajetória dos filhos, em especial Flaviano e Dalcídio quando canalizados para o jornalismo. Entre 1906-1907 Alfredo Pereira, em tipografia simples, elaborou e pôs em circulação a gazetilha *O Arary*, jornal modesto de uma lauda e três colunas, que, pelos anos de 1910 já circulava com uma composição um pouco mais robusta, trajando outro nome, agora, *A Gazetinha*, na vila cachoeirense³⁴.

³¹ Um funcionário com vogal, naquela época, era um membro de uma assembleia ou conselho, eleito pelo povo, com poder de voto na instituição. No conselho Municipal de Ponta de Pedras Alfredo Pereira fica de 1891 até 1896. Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Diversos do Pai de Dalcídio Jurandir...*, s.d.

³² PEREIRA, José Varella. *Um certo capitão Alfredo...*, 2008.

³³ Com morte de Margarida Ramos, em 1935, Alfredo Pereira ficou viúvo pela segunda vez, o que lhe abriu condições de formar família (pela terceira vez), com a senhora Isabel Trindade, com que teve cinco filhos. São eles: “Chuchuta”, Anaspiano, “Mimi”, “Vivi”, Adeflorindo. Cf.: PEREIRA, José Varella. *“Uzina De Luz” de Ponta de Pedras da Saudade*. Pará, agosto de 2014. Disponível em: <http://oarary.blogspot.com.br>. Acesso em 09 de maio de 2016.

³⁴ Cf.: ROCQUE, Carlos. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. Vol.1. Belém, 1967; NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy & PEREIRA, Soraia R. (Orgs.). *Dalcídio Jurandir*: romancista da Amazônia. Belém: SECULT; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/ Instituto Dalcídio Jurandir, 2006, p.24.

1.2 - Transformações sociais, políticas, econômicas

Esses novos locais habitados, o exercício de diferentes funções, bem como as novas formações familiares assumidas por Alfredo Nascimento Pereira são atravessadas por consideráveis transformações sociais, políticas, econômicas que o Brasil e em particular a Amazônia passou. Tanto as sucessivas mudanças geográficas quanto suas novas posições e condições trabalhistas e familiares são resultantes, em grande medida, da nova conjuntura advinda da queda do regime monárquico e instauração do governo republicano. O estabelecimento de novas leis, a prisão de padres, a repressão de militares por indisciplina, os diversos problemas relacionados às fraudes eleitorais, a abolição do trabalho escravo e tantas outras questões, exemplificam, a partir de variados condicionantes, alguns elementos que contribuem para a desagregação da monarquia no Brasil, e a necessidade de outras relações sociais, políticas e econômicas³⁵.

No caso da Amazônia, em especial as localidades e vilas da Ilha do Marajó, é possível pensar que aqueles portugueses outrora beneficiados desde o Brasil Colônia, principalmente com a cedência de grande quantidade de terras, com a instauração da República (e a instauração de outros condicionantes sociais, políticos e econômicos) não mais tratam a mão de obra indígena e negra como adequadas, mas, semelhante a outras oligarquias brasileiras, começaram a incentivar e fomentar a imigração, visando à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado. Esses imigrantes reforçariam essa conjuntura a partir do momento que chegam ao Brasil com noções de sindicalização e direitos trabalhistas, por exemplo.

No plano político, as alterações se faziam acompanhadas da ampliação da gama de partidos políticos. Com as devidas alterações instauradas pelo regime republicano, diversas foram as ações daqueles que compunham a classe dirigente brasileira, a citar a composição de um partido político disposto a assegurar muito daquilo que desfrutavam. Vindos dos clubes republicanos, em 30 de julho de 1893, grande parte da classe dirigente do Brasil funda o então Partido Republicano Federal (PRF), instaurado sob o slogan de ser um partido de caráter nacional, todavia, era liderado por uma expansiva fração que representava e atendia aos interesses da oligarquia paulista.

No Pará, essa classe dirigente manifestou, pelo menos em parte, apoio a nova organização, e com a presença de aproximadamente 40 membros dos futuros municípios, sob

³⁵ Cf.: ANDRADE, Manuel Correia de. *História Econômica e Administrativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1978.

a liderança do engenheiro militar Lauro Sodré, realizam em 20 de junho de 1897 a primeira reunião do Partido Republicano Paraense (PRP)³⁶.

Dentro desse segmento dos republicanos representativos no Pará, começou a surgir alianças, cisões, disputas e tensões que envolveram o exercício do poder e a perseguição por hegemonia. Uma hegemonia conquistada, diga-se de passagem, não somente pelo direcionamento político, mas pelo estabelecimento das formulações e quadros intelectuais e de preceitos ideológicos³⁷.

Parte considerável desse grupo do Partido Republicano Paraense (liderados por Justo Chermont e principalmente Antonio Lemos, políticos experientes vindos das fileiras do partido Liberal do Império), manifesta-se contrários ou dúbios em relação ao apoio ao líder do partido no Pará, o militar Lauro Sodré. Após um processo de expressiva dissidência, notadamente quando se abriu votação no Pará para manter ou não o apoio à candidatura de Prudente de Moraes à Presidência do Brasil, os correligionários de Antonio Lemos saíram vitoriosos, rompendo com os quadros do Partido em esfera federal, o que resultou em certo isolamento principalmente da economia do Pará, em relação ao território brasileiro.

Mesmo com pouca ou inexistente comercialização com o resto do Brasil (quase todo sob a tutela do Partido Republicano nos domínios da ala paulista), o Pará seguiu como a segunda maior economia brasileira e Antônio Lemos instaurou no estado nortista um governo que viria a se notabilizar pelas grandiosas obras em favor da oligarquia paraense, em especial aquela que se beneficiava com o comércio da borracha³⁸.

O período áureo da comercialização da borracha, no Norte Brasileiro, longe de ser eterno, começou no início da segunda década do século XX a apresentar declínio, a perder seu monopólio. Os seringais erguidos pela Inglaterra (com sementes nativas da Amazônia) na

³⁶ Cf.: BORGES, Ricardo. *O Pará Republicano (1824-1929)*: ensaio histórico. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

³⁷ Sobre essa necessidade das sociedades modernas, Cf.: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p.1-2. Especificamente no Pará, o jornal *A província do Pará* que tinha Antonio Lemos como um de seus sócio proprietários interferiu significativamente para essa composição político-ideológica no Estado. Por extensão, é possível pensar também que em Cachoeira do Arari o jornal *O Arary/Gazetinha*, de propriedade do pai de Dalcídio, buscava se afinar aos interesses do grupo político de Antonio Lemos.

³⁸ O Ciclo da borracha ou 1º ciclo da borracha (1879-1912) correspondeu a um momento significativo da história social e econômica do Brasil, acentuadamente para a região norte, para a região amazônica. Esse ciclo, dirigido pelos *barões da borracha* antes mesmo da instauração da República, orientava grande parte de suas atividades à extração do látex e a comercialização da borracha com o mercado internacional (tudo isso motivado em grande parte pelo desenvolvimento tecnológico e a Revolução Industrial na Europa e América do Norte). Sobre esse comércio na Amazônia em seus desdobramentos (ciclos), cf.: DEAN, Warren. *A Luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989; BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1992; WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência*. São Paulo: Edusp, 1993; DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 (série descobrindo o Brasil), dentre outros.

Malásia, Ceilão e África Tropical, apresentam investimentos de custos e preços finais menores. Dessa forma a negociação da borracha produzida na Amazônia ganhou baixa expressiva. Além dessa questão, os novos postos de comercialização dos ingleses começaram a apresentar, para os outros países do mundo, uma maior eficiência e produtividade. Isso contribuiu para a estagnação da economia da borracha na região amazônica³⁹.

Ainda sobre essa questão pode-se pensar, dentre outros possíveis e consideráveis elementos, que o fim desse período áureo na Amazônia foi marcado (ainda que não na sua inteireza), pela falta de visão comercial dos barões da borracha e do governo local quando não pensou alternativas para um melhor desenvolvimento regional⁴⁰. Em considerável medida, tal declínio econômico foi resultado também da falta de parceria com o Governo Monárquico/Republicano que se mostrava muito mais atrelado aos interesses dos barões do café, o que implicava em certo imobilismo para (re) erguer a segunda maior riqueza brasileira.

De um lado o que se viu foi o interesse em enriquecer os ricos barões do café e pecuaristas do sudeste brasileiro. De outro, barões da borracha com poderes isolados, optando por viagens de negócios internacionais, às vistas políticas com dirigentes do exterior. Teve-se assim, com a crise do comércio gominífero, uma elite amazônica de alto poder financeiro e baixo poder político. Neste novo cenário o Brasil passou a apresentar consideráveis quedas na receita dos estados, altos índices de desemprego, êxodo rural e urbano, sobrados e mansões completamente abandonadas e grandes incertezas com o futuro das regiões, a começar pela região norte⁴¹.

O comércio da borracha que perdura por algumas décadas como grande área econômica acaba entrando em decadência. Chegava ao fim também, em Belém, o governo de Antonio Lemos, o que expressava diretamente abalo do poder econômico e político do estado do Pará, como um todo. E com esse declínio político-econômico, os parentes de Dalcídio, como tantos outros fazendeiros e comerciantes da Amazônia, sofreram com a queda financeira e de influências que tinham. A esse respeito, um exemplo possível de ser captado está na extração e comercialização da borracha realizada por Francisco Perez Varella, avô materno de José Varella Pereira⁴².

³⁹ Dentre os diversos estudos que trata desse momento de crise previsível, confira o estudo histórico-documental de MENDES, J.A. *A crise amazônica e a borracha*. Manaus: Editora Valer, 2004.

⁴⁰ Embora a revisão histórica questione essa versão, optou-se por apresentá-la justamente por entender que essa e outras possíveis versões sobre a *quebra* da borracha, não eliminam as vicissitudes circundantes aos barões, a esfera administrativa local.

⁴¹ WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia...*, 1993.

⁴² Além das informações publicadas em seus artigos aqui utilizados, José Varella Pereira muito gentilmente contribui com outras questões relevantes sobre sua família. *Varella*, como é conhecido, é neto de Alfredo Pereira e da senhora Antônia Silva (1º casamento de Capitão Pereira).

Como informou em correspondência fornecida a pesquisa, seu avô Francisco, *um camponês da Galícia, imigrante no Pará*, era um comerciante mediano da borracha, *dono de uma memorável igarité e construtor do barco San Thiago*, o que não lhe amenizou sofrer com a quebra econômica sentida também por outros comerciantes de Ponta de Pedras, Muaná e, de certa forma, os comerciantes de Cachoeira. Com o declínio do comércio do látex, que contribuiu para a derrocada política de grande parte do norte brasileiro, a família de Alfredo Pereira que apoiava Antonio Lemos se retirou da política e buscou reconverter o capital que possuíam apostando então na criação de seus filhos como futuros membros da elite intelectual. Uma das responsáveis por esse movimento de reconversão de capital é a segunda esposa de Capitão Alfredo, a senhora Margarida Ramos, a mãe de Dalcídio⁴³.

1.3 – Margarida Ramos: a valorosa negra mãe de Dalcídio⁴⁴

Em meio a uma sociedade oligárquico-patriarcal e racista, é de se compreender as poucas informações relativas à senhora Margarida Ramos, a mãe de Dalcídio. Do pouco que os registros comunicam, entendeu-se que foi filha de Vicência da Conceição e do ex-escravo Florentino Ramos, mãe de seis filhos, advindos do casamento com o Capitão Alfredo Pereira. Essa senhora ficou registrada na memória de grande parte de sua família como uma *mulher negra valorosa*, provavelmente dado à integridade e o *bom gosto* que apresentava em Cachoeira⁴⁵.

Além de parteira na vila cachoeirense, Margarida Ramos era costureira, tecelã de redes, atividades essas que a fazia muito querida entre as senhoras da localidade⁴⁶. Somada a esses trabalhos, Margarida Ramos encontrava precioso tempo para instruir as primeiras letras

⁴³ É de se pensar que a família de Dalcídio, em suas origens, como se buscou configurar, fazia parte de uma elite econômica e política, com relativa influência em Cachoeira do Arari. Com a decadência advinda da queda de Antônio Lemos do poder, essa família buscou reconverter esse capital para uma fração intelectual. O pai investiu na tipografia e no jornal, além de ver nos estudos dos filhos uma forma de estabelecer, reconquistar certo poder aos *Pereiras*. Para esboçar compreensão sobre esse aspecto ou momento, buscou-se operar a partir do conceito de *reconversão de capitais*. Sobre esse conceito cf.: BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

⁴⁴ No subtítulo optou-se pelo emprego da expressão *valorosa negra* (diferente do registro familiar) dada a alteração semântica expressiva, que possibilita.

⁴⁵ Cf.: PEREIRA, José Varella. *Um certo Capitão Alfredo....*, 2008.

⁴⁶ Sua relação com a realização do trabalho de costura e tecelagem, com qualidade, pode ser entendida na carta que troca com o filho Dalcídio no final dos anos 20. Em um determinado ponto da missiva, a Sra. Margarida Ramos comunica que não mandaria uma determinada capa confeccionada, uma vez que não encontrara uma *fazenda a que se preste*. Cf.: RAMOS, Margarida. *Carta enviada a Dalcídio Jurandir*. Cachoeira, agosto de 1927. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

aos filhos. Sobre essa questão, é bem possível, como registrou Renard Perez⁴⁷, que Dalcídio, o filho mais novo, tenha aprendido a ler com sua mãe, nos intervalos entre a costura e o retorno ao fogão.

É de se cogitar também que a maioria das atividades que desenvolvia não se manifestavam em uma habilidade esporádica, mas configuravam ações desenvolvidas com regularidade, intensificadas a partir de certa estratégia de sua família que, semelhante a tantas outras, passava por situações financeiras difíceis nas primeiras décadas do regime republicano⁴⁸. A família de Alfredo Pereira encontra nas atividades de sua esposa (como costureira, principalmente) uma forma de angariar determinada fração de lucro, material e/ou simbólico, por menor que fosse, junto à oligarquia local. Pela aquisição de lucros, foi interessante Margarida Ramos atender aos costumes de grande parte dos grupos dominantes no Marajó.

Mesmo apresentando um grande volume de trabalhos desenvolvidos (costura, tecelagem, educação dos filhos, cuidados com a casa) e de se entender que, diante da sociedade e dos valores de sua época, quando se compara os trabalhos de Margarida Ramos e Alfredo Pereira, encontra-se acentuada desvalorização (materiais, econômicas, simbólicas) das

Imagem 3: Margarida Ramos, mãe de Dalcídio. Fonte: NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy & PEREIRA, Soraia R. (Orgs.). *Dalcídio Jurandir: romancista da Amazônia...*, 2006, p.22.

atividades da mãe de Dalcídio. No entanto, por mais adversa que tenha sido as condições e recompensas de seu trabalho, os trabalhos de Margarida Ramos expressam a competência suficiente por aqueles que têm o *habitus* de classe apropriado, a *relação em falso* necessária, com a oligarquia local, o que a levou a simular e vivenciar certa equiparação de sua família, com as origens e condições dos grupos dominantes do Marajó, da vila de Cachoeira do Arari.

⁴⁷PEREZ, Renard. Dalcídio Jurandir. In: *Escritores Brasileiros Contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

⁴⁸ Esse momento de quebra na renda familiar, nos negócios da família, pode ser entendida quando Margarida Ramos, em um determinado assunto tratado em carta assim se expressa ao filho Dalcídio: (...) *sabes que teu pai ganha pouco, não tem quem ajude(...)*. Cf.: RAMOS, Margarida. *Carta enviada a Dalcídio Jurandir...*, 1927.

Dona Margarida Ramos conhecia o *bom gosto*, era proprietária desse bem adquirido no convívio com a classe dirigente local. Por conseguinte, dada à conjuntura de declínio econômico de sua família, o convívio de Dalcídio com sua mãe, costureira, em certa medida, impingiu-lhe (ainda que de maneira simbólica), o direcionamento a carreira de escritor, de intelectual das letras e não um homem atraído pelas *profissões ou atividades masculinas*, a citar a advocacia, por exemplo, a profissão exercida por seu pai.

Dispostos esses direcionamentos trilhados, o ofício de escritor para Dalcídio pode ter sido entendido como uma retradução das atividades de sua mãe, em particular a costura. Ao se guardar as devidas especificidades e comparar, por exemplo, parte da trajetória do intelectual Humberto de Campos⁴⁹ (que teve também uma mãe costureira), é plausível a ideia de que, como *atividade artística*, a costura prenunciou na vida dos dois intelectuais, o trabalho literário. Tal atividade representou uma forma particular de trabalho simbólico capaz de marcar diferenças sociais e reduzi-las ao plano do gosto.

Por exigir muitos cuidados, minúcias e um bom acabamento, condições indispensáveis para produzir diferenças mínimas, essa atividade manual foi ao mesmo tempo a mediação prática pela qual Dalcídio interiorizou a experiência do declínio (em especial, a perda do capital econômico) e, por meio da qual, um novo projeto, a vocação intelectual, pôde concretizar-se em sua vida pela feminização da família e de suas ações⁵⁰.

Apresentada essas questões, compreende-se ser possível veicular a ideia de que importantes foram as contribuições da *mulher negra valorosa* para a formação de seu filho, do intelectual Dalcídio Jurandir. Aliás, desde muito cedo, como já se disse, a família de Margarida Ramos e Alfredo Pereira já cultivava em Dalcídio a *inclinação* às letras. A mãe pela alfabetização, pela liberação a consulta a alguns livros da estante do pai, e, posteriormente, pelo encaminhamento à cidade de Belém, para que continuasse os estudos. O pai, em si, pela conjuntura disposta com a pequena tipografia de que era proprietário *ambientava* Dalcídio ao jornalismo, as letras, ainda que se tratasse de um jornal artesanal, simples, se comparado aos grandes jornais de alta tiragem e circulação nas primeiras décadas do século XX.

⁴⁹ Humberto de Campos foi jornalista, político e escritor brasileiro de vasta obra, o que lhe conferiu alguns reconhecimentos no campo literário, como a ocupação da cadeira n.20 da Academia Brasileira de Letras.

⁵⁰ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira...*, 2001, p.32.

1.4 – Dalcídio Ramos Pereira, intelectual em formação

Após as transformações sociais, econômicas e políticas que *desclassificaram* social e economicamente a família de Alfredo Pereira e Margarida Ramos, em 1910 essa família resolveu se mudar de Ponta de Pedras para a Vila de Cachoeira do Arari, e lá continuou a criar o pequeno filho Dalcídio, com apenas um ano de idade. Pela conjuntura que o mundo e, em especial o Pará se encontrava, deduz-se que os motivos que levaram a família do antigo secretário municipal e da costureira à mudança para outra vila⁵¹ no Marajó, diz respeito a busca de uma melhor posição social, uma aquisição considerável de capital econômico e simbólico.

Sua família vive, com a queda de Antonio Lemos da Intendência de Belém, em 1912, a quem apoiavam, certa desclassificação como já se conjecturou. Investir, pelo menos incentivar os estudos de Dalcídio, em alguma forma, surgiu como possibilidade de promover parte desse processo de recolocação social. Assim, a senhora Margarida Ramos, mãe de Dalcídio, começou a ensinar as primeiras letras ao pequeno, nessa tentativa de reconversão de capital (ou parte dele) outrora pertencente à família de seu esposo, outrora adquirido em suas atividades de atendimento ao *bom gosto* da fração dirigente local.

Fazendo isso, o filho teria chance de *dar gosto*, e dessa forma contribuiria para que escapassem de um rebaixamento social maior. Por muito tempo, mesmo com a época das *vacas magras*, figuraram ainda entre os *arremediados* de Cachoeira do Arari. Das lembranças da vida relativamente boa, marcada principalmente pela tutela de certo capital econômico na localidade, a família se manteve residente em um chalé, construção essa do tipo senhorial, que, naquele contexto, não correspondia às mais aconchegantes residências, contudo, não simbolizava as penúrias caracterizadas pelas casas de taipa, de palha no Marajó, constituídas em grande número⁵².

O que Dalcídio herda em sua infância, em sua maioria, corresponde ao acesso a bens naturais e simbólicos, como os que expressa de forma poética em um fragmento do poema *Cidade*.

⁵¹ Para se ter a noção do que era uma vila, como a de Cachoeira do Arari, por exemplo, estabeleceu-se como parâmetro a proposição jurídica configurada na Lei n.324 (2º Parágrafo artigo 5º e 6º) de 6 de julho de 1895 que caracteriza vila como locais com *cem casas ou habitações, vinte por cento da população adulta sabendo ler e escrever e já ter título de povoação* [além de ser] *sede de uma circunscrição ou de um districto judiciário, sede de uma ou mais subprefeituras de segurança; de uma collectoria ou mesa de rendas estaduais e de uma escola primária de primeira entrância para cada sexo*. Cf.: PARÁ. Lei n.324, de 6 de julho de 1895. Coleção das Leis estaduais, 1900, p.323-4.

⁵²Sobre os chalés no Marajó a compreensão de José Varela é de que serviam em geral como morada permanente aos proprietários de classe média. Cf.: PEREIRA, José Varela. *Guerra de Espíritos* (10)- autobiografia. Disponível em <http://remonagua.blogspot.com.br>. Acesso em 4 de abril de 2017. Além desse escrito, um estudo modelar sobre os chalés como residência expressiva no Brasil (em particular em São Paulo), pode ser consultado entre os trabalhos de Eudes Campos. Cf.: CAMPOS, Eudes. *Chalés Paulistanos*. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N.Sér. v.16. n.1.p. 47-108. jan-jun, 2008.

*Desde menino vim para cidade!
 Trouxe os meus livros leais,
 Debaixo do braço e o ar matuto
 De quem tinha n'alma as raízes
 Das paisagens, dos silêncios
 Das cousas virgens do Marajó...*⁵³

E semelhante aos valores mencionados no poema, Dalcídio informaria outras questões de sua infância a Renard Perez, à época, escritor interessado em catalogar o máximo de informações possíveis sobre a vida e obra de 20 intelectuais brasileiros. Na ocasião em que encontrou Dalcídio, o escritor fluminense registrou que as lembranças do literato paraense evocavam um *menino impaludado, meio só, entre as águas – tome febre, baço doendo, tome chuva – e olhando o rio, os peixes, certas árvores, certas nuvens, certas meninas... E ouvindo o grito dos marrecos e dos patos brabos, a passarem alto, por cima de casa...*⁵⁴.

Desde de muito cedo, pelo que se subentende, Dalcídio – menino negro, provinciano⁵⁵ e de família decaída economicamente - viveu a aquisição de valores e costumes de sua condição atual, assim como pairou em suas ações a necessidade de acumular elementos relativos ao capital da classe dirigente. E diante dessa conjuntura que a vida ia se (re)modelando ao pequeno filho da família Pereira, afilhado de São José, devoto do Divino e de Nossa Senhora da Conceição. Ele cresceu como muitos filhos da Amazônia, influenciado pelo imaginário local de que seria capaz de ficar rico criando galinhas. Igualmente a outros moradores do interior do Estado, constatava que a obtenção de lucros materiais não lhe era possível, contudo, a vida poderia lhe reservar outros ganhos. O que se via na vila de Cachoeira do Arari era o garoto adolescendo, influenciado a cada dia mais pelo saber de sua mãe, pelos livros, pelas posições e saber escolarizado que o pai tivera.

Sobre um desses capitais avolumados desde a infância, é bom que se registre: Dalcídio se tornou um exímio leitor. Esse ato de ler, provavelmente, já encontrava deleitamento em sua juventude, nas duas estantes do pai, detentoras de obras como o *Dicionário Prático Ilustrado*, *No País das Artes*, de Blasco Ibañez, *Cultura dos Campos*, de Assis Brasil e algum exemplar de Camilo Castelo Branco. Além desses autores, Dalcídio teve contato com livros de poesias, a citar *As Primaveras* de Casimiro de Abreu, e o controverso (para a época), *O Primo Basílio*,

⁵³ JURANDIR, Dalcídio. Cidade. In: *Alegoria/Luz Tropical*. livro de Poesias, 1929 – manuscrito. Acervo DJ – Produção intelectual. Fundação Casa de Rui Barbosa.

⁵⁴ PEREZ, Renard. *Escritores Brasileiros Contemporâneos...*, 1964, p.90.

⁵⁵ Torna-se aqui oportuno esclarecer o uso do termo provinciano, utilizado inclusive no título da pesquisa. Longe dos entendimentos pejorativos de ser atrasado, sem cultura ou indivíduo inadequado em suas práticas e costumes, o emprego da palavra provinciano aqui assumiu exclusivamente o cunho geográfico, correspondendo assim a um Dalcídio letrado, porém afastado dos considerados grandes centros culturais do Brasil.

de Eça de Queirós, quase sempre colhido da estante do capitão Alfredo em meio a protestos e advertências da mãe.

Se somar-se essa ambientação com os livros, com determinados ensinamentos direcionados a Dalcídio e o contexto socioeconômico desfavorável que viviam, torna-se aceitável compreender que diante da rejeição que sua família se encontrava (somado a outros estigmas e *handicaps* que o cercavam), vê-se a condição propícia para o garoto incorporar certa *recusa* as carreiras mais gratificantes, como ser advogado ou político no Marajó ou em Belém, alimentando então, dia após dia, uma *sensibilidade* para às letras, ao mundo da escrita, o *bom gosto* literário como fruto de reconversão dos *bons gostos* advindos de seus pais.

Por volta de seus sete anos de idade, já se via em sua vida essa continuidade de aquisição de trunfos sociais, com a contratação, entre 1916 e 1921, de alguns mestres-escolas em sua localidade, para ensiná-lo. Como resultado dessa busca, Dalcídio obteve conhecimentos escolares com a professora Lucinda Simões, da escola Mista Estadual e com o professor normalista Francisco Delgado Leão, do curso primário, à época um respeitado mestre de caligrafia em Cachoeira da Arari⁵⁶.

Esse direcionamento do pequeno Dalcídio para os estudos com os mestres primários apresentou ao garoto uma realidade escolar capaz de provocar profundo desencantamento com a escolas na vila de Cachoeira do Arari, no Marajó, de forma geral. Ao se consultar, por exemplo, registros da educação primária em Ponta de Pedras, Muaná e Cachoeira (alguns ofícios e atestados), se observa, por meio das solicitações e descrições feitas, escolas funcionando na casa dos professores com um repasse de verbas irrisório, com ausência de cadeira para a professora e para muitos alunos, desprovidos, para suas atividades, de contador, globo, tintas e papéis, e os poucos materiais que lhes eram disponíveis achavam-se em tão péssimo estado *que não permitem aos menos, aos alunos, utilizarem-se deles para os exercícios escriptos*⁵⁷.

Além dessas questões de estrutura e de recursos, algo parecia saltar como mais grave naquela educação ofertada. Os conteúdos trabalhados nas escolas pareciam não apresentar acréscimo escolarizado aos alunos. Isso ficou evidente, inclusive registrado no jornal dirigido

⁵⁶ Curiosamente Renard Perez (1964, p.90) acrescenta a estes professores o *mestre-escola Proença*. No entanto, em outros registros sobre sua vida-obra que se tem acesso, não consta que Dalcídio tenha sido aluno do Sr. Proença, mas Alfredo, o personagem criado por Dalcídio Jurandir em seu conjunto romanescos. Essa narração dos estudos do personagem com o *mestre* Proença pode ser encontrada no romance *Chove nos campos de Cachoeira*, publicado em 1941.

⁵⁷ Cf.: ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Diretoria de Instrução Primária. Série Ofícios e Atestados. Escola Elementar de Muaná, Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, fevereiro e julho de 1918; 1920; 1921.

pelo pai de Dalcídio, quando um jovem morador de Cachoeira foi prestar exame para ingressar na Escola de Aprendizes Marinheiros. Em sua edição de 20 de junho de 1922, o periódico *Político e Noticioso* trouxe na matéria de capa o fato do jovem cachoeirense ter sido recusado na instituição militar pelo fato de ainda não saber ler e escrever. Em um determinado fragmento da matéria, assim foi registrado o ocorrido:

Diz-se que bafejou aquella deliberação o facto de ter sido peremptamente recusado pela Escola de Aprendizes Marinheiros, em Belém, um menor que ali fora levado para inclusão, por não conhecer elle as letras do alphabeto! e que esse menor, digamo-los com tristeza, levava atestado de que era paraense e nato de Cachoeira! Abençoada recusa. Se o louvável e patriótico gesto do illustre e digno Inspector do nosso Arsenal de Marinha fosse imitado sem contemplação alguma pelos que têm serviços e collocações a dar, certamente que, dentro de pouco tempo, o número excessivo de analphabetos, entre nós, ficaria restringindo, melhor seria o serviço prestado; maior a dedicação e legitimo interesse por àqueles que alcançassem taes collocações, porque levariam a vantagem indiscutível de se acharem habilitados pelos brilhantes e grandiosos conhecimentos que lhe ministram as letras do alphabeto⁵⁸.

A matéria apresentada, pelo que se entende, registrou, além da recusa do aluno, o fato de Cachoeira do Arari começar, em certa medida, a entrar em consonância com o discurso da época que veiculava a educação como processo capaz de elevar o ser humano em um aperfeiçoamento de suas capacidades físicas, morais e intelectuais, o que contribuiria para o desenvolvimento da nação.

Todavia, para além desses aspectosurgia no seio familiar de Dalcídio a necessidade de melhorar de vida o quanto antes, reconvertendo certo capital perdido com a mudança de regime político e a crise econômica. As necessidades de sua família pareciam se chocar com o sentimento de pouca ou nenhuma educação escolar ofertada e adquirida naquela localidade do norte brasileiro, no início da segunda década do século XX.

E diante dessas circunstâncias, sua família, em especial sua mãe, empenhou-se para levá-lo para Belém, para estudar na capital do Estado. O menino carregava consigo, além dos prováveis poucos pertences materiais, frações de educação escolarizada que tivera em Cachoeira, um aquinhado montante de capital cultural da classe dirigente e muitos valores e costumes adquiridos na vida simples onde fora criado.

Se esperasse a oferta de uma educação um pouco mais *promissora*, o filho de Alfredo Pereira e Margarida Ramos teria que aguardar cerca de dez anos a mais, quando, de acordo com o Jornal *Cachoeira Nova*, é instalado o primeiro grupo escolar (em 1932), no agora município de Cachoeira.

⁵⁸ Cf.: *A Gazetinha*. Orgão Político e Noticioso. Marajó-Pará. E.U. Do BRAZIL. Director Capitão Alfredo Pereira. Publicação decendial. Officina A'rua da Municipalidade. Anno II. Cachoeira, 20 de julho de 1922. Num. 41. Acervo da Casa de Rui Barbosa, acervo "Pim" – Sobre a Região Norte.

*Finalmente os bons fados, bafejaram para nossa cidade. A revolução, que parecia estar de mal conosco lembrou-se de nós. Vem vindo uma nova fase de progresso, impulsionado pelos novos administradores que viram a necessidade de fazer tudo por esta terra, que tem esperado pacificamente a sua reforma material. Cachoeira vai ter o seu grupo escolar. Obra moderna, que encherá de alegria os pais sciosos de mandar ensinar seus filhos*⁵⁹.

Como indiretamente já se pôs, ante a ansiedade e necessidade de que o filho obtivesse a educação escolarizada, Dalcídio é direcionado para a capital, para estudar, em 1922. Com treze anos de idade, consegue matrícula no 3º ano do ensino primário do Grupo escolar Barão do Rio Branco⁶⁰, passando a morar na casa de parentes e algumas amigas de sua mãe, afetuosamente descritas por ele como Dona Lulu e Dona Luci⁶¹. Passados dois anos desses estudos primários, já em 1925, o menino natural do Marajó conseguiu o diploma de conclusão dos estudos primários, fato este que, de acordo com Regulamento Geral do Ensino Primário - Decreto nº 625, de 2 de janeiro de 1899, expedido pelo Governador José Paes de Carvalho,⁶² lhe garantiria matrícula no Ginásio. Contudo, talvez por orientação específica e legal da instituição de ensino, Dalcídio tivera que fazer exames de admissão, o que lhe conferiu aprovação e matrícula no primeiro ano ginásial na outra instituição que pleiteava matrícula⁶³.

Na altura de seus 16 anos de idade, o garoto do 1º ano/segunda turma seguia da empobrecida José Pio, n.18, na periferia de Belém, rumo ao Ginásio Paes de Carvalho⁶⁴. Quando morou em Cachoeira do Arari, Dalcídio, provavelmente, sonhou em obter sucesso nas escolas da capital, porém, o que colheu com certa frequência no Paes de Carvalho foi o grau *simplesmente*⁶⁵, coisa que aos poucos contribui para seu distanciamento da instituição, ainda mais se juntado à situação financeira difícil por que passava.

⁵⁹ Cf.: Cachoeira Vai ter Grupo escolar. *Jornal Cachoeira-Nova*. Cachoeira do Arari, 25 de dezembro de 1932. Casa de Rui Barbosa. Recorte de jornal no acervo “Dalcídio Poeta”, [S.1; s.d.].

⁶⁰ O Grupo Escolar Barão do Rio Branco, também conhecido como 5º Grupo Escolar do 4º Distrito da Capital, figurou entre as sete primeiras escolas republicanas do Pará. Sua fundação se deu no dia 10 de março de 1912 e homenageou José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

⁶¹ NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy & PEREIRA, Soraia R. (Orgs.). *Dalcídio Jurandir...*, p.29.

⁶² PARÁ. Decreto nº 625 de 2 de janeiro de 1899 que reorganiza o Ensino Primário do Estado. In. *Atos e Decisões do Governo de 1889*. Imprensa Oficial: Belém, 1901.

⁶³ Cf.: TERMO DE MATRÍCULA DO PRIMEIRO ANNO. Secretaria do Gymnasio Paes de Carvalho. Belém do Pará, 31 de março de 1925. Arquivo do Colégio Paes de Carvalho; Documentos pessoais, de grande valor histórico – site da CCDJ.

⁶⁴ O Paes de Carvalho, escola de ensino secundário, foi fundada pelo magistrado Bernardo de Souza Franco em seu segundo mandato como presidente da Província do Pará, em 28 de julho de 1841, sob o dístico de *Liceu Paraense*. Foi o 4º Ginásio da República, equiparado em 1892 ao Ginásio Nacional. Tal instituição, por ainda se voltar a educação pública do estado do Pará, caracteriza-se como o estabelecimento de ensino mais antigo do Estado, ainda em funcionamento.

⁶⁵ Os graus de aprovação no 1º ano dessa instituição eram: *Com distinção*, *Plenamente* e *Simplesmente*. Sobre os graus e notas/médias que Dalcídio obtivera na instituição (1º e 2º ano), Cf.: BOLETIM DO JULGAMENTO DO EXAME DE GEOGRAFIA – 17 de dezembro de 1925; BOLETIM DO JULGAMENTO DO EXAME EM INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA - 18, 21 de dezembro de 1925; REGISTRO DE MEDIDAS. Secretaria do

Essa mesma situação de distanciamento da escola acabou, indiretamente por favorecer seus investimentos na atividade jornalística e literária, ainda mais quando se viu o expressivo desenvolvimento da imprensa e polígrafos na República Velha (1889-1930). Esse trânsito que percorreria, pela imprensa, pela literatura, representou, ao que parece, uma adequação as condições dispostas e a implementação do capital adquirido, bem como surgiu como subterfúgio frente ao insucesso escolar que tivera no ginásio, principalmente em 1926 quando atingiu seu momento crítico. Passado um pouco da metade daquele ano, Dalcídio doente de sarampo e com poucos recursos financeiros abandonou os estudos secundários, não concluindo o 2º ano ginásial, que ficou incompleto, exemplificado pelo seu registro escolar.

REGISTRO DE MEDIDAS																									
Dalcídio Ramos Pereira																									
Anos	Matérias	A b r i l	M a i o	M e i o	Faltas		J u n h o	J u l h o	M e i o	Faltas		A g o s t o	S e t e m b r o	M a i o	Faltas		O u t u b r o	N o v e m b r o	M e i o	Faltas		Total de Faltas	MEDIA GERAL	Observações	
					Just	N. just.				Just	N. just				Just	N. Jus				Just	N. just				
2º anno	Portuguez	10	9				9	10	8,5																
	Francez		7				1	3	2			8	7												
	Inglez	0	0	0			3	0	1,5			2	3	3	11										
	Latim	0	0	0			2	1	1,5					4	12										
	Arithmética	7	7				1	1	1			1	1												
	Conhec. Do Brasil						3	6	4,5			-	1		6										
	Moral e Cívica	4	5	4,5			7	1	4																
	Desenho	9	7				1	7	4			0	0	9	3										

Fonte: REGISTRO DE MEDIDAS. Secretaria do Gymnasio Paes de Carvalho. Belém do Pará, 1924;1925 (Arquivo do Colégio Paes de Carvalho; Documentos pessoais, de grande valor histórico – site da CCDJ).

Além desse mapa de matérias, notas e faltas, que revelam o pouco aproveitamento escolar de Dalcídio, as palavras que apresentou a Renard Perez resgatam muito de suas lembranças desse fatídico ano: *Era junho de 1926. Tinha capiscado [aprendido] ano e meio de humanidades e assim entrei no mundo, sem nenhuma letra, sem nenhuma aptidão, chocando a juventude pelo subúrbio*⁶⁶. Diante desse quadro, não estudar para Dalcídio representava, de certa forma, o sepultamento de uma boa parte de suas chances de adquirir melhor posição social. Chances essas, por sinal, reduzida para si e para seus parentes.

Gymnasio Paes de Carvalho. Belém do Pará, 1924;1925. Arquivo do Colégio Paes de Carvalho; Documentos pessoais, de grande valor histórico – site da CCDJ.

⁶⁶ Dalcídio Jurandir *apud* Renard Perez. *Escritores Brasileiros Contemporâneos...*, 1964, p.90.

E na capital, como 17 anos de idade, ele jovem, sem muitas perspectivas, *segue lendo Fausto, tradução de Castilho, sem alma, sem grandes nervos, lendo sem a sensação com que se deve ler*⁶⁷. As leituras, os esboços e descrições, a contribuição com escritos simples a determinados impressos que circulavam em Belém e no interior do Estado - tudo isso (e muito mais pelo que se julga), são atividades que ele passou a desenvolver e o fazem sonhar, mantém viva sua esperança com dias melhores. Dada a insistência nesse processo de reconversão de capitais, Dalcídio se lançou quase que por completo ao jornalismo, sabendo que, na aquisição ou recrutamento de intelectuais daquela época, em alguns postos, como o de jornalista, o diploma começava a ser exigido, ou, minimamente, se fazia necessário, legitimava o exercício da profissão.

Mesmo sem esse atestado para o exercício, Dalcídio se resguardava em trabalhos escritos simples que fazia, quase todos surgidos da rede de relações que construía em Belém e da aproximação, a cada dia mais íntima, com palavra, com os amigos que voltam também a produção cultural. Assim, foi se lançando amparado pelas pequenas exceções e aberturas concedidas a determinados agentes como ele, *esforçado*, detentor de alguma familiaridade com os jornais e revistas, com as questões relacionadas à cultura local⁶⁸.

Com essa conjuntura, Dalcídio passa a ser mais um dentre tantos outros filhos dos *parentes pobres* que vão ocupar as carreiras intelectuais no Brasil⁶⁹. Essa condição social que viveu lhe leva, ao lado do irmão Flaviano Ramos Pereira (redator) e de Edgar Alves Ribeiro (desenhista), a se dedicar a direção da revista artesanal-mensal *Nova Aurora*⁷⁰. Tendo mais esse acréscimo em seu capital, somado as chances baixas de retorno aos estudos no Ginásio Paes de Carvalho, Dalcídio se vê impulsionado a tentar a vida no Rio de Janeiro, em 1928. Para a capital federal se lançou, levando alguma recomendação de amigos, entretanto, só consegue inicialmente o trabalho de lavador de pratos no Café e Restaurante São Silvestre, no bairro da Saúde. Algumas semanas depois, trabalhou em outra atividade, talvez um pouco

⁶⁷ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Carta ao amigo Ribamar [Moura]*. Interior do Estado, 1932. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir – CR 03, incompleto.

⁶⁸ Essa impressão de um Dalcídio esforçado e sedento por saber pode ser apreendida na leitura das inúmeras cartas que trocou com o amigo Ribamar [Moura]. Tais missivas podem ser consultadas na Casa de Cultura Dalcídio Jurandir (CCDJ), em Niterói, Rio de Janeiro.

⁶⁹ Sobre as tônicas que personificam os *parentes pobres* e o encaminhamento para o jornalismo e outros postos de trabalho cf.: MICELI, Sergio, *Intelectuais à Brasileira...*, 2001, em especial os subitens: *Os parentes pobres: a divisão sexual do trabalho de reprodução e, Imprensa e polígrafos*.

⁷⁰ Na obra memorialística de Dalcídio, é mencionada a existência de um exemplar dessa revista na Fundação Casa de Rui Barbosa, do ano de 1925, ano I, nº 8, todavia, até o momento, não se teve acesso à referida revista. cf.: NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy; PEREIRA, REOLON, Soraia, 2006, p.29.

mais próxima ao que almejava já que estaria entre os revisores da revista fluminense *Fon-Fon*⁷¹, ainda que sem remuneração.

Imagem 4: Anúncio da revista *Fon-Fon* no início do século XX.

Com a vida cada dia mais difícil na capital Federal, Dalcídio resolve voltar ao Pará. E no retorno dessa tentativa marcada por *aventuras, peripécias, desenganos, enfim, uma atribulada odisseia*, ele volta para a capital, para a companhia de Dona Lulu, uma vez que sua família, residente na ilha do Marajó, passava por consideráveis dificuldades financeiras também⁷².

Novamente frustrado e necessitando de algum trabalho, Dalcídio foi realizar atividades modestas chegando a obter um *bico* numa escolinha particular suburbana, *convidado que é pela professora para ajudá-la nas aulas*⁷³. Com a prática desse e de outros trabalhos esporádicos, seu ordenado segue estagnado, mínimo e incerto, o que lhe leva a continuar à procura por um emprego, um ofício regular. Sem uma profissão, basicamente definida ou respaldada, investe nas possibilidades surgidas de sua rede de sociabilidade, naquele momento, alguma atividade que lhe assegurasse qualquer acréscimo de capital material, simbólico.

⁷¹ A revista *Fon-Fon* foi uma revista semanal que circulou no Rio de Janeiro a partir de 13 de abril 1907, e que trazia em seu título a onomatopeia da buzina, alusão indireta a industrialização, ao desenvolvimento econômico do país. Essa revista de conteúdo *alegre, político, crítico e esfusante, noticiário avariado, telegraphia sem arame e chronica epidemica*, como se apresentava, contribuiu de forma expressiva e satírica para o registro da cidade do Rio, com destaque para seus costumes e desdobramentos políticos até dezembro de 1945, já no Estado Novo. Sobre a revista *Fon-Fon* Cf.: ZANON, Maria Cecília. A Sociedade Carioca da Belle Époque nas páginas do Fon-Fon! *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 217-235, jun. 2009.

⁷² As impressões dessa viagem, o local de retorno de Dalcídio bem como a condição financeira que sua família se encontrava, em Cachoeira do Arari (Marajó), pode ser visualizada nas considerações de seu irmão Flaviano, em correspondência emitida a Dalcídio pouco tempo depois de seu regresso do Rio de Janeiro. Cf.: RAMOS, Flaviano. *Carta de resposta ao irmão Dalcídio*. Cachoeira do Arari, 12 de janeiro de 1929. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

⁷³ PEREZ, Renard. *Escritores Brasileiros Contemporâneos...*, 1964, p.91.

A respeito desse momento e dessas incursões trabalhistas realizadas, Dalcídio participou à Renard Perez a seguinte questão: *[Eu] Conseguia amigos. Por exemplo: o Cícero Batista, guarda-sanitário, que me dava jantar, romances de Aluizio Azevedo e confessava a sua predileção pela Carne de Júlio Ribeiro. Havia ainda Josino Viana, professor de História, e em cuja casa reuniam-se jovens, para os quais o mestre lia, em voz alta, poesias de Samain. Dava ele notícias de Baudelaire e declamava Oliveira Martins, no capítulo sobre o Marco Antônio e a Cleópatra*⁷⁴.

Além desses amigos, os nomes de Ribamar de Moura, Abguar Bastos e Raynero Maroja ganhariam revelado por representarem alguns dos amigos que lhe ofereceram condições materiais e intelectuais nesse processo de reconversão de capital, que somaram para o desenvolvimento do intelectual que se desenhava no Pará. Raynero Maroja⁷⁵, por exemplo, antigo amigo de Cachoeira do Arari contribuiu para sua formação intelectual ao lhe emprestar obras de Balzac, Augusto dos Anjos, Cruz e Sousa (dentre outras), assim como tentou sustar parte dos investimentos de insucesso de Dalcídio ao nomeá-lo, em 1929, para o cargo de Secretário do Tesouro na Intendência (prefeitura) em Gurupá, município paraense. Dessa experiência empregatícia por nomeação, coisa que lhe causava desconforto, muitos foram os ganhos, para além dos 150\$000 mil contos de réis atrasados que recebia⁷⁶.

Nas tardes que passava na localidade, utilizava consideráveis frações de seu tempo de folga realizando leituras, aquelas que lhe eram possíveis realizar, como *volume roído de Cousin achado nuns papéis velhos da Coletoria Federal, [...]o Racine trazido do Ginásio pelo Coletor Estadual [...]às quantidades, o César Cantú, encontrado num barracão à beira do Amazonas*⁷⁷. E entre as leituras, o trabalho na Intendência e a situação financeira difícil que vivia, Dalcídio resolve aproveitar outras parcelas de tempo e para dar continuidade ao romance que escrevia, bem como começou a rascunhar outra obra⁷⁸.

⁷⁴ PEREZ, Renard. *Escritores Brasileiros Contemporâneos...*, 1964, p.91.

⁷⁵ Raynero Maroja fora um homem influente no Pará. Em Cachoeira do Arari fora promotor público. Tempos depois veio a ocupar a função de Desembargador do Estado. Naquele ano de 1929 Raynero Maroja assumiu a Intendência Municipal de Gurupá, no Baixo Amazonas-PA, *uma Intendência quebrada [...] que não rendia nem para pagar os vencimentos do Intendente*. Cf. PEREZ, Renard, *Escritores Brasileiros Contemporâneos...*, 1964, p.91-2.

⁷⁶ Sobre esse momento em sua vida infere-se que outros ganhos foram conseguidos em Gurupá, a citar o aprofundamento (*in loco*) de suas observações acerca da realidade amazônica, coisa que lhe beneficiaria, nos anos 40, para a escrita do romance *Ribanceira* (publicado em 1978), assim como viria somar em sua prestação de serviço junto ao programa de educação sanitária do SESP, no município, e no fornecimento de informações ao antropólogo Charles Wagley, que, ao coletar e vivenciar consideráveis situações na Amazônia, escrevera a obra *Uma comunidade Amazônica*. (Publicada em 1953, em versão inglesa).

⁷⁷ PEREZ, Renard, *Escritores Brasileiros Contemporâneos...*, 1964, p. 91-2.

⁷⁸ Os romances aqui mencionados, desenvolvidos em 1929 são: *Chove nos campos de Cachoeira e Marinatambalo* (depois intitulado *Marajó*). Em relação ao primeiro romance Dalcídio registra, em folha avulsa, que a obra teria sido finalizada em 10 de janeiro de 1931, às quatro horas da tarde, quando trabalhava no

Sobre esses escritos de Dalcídio, no final dos anos 20, outras considerações específicas parecem ser pertinentes realizar. O ofício de romancista, se apresentavam como possibilidade para ele e para tantos outros postulantes a escritor, autodidatas, indivíduos distantes dos considerados epicentros culturais do Brasil que almejavam, por menor que fosse, algum lucro junto aos grandes centros da cultura. Esses jovens que se tornaram romancistas, quase que em sua maioria, foram letrados de províncias, afastados dos centros da vida intelectual e literária, verdadeiros autodidatas impregnados *pelas novas formas narrativas em voga no mercado internacional que não dispunham dos recursos e meios técnicos a essa altura necessários aos que tivessem pretensões de sobressair na prática dos gêneros de maior prestígio da época*⁷⁹.

Os gêneros prestigiados nesse início de século XX, ao que parece, correspondiam à crítica literária e à poesia. Esse último modo de expressão humana, diga-se de passagem, passou por muito tempo no campo literário brasileiro como o gênero social e intelectual mais rentável. Talvez quando sentiu essa alta no campo literário Dalcídio se lançou a agregar algumas poesias suas em uma coletânea que, muito possivelmente, almejava publicar⁸⁰.

No entanto, parte dessa produção poética sua, do final dos anos 20, mesmo apresentando grandes influências da poesia moderna (notadamente a escrita do poeta paraense Bruno de Menezes, por exemplo), a oralidade presente na poesia de Castro Alves, bem como ressonâncias do classicismo greco-latino⁸¹, correspondeu a um *investimento experimental, resultado de seu impulso da adolescência*⁸², o que não lhe levou a consagração no campo literário como poeta.

E isso não quer dizer que sua poesia, notadamente aquela elaborada no final da República Velha não tenham tocado a crítica, os pares de sua época, os estipuladores do *bom gosto literário*. Embora em muitos momentos Dalcídio apresentasse *versos que atordoam pela exuberância escachoante formando-se excessivo e confuso*, como avaliou o amigo jurista Ribamar de Moura, ou apresentasse *sonetos claros e profundos, embora desandados no ergotismo de um delírio nebuloso, incompreensível por excesso de subjetivismo* como criticou

barracão comercial do amigo Pais Barreto. cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Folha de caderno grande, cortada ao meio, com o final de Chove nos campos de Cachoeira*, registrando em 10 de janeiro de 1931, Gurupá, Pará. Fundação Casa de Rui Barbosa, acervo Dalcídio Jurandir – P.I.

⁷⁹ MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira...*, 2001, p. 159.

⁸⁰ Essa coletânea manuscrita corresponde a obra *Alegoria/Luz Tropical*. livro de Poesias, 1929 – manuscrito. Acervo DJ – Produção intelectual, Fundação Casa de Rui Barbosa.

⁸¹ Sobre essa compreensão, Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Poemas impetuosos ou o tempo é do sempre escoá*. Poemas organizados por Paulo Nunes. Ilustração de Ararê Marrocos. Belém: Paka-Tatu, 2011.

⁸² No manuscrito *Alegoria/Luz Tropical*, o próprio Dalcídio afirma ter feito uma obra sem muitos rigores ou tradição poética explícita, apenas numa necessidade de juntar poemas *desconexos, impetuosos [...] com uma extraordinária convicção que não agradariam a ninguém*. Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Palavras em um diário*, datado de outubro de 1932. Casa de Rui Barbosa, acervo: Dalcídio Jurandir poeta.

o catedrático Remígio Fernandez, Dalcídio tinha uma boa cotação entre outros críticos, como por exemplo, Josino Viana, notável professor de História e o próprio Ribamar de Moura que, mesmo julgando ser Dalcídio ainda um *artista indigente* - ser ainda pobre em seu acúmulo de capitais e qualidades morais, intelectuais, espirituais-, já atingira a *plenitude do estilo* e figurava entre aqueles *poetas magníficos*, da estirpe de Max Nordau, *um iniciado*, indivíduo *congenitamente moderno* em termos de poesia⁸³.

E se na arte da palavra começava a apresentava certo respeito e atenção, em termos materiais Dalcídio sente o abalo advindo da crise que desestabiliza o mundo nos anos de 1929. Tudo parecia ir em *ruína e em saudade daqueles preços da borracha...* Em meio à quebra econômica, à crise de malária e a solidão, o amigo Dr. Raynero Maroja abandona o cargo de Intendente e deixa Dalcídio em Gurupá que assiste os primeiros levantes do movimento de 30 no Brasil. Com o ordenado parco, esperou o novo Intendente, dito revolucionário, e lhe entregou *honradamente os talões e as ruínas*⁸⁴.

Imagem 5: Intendência de Gurupá, *Intendência inacabada...em ruínas em 25 de julho de 1927* segundo o registro de Mário de Andrade. Cf.: ANDRADE, Mário de. Mário de Andrade – *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1981, p.9 (Publicações SPHAN, 33).

⁸³ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Cartas do amigo Ribamar [Moura]*. S/d; 1929; 1932. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

⁸⁴ PEREZ, Renard, *Escritores Brasileiros Contemporâneos...*, 1964, p. 92.

No interior do Pará, aproximado a revolução de 30, Dalcídio segue alimentando sua *implacável fome de leitura*, buscando mais conhecimentos, estudando inglês, aguardando do amigo Ribamar *uma gramática de língua italiana ou coisa semelhante*, escrevendo em suas *meditações crepusculares em suas tardes na floresta*, corporificando o *artista indigente* que anos depois acionaria sua rede de relações e alteraria novamente, a duras penas, sua vida. Mesmo experimentando uma situação adversa para seu trabalho com a palavra, *o artista vive [...]sob a casca de todos os disfarces*⁸⁵, mobilizando sua consciência crítica, literária, artística.

Ao término dos anos 20, Dalcídio não chega a ser fazendeiro, advogado ou político como alguns integrantes de sua família foram, contudo se torna, resultante dos meandros que desenvolveu e dos condicionantes que teve, um intelectual, um praticante de ofício de refúgio, todavia rentável em seus lucros de ordem simbólica, capazes de possibilitar determinados ganhos como aqueles surgidos do recrutamento de sujeitos pensantes e dispostos a somar com o governo de Magalhães Barata (em escala local) e Getúlio Vargas (em escala nacional), na entrada dos anos de 1930, sujeitos esses que levantaram certo discurso político de progresso, inclusive para a educação do Estado do Pará.

⁸⁵ MOURA, Ribamar. *Carta a Dalcídio Jurandir*. Belém, 21 de fevereiro de 1930; 22 de março de 1930; acervo da casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

CAPÍTULO 2
O FUNCIONÁRIO-ESCRITOR NA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

2.1 - Os anos 30, outras disposições aos intelectuais

Os anos 30 apresentariam a Dalcídio outras disposições que o levariam a exercer a função de funcionário do governo na capital do Estado do Pará, e, simultaneamente, construir uma militância junto ao Partido Comunista do Brasil - P.C.B, escrever para os jornais e revistas, exercer seu papel de intelectual. As condições que a entrada dos anos 30 apresentou - notadamente marcada pelo declínio das antigas famílias dirigentes e pelo aumento nas demandas do mercado do trabalho político e cultural, ofertada pelo Governo Provisório, favoreceram diretamente a trajetória e corporificação da figura do intelectual no Brasil. Dalcídio seria mais um a conquistar certo lucro com tais alterações.

Para se entender melhor essa conjuntura de fracasso das antigas famílias dirigentes, que clamavam por alterações em diferentes frentes, basta enquadrar a crise econômica de 1929, uma crise mundial, que para muitos foi um agravante a mais para a já degradante condição econômica e política que o ocidente se encontrava. O Brasil, como tantos outros países que drasticamente sofriam com os abalos dessa quebra, até apresentava acanhada alta nos processos de industrialização e urbanização, porém, enfrentava uma forte crise no comércio agrícola voltado à exportação, o que favorecia uma maior intervenção estatal, disposta a ditar a nova configuração e caminhos da classe dirigente e controladora do Brasil.

A crise, assim como a crescente atuação do Estado, acabou por colaborar para um Brasil com classes operárias mais fortalecidas, uma fração empresarial industrial mais estruturada, uma elevação do número de profissionais de nível superior, técnicos especializados, pessoal administrativo, tanto no setor público quanto no setor privado. Não diferente dos outros segmentos que se modificavam, o contexto político se apresentou melhor estruturado, apresentando intensificação de revoltas militares, novas organizações partidárias e fortalecimento dos antigos partidos. Os anos 30, nessa disposição, esboçava ao Brasil a mudança de *projeto estético* para *projeto ideológico*, basicamente um interesse maior no projeto político nacional⁸⁶.

E para atender essa demanda em alta, a fração social dita intelectualidade, pelo menos em um primeiro momento, não exigiu do Estado a ocupação de postos, mas colocou-se disponível a auxiliá-lo na construção da imperativa sociedade que se almejava e que se consolidada, fundamentalmente, em bases racionais. Para justificar a contribuição que pretendiam dar, os intelectuais se valeram do fato de serem detentores da linguagem do poder,

⁸⁶ Sobre essa forma de compreender a transição para a entrada dos anos 30 no Brasil, também seguida por Antonio Candido, Cf.: LAFETÁ, Luiz. 1930: a crítica e o modernismo. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

se compreenderem e serem posicionados como aqueles que, por *vocação*, deveriam estar atuando junto às elites dirigentes do Brasil⁸⁷.

De forma mais específica pode-se dizer que essa fração do grupo dirigente paraense era composta, entre seus diferentes segmentos, pelos *círculos de intellectuaes* que valorizava não somente a *vida literária de Belém*, mas o *convívio, os rendez-vous furtivo com a arte, o atabalhoo da mediocridade ambiente*⁸⁸. Como artistas indigentes⁸⁹, um grande número dependia do Estado, do serviço público, embora sentissem vontade, em muitos momentos, de romper com a burocracia e atender o verdadeiro *sacrifício que deviam fazer pelo seu mais alto destino não fosse o de romper as cadeias desse encanto que os prendia por ali* [o trabalho público]⁹⁰. A *verdadeira profissão* de Dalcídio como de tantos outros não estava na secretaria da Intendência de Gurupá ou nos diferentes postos públicos em Belém, todavia era uma atividade necessária. O fato é que essa dependência [recíproca] possibilitou ao Estado uma expansão de seus aparelhos controladores, com maior representatividade, intervenção e ditames, e isso reverberaria em outras maneiras, e formas e interesses para recrutar intelectuais disponíveis ao serviço público.

Tinha-se então, além desses aspectos, o crescimento de uma nova conjuntura cultural no Brasil e no Pará, caracterizada pela disposição, por exemplo, de novos cursos superiores, cada vez mais crescentes em sua oferta nas redes e instituições culturais públicas, assim como se observava um maior investimento no mercado editorial. Esse investimento crescente, pelo que se entende, foi consequência de diferentes transformações a citar, a aquisição de equipamentos, maquinaria, a diversidade de programas editoriais que surgia, o recrutamento de especialistas (no que se refere a produção e acabamento, por exemplo), as novas estratégias de vendas mais sofisticadas como o reembolso postal, a contratação de viajantes e representantes das editoras dentre outras inovações para o momento que se vivia.

⁸⁷ Sobre essa questão, Cf.: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

⁸⁸ MOURA, Ribamar de. *Carta a Dalcídio Jurandir*. Belém – 22 de março de 1930. Acervo da casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

⁸⁹ O grupo de Dalcídio Jurandir pode ser compreendido também como *Geração do Peixe Frito*. Tratou-se de um grupo de intelectuais que, não conseguindo, muitos deles, ingresso no serviço público, encontravam na atividade literária escassa, de pouco retorno que exerciam, um sustento mínimo na medida em que conseguiam um lucro pequeno com a venda de suas produções, e com isso compravam postas simples de peixe do Ver-o-Peso - maior mercado ao céu aberto da América Latina, localizado em Belém do Pará-, com essa rotina seguiam entre a devoção literária (regada a peixe frito e cachaça) e a subsistência mínima. Sobre essa geração e suas atividades Cf.: NUNES, Paulo Jorge Martins; COSTA, Vânia Maria Torres. *A Academia do Peixe Frito: diálogos e interseções entre Literatura, jornalismo e Ciências Sociais na Amazônia do século XX*. 40º Encontro Anual da ANPOCs. Anais, 2016.

⁹⁰ MOURA, Ribamar de. *Carta a Dalcídio Jurandir...*, 1930.

De determinada maneira, essa condição contribuiu para que o Brasil experimentasse um *surto editorial* caracterizado pela crescente profissionalização relativa e autonomia do trabalho intelectual. Em seu âmago, é possível dizer que tais mudanças foram resultado direto não somente das alterações políticas e econômicas, mas de uma crescente do sentimento nacionalista, de pertencimento, algo que vinha sendo trabalhado desde o movimento modernista, avolumado com a Revolução de 30, resultante também da quebra econômica de 1929 que forçou as editoras brasileiras a investir em temas, autores e obras nacionais. A ideia era apostar na *substituição de importações*, isto é, reduzir custos aplicando na produção nacional, uma vez que com a crise, o Brasil apresentava um efeito de baixa no *poder aquisitivo externo do mil-réis, que resultou no preço proibitivo dos livros importados, até então predominantes no mercado brasileiro*⁹¹.

Com a Revolução de 30, desencadeando no Governo Provisório de Getúlio Vargas, o que se viu foi a crescente de uma nova consciência nacional. Havia uma inquietação brasileira por algo novo, mais visceralmente brasileiro em que os valores de renovação literários e artísticos passassem a ser fundidos com aqueles valores políticos e institucionais. E para isso, a revolução vitoriosa se valeu da articulação que agregava, diferentes de outros levantes, um *movimento mais amplo, mais geral, mais completo, simultaneamente reformador e conservador, onde foram limitados os excessos[...] harmonizadas as tendências mais radicais e divergentes*⁹². Ao conquistar o apoio do povo, isto é, da classe operária, da pequena burguesia, da classe média urbana e da baixa oficialidade do Exército, a Revolução de 30 ganhou o ar de um verdadeira movimento de insurreição nacional, *talvez um dos raros que podem reivindicar o título de uma revolução popular*⁹³, caracterizada pelo levante dos grupos nacionalistas que, em sua maioria, orientados pelas ideias de Alberto Torres, clamavam para que o Brasil se libertasse da alienação, orientasse seu próprio destino⁹⁴.

Nesse grupo disposto a forjar um outro Brasil havia aqueles brasileiros com algum grau de instrução e influência maior, que, de certa forma, posicionavam-se como mais

⁹¹ Sobre esse momento, Cf.: HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2012, p.464.

⁹² OLIVEIRA, Lúcia Lipp. As raízes da ordem: os Intelectuais, a Cultura e o Estado. In. *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Coleção Temas Brasileiros, vol. 54, Brasília: Ed. da UnB, 1982, p.508.

⁹³ Cf.: LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de outubro -1930*. São Paulo: Gráfico-editora Unitas limitada, 1933.

⁹⁴ Mesmo com essa explicação, para Barbosa Lima Sobrinho o que realmente causou a revolução diz respeito ao conflito pessoal entre Antônio Carlos e Washington Luís (e não um programa de governo, a necessária passagem para o *projeto ideológico*). A crise do café, incompatível com a reforma financeira, assim como o sentimento regionalista crescente (em que alguns estados antes enfraquecidos politicamente, passaram a se posicionar, requerendo uma melhor e maior participação), incrementaram a luta regional, as ações revolucionárias, a revolução em si. Cf.: LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de outubro...*, 1933.

preocupados com os caminhos que o país seguia, com os problemas da nação, simbolizando, em alguma medida, *o fim da antiga e tradicional adoração da Europa e do consequente desprezo por tudo quanto fosse brasileiro*⁹⁵. Muito antes da revolução de outubro de 1930, os intelectuais já mobilizavam essa forma de pensar, se posicionavam como partícipes essenciais, uma categoria esclarecida que iria desencadear as alterações necessárias, as modificações almejadas, modificações essas que ampliariam *as fronteiras do sistema através da implantação de um novo ordenamento de interesses, o que lhes permitiria mais efetiva participação no processo político*⁹⁶.

Assim, *criar* a nação, republicanizar ou abrigar a República, construir para uma consciência nacional e tantas outras necessidades desencadeadas pela gravidade do momento histórico passou a ser tarefa imperativa dessa *geração de elite*⁹⁷. É diante dessa situação que os intelectuais dos anos 30, incorporando também a insígnia de *desventurados eleitos*, diga-se de passagem, em sua maioria, membros de um grupo seletivo de integrantes das classes médias rudimentares, começava a ventilar ao Brasil muito da *educação e mecanismos culturais das nações mais desenvolvidas*⁹⁸, aquilo que tinham como capital cultural, visando favorecer uma fisionomia mais brasileira, mais nacional.

Esse desligamento da cultura e valores europeus, que se acredita ter atingido já na década anterior, como se observa, se viu relativizado. De um lado passou-se a formar um grupo de *intelectuais hipercorretos*, que por força de sua posição ambivalente com o elemento social, *atribuíram às ideais e teorias importadas, eficácia direta na configuração de comportamentos sociais, negligenciando os seus condicionamentos contextuais*; do outro, formou-se um grupo de intelectuais *pragmatistas críticos* que, por estarem localizados em posição positiva ante ao elemento nacional e sensíveis as condições contextuais do meio que

⁹⁵ Cf.: HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil...*, 2012, p.463.

⁹⁶ Sobre essa questão, Cf.: RAMOS, Alberto Guerreiro. A Inteligência Brasileira na Década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. In. *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Coleção Temas Brasileiros, vol. 54, Brasília: Ed. da UnB, 1982, p.531.

⁹⁷ Sobre a constituição de uma *Geração de Elite*, Cf.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Coordenadora); GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. *Elite Intelectual e Debate Político nos anos 30*: uma bibliografia comentada da revolução de 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Brasília, INL, 1980, p.38.

⁹⁸ Cf.: CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a Cultura. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.2, 4, p.27-36, abril de 1984. Nesse estudo de Antonio Candido uma questão abordada parece ser oportuna aqui. Para ele, a revolução de 30 não alterou a vida do povo, em sua maioria, mas possibilitou acesso a classe média (a partir das formações técnicas, superiores) e requalificou as elites, agora capacitadas com outros mecanismos que a localizam nas condições mais confortáveis na sociedade.

viviam, tenderam mais a *se servir das ideias e teorias importadas do que a admitir a sua exemplaridade abstrata*⁹⁹.

Essa divisão em dois grupos, mais didática que real, em pouca medida interferiu na ação da intelectualidade. Como grupo relativamente estruturado, catalisado pelo Estado em torno da cultura, dono de determinado capital cultural e de uma posição favorável em suas redes de sociabilidade, os intelectuais passaram a formar o público disponível para *os produtos e serviços culturais*, aliás, *eles compõem a parcela que difunde e consome aquilo que consideram cultura*¹⁰⁰, e assim criaram uma disposição relativamente nova, até então. O mercado de trabalho intelectual, diante disso, passava a se ampliar mais ainda.

A elite burocrática, detentora de recursos financeiros e institucionais estipulava estrategicamente as demandas de bens culturais e oficializava os subsídios de cultura e artes, colaborando, nessa conjuntura, para o alargamento das *preferências e opções das antigas classes dirigentes em matéria de importação cultural*¹⁰¹. Ergueu-se então uma outra relação, aparentemente nova em que, de um lado se via o intelectual e o artista, do outro, o Estado, a sociedade. Áreas como a instrução pública, a vida artística e literária, os estudos de ordem social e histórica, os meios de difusão cultural (a citar o rádio e o livro), passaram a sofrer mudanças expressivas. No Pará, estado de atuação inicial de Dalcídio, não diferente de outras partes do Brasil se viu um crescimento na preocupação com a *realidade paraense*, compreendida agora como preocupação nacional pela intelectualidade.

Com esse encaminhamento, o Estado do Pará, estado incrustado na Amazônia brasileira, repetia a situação dos outros estados brasileiros, principalmente os contornos surgidos do colapso político e econômico, em que os abusos de poder, os conchavos, as fraudes e tantas outras questões prejudicavam a grande maioria da população, condenada à *posição passiva de meros blocos de manobras, sem participação efetiva na esfera política*¹⁰² na transição para os anos 30.

Com a vitória dos revoltosos de 30, abriu-se espaço para novos pressupostos político-administrativos em solo paraense, assumidos pela liderança do Interventor Magalhães

⁹⁹ Sobre a formação desses dois grupos que tentavam somar para que o Brasil superasse os problemas que se encontrava, no início dos anos 30, Cf.: RAMOS, Alberto Guerreiro, *A Inteligência Brasileira na Década de 1930, à luz da perspectiva de 1980...*, 1982, p.533.

¹⁰⁰ Cf.: RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Inteligência Brasileira na Década de 1930, à luz da perspectiva de 1980...*, 1982, p.531.

¹⁰¹ MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira...*, 2001, p. 80.

¹⁰² Cf.: COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará*. Análise, Crítica e Interpretação da História. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981, p.30.

Barata¹⁰³. Para a implementação dessa nova conjuntura almejada, Barata contou com a contribuição dos intelectuais, *arautos* de uma sociedade que precisava de outras fisionomias¹⁰⁴. Ante a decepção com a política autoritária dos oligarcas paraenses na Primeira República, a geração de Bruno de Menezes¹⁰⁵ passou a nutrir esperanças com a Revolução de 1930 e com as propostas democráticas da Aliança Liberal que se dizia disposta a renovar os costumes políticos e restaurar as práticas democráticas.

Em concordância com a criação do Ministério de Instrução e Saúde Pública proposto por Getúlio Vargas, na entrada dos anos 1930, Magalhães Barata norteado pelo lema *sanear e restaurar* a República agregou a sua administração aqueles *amigos dispostos a completarem o programa sadio da revolução*¹⁰⁶, almejando assim, por exemplo, unificar o ensino – que passaria a ser construído sob a mentalidade de uma educação de luta, direcionada para o trabalho e inspirado no movimento revolucionário, além de uma saúde pública alicerçada nos preceitos da higiene e conhecimentos médicos vigentes, capazes de atender e superar doenças como a lepra e a malária, àquela altura, doenças que dizimavam principalmente o interior do Estado.

Aos poucos, no estado nortista, a figura do mecenato burguês, muito cultivada pelos modernistas paraenses, adequou-se a figura do Estado que, para continuar seu projeto de civilização e progresso, se lançou a intervir, financiar e incentivar grande parte das expressões artísticas, as ações em torno da saúde e educação, sabendo que sua ação financiadora

¹⁰³ Joaquim Cardoso Magalhães Barata (1888-1959) foi um coronel do exército, natural de Belém do Pará, nomeado para assumir a Interventoria do Estado do Pará em 12 de novembro de 1930 no salão nobre do Palácio do Governo. Sua Interventoria (sua 1ª administração), observada como enérgica e populista, se estenderia até abril de 1935. Sobre o Interventor e sua ação política, nesse momento, confira dentre outros, RITZMANN, Iracy Gallo; ALMEIDA, Conceição. O “Pilão Fardado” Histórias do Baratismo (Pará – 1930 a 1935). In: FONTES, Edilza (Org.) *Contando a História do Pará – Os Conflitos e os Grandes Projetos na Amazônia Contemporânea* (séc. XX). Volume II. Belém: E. Motion, 2002; RODRIGUES, Denise de Sousa Simões. *Pará/1935: um estudo sobre Liderança e Conflito*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1979.

¹⁰⁴ Nesses anos 30, Abguar Bastos, um dos grandes amigos de Dalcídio foi um dos mais engajados no apoio ideológico a Revolução de 30. Porém, as divergências de Abguar Bastos com Magalhães Barata começariam a se acentuar já nos primeiros anos do governo autoritário do coronel. Mesmo divergente em inúmeros aspectos do interventor paraense e do governo de Getúlio Vargas (quanto a reconstitucionalização do país, por exemplo), na ocasião do estouro da revolta dos estudantes em Belém, em 1932, Abguar foi pessoalmente prestar solidariedade a Barata, pois acreditava que sendo ele, Abguar, um dos homens da revolução de 1930, deveria ficar ao lado do Intendente, pois este personificava no Pará a revolução. Como o passar do tempo, essa relação solidária entre Abguar e Barata começou, devido ao aumento de suas discordâncias, a se fragilizar, desaguando em rompimento total em 1937 quando é instaurado no Brasil a ditadura do Estado Novo. Sobre essa questão, Cf.: ROQUE, Carlos. *Magalhães Barata – o mito, o homem, a lenda, o político*. Vol. 1. Belém: Secult, 1999.

¹⁰⁵ Bento Bruno de Menezes Costa (Bruno de Menezes-1893-1963), foi poeta, folclorista, precursor do Modernismo no Pará, o principal líder do grupo de Dalcídio, a Geração ou Academia do Peixe Frito. Em 1923 fundou a revista *Belém Nova* que demarcaria o espaço de ideias modernistas ventiladas por ele e por seus companheiros paraenses.

¹⁰⁶ Cf.: COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará...*, 1981, p.305.

representaria continuidade de uma relação caracterizada pela fabricação da imagem de modernidade artística, intelectual, do sentimento de desenvolvimento, compromisso político com a população¹⁰⁷.

Nesse contexto, os intelectuais e artistas do Pará, não obstante, manifestaram, no final dos anos 20 e entrada dos anos 30, certa consciência ideológica e política, o que reúne elementos para se pensar que nesse decênio apresentaram certo engajamento de ordem política, religiosa e social, e, ao mesmo tempo, se apresentaram atraídos pelas propostas do governo do Estado. Se a necessidade era erguer um novo estado, novas condições para a população, houve um aumento dos postos públicos, coisa que motivou aqueles que estavam lotados nos cargos públicos, a permanecerem, assim como acionou um grande número de intelectuais agora atraídos por alguma função pública capaz de lhes proporcionar alguma subsistência, alguma colaboração vinda do patronato estatal que, à essa altura, financiava muitas produções, custeava pelo menos parte da vida de muitos intelectuais¹⁰⁸.

Decorrido cerca de um mês da Revolução de 30, Dalcídio, provavelmente passando necessidades junto a classe baixa rural do Estado, ao que se julga, seria cooptado por outra oferta do Estado, melhor do que aquelas ruínas de Gurupá. Mas enquanto isso não se efetivava, seguiu por outras localidades do interior do Estado do Pará, novamente desempregado, perambulante, viajando também pelas Ilhas, garimpando trabalho em Porto de Moz e Xingu no sudoeste do Estado.

Nessa busca por alguma ocupação trabalhista no interior do Estado, encontrou um amigo seu, Francisco Luiz Paes Barreto, comerciante, com que seguiu, provavelmente, esperançoso diante do convite feito para trabalhar como caixeiro num barracão nas Ilhas do rio Amazonas, nas proximidades do rio Baquiá Preto, na altura da vila de Gurupá-PA. Nesse estabelecimento comercial, Dalcídio *media madeira, pesava borracha, tomava banho na cabeça do trapiche*¹⁰⁹ além de ensinar, sob o auxílio dos livros de Felisberto de Carvalho¹¹⁰, as primeiras letras aos dois filhos do amigo.

¹⁰⁷ Sobre essa parceria do governo paraense com a intelectualidade visando a construção de uma imagem específica para a administração pública, Cf. (dentro outros): SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho Intendente (1869-1973)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

¹⁰⁸ Muito desse entendimento pôde ser observado desde os anos 20 no Pará. Sobre essa questão, Cf.: FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Querelas esquecidas: O modernismo brasileiro visto das margens. Em DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio. *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

¹⁰⁹ PEREZ, Renard. *Escritores Brasileiros Contemporâneos...*, 1964, p. 92.

¹¹⁰ Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho foi um professor brasileiro formado pela escola Normal de Niterói, responsável pela elaboração de uma gama de livros de iniciação à leitura e literatura didática, utilizados por decênios na educação brasileira. Fez parte de uma geração, conhecida como geração de 1870, que se notabilizou pela formulação de métodos, técnicas e livros didáticos para o ensino nacional.

Além das atividades de balconista-pesador no barracão comercial, da instrução dos filhos do amigo (que se ampliaria ao filho da Sra. Araceia Souza Guimarães Carvalho¹¹¹ e dos escassos momentos de entretenimento, Dalcídio começa a intensificar suas descrições de paisagens, a elaborar versos, a aumentar suas leituras, a acentuar seu capital cultural. Sobre essas ações circundantes a escrita, tem-se o registro de que por esse período, já havia escrito um livro de contos chamado *Rés do Chão*, e finalizado um romance desde 10 de janeiro de 1931¹¹².

Em uma determinada ocasião em que ensinava os filhos de Paes Barreto, Dalcídio, um jovem afeito as ideias comunistas, um *anarquista sem ser dinamiteiro*, escritor de contos que buscava retratar *cousas tão humanas*, como o *soffrimento de toda aquella gente animada pelo sopro de sua inspiração*¹¹³ - refletiu sobre sua condição confortável somente na aparência, ajuizou as circunstâncias e desdobramentos consequentes do Governo Provisório e considerou *a solidão que só vendo*¹¹⁴, que se encontrava. Assim, resolveu retornar à Belém, novamente para a companhia de Dona Lulu na periferia da cidade. Sem emprego na capital, restava-lhe mobilizar sua rede de sociabilidade mais uma vez.

Graças à Raynero Maroja (desembargador em Belém) e a Abguar Bastos (escritor, político e uns dos intelectuais mais influentes do Pará, à época, ainda apoiador do interventor Magalhães Barata)¹¹⁵, Dalcídio consegue, já próximo do final do ano, em 9 de outubro de 1931, a nomeação para exercer a função de auxiliar do Gabinete

Imagem 6: Dalcídio, provavelmente nos anos 30. Fonte: Fonte: NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy & PEREIRA, Soraia R. (Orgs.). *Dalcídio Jurandir: romancista da Amazônia...*, 2006, p.20.

¹¹¹ Sobre o Dalcídio professor em Gurupá, Cf.: CARVALHO, Araceia Souza Guimarães. *Carta ao Sr. Dalcídio Jurandir*. [Marajó], 08 de fevereiro de 1931. Acervo da casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

¹¹² Para alguns essa obra é *Chove nos campos de cachoeira*, seu romance de estreia no campo literário brasileiro.

¹¹³ Cf.: MOURA, Ribamar de. *Carta ao amigo Dalcídio*. Belém, 18 de março de 1931. Acervo da casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

¹¹⁴ JURANDIR, Dalcídio. Carta a Guiomarina Freire. Baquiá/Gurupá, 29 de janeiro de 1931. Acervo da casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

¹¹⁵ Nesse turno Abguar Bastos já tinha certa notoriedade no campo intelectual, porém, em 1937 lançaria a obra *Safra* que lhe levaria a verdadeiramente figurar como um dos grandes intelectuais, representantes da Amazônia.

da Interventoria Federal do Estado, onde lhe seria pago um ordenado de 250\$00 (Duzentos e cinquenta mil reis)¹¹⁶.

Nesse período, ganhando certo ordenado razoável para si, um valor que dava para se manter, além do serviço público resolve investir na escrita de crônicas e críticas literárias para alguns jornais locais, confirmando a justaposição entre imprensa e literatura observada desde o século XIX quando os escritores buscaram nos jornais certa notoriedade, uma forma de veicular suas ideias além de se manterem financeiramente¹¹⁷. Sob essa orientação de sua época, colaborou então com os jornais *O imparcial*, *Crítica*, *O Estado do Pará*, *Folha do Norte*, e, esporadicamente, desenvolveu as funções de orador oficial dos clubinhos de futebol – como o *Legionário* e o *Uberabinha*; ao mesmo tempo que participava das festas juninas, fazia programas de encerramento das escolinhas particulares – ensinando recitativos, perpetrando versos para cordões, íntimo das diretorias dos boi-bumbás¹¹⁸.

Imagem 7: O Estado do Pará e Folha do Norte, Jornais que Dalcídio colaborou. Fonte: Fundação Cultural do Pará, Hemeroteca.

¹¹⁶ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Certificado de nomeação de DJ para o cargo de auxiliar do gabinete da Interventoria - PA*. Acervo DJ – PIT. Fundação Casa de Rui Barbosa.

¹¹⁷ Sobre essa consideração, confira o consagrado estudo de SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

¹¹⁸ PEREZ, Renard, *Escritores Brasileiros Contemporâneos...*, 1964, p. 93.

Atuando por quase um ano na função de auxiliar de Gabinete, Dalcídio solicita, em 3 de setembro de 1932, transferência para o Setor de Arquivismo da Interventoria do Estado. Aprovado seu pedido, foi nomeado para a outra função em 28 de setembro do mesmo ano. Bastaram-lhe alguns dias nessa ocupação pública para que observasse incompatibilidade de suas aspirações àquelas atividades prescritas a função de arquivista. Diante disso, solicita outra lotação, agora, para a Secretaria de Polícia Civil, coisa que consegue em 1 de outubro de 1932 com a nomeação para o cargo de 2º oficial da Polícia Civil¹¹⁹.

E semelhante a outros momentos de sua trajetória e aos caminhos percorridos por outros intelectuais dos anos 30, além da função pública Dalcídio continuou a desenvolver sua produção literária, em particular seus versos, mesmo que os considerasse, como disse em outubro de 1932, sem muita qualidade, apenas um *investimento experimental, resultado de seu impulso da adolescência*¹²⁰.

A atividade literária, ao que julgava ele e seus pares, *dava a chance de apresentar seu parecer, a sua denúncia, a sua promoção, sempre, sempre, e não o offício, o cargo, a profissão*. Aliás, muitos intelectuais julgavam a atuação no serviço público *como possibilidade de darem uma nova significação as cousas mais vulgares*¹²¹.

Em meio a esse *banalismo cotidiano de burocrata atualmente*¹²² no serviço público, Dalcídio parece refletir sobre essa ação de estabelecer valor aquilo entendido como trivial, e assim, arrisca publicar um de seus poemas, coisa que fez em 25 de dezembro de 1932 quando homenageou uma expressiva parcela dos trabalhadores do Marajó a partir de uma personalidade conhecida em sua localidade natal como *Velho Mané Gregório*¹²³.

Nesse poema, divulgado no jornal Cachoeira-Nova¹²⁴, Dalcídio resgata a figura do vaqueiro do Marajó – o homem simples de uma vida cotidiana específica, marcada pelo trabalho, no interior do Estado. O poema revela um dia-dia genuíno, como especificidades, valores culturais próprios, uma supervalorização da cultura local, de sua gente, representados em seus costumes e tradições. Ao construir tal poema, pelo que se avalia, Dalcídio se atrela a tendência modernista de retorno a elementos nacionais e de estima as questões regionais como

¹¹⁹ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Certificado de nomeação de DJ para o cargo de auxiliar do gabinete da Interventoria – PA*. Acervo DJ – PIT. Fundação Casa de Rui Barbosa.

¹²⁰ JURANDIR, Dalcídio. *Palavras em um diário...*, 1932.

¹²¹ MOURA, Ribamar de. *Carta ao Amigo Dalcídio Jurandir*. Breves, PA, 17 de janeiro de 1932.

¹²² MOURA, Ribamar de. *Carta ao Amigo Dalcídio Jurandir...*, 1932.

¹²³ Velho Mané Gregório. Jornal Cachoeira-Nova. 25 de dezembro de 1932. Recolha de Josebel Fares e Willi Bolle. In: JURANDIR, Dalcídio. *Poemas impetuosos ou o tempo é o do sempre escoo*. Poemas organizados por Paulo Nunes. Ilustração de Ararê Marrocos. Belém: Paka-Tatu, 2011, p.25-6.

¹²⁴ Segundo José Varella, o jornal *Cachoeira-Nova*, ao que lembra, foi uma publicação de seu tio Flaviano Ramos Pereira, jornalista de *A Província do Pará*, primogênito do capitão Alfredo com dona Margarida Ramos.

demarcadoras de valores brasileiros. Em um determinado fragmento, disposto a seguir, parece ser possível evidenciar parte dessa percepção.

*Aquela sua mão dura como o couro
Quebrou muito boieco nos dias de ferra!
Peiou garrotes que faziam medo pro “seu” Guimar!
Curou bicheira dos bezerros
E puxou peito de vaca braba como onça,
que enchia as cuias de leite espumoso,
gostoso como luar na hora quieta
da gente, trepada nos paus da porteira,
comer carne com pirão de leite
E ouvir histórias da Mãe do Fogo...*

Semelhante a essa luta do vaqueiro Gregório com os animais, Dalcídio se lançava progressivamente em outro embate, a saber, aquele relativo a política, já que em 1932 presenciava e contribuía para a crescente das ideias comunistas no Pará e no Brasil, ideias essas circulantes desde a Revolução Russa, de 1917, e que, no Brasil, ganharam força com a fundação do P.C.B em 25 de março de 1922. No Pará, vale o registro de que as ideias do *Partidão* já tinham ganhado legalidade institucional desde agosto de 1931 quando se implantou o primeiro núcleo organizado do partido, localizado em Belém do Pará¹²⁵.

Nesse início dos anos 30 é de pensar que Dalcídio já se apresentava fortemente impregnado das ideias comunistas dado suas vivências em localidades carentes, das leituras que realizava além de um antecedente que carregava consigo, a saber, o vetor religião, presente em sua região, em sua família e por extensão, em sua vida, elemento esse que, por comparação, o faz sem resistência um adepto da ideologia comunista de sua época, uma adesão política que surgia como continuidade ou reconfiguração dos valores judaico-cristãos que observam no *proletariado o vetor redenção*¹²⁶.

O *anarchista não dinamiteiro* e intelectual em formação, que era nesse momento, continuava funcionário do governo, lotado na secretaria da polícia civil, sabido que nessa época raramente se conflitavam com o governo já que estabeleceram parceria em seus deveres. Suspensa a Lei Celerada - que desde agosto de 1927 autorizava a prisão, aplicação de

¹²⁵ Sobre a fundação do P.C.B no Pará, Cf.: MAKLOUF, Luis et al. *Pedro Pomar*. Brasil Debates, 1980; OLIVEIRA, Alfredo. *A partir da Ilha*. Belém: CEJUP, 1991; NASCIMENTO, Francisco Ribeiro do. *Páginas da Resistência: a imprensa Comunista até o Golpe de 1964*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

¹²⁶ A religiosidade era e ainda é marca forte na ilha do Marajó, em Belém, no norte do Brasil. Vale relembrar que Dalcídio quando criança/adolescente foi devoto e afilhado de São José. Seu pai, o capitão Alfredo, devoto de Santa Rita de Cássia (daí a homenagem a Santa com o nome Ritacínio, dado a um dos filhos). Sobre essa simbiose entre religião e comunismo Vicent Gérard acrescenta que o comunismo correspondeu a uma maneira de ser aproximada a herança judaico-cristã, uma continuidade dessa herança, justificando tal comparação no fato de que em ambas manifestações os indivíduos realizavam a redução da diversidade fenomênica a um princípio unitário de explicação, e dessa forma veem no proletariado o vetor redenção, além de valorizarem as práticas rígidas, os comportamentos prescritos. Cf.: VINCENT, Gérard. *Ser Comunista? Uma maneira de Ser*. In: PROST, Antonio; VINCENT, Gérard (Orgs.). *História da Vida Privada*, 5. Tradução de Denis Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.427.

duras penas aos grevistas e fechamento dos sindicatos -, os militares, operários, comunistas e intelectuais em geral atingiam relativa liberdade de expressão e contraposição as diretrizes ideológicas do governo¹²⁷.

A relação Vargas/Barata x Comunistas, nessa conjuntura de meados de 1932, revelava o regime de aliança, justificada pelo nacionalismo, pela junção de forças necessárias e capazes para modificar a realidade brasileira, coisa que, em particular, aspirou o aparelho sindical ao apoiar Getúlio Vargas na tomada do poder em 1930, embora alguns intelectuais e militantes do P.C.B não manifestassem concordância, não observassem com bons olhos essa adesão¹²⁸.

Provavelmente, com o passar do tempo, o Partido Comunista daria razão a essa fração resistente. A partir do segundo semestre de 1932, no estado do Pará, o que se viu foi a crescente de desavenças internas, choques de aspirações por liberdade e democracia, de vários setores da sociedade, o que repercutiu em ataques e conspirações por parte dos estudantes, militantes do P.C.B, profissionais liberais e intelectuais, coisa que as forças do Estado, sob a égide de Magalhães Barata, conseguiram reprimir deixando como saldo mortes, feridos e presos.

O fato é que todos, mesmo não tão seguros dessa aliança com Magalhães Barata no estado do Pará, e com Getúlio Vargas, em esfera nacional, se ancoraram na ideia de que estavam capacitados para contribuir para a mudança do Brasil, e, subjacente a isso, precisavam do serviço público para se manter, tanto aqueles melhor aquinhoados politicamente quanto aqueles intelectuais de origem modesta, ambos cooptados pelo serviço público, quer pela assimilação inteira, quer pela acomodação em tempo parcial ao sistema social vigente¹²⁹.

Assim criou-se a ideia de que ser funcionário público nos anos 30 não correspondia a intelectual alienado, manipulado, sem posição político-ideológico própria. Havia, pelo menos nos primeiros anos da década de 30, certa liberdade a intelectualidade, inclusive para a crítica ao Estado. E Dalcídio, nesse sentido, funcionário público, um *homem de governo*¹³⁰ ainda que de escalão menor, é redirecionado novamente, agora, para a Diretoria de Educação como veremos no item seguinte.

¹²⁷ Com a aprovação da chamada Lei Celerada o P.C.B teve sua atuação legal censurada, além da suspensão do jornal *A Nação*. Com essa lei, passou a ser inafiançável os crimes estabelecidos pelo Decreto nº 162, de 12 de dezembro de 1890, cujo foco estava no desvio de *operários e trabalhadores dos estabelecimentos em que forem empregados, por meio de ameaças e constrangimento*, bem como a ação de *causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho por meio de ameaças ou violências, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário*. Cf.: BRASIL. Decreto nº 162, de 12 de dezembro de 1890. Coleção Leis do Senado. Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, 11 de dezembro de 1890.

¹²⁸ Cf.: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil...*, 1990, p.94.

¹²⁹ Cf. RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Inteligência Brasileira na Década de 1930, à luz da perspectiva de 1980...*, 1982, p.531.

¹³⁰ Termo cunhado por Cf. RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Inteligência Brasileira na Década de 1930, à luz da perspectiva de 1980...*, 1982, p.539 para expressar aqueles intelectuais que delinearão, contribuíram como o governo, de forma criativa, para a implementação da obra institucional nos anos 30.

2.2 – O intelectual na Diretoria de Educação e Ensino

Talvez almejando outras áreas de atuação, diferentes do trabalho de secretário da polícia civil, Dalcídio, como se viu, solicitaria nova remoção para outra repartição pública. Feito o pedido, no início do ano, em 9 de janeiro 1933, foi promovido a 2º oficial na Diretoria de Educação e Ensino. Passados praticamente cinco meses como auxiliar na Diretoria, no dia 30 de maio foi contemplado com a promoção para a categoria de 1º oficial¹³¹. Naquele momento, sendo um funcionário público e intelectual ainda sem grandes repercussões, se matricula, na altura de seus 24 anos de idade, para o exame militar obrigatório, em 31 de outubro de 1933¹³².

Ainda nesse ano, decorrido praticamente três anos da Revolução de outubro de 1930, Dalcídio se vê na necessidade de intensificar sua militância junto aos amigos intelectuais engajados, quase todos comungando de ideias de esquerda (socialistas, comunistas e simpatizantes), interessados pela experiência da União Soviética e de corresponder a sua *missão de dar à luz uma sociedade nova e justa*¹³³. O Partido Comunista do Brasil nessa entrada de século, para Dalcídio, acentuou o sentido de sua vida, suas aspirações pessoais e familiares, as alterações político-sociais que sonhava. E dessa forma, muito provavelmente, resolveu ser militante em diferentes lugares: na Diretoria de Ensino, onde sua presença e seu discurso poderiam ser ameaças à demissão; *nas reuniões de célula, nas colagens de cartazes, nas propagandas de porta em porta, etc [...]*¹³⁴.

E essa militância de Dalcídio e simpatia de outros intelectuais, por uma das vertentes político-ideológico crescente nos anos 30, não anulou a atuação da intelectualidade junto ao serviço público, cada vez mais necessitado dos homens pensantes, capazes de alavancar a crescente racionalização burocrática. Ao fazer parte do quadro de funcionários da Diretoria de Educação, Dalcídio acabou posicionado entre aquela fração de intelectuais e artistas que transita entre tensões e acomodações com o Governo Provisório, o que revelou, dada a

¹³¹ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Promoção a 1º oficial da Diretoria de Educação e Cultura*. 30 de maio de 1933. Acervo DJ - PIT, Fundação Casa de Rui Barbosa.

¹³² Dalcídio viria a realizar o exame de alistamento militar no ano seguinte, em 26 de outubro de 1934, obtendo o grau 1,8, seguindo para a reserva. Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Certificado de Reservista*. Acervo DJ - PIT, Documento pessoal. Fundação Casa de Rui Barbosa.

¹³³ Além dessa vertente, havia aqueles que se lançavam a transformação por meio de um engajamento espiritual e social, quase sempre representados por uma corrente de direita, seguidores do fascismo; havia também aqueles que não eram nem uma coisa nem outra, *mas manifestaram a referida consciência "social", que os punha um grau além do liberalismo que os animava no plano consciente*. Sobre essa compreensão, Cf.: CANDIDO, Antonio. *A Revolução de 1930 e a Cultura...*, 1984, p.32.

¹³⁴ Cf.: VINCENT, Gérard. *Ser Comunista? Uma maneira de ser...*, 1992, p.455.

simultaneidade de atividades que desenvolviam, *não necessariamente identificação com as ideologias e interesses dominantes*¹³⁵.

Não sendo ainda um intelectual de posição central no P.C.B e na intelectualidade paraense, é de se compreender que Dalcídio viu no exercício trabalhista na Diretoria uma ação comum aos intelectuais de sua época, uma vez que encontravam na função pública as condições propícias, segundo suas representações, para ganharem seu pão, ressignificarem os valores e posições de suas famílias, exercerem sua missão de intelectual¹³⁶. Seu ingresso na Diretoria de Educação e Ensino (posteriormente chamada de Diretoria de Educação e Cultura), merece destaque por simbolizar, na vida do escritor nortista, seu primeiro trabalho formal na educação do estado do Pará. Nessa atuação o que se tem é um jovem intelectual-militante, descendente de uma família que um dia tivera certa posição social de destaque, um moço cheio de ideias de mudança social e política, principalmente aquelas debatidas no Diretório do Partido Comunista no Pará, recém instalado. A essa altura, ele e tantos outros *pareciam servir sem servir, fugia, mas ficavam, obedeciam, negando, eram fieis, traindo*¹³⁷.

Foi justamente diante das mudanças que enfrentaram na entrada de governo provisório, principalmente as alterações relacionadas ao mercado de trabalho intelectual, que os intelectuais se viram instigados a tomar decisões e a firmar alianças diferentes, até então, daquelas que a intelectualidade geralmente seguia. A conjuntura de trabalho e atuação dessa fração, nos anos 30, passava a ser outra. Diferentemente das condições apresentadas nos anos 20, em que muitos intelectuais foram recrutados a partir dos interesses e demandas da classe dominante (e assim se valeram quase que exclusivamente de suas redes de relações), nos anos 30 tem-se um processo sutil de *cooptação* que não eliminou a modalidade de prestação de favores e concessões, mas que adicionou como critério para esse favorecimento os trunfos escolares e culturais dos agentes dispostos.

É de se pensar que Dalcídio, pertencendo a *ala moça* entre os jovens intelectuais paraense, com determinada experiência trabalhista, autor de variadas produções culturais, conhecedor das realidades e condições do Estado (principalmente a situação da periferia de Belém, do interior do Pará), além de apresentar certo interesse e necessidade de atuação no

¹³⁵ CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a Cultura..., 1984, p.34.

¹³⁶ Sobre essa questão de que os intelectuais corresponderam a grupos que aceitou alianças com o governo sempre pautados em um discurso explicativo sobre a sociedade e sobre seu próprio papel em determinado momento histórico, Cf.: OLIVEIRA, Lúcia Lipp. As raízes da ordem: os Intelectuais, a Cultura e o Estado. In: *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Coleção Temas Brasileiros, vol. 54, Brasília: Ed. da UnB, 1982.

¹³⁷ CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

serviço público, acaba recrutado, mesmo não sendo dono de uma formação escolar mais substanciada para o cargo de auxiliar de secretário na Diretoria.

Ao se insistir nessa compreensão e se considerar o aumento da concorrência no interior do campo intelectual, é de se notar que a secretaria ofertada a Dalcídio está na medida dos trunfos que carregava e representou um montante expressivo para um agente com escolaridade incompleta, sem diploma superior, todavia dono de expressivo capital cultural, diversificado, acumulado, detentor de um *poder fronteiro*¹³⁸ como outros poucos possuidores de *saberes sociais, culturais, políticos e administrativos*, qualificados como *minorias que sabem, que pensam e que querem*¹³⁹ contribuir para a mudança do Brasil.

O certo é que, toda essa sua disposição favorável ao trabalho intelectual, coincidia com a demanda de expansão das revistas educacionais, por exemplo, que intentavam padronizar a educação nacional, e para isso agrupavam intelectuais dispostos a pensar essa educação. Aproveitando essa demanda, Dalcídio se tornou, no serviço público, secretário da revista *Escola*, um periódico voltado ao professorado paraense.

As revistas escolares, marca contundente da expansiva atividade editorial e da necessidade de moldar a educação nacional, serviu como suporte para muitos intelectuais que dependiam do posto público, desenvolviam suas atividades com a palavra e dessa forma materializavam o processo de reconversão de capitais sociais e culturais que suas famílias empreenderam. Dalcídio, ao assumir o cargo de secretário na revista *Escola*, pelo que se entende, não buscou reproduzir as posições de sua família no interior da fração intelectual, mas aceitou uma função exígua e ambígua, configurada como possível e, ao mesmo tempo, um cargo de refúgio profissional se comparado as funções de nível um pouco acima, semelhante aquelas assumidas por seu avô, por seu pai, por outros integrantes da família Pereira, melhor aquinhoados.

Os postos de maior prestígio, nesse início dos anos 30, passaram a ser ocupados por aqueles possuidores de maior montante de capital social e escolar, móveis esses favoráveis as melhores posições nos círculos intelectuais, o que não eliminava algumas exceções de ingresso no trabalho de dominação de alguns carentes desses trunfos. As profissões intelectuais, quase que em sua maioria, passaram a ser destinadas aos herdeiros das famílias em declínio, os *parentes pobres*, como no caso, a família de Dalcídio. Esse destino atingido

¹³⁸ Os intelectuais que possuíam um *poder fronteiro*, segundo Alberto Guerreiro Ramos, pertenciam a um grupo de intelectuais que se localizam na margem, na periferia do campo intelectual brasileiro, porém, mesmo localizados em posição periférica, estavam mais próximos de sua fronteira. Além desses os anos 30 acabaria por apresentar também os *cêntricos*, os *periféricos*, os *confrontivos* e os *independentes*. Cf.: RAMOS, Alberto Guerreiro. A Inteligência Brasileira na Década de 1930, à luz da perspectiva de 1980..., 1982, p.530.

¹³⁹ Cf.: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil...*, 1990, p.40.

acabou por lhes proporcionar certo afastamento de seu ambiente de origem, além da chance de sustar parte do declínio que se encontravam.

Dalcídio, o filho mais moço da família Pereira, com a entrada na Diretoria de Educação e Cultura, para atuar na secretaria da revista *Escola*, passou da disposição de *artista indigente* para a superior (ainda que também subalternizada), rotulação de integrante da *ala moça*, membro de um grupo de *intelectuais subalternos* do Pará, dado o processo de formação e produção ainda em potencial, que se encontravam.

As produções e proposições de Dalcídio, já no início de 1933, eram vistas como bem vindas e compatíveis a intelectualidade paraense, entre os agentes que conheciam o segredo das formas: sua consciência e atuação político-ideológica junto ao P.C.B se enriquecia; sua colaboração aos jornais e revistas paraenses aumentava; seu projeto de se tornar escritor, dada as circunstâncias, ganhava impulso. Tanto os moços quanto os experientes do poder se apresentaram nesse momento como *fração da inteligência brasileira*, como tantas outras que não seguiram além da intenção de modificar a *composição de interesses da configuração de poder*¹⁴⁰.

A relação de dependência entre a *inteligência brasileira*, de modo geral, e a burocracia estatal, se intensificava no Governo de Getúlio Vargas que, em discurso retrospectivo, proferido em 1951, reconheceu tal vinculação e, estrategicamente, enalteceu os literatos ao frisar que sempre teve ao seu lado, *as gerações novas do Brasil, que, em todos os setores da inteligência e da cultura, procuravam novas formas de convivência e novas expressões para valores antigos. (...) Porque nunca pretendi favorecer reformas que não tivessem raízes nas aspirações mais profundas e mais constantes da coletividade e que não exprimissem um consórcio pacífico de evolução e tradição*¹⁴¹.

Praticamente, de forma clara, o discurso de Vargas sobressai a relação disposta entre a intelectualidade e o Estado, sedimentada nos valores da tradição e da modernidade. Nutria-se uma dependência entre escritores e ordem burocrática, possibilitando que as letras devessem a burocracia, e essa, engrandecesse as letras. Foi a partir desse ponto de vista que um grande número de intelectuais passou a apoiar um poder forte do Estado, o que correspondia a direta

¹⁴⁰ Para Alberto Guerreiro Ramos a *inteligência brasileira nos anos 30* correspondeu ao conjunto de pessoas que exerceu em vários papéis uma espécie de magistério público direcionado à interpretação e configuração do processo de formação do país. Cf.: RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Inteligência Brasileira na Década de 1930, à luz da perspectiva de 1980...*, 1982, p.531.

¹⁴¹ Cf.: VARGAS, Getúlio. *Discursos* (2ª parte) - Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1951. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

ampliação dos acessos as carreiras públicas, a dependência de custeios e a proteção das autoridades públicas¹⁴².

Com essa outra modalidade de *patronato* ofertada a intelectualidade nos anos 30, muitos escritores se fizeram funcionários, o que lhes possibilitou certa proteção e financiamento de suas produções. Houve também, nesse momento de segunda experiência republicana, aqueles intelectuais como Dalcídio, verdadeiros *funcionários-escritores*, quase sempre homens de letras, descendentes de famílias abaladas por crises econômicas que viam no trabalho público uma forma de aquinhoarem o mínimo para seu sustento, aumentarem suas redes de relações, ocuparem uma melhor posição social e ampliarem a visualização de seus trabalhos, por meio do apoio ofertado pelo Estado, já que, com o passar dos anos, o estado se consolidava como *instância hegemônica de difusão e consagração de obras produzidas*¹⁴³, sob sua chancela.

Com a continuidade do Governo Provisório de Getúlio Vargas, a cultura passou a ser entendida como um *negócio oficial*, o que exigia orçamento próprio, *criação de uma intelligentisia e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico*¹⁴⁴. Nesse processo, cabia aos intelectuais assumir as diversas atividades políticas e ideológicas estipuladas pela crescente intervenção do governo, em diferentes domínios, o que lhes assegurava acesso às carreiras e postos burocráticos diferenciados, como os serviços ligados a educação, a cultura, a justiça, a segurança dentre outros. Nos discursos de Getúlio se nota a ideia de que o Brasil, naquele momento, deveria assumir contornos diferentes daqueles perpetrados pela oligarquia, notadamente a fração majoritária ligada ao café e ao leite.

Ainda nesses discursos, se observou a convocação de todo e qualquer indivíduo disposto a trabalhar em favor do Brasil. Dessa forma, os intelectuais, como foi o caso de Dalcídio, se posicionaram como parte dessa nova elite pensante (e assim também dominante), *composta pelos mais capazes, mais cultos e voltados para os verdadeiros anseios do povo brasileiro, possuidora de uma visão de totalidade, opostos aos oligarcas, que representariam os interesses específicos de grupos e classes*¹⁴⁵.

¹⁴² Cf.: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

¹⁴³ Sobre o conceito de *funcionários-escritores* e o apoio estatal aos intelectuais nesse período, Cf.: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*, 2001, p. 199.

¹⁴⁴ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*, 2001, p. 197.

¹⁴⁵ Cf.: OLIVEIRA, Lúcia Lipp. As raízes da ordem: os Intelectuais, a Cultura e o Estado. In. *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Coleção Temas Brasileiros, vol. 54, Brasília: Ed. da UnB, 1982, p.524.

Ao participar da Diretoria de Educação - resultado mais do acionamento de sua rede de relações e do reconhecimento de que detinha determinados capitais do que propriamente uma qualificação vinda de um diploma, de um título -, por menor que tenha sido sua intenção Dalcídio não somente contribui para a sustentação do Regime Vargas, mas criou uma condição mínima de subsistência material e simbólica para si, resgatou, ainda que em frações simples, parte da posição que sua família um dia ocupou. O mínimo adquirido, em 1933, encontrou ainda certo benefício, tempos depois, com a implementação da Lei do Reajustamento que estabelecia certa reserva de mercado para as funções públicas menores, como por exemplo, o de chefe e auxiliar de gabinete e de secretário na Diretoria de Ensino, funções essas exercidas por Dalcídio.

Com a sanção dessa Lei, as reservas de mercado e favorecimentos nas funções públicas passaram a ser oficializadas, uma vez que seguiam ainda parâmetros clientelísticos, exemplificado aqui pelo artigo 38 que, em sua disposição, sinalizava para a ocupação de determinados cargos, *por pessoas livremente escolhidas e designadas*¹⁴⁶, em caráter comissionado. Sua realidade salarial, pelo que se cogita, equivaleu a daqueles ocupantes dos cargos de pequenos funcionários, não correspondendo a condição da grande maioria dos intelectuais concentrados nos cargos de vencimentos elevados, possuidores de regalias e vantagens na hierarquia burocrática do estado. Esses intelectuais inseridos nos altos postos, no geral, foram cooptados em tempo integral/parcial, para serem consultores, desempenharem cargos de confiança no estado maior, assumirem diretorias em órgãos governamentais, preencherem novos postos, enfim, para *acoplarem inúmeras dessas posições e auferirem rendimentos dobrados*¹⁴⁷. Em sua maioria esses altos funcionários eram remanescentes das escolas de Direito de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, que figuravam uma *casta superior à qual se acreditava ser necessário destinar a [verdadeira] direção do país*¹⁴⁸.

Agrupando funcionários de baixo e alto escalão, todos direcionados às iniciativas do governo, o Estado do Pará, por meio de seu *mecenato oficial*, se consolidava como árbitro em assuntos culturais, dado o suporte que dispunha aos intelectuais para a formulação de uma política cultural, social e educacional. Quando se observa, por exemplo, o sistema educacional idealizado na entrada dos anos 30, constata-se que, para atingir seus fins, o poder estatal se valeu até mesmo da parceria ou tutela dos trabalhos já desenvolvidos pelas instituições

¹⁴⁶ Cf.: BRASIL. Lei nº 284, de 28 de outubro de 1936 (Lei do reajustamento).

¹⁴⁷ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira...*, 2011, p. 209.

¹⁴⁸ Cf.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Coordenadora); GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. *Elite Intelectual e Debate Político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Brasília, INL, 1980, p.53.

religiosas, bem como pinçou determinados *agentes de extração social modesta que conseguem [êxito], às custas de vantagens estritamente escolares*¹⁴⁹, agentes oriundos das famílias dirigentes, no momento decaídos (como é o caso de Dalcídio e Osvaldo Orico, outro intelectual paraense), e que atendiam estratégias familiares de direcionar seus investimentos *ao domínio da educação, área em vias de expansão e que por isso mesmo acolhia intelectuais destituídos das qualificações escolares exigidas nos ramos tradicionais do ensino superior*¹⁵⁰.

A educação, no governo inicial de Getúlio Vargas, figurou como área especial em sua proposta de reconstrução e controle nacional. Para isso apresentou medidas emergenciais, como por exemplo, *a difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os estados. Para ambas as finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas*¹⁵¹.

Em concordância sistêmica ao governo Federal, Magalhães Barata, governador do Pará, passava a tomar algumas providências ditas revolucionárias, dentre elas *uma reforma de ensino, que determinou uma ampla investigação no seio do magistério, com o fito de apurar a idoneidade moral de todos os professores do Estado e Município; criou-se a Secretaria de Educação e Saúde Pública, que ficou a cargo de Mário Chermont, e se fez uma alteração nos currículos da Escola Normal, extinguindo-se cadeiras e afastando professores; reduziu o funcionalismo público além de proibir o acúmulo de cargos, o que prejudicou a situação financeira principalmente dos professores*¹⁵².

Além dessas medidas, o governo de Magalhães Barata passou a investir por um curto e expressivo tempo na revista *Escola*, uma revista educacional designada a auxiliar a formação dos professores paraenses, um periódico que, para sua organização, contaria com Dalcídio como secretário, questão essa debatida a seguir.

¹⁴⁹ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira...*, 2001, p. 222.

¹⁵⁰ MICELI, *Intelectuais à Brasileira...*, 2001, p. 236.

¹⁵¹ VARGAS, Getúlio. Discurso de posse na chefia do governo provisório. 2ª parte, discursos. In: *Getúlio Vargas*. Organização de Maria Celina D'Araújo. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

¹⁵² COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará...*, 1981, p.294-5

2.3 – Artigos, resenhas e produções literárias na Era Vargas

Em 1934, ano em que Dalcídio se instala como secretário da revista *Escola*, tem-se o melhor aproveitamento daquele *intelectual em potencial* e morador da periferia de Belém, que não trazia consigo a consagração dos grandes e médios intelectuais (locais e nacionais), mas, como já se disse, era dono de certo capital cultural e um trânsito considerável pelos círculos intelectuais que o fizeram capacitado a assumir a função de secretário da revista, indicado pelo diretor do periódico, senhor Amazonas de Figueiredo, também Diretor Geral de Educação e Ensino Público do Pará, que o via como um dos jovens intelectuais de *espírito brilhante, pertencente à ala moça dos intelectuais paraenses*¹⁵³.

A revista, pensada para uma tiragem bimestral, circulou principalmente em Belém, capital do Pará, entre os anos de 1934 e 1936 com a finalidade de ajustar o campo pedagógico paraense as recomendações oriundas dos grandes centros educacionais brasileiros, as inovadoras práticas e os métodos escolares desenvolvidos no Brasil e no mundo¹⁵⁴. Dessa forma, a revista acabou servindo como depositário de investimentos do corpo docente, de diretores e intelectuais que almejavam delimitar e organizar o campo educacional paraense.

Frente ao processo de configuração do campo educacional do Estado do Pará, observa-se que Dalcídio quase sempre canalizava suas produções - a serviço das orientações e prescrições do Estado -, fundamentado em compreensões e conceitos de áreas distintas, comumente argumentando a favor de uma educação ideal para o Pará, alinhada ao ideário de educação que se queria para o Brasil e que se queria incutir no professorado paraense¹⁵⁵.

Grande parte dessas orientações já puderam ser vistas no número de estreia da revista *Escola*, lançada em junho de 1934. Nessa edição, Dalcídio publicou na seção *Palestras Pedagógicas* o texto *À margem do Convênio*¹⁵⁶ imprimindo discurso favorável a Assembleia Educacional (Convênio), instituída pelo Ministro da Educação, Sr. Washington Pires, cujo objetivo maior consistia em ser um grande fórum, entre os estados, e ter a prerrogativa de mobilizar a cooperação mútua para resolver problemas educacionais, principalmente aqueles ligados a educação rural.

¹⁵³ Cf.: FIGUEIREDO, Amazonas de. Notas e Informações (O secretário da Escola). *Revista Escola* – revista do professorado do Pará. Anno I, Belém, agosto de 1934.

¹⁵⁴ Para essa informação, Cf.: COELHO, Maricilde Oliveira. *A escola primária no Estado do Pará (1920-1940)*. Universidade de São Paulo. Tese de doutorado, 2008.

¹⁵⁵ Sobre essa questão, a pesquisa buscou orientação nos trabalhos de CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Universidade de São Paulo. Tese de doutorado, 1987 e CATANI, Denice Barbara. *Educadores à Meia-Luz: Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 1989, dentre outros.

¹⁵⁶ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *À margem do Convênio*. *Revista Escola* - revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.2, junho de 1934.

Para avaliar esse discurso, é de se lembrar que Dalcídio viera do interior do Estado, da zona rural. E vendo tal tema, tal proposta com certo apreço, com o artigo ele serve ao governo paraense na divulgação daquelas ideias pedagógicas assim como ajuda o Estado Nacional em sua disseminação das ações realizadas. Já no início do artigo Dalcídio postula a ideia de que a sociedade brasileira necessitava realmente sair da situação de *imprevidência econômica, desorganização política e insuficiência cultural*, e, para isso, não havia nada melhor que a implementação imperativa de uma educação e *intervenção direta do Governo*, sob o auxílio das *elites mentais*, a saber *pedagogos, intelectuais e imprensa*, todos responsáveis por reabilitar um verdadeiro saber nas escolas¹⁵⁷.

Partindo dessa posição de intelectual que recebera certo crédito e certa confiança para orientar e prescrever¹⁵⁸ parte dos caminhos que a educação rural deveria seguir, Dalcídio veicula ainda a ideia de que os professores da zona rural deveriam estabelecer a *cultura brasileira* como norte

de suas ações, *a serviço da educação*, orientados por suas *experiências e sugestões*. Dessa forma, estariam colaborando com o Estado em *sua sagrada e altíssima cruzada*¹⁵⁹ de organizar a educação por todo território.

O Convênio proposto e a convenção Nacional de Educação, encabeçada pelo Ministro da Educação, era, em sua avaliação, uma proposta de valor considerável por agrupar todas as vivências educacionais em um único local, congregando todas as *sugestões dispersas*, estudando *todas as condições e modalidades de ensino* perscrutando *as possibilidades do*

Imagem 8: capa da revista *Escola*, junho de 1934.
Fonte: Biblioteca Nacional.

¹⁵⁷ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. À margem do Convênio..., 1934, p.34.

¹⁵⁸ Sobre a utilização das revistas pedagógicas com o intuito de orientar e prescrever um modelo educacional, Cf.: (dentre outros) GONDRA, José Gonçalves. Ecos da República: Ciclo de vida e Doutrina Médica da Revista Pedagógica (1890-1896). *Anais da XX Reunião Anual da ANPED*. Caxambu, MG, 1997.

¹⁵⁹ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. À margem do Convênio..., 1934, p.34.

*Governo da República e dos Estados em sua tarefa de organizar, conscientemente, o grande sistema complexo e eficaz da Educação Nacional*¹⁶⁰.

Nessa complexidade, segundo Dalcídio, merecia uma atenção especial o Ensino Rural. E isso o leva a insistir nesse debate sobre a educação rural, sendo foco de seu discurso na edição seguinte da revista *Escola*, de agosto de 1934. Com o artigo *O Problema do Ensino Rural*¹⁶¹ Dalcídio reforça os valores positivos¹⁶² surgidos com a deliberação do Governo em criar o curso de Piscicultura no Pará, nas escolas da Região do Salgado e assim, *atender o verdadeiro senso rural das escolas no interior por adaptar o ensino rural ao ambiente em que se acha localizado*, fato esse que, em sua leitura, contribuiria de forma direta para a aceitação do ensino ruralista e para a equação de um *problema nacional de fixação definitiva das populações rurais*¹⁶³.

Ainda como funcionário público que escrevia para registrar e enaltecer a ação do governo que, em suas observações, favorecia a economia, o ensino e a fixação do trabalho na zona rural do Pará, visando respaldar ainda mais aquela iniciativa, Dalcídio faz uso de uma concepção e exemplo educacional que estava dando certo¹⁶⁴, e por esse motivo

Imagem 9: capa da revista *Escola*, agosto de 1934. Fonte: Hemeroteca da Fundação Cultural do Pará.

deveria ser seguido, as experiências da Sociedade dos amigos de Alberto Torres, em ação parceira, acabava de enviar a Diretoria de Educação folhetos, livros, programas, numa *propaganda intensa pelo ensino rural*¹⁶⁵.

Ao sair da especificidade do ensino rural e buscar tratar a educação de forma mais ampla, nessa mesma edição de agosto de 1934 Dalcídio apresenta uma resenha do livro *O*

¹⁶⁰ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. À margem do Convênio..., p.35.

¹⁶¹ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. O Problema do Ensino Rural - curso de Piscicultura no Pará. In: Revista *Escola*: revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.3, agosto de 1934.

¹⁶² Quanto a questão das revistas pedagógicas e seus artigos sendo utilizados para reforçar valores, ações, enaltecer o poder administrativo, Cf.: GONDRA, José Gonçalves. Ecos da República..., 1997.

¹⁶³ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. O Problema do Ensino Rural... p.35.

¹⁶⁴ Sobre a recomendação de funcionários do governo de modelos e exemplos educacionais indicados, cf.: GONDRA, José Gonçalves. Ecos da República..., 1997.

¹⁶⁵ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. O Problema do Ensino Rural... p.36.

*ensino Primário no Brasil*¹⁶⁶, de Mário Augusto Teixeira de Freitas, considerando-o como referência para a educação brasileira, por se tratar, segundo sua análise, de um trabalho nascido da experiência concreta e não do trabalho subjetivo, capaz de levar o leitor a sentir a realidade animadora do livro. Ao se consultar a obra do então Secretário Geral do IBGE e Diretor do serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura¹⁶⁷, tem-se o entendimento de que o livro corresponde a um grande levantamento e interpretação estatística de questões como o acesso, a evasão e a repetência escolar, e, em sua efetivação, correspondeu a um investimento pessoal e governamental em compreender e buscar saídas para os problemas educacionais brasileiros nos anos 30. A iniciativa de Dalcídio em comentar elogiosamente a empreitada de Teixeira de Freitas na operacionalização do livro de *precioso relevo documental, obra concreta e de realidade animadora*¹⁶⁸, serviu também como recurso de prestação de contas e produção de efeitos no debate educacional paraense¹⁶⁹.

Para além das ponderações alusivas ao ensino rural e ao ensino primário, uma questão específica pareceu mobilizar a contribuição de Dalcídio a revista *Escola* naquela edição. Trata-se das alterações ortográficas na língua, mais precisamente o acordo ortográfico assinado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 1931 e que, naquele ano de 1934, ganhava revogação¹⁷⁰. Na leitura de Dalcídio, essa medida suspensiva somente contribuía para aumentar os impasses, confusões e incompreensões em torno da língua portuguesa na medida em que promoveria *às crianças* uma perda de *seu tempo e o seu trabalho e os mestres o seu método, a sua orientação*¹⁷¹.

Na verdade, seu posicionamento era contrário a qualquer normativa que, em sua apreciação, configurava retrocesso, cerceamento da liberdade. Esse disposto legal, caracterizado por parte da Constituição Brasileira de 1934 que revogava o acordo, segundo Dalcídio, retrocedia as regras ortográficas de 1891 e evocava protestos generalizados e

¹⁶⁶ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. O Ensino Primário no Brasil. *Revista Escola*: revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.3, agosto de 1934.

¹⁶⁷ FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. *O ensino primário no Brasil através de comunicados do Ministério da Educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1934.

¹⁶⁸ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. O Ensino Primário no Brasil..., 1934, p.48.

¹⁶⁹ Sobre a utilização das revistas em uma tentativa de prestação de contas e produção de efeitos na educação, Cf.: BASTOS, Maria Helena Camara. As Revistas Pedagógicas e a atualização do Professor: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em Revista - A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

¹⁷⁰ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. Caiu a Reforma Ortográfica. *Revista Escola* - revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.3, agosto de 1934. Esse artigo não consta no sumário, o que pode sugerir um acréscimo às escondidas, uma forma escamoteada de socializar um posicionamento seu, uma crítica sua sobre aquela alteração ortográfica.

¹⁷¹ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. Caiu a Reforma Ortográfica..., 1934, p.70.

desnecessários por todo Brasil. Operando como um *atualizador pedagógico*, Dalcídio faz coro ao grupo de intelectuais que refutava essa modificação, apresentando pontos desfavoráveis a normativa e projetando condições ideais à educação brasileira, o que, como consequência, resultou em conversão da proposta em ortografia optativa.

Ao se posicionar por meio dessas observações, além de atualizador pedagógico Dalcídio acabou por se situar entre os *especialistas da educação* no Pará que se valeram da revista não exclusivamente para criar um discurso de reprovação àquelas alterações, mas para prescrever valores ideais¹⁷² a partir das novas condições escolares apresentadas pela indicação do acordo ortográfico de 1934. Talvez, por já ter experimentado as condições reais dos professores do Estado, como outros intelectuais agora funcionários de um periódico do Estado, Dalcídio se colocou contra aquela medida. E se na imprensa pedagógica apresentou discurso contrário às normas, na vida cumpriria sua obrigação apresentando-se à junta militar em Belém onde se alistou. O funcionário público de cabelo preto e crespo, 1,71 de altura, nariz chato, rosto comprido e cor morena obtinha naquele ano o grau 1,8, o que lhe conferiu junto ao compromisso com a bandeira a distinção de reservista 2ª categoria em 26 de outubro de 1934¹⁷³.

Em dia com as obrigações cívicas parece se voltar, em 1935, de forma mais contundente, às questões críticas, ora circundantes à literatura, ora relacionadas aos modelos político-ideológicos-educacional que se consolidavam no Pará, no Brasil. É justamente com essa perspectiva que tem publicada uma de suas primeiras críticas literárias rotulada *São Bernardo*, presente na então *Revista Acadêmica*, seguido de contribuições as revistas *Terra Imatura* e *Pará Ilustrado*¹⁷⁴.

E se na crítica literária suas observações se tornavam contundentes, no plano político-ideológico o intelectual da *ala moça paraense* se mostrava agitado com a recente Fundação da Aliança Nacional Libertadora - ANL. Após um mês de fundação da ANL, Dalcídio, muito mais substanciado pelas ideias esquerdistas que compunham sua dicção nesse período,

¹⁷² Sobre o debate em torno da utilização das revistas pedagógicas como atualizadoras educacionais e promotora de ocultamento das condições reais (e legais) da escola, cf.: BASTOS, Maria Helena Camara. *As Revistas Pedagógicas e a atualização do Professor...*2002.

¹⁷³ JURANDIR, Dalcídio. *Certificado de Reservista*. Belém, 26 de janeiro de 1935. Acervo DJ - PIT, Documento pessoal. Fundação Casa de Rui Barbosa.

¹⁷⁴ A crítica *São Bernardo* é a crítica literária de Dalcídio que se tem registrado como pioneira na imprensa organizada, dita oficial, embora se registre também que no final dos anos 20 e início dos anos 30 ele já contribuía para revistas e jornais, em particular aqueles periódicos do Pará. Para as revistas Literárias *Terra Imatura* e *Pará Ilustrado*, Dalcídio viria a contribuir de forma regular até o final dos anos 30, início dos anos 40.

publica na terceira edição da revista *Escola* a resenha do livro *A Educação na Rússia Soviética*, de Seman Fridman¹⁷⁵.

Em sua resenha dessa obra, opta por comparar os contornos da educação brasileira e a educação Russa, concluindo ser necessário a instalação no Brasil de uma educação próximo a que a obra descreve, visto ser pautada, segundo ele, em um sentido agudo, revolucionário, uma educação sustentada nos princípios do marxismo, colocada em prática nos sistemas educacionais dos soviets, os conselhos dos trabalhadores. Com essa investida, ao que se percebe, Dalcídio objetivou prescrever um modelo educacional pautado na *pedagogia soviética* - orientada pelos princípios do materialismo histórico-dialético aplicado à pedagogia, sob a orientação de *Marx, Engels, Pinkievick, Borichevsky, Blonsky* e outros, assim como buscou atualizar o professorado paraense dessa outra forma de fazer educação, em que a pedagogia passaria *a ser realmente uma parte orgânica da filosofia marxista-leninista e um potente instrumento de reeducação e cultura do homem social*¹⁷⁶.

Em alguma medida acentuando o *plano estético* em meio ao *debate político-educacional*,

Dalcídio ainda na edição de maio de 1935 da revista *Escola* reverbera a *brasilidade* mobilizada pelos modernistas dos anos 20 ao publicar o poema *Tempo de Menino*¹⁷⁷, poema esse que soa como uma exaltação ao cotidiano rural na medida em que transfigura seu local de nascimento e infância, Cachoeira do Arari, repleto de coisas simples, brincadeiras, aprendizagens, um ambiente não mais existente, possível, naquele momento, apenas em suas

Imagem 10: capa da revista *Escola*, maio de 1935. Fonte: Hemeroteca da Fundação Cultural do Pará.

¹⁷⁵ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *A Educação na Rússia Soviética*. Revista *Escola* - revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.4, maio de 1935. Vale dizer que o livro resenhado, composto por *ensaios de pedagogia marxista*, como o próprio subtítulo sugere, foi publicado pela Andersen Editores, considerada uma pequena editora comunista, contribuidora na divulgação das ideias da *pátria do socialismo* no Brasil. Entre os destaques dessa editora ganharam ênfase as obras *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego (1932) e *Terra de Icamabas*, de Abguar Bastos (1934).

¹⁷⁶ Cf.: FRIDMAN, Seman. *A Educação na Rússia Soviética* - Ensaio de Pedagogia Marxista. L.M.G. Rio de Janeiro: Andersen Editores, 193?, p.15.

¹⁷⁷ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Tempo de Menino*. Revista *Escola* - revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.4, maio de 1935.

lembranças, convertidas em poesia. Em uma determinada passagem do poema, tem-se a construção de determinadas imagens que parecem reforçar tal ideia.

*Me lembro de Cachoeira
ao entardecer, no tempo do inverno.
O quintal de casa
cheio d'água,
para minha alegria de menino levado,
doidinho pela água como filhote de pato brabo.
Alegria de brincar com os meus navios de miriti
E de espantar as sardinhas.
Me lembro das piassocas,
Das marrecas
Dos tuiuiús passando muito alto
indo embora pros lagos desconhecidos.
Me lembro daquele moinho de vento
Parado no meio das águas.
Montaria levando meninos para as escolas.
O Velho Mané Leão surdo e trôpego,
Subia a torre da igreja para bater a ave-maria¹⁷⁸.*

Esse cotidiano simples, aliás, é diferente de seu contexto maior (o contexto brasileiro) que, naquele momento, estava ameaçado pelas ideias e por homens que cogitavam valores positivos ao ideário integralista. Externalizado isso publica a crônica *A um mystico integralista*¹⁷⁹, no Jornal O Estado do Pará. Diante de um Brasil composto por 40 milhões de habitantes, repleto de *boccas famintas, multidões expoliadas, proletários illudidos, camponeses reduzidos a extrema miséria como escravo da gleba*¹⁸⁰, as propostas da Aliança Nacional Libertadora surgem como um alento, uma esperança de vida melhor para muitos brasileiros.

Rebatendo as críticas do Sr. Francisco Sampaio que considerava as propostas da ANL extremista, Dalcídio discorda argumentando não se tratar de um movimento comunista, tampouco extremista, mas um direcionamento que depende do futuro do país, *uma função de “necessidade histórica” imposta pela própria evolução política do Brasil [...] uma força que se creou na tragédia econômica do paiz. Vem do povo para as camadas mais altas. Vem das massas proletárias e camponesas para a metidatação dos sociólogos sinceros.*¹⁸¹

Nesse mesmo mês de junho em que escreve essa crônica, reforçou ainda sua concordância com as ideias que compunham a ANL e avolumou sua discordância com as

¹⁷⁸ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. Tempo de Menino..., 1935, p.66.

¹⁷⁹ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. A um mystico integralista. *O Estado do Pará*. Belém, 04 de junho de 1935. Acervo de Obras Raras da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, Centur-PA.

¹⁸⁰ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. A um mystico integralista..., 1935.

¹⁸¹ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. A um mystico integralista..., 1935.

compreensões integralistas por meio da crônica *A Máscara do Integralismo*¹⁸², publicada também no jornal *O Estado do Pará*. Nesse texto, o funcionário público e militante do P.C.B pondera que o integralismo nada mais é do que uma *confusão mística e plinista, bagaço do mussolinismo e hitlerismo*, um arremedo mal elaborado do *arianismo selvagem* como aquele observado na Alemanha, responsável pelo estabelecimento de padrões raciais que geravam desigualdades, revoltas, imperiosos desejos por libertação, fim de subjugação.

Em sua compreensão, acrescentou ainda que quem verdadeiramente usava disfarces era o integralismo, pois, semelhantemente ao fascismo, *coloca sobre todos os fatores o primado racial. A raça é que manda e que cria os complexos econômicos e superestruturas que formam uma sociedade*.¹⁸³ Suas críticas, como se vê, se tornam cada vez mais ácidas assim como as perseguições, os conflitos entre as diferentes correntes político-ideológicas no Brasil, no mundo. Como resultado direto desse momento conflituoso tem-se, por parte do Governo, a decretação do fechamento da ANL, em 11 de julho de 1935. Estabelecida a censura às ações da Aliança, alguns intelectuais abandonaram a área política. Outros continuaram a divulgar suas ideias aliancistas ainda que de forma sigilosa, ilegal. No caso de Dalcídio o que se viu foi a continuidade de suas refutações a toda e qualquer forma ou modelo que considerasse totalitário, próximo ao nazismo ou fascismo, trajado, segundo ele, de integralismo.

Uma grande parcela desses reais totalitários da nação brasileira, estavam, em sua leitura, no ensino religioso. Talvez driblando a possível censura ao texto que almejava publicar, surge sem registro no sumário, mas entre os textos da edição de setembro de 1935 da revista *Escola* o artigo *Todos nós sabemos que os modernos processos...*¹⁸⁴. Nesse texto, atuando como aquele intelectual que, por meio das revistas educacionais, orientava e prescrevia caminhos para a educação (laica), e para isso, recorria a outras áreas do conhecimento¹⁸⁵, Dalcídio refutou o ensino religioso para as crianças considerando sua implementação nas escolas regulares um asqueroso favorecimento ao *preconceito e luta*

¹⁸² Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *A Máscara do Integralismo*. *O Estado do Pará*. Belém, junho de 1935. Acervo de Obras Raras da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, Centur-PA.

¹⁸³ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *A Máscara do Integralismo...*, 1935.

¹⁸⁴ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Todos nós sabemos que os modernos processos...* *Revista Escola* - revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.5, setembro de 1935.

¹⁸⁵ Sobre essa apropriação de conteúdos e valores de outras áreas do conhecimento ajustados à educação no intuito de auxiliar sua compreensão e prática, cf.: MARGOTTO, Lilian Rose. *A Psicologia chega à escola: o saber psicológico nos periódicos educacionais (São Paulo-1890-1930)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2000.

*religiosa entre as crianças, um processo de mil e um obstáculo a educação livre que, no conceito de Decroly é a base da disciplina consciente e fecunda*¹⁸⁶.

Ao se opor de forma veemente ao ensino religioso para as crianças, Dalcídio além das considerações vinda da Psicologia se fundamentou nas ideias de Anatole France, Freud, Kant e outros, considerando que os conteúdos e práticas do ensino religioso correspondia a uma questão privada, de cunho místico, e que, ao ser inserida na escola regular, somente atrapalharia a *marcha da cultura humana*. E esse progresso, pelo que se percebe em seu discurso, só seria possível com a junção de educação e liberdade conceitos que articulou em seu último artigo na revista Escola.

Em *Educação e Liberdade*¹⁸⁷, sua orientação e prescrição educacional aponta para a recusa total às formas de opressão e negação de personalidade, o que, segundo seu ponto de vista, somente contribuía para a atrofia e ausência de consciência individual e coletiva. Substanciado em uma proposta educacional marxista, levantou nesse momento a bandeira de uma educação, a começar pelas crianças, pautada no trabalho como *necessidade vital*, ação capaz de embasar *interesses comuns*[...], *o laço da solidariedade, a base dos centros de interesses e o surto das renovações civilizadoras da humanidade*¹⁸⁸. Essa sua indicação educativa, diga-se de passagem, o leva, pelo menos em parte, a contrariar o ideário comunista divulgado

naquela época que exigia de seus militantes dedicação total, controle de sentimentos e emoções, tudo em prol de um projeto que recomendava contenção dos valores individuais em prol da conquista coletiva¹⁸⁹. No artigo Dalcídio parece apontar para sentimentos e desejos seus como benéficos ao todo, ao ser humano. É destoando, pelo menos em aparência, dessa dedicação integral, da subordinação da causa privada e familiar preconizada pelo ideário

Imagem 11: capa da revista *Escola*, maio de 1935. Fonte: Hemeroteca da Fundação Cultural do Pará.

¹⁸⁶ JURANDIR, Dalcídio. Todos nós sabemos que os modernos processos..., 1935, p.30.

¹⁸⁷ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. Educação e Liberdade. Revista *Escola* - revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.5, setembro de 1935.

¹⁸⁸ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. Educação e Liberdade..., 1935, p.42.

¹⁸⁹ Cf.: VINCENT, Gérard. Ser Comunista? Uma maneira de Ser..., 1992.

marxista que Dalcídio oferta ainda mais confiança a seus projetos particulares e familiares casando-se, em 26 de setembro de 1935, com datilógrafa Guiomarina Luiza Freire, filha legítima de Luiz Freire Junior e Maria Freire.¹⁹⁰

Na realidade, o enlace matrimonial não impediu nem limitou sua militância política, ação que intensificou em 1936. Naquele ano, morando na rua 1º de maio em Belém, passou a sofrer perseguições tanto pelo que já tinha veiculava nos jornais, na revista *Escola*, quanto pela implementação da Lei de Segurança Nacional, em 11 de julho de 1935, que buscava eliminar a qualquer custo vestígios ainda existentes da ANL. Aliás, é de se pensar que a intenção maior dessa Lei se configurava como uma forma de desarticular qualquer resquício do partido comunista, talvez a principal força da ANL. Mesmo com a Lei em vigor, Dalcídio continuou sua militância, manifestando resistência junto aos seus camaradas do partido. E na atuação clandestina, publicou e distribuiu às escondidas boletins de propaganda e ataques ao governo, ao integralismo, organizou comícios-relâmpagos, o que colaborou para a implementação da medida governamental que decretava estado de sítio e pena de morte a todos aqueles que se colocassem contra a nação¹⁹¹.

Em Belém, mesmo com esse cerceamento, Dalcídio e os demais militantes do Partido Comunista continuaram atuantes. E diante desse contexto repressivo, sob a alegação de agitador, disseminador de ideias que inflamavam a população, e assim, feriam a ordem nacional, o intelectual e militante Dalcídio Jurandir Pereira, em 1936, acaba preso e transferido para o então Presídio São José, e nessa prisão ficou encarcerado por dois meses, na companhia dos militantes Pedro Pomar, João Amazonas, Henrique Santiago, e tantas outras lideranças e militantes comuns.

Ao término de dois meses é liberto e retorna às suas funções na Diretoria de Educação, provavelmente aquelas somente de ordem administrativa uma vez que a revista *Escola* havia encerrado suas tiragens. Diante desse acontecido e de tais condições, continuou entre produções literárias, militância política e função pública na Diretoria de Educação, um legítimo *funcionário-escritor*, condição essa que sustentaria por mais alguns anos no Estado Novo, no item seguinte.

¹⁹⁰ JURANDIR, Dalcídio. *Certidão de casamento*. Belém, 17 de dezembro de 1946. Acervo DJ - PIT, Fundação Casa de Rui Barbosa.

¹⁹¹ Sobre essa repressão do Estado Nacional, Cf.: CARONE, Edgar. *República nova*. Rio de Janeiro: Difel, 1973; SILVA, Hélio. *1935-A Revolta Vermelha*. São Paulo: civilização Brasileira, 1969.

2.4 – Entre jornais, revistas e a inspeção escolar

Paralelo a sua atuação no serviço público, Dalcídio intensificou na entrada do Estado Novo (1937-1945), sua militância política e sua produção poética, romanesca. Da atuação nas fileiras do P.C.B obteria outro dividendo negativo, representado por nova prisão e detenção por meses no presídio São José. No que diz respeito ao seu trânsito pelo âmbito literário, diferentemente daqueles herdeiros da fração intelectual da classe dirigente que, em sua maioria, canalizaram suas produções para o trabalho intelectual mais rentável e gratificante no campo do poder, Dalcídio ariscou seus investimentos nos gêneros literários em acessão e aceitou outros trabalhos ofertados pelo Estado, posto que esse órgão figura cada vez mais fortalecido como a principal agência de financiamento e legitimação das diferentes produções culturais¹⁹².

Na segunda metade dos anos 30, os intelectuais oriundos das famílias provincianas que se encontravam em reconversão de capitais, como é o caso de Dalcídio, experimentavam ainda as consequências de suas desclassificações sociais. Diferentemente dos *bem nascidos*, essa fração de intelectuais não investiu e não teve legitimidade para elaborar, por exemplo, os pensamentos e pareceres políticos, os arrazoados, lhes sobrando no campo intelectual a tarefa de transitar pela produção de gêneros mais arriscados à época, como por exemplo, o romance social (que pouco a pouco ganhava a distinção de gênero digno de amplos investimentos), as ciências sociais, observada como fundamental para a compreensão e organização da sociedade brasileira e a poesia que, resistindo aos novos critérios erguidos no campo literário, desde a década passada com o movimento modernista, figurava ainda como gênero social e intelectual rentável¹⁹³.

Possivelmente sentido essa conjuntura ainda favorável a poesia, Dalcídio, em 1937, orientado por valores estético-político do Modernismo (e da Academia do Peixe Frito), elabora o poema (musicado) *Cantiga dos Negros Cativos – Banzo de Negros*¹⁹⁴. Nesse escrito, descreve algumas entidades das religiões de matrizes africanas (Oxum, Ogum,

¹⁹² Sobre essa distinção entre herdeiros da fração intelectual da classe dominante e os agentes pertencentes as frações destituídas do poder, como Dalcídio cf.: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira...*, 2001.

¹⁹³ Nos anos 30, anos de consideráveis transformações no mercado editorial, ao lado da poesia, talvez até as superando, as obras de ficção e os livros didáticos ocupavam posição de destaque entre os produtos de maior lucratividade para editoras e autores. Cf.: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira...*, 2001, p.159.

¹⁹⁴ JURANDIR, Dalcídio. *Cantiga dos Negros Cativos – Banzo de negros*. Partitura musical. melodia afro-brasileira. Belém, 6 de março de 1937. 4 fls. Acervo DJ - PI, Fundação Casa de Rui Barbosa. Junto a essa partitura [Letra de Dalcídio Jurandir, música de Gentil Pulget (1912-1948)], consta também o programa de recital que homenageou à violonista Leière Aurora, no Teatro da Paz, em Belém. Some-se ainda a essa informação o registro de que esse documento foi doado a Fundação Casa de Rui Barbosa por Vicente Salles, nome expressivo da cultura brasileira.

Iemanjá), além da realidade, do sofrimento dos negros. A última estrofe desse poema *Chora banzo, Sinhô, / nas ondas do mar / Pai de Santo, Pai de Santo ô / Iemanjá oh! Iemanjá* parece tratar daquilo que se observou após a instituição do Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP que, como órgão criado pelo Estado para controlar e orientar as manifestações de ordem cultural e religiosa no Brasil, resolve perseguir alguns seguidores do candomblé, mais precisamente os pai-de-santo que passaram a ser acusados de intervenção indevidamente na saúde pública¹⁹⁵.

Dias depois de escrever esse poema Dalcídio rebateu os artigos de Corrêa Pinto que, por meio dos jornais paraenses, avolumava ainda mais a marginalização de determinados grupos sociais. Na compreensão de Ribamar de Moura, seu amigo, Dalcídio estava de parabéns por rechaçar aquelas deduções *anacrônicas e desastrosas* veiculadas nos jornais, que, no contexto desenhado, de ferrenho debate ético no Pará, *vingava o preto e o índio, com os caruanas de casa, [...]nem cruel, nem grosseiro, nem malcheiroso [...] nem moleque travesso dos pés torcidos no gesto da rasteira indígena*¹⁹⁶.

Todas essas questões, em particular aquelas relativas ao negro não surgem por acaso, mas ganham força com a ideia de *consciência social*, alimentada, por exemplo, pelas contribuições de Artur Ramos com as obras *O negro no Brasil*, de 1934; *O Folclore negro do Brasil*, de 1935; *As culturas negras do Novo Mundo*, de 1937, bem como se fortalecia nos aportes e reflexões teóricas nascidas da Escola de Nina Rodrigues na Bahia, passando pela repercussão discreta, porém concisa, da obra *Casa Grande e Senzala*, lançada por Gilberto Freyre, em 1933, além das pertinentes ideias encorpadas no 1º Congresso Afro-Brasileiro, em 1934, no Recife, sob a liderança de Gilberto Freyre, ampliado em 1937, em Salvador.

Essa consciência e representatividade de grupos até então não tratados nas diversas produções culturais, como se deduz, foi seguida também por Dalcídio ao abordar, por meio de seus poemas, os seres e o cotidiano em suas expressões mais simples. Muito provavelmente, mergulhado nessa atmosfera de *inspiração modernista* que apontava para o retrato da vida de homens comuns, somado aos traços da oralidade (semelhantes àqueles presentes na poesia de Castro Alves), bem como as ressonâncias do classicismo greco-latino¹⁹⁷, Dalcídio publica na revista Guajarina três poemas: *Posse* em que aborda o ímpeto amoroso em sua forma natural, flagrado em sua manifestação impulsiva; *Os jambeiros* em que registra uma espécie de

¹⁹⁵ Sobre essa questão, cf.: ROLLAND, Denis. O Estatuto da Cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

¹⁹⁶ Cf.: MOURA, Ribamar. *Carta ao amigo Dalcídio*. Salinas-Pará, 22 de março de 1937.

¹⁹⁷ Cf.: NUNES, Paulo. Dalcídio Jurandir: uma não unidade nos exercícios de poeta (Prefácio)...., 2011.

árvore, seu fruto e o ato de apanhar esse fruto em meio a simplicidade da natureza e *Um ar de Distância*¹⁹⁸ onde plasma o devaneio, a imprecisão diante das circunstâncias da vida.

Todos esses versos de Dalcídio, livres, que beiram o telúrico, resultados de seu impulso da adolescência corporificam o *exímio pintor de cenas*¹⁹⁹ que arremessa o leitor ao local e coisas e gentes descritas, que escreve emaranhado em sua oralidade circundante, atestando a impressão de que nesse momento dos anos 30 aqueles que se lançavam a elaboração poética buscavam de certa forma prolongar a experiência modernista de apagamento entre as fronteiras, entre os gêneros, coisas que lembram o *gosto, ou pelo menos a tolerância pelo informe, o não-artístico (em relação aos padrões da tradição ou aos da vanguarda), levando por vezes a supervalorização de escritores que pareciam ter a virtude do espontâneo*²⁰⁰.

Em *Os jambeiros*, por exemplo, os versos *No silêncio do arrebalde / A manhã amadurece os jambeiros / E anima a festa dos pássaros*, expressam essa espontaneidade, o cotidiano do amazônida, cotidiano próximo aquele abordado em uma crítica sua direcionada ao romance *Safra*, de Abguar Bastos²⁰¹. Para Dalcídio, o romance do conterrâneo e amigo nada deixava a desejar uma vez que foi tecido sob a coerência regionalista, e assim, aproximava de forma exemplar vida real e ficção, além de dialogar com contextos maiores, universais. A experiência vivencial de Abguar, no julgamento de Dalcídio, lhe possibilitou uma escrita mais humanizada, algo para além da técnica pela técnica.

Não discordando desse traço destacável no romance de Abguar Bastos, contudo sublinhando um aspecto que, ao que parece, enfraqueceu essa e tantas outras obras de ficção dos anos 30, Antonio Candido, anos depois, observou que os romancistas dessa geração anunciavam consciência dos planos estético e ideológico na confecção de seus romances, todavia, na prática, ignoravam a dimensão estética, justamente por não perceberem que *uma coisa e outra dependem da elaboração formal (estrutural e estilística), chave do acerto em arte e literatura*²⁰².

Talvez pela proximidade entre lançamento e crítica Dalcídio não percebeu essa questão. Em meio ao contexto de efervescência política que estava, valia para ele acentuar que Abguar Bastos expressava o tipo de homem exemplar, daqueles que vive, que sonha, que

¹⁹⁸ JURANDIR, Dalcídio. *Posse; Os Jambeiros; Um ar de Distância*. Revista Guajarina. Registrado em NUNES, Paulo. *Poemas Impetuosos ou o Tempo é o do Sempre Escolha*..., 2011.

¹⁹⁹ NUNES, Paulo. Dalcídio Jurandir: uma não unidade nos exercícios de poeta (Prefácio)...., 2011.

²⁰⁰ CANDIDO, Antonio. *A Revolução de 1930 e a Cultura*..., 1984, p.36.

²⁰¹ JURANDIR, Dalcídio. *Safra*. Jornal não identificado. S.l. [1937?]. Casa de Rui Barbosa. Acervo "Dalcídio Jurandir jornalista".

²⁰² CANDIDO, Antonio. *A Revolução de 1930 e a Cultura*..., 1984, p.36.

luta por dias melhores, coisas que, em alguma medida, justificava e legitimava sua ênfase ao plano ideológico em suas obras, em especial no romance *Safra*²⁰³.

Essa tônica política, social e ideológica, acentuada por Dalcídio quando comentou o romance de Abguar Bastos é retomada na publicação de sua crônica *Com José Américo, pela Democracia*, no jornal O Estado do Pará em 5 de agosto de 1937²⁰⁴. Nesse texto imprime novamente combate a ideologia integralista, crescente no Brasil, elogiando o posicionamento de José Américo²⁰⁵ que, em um discurso proferido repudiou o integralismo de Plínio Salgado, argumentando que aquela vertente do totalitarismo consistia em um modelo político-ideológico que buscava *intervir na vida transcendente das religiões, fazendo da consciência religiosa um instrumento vulgar de exploração política*, o que, por conseguinte, contribuía diretamente para o aumento das lutas e divergências religiosas, as confusões e ódios de muitos brasileiros²⁰⁶.

A partir desse entendimento, especulou ainda que o integralismo era uma *seita política* que alimentava, por traz de sua proposta, a exploração, as mortes e os conflitos entre cristãos e não religiosos. Nesse sentido, Dalcídio elogiou o posicionamento do católico José Américo, que, em seu ponto de vista, mesmo com alguns pontos inconsistentes, não foi *atrás de mais um balão furado dos anauês*, se colocando ao lado das *massas populares, democraticamente, pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelo amparo do capital nacional contra a ganância das companhias estrangeiras, pelos direitos do operariado e do funcionalismo público, pelo maior prestígio do nosso Exército e da nossa Marinha, contra a carestia da vida, pela cultura popular, pela melhoria das condições dos trabalhadores rurais*²⁰⁷.

²⁰³ Sobre essa representação de um Abguar Bastos que sonhou, lutou por transformações, igualdade social e foi perseguido por seus princípios e ideais Cf.: JORNAL DA UBE. *A Grande chama de Abguar Bastos*. São Paulo, outubro de 2002, p.8-9. Nessa reportagem é enfatizado que Abguar, mesmo sendo amigo de Luiz Carlos Prestes, não se credenciou aquela época como comunista, nem se filiou à agremiação, o que não lhe impediu de manifestar inclinação pelas ideias e atuação esquerdistas, e colher, por esse direcionamento, certa perseguição política, fato que colaboraria para que deixasse sua cidade natal, Belém do Pará.

²⁰⁴ JURANDIR, Dalcídio. Com José Américo, pela Democracia. *O Estado do Pará*. Belém, 5 de agosto de 1937.

²⁰⁵ Autor do romance *A bagaceira* (1928), José Américo de Almeida foi destaque também na política brasileira, principalmente quando apoiou a Revolução de 1930 e passou a ser visto como eminência civil da revolução no Nordeste. Nas eleições presidenciais marcadas para janeiro de 1938, José Américo teve sua candidatura aceita, e, de certa forma, apoiada por Getúlio Vargas, somente por questões estratégicas. Em 1937 estava empenhado na campanha presidencial quando fora surpreendido como muitos outros intelectuais com o golpe de Estado de 10 de novembro, o que simbolizou o fim de qualquer intenção sua em assumir a presidência. Dentre as variadas funções que trilhou, destaca-se a ocupação do cargo de ministro da aviação e obras públicas nos dois governos de Getúlio Vargas e de embaixador no Vaticano. Sobre essa questão e outras questões de sua vida, Cf.: SENNA, Homero. Um ficcionista absorvido pela política. In: *República das Letras*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1968.

²⁰⁶ JURANDIR, Dalcídio. Com José Américo..., 1937.

²⁰⁷ JURANDIR, Dalcídio. Com José Américo..., 1937.

Talvez o que Dalcídio deseje com esse posicionamento consistia em dias melhores e mais justos para trabalhadores comuns, para ele e para seus familiares, em especial ao pequeno João Sérgio, seu filho nascido no mesmo dia da publicação daquela matéria (5 de agosto), e que, mesmo com pouco tempo de vida já se mostrava atraído pela liberdade, pela rua, esse *mar alto das cidades, rio onde corre a vida mais intensa e onde se colhe na experiência dos homens, a perfídia, a estupidez e a miséria dos homens...*[não uma rua que vem dos homens] *mas que vem das coisas que sabem ser mais humanas, vem das árvores e das pedras, do sol e do céu que parece ondular em cor e em ritmos de asa, indiferente, sobre a cabeça dos homens...*²⁰⁸.

Essa luta/busca de Dalcídio, pela democracia, pela liberdade dos indivíduos, acompanhou grande parte dos seus escritos e de tantos outros *funcionários-escritores* que se posicionavam contra o integralismo²⁰⁹, observado quase sempre por muitos intelectuais (dentre eles muitos funcionários-escritores), como uma corrente político-ideológico falaciosa. Esses intelectuais ao se posicionarem na arena descrentes com o governo Vargas, com o Integralismo e com o Liberalismo, levaram em consideração a necessidade de se manifestar contra as determinações políticas e suas instituições, cientes que quase sempre tinham nas próprias agremiações que criticavam, seus protetores, seus financiadores, o que não eliminava seus posicionamentos contrários, pois grande era a desilusão que se encontravam desde os desdobramentos da Revolução de 30 que, de forma efetiva, não trouxera nenhuma mudança para a democracia brasileira²¹⁰.

Essa ambivalência entre a necessidade de refutar o político e se ver protegido por ele levou, pelo que se entende, um número expressivo de intelectuais a se *entregarem à ação política sem nenhuma hesitação, como se tivesse qualificação especial para fazê-lo*²¹¹, e assim se viram arrogados de uma competência particular para assumir a responsabilidade das questões relativas as ideologias que se apresentavam como possibilidades de projeto político-ideológico, a ser incorporado pela nação. Muitos intelectuais, nesse período, se portaram como elite quando necessário, povo quando conveniente. Feito *mediadores indispensáveis*,

²⁰⁸ JURANDIR, Dalcídio. *Carta enviada a esposa Guiomarina Freire, em 1937*. Fundação Casa de Rui Barbosa. Acervo “Dalcídio Jurandir assuntos diversos”.

²⁰⁹ Em linhas gerais é possível dizer que o integralismo foi uma corrente político-ideologia com inclinações totalitárias, de bases fascistas sob o rótulo de Ação Integralista Brasileira – AIB, fundada em 1932 e extinta após o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937. Sobre a AIB, Cf.: (dentre outros) TRINDADE, Hélio. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

²¹⁰ Sobre essa questão avaliativa da posição e condição dos intelectuais no Pará dos anos 30, após a revolução, Cf.: MARTINS, Max. Posição e destino da literatura paraense (Entrevista). *Folha do Norte*. Suplemento Arte Literatura, nº 55. Belém, 7 de dezembro de 1947, p.3.

²¹¹ Cf.: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil...*, 1990, p.7.

em sua maioria assumiram essa conduta ambivalente que os posiciona em identificação com o político, com o social. *Tanto quanto o poder* [localizado no controle político], *se projetavam acima do social*. E ao estarem acima das classes, se sentiam encarregados de advogar por elas, afinal, *conheciam seus interesses profundos*²¹².

É justamente por se entender como alguém um pouco mais esclarecido em meio a sociedade paraense que Dalcídio em nova matéria publicada no jornal O Estado do Pará continuaria a criticar o integralismo. Resgatando parte do que problematizou em seu texto sobre o aspecto democrático defendido por José Américo, em 23 de setembro de 1937 publica a crônica *O Integralismo quer vender a Pátria ao Estrangeiro*²¹³ onde, já no título, manifesta sua concordância com as palavras de José Américo, autor da frase-título, um homem que, em suas observações, *estava ao lado do povo, era candidato dos pobres e dos oprimidos, dos que necessitam de mais pão, de mais alegria no trabalho e mais tranquilidade nos lares, de mais saúde, de mais independência econômica, de mais instrução e cultura*²¹⁴. Todo aquele grupo que se colocava dissimuladamente oposto a essas necessidades, em sua percepção, queria na verdade *criar todas as condições objetivas para implantar no país, a ditadura fascista estrangulando as últimas liberdades e massacrar as multidões democráticas*²¹⁵.

Ao externalizar essas questões, Dalcídio, disposto em posição ambivalente, como *mediador indispensável*, entre o povo e poder político, analisou a questão pelo prisma que norteava a noção de *cultura política*²¹⁶, considerando a representação negativa que já tinha do integralismo, uma vez já ter sido perseguido e preso, dentre outros motivos, por julgar ser essa vertente maléfica à nação, à sociedade paraense. A parcela de intelectuais, na leitura de Dalcídio, que simpatizava com o integralismo, se aparelhavam a essas ideias porque, em essência, suas demandas não encontravam correspondência com as necessidades do povo, mas a grupos específicos, que faziam parte, que lhes prestava favores, proteção e financiamento específicos.

Em contraponto a essa barganha particular, o falar de José Américo, em sua compreensão, era um falar simples e direto, agradava e contemplava as reais necessidades do

²¹² Cf.: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política...*, 1990, p.7-9.

²¹³ JURANDIR, Dalcídio. (Do Centro de Jornalistas pró-José Américo). *O Integralismo quer vender a Pátria ao Estrangeiro. O Estado do Pará*. 23 de setembro de 1937.

²¹⁴ JURANDIR, Dalcídio. *O Integralismo quer vender a Pátria ao Estrangeiro...*, 1937.

²¹⁵ JURANDIR, Dalcídio. *O Integralismo quer vender a Pátria ao Estrangeiro...*, 1937.

²¹⁶ Sobre o ângulo que os intelectuais estavam acostumados a falar, suas visões do político e suas concepções da política intelectual Cf.: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política...*, 1990. Por essa noção era necessário dispensar atenção a continuidade histórica brasileira por meio da valorização de seus costumes, tradições, religiões, raças, línguas, enfim, a memória do passado.

povo, somava para a criação de uma consciência e organização nacional²¹⁷. Em contrapartida, os integralistas agiam pelo vértice do desagregar, disposto a *destruir o cristianismo, dissolver as livres organizações trabalhistas, esmagar a cultura, atirar nos cárceres e nos campos de concentração todos aqueles que não se deixam avassalar pelo regime fascista*²¹⁸.

E foi justamente esse revide que Dalcídio, o militante e *empregadinho público* (como lhe chamou certo imortal da Academia Paraense de Letras) viria a sofrer junto a sua família, pelos camisas verdes. Desde o dia 27 de novembro de 1937, sob a liderança de Getúlio Vargas, o Brasil já sofria as consequências de um golpe político que implantou a ditadura do Estado Novo, o que, diretamente, correspondeu a cassação e prisão de alguns intelectuais, principalmente aqueles que integravam a vertente comunista, como é o caso de João Amazonas (que vivia na clandestinidade), Henrique Santiago, Dalcídio Jurandir e tantos outros que acabaram amargando considerável temporada na prisão²¹⁹.

Tratou-se de um regime que amadurecera durante 7 anos, com forte inclinação ao autoritarismo e que ganhou corpo com o Estado Novo em 1937, justificando tal posição pela necessidade de conter as oligarquias regionais que perdiam força e poder. O Estado Novo, nesse momento da história brasileira, optou por sufocar a vida intelectual, o que, em parte, já era um caminho comum desde a censura instaurada no início dos anos 30 e que viria a consagrar a aceitação por parte de Getúlio Vargas às táticas voltas a repressão contra a dissidência. O estado autoritário era assim abonado sob a alegação das ameaças e conspirações comunistas, o que exigia a exclusão dos círculos sociais, ainda que temporariamente, daqueles nacionalistas que se rotulavam progressistas²²⁰.

Sendo enquadrado como um desses nacionalistas, Dalcídio, por sua explícita manifestação política, em 26 de outubro de 1937²²¹, praticamente um mês antes da instauração oficial do Estado Novo, é preso novamente, *gramando xadrez comum, o mesmo xadrez onde os ladrões de galinhas e porristas passam vinte e quatro horas*²²².

²¹⁷ Essa necessidade de traçar a política do país por meio da conscientização e organização nacional corresponde a um pensamento surgido com Alberto Torres, em 1914.

²¹⁸ JURANDIR, Dalcídio. O Integralismo quer vender a Pátria ao Estrangeiro..., 1937.

²¹⁹ Sobre essa questão Cf.: OLIVEIRA, Pedro de (Org.). *João Amazonas*. Brasília: Câmara dos Deputados, edições câmara. Série Perfis parlamentares, n.57, 2001, p. 29.

²²⁰ Sobre esse momento de repressão do regime Vargas, Cf. (dentre outros) LEVINE, Robert. *O Regime Vargas: 1934-1938 (os anos críticos)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

²²¹ Essa data é possível a partir da interpretação de que ao escrever a carta ao esposo, Guiomarina diz que *Fazem hoje vinte dias que o levaram daqui*. Cf.: FREIRE, Guiomarina. *Carta enviada a Dalcídio Jurandir*. Belém, 15 de novembro de 1937.

²²² JURANDIR, Dalcídio. Tragédia e Comédia de um Escritor do Norte. *Jornal Dom Casmurro*. 31 de agosto de 1940. Cf.: também ABREU, Brício de. (Prefácio do romance). JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos campos de Cachoeira*. Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi LTDA, 1941.

Posteriormente, foi transferido para o presídio São José, onde ficou em condições inóspitas²²³ até janeiro de 1938, apenas, segundo ele, *porque a infâmia dos camisas verdes chegava a tudo naquele tempo. Me ficava bem, aliás, estar em companhia daquela pobre gente em vez de estar na companhia dos autores da infâmia*²²⁴.

Imagem 12: Dalcídio no Presídio São José.

Fonte: www.dalcidiojurandir.com.br

Sua condição, naquele momento, não se apresentou diferente de aproximadamente mil pessoas que foram presas por discordarem do presidente, serem *intelectuais com opiniões suspeitas*²²⁵ ou filiados a determinados movimentos políticos-ideológicos, o que, de certa forma, serviu para revelar que Getúlio Vargas destoava daquele democrata que a campanha da Aliança Nacional de 1930 apostou, acreditou ser o novo líder brasileiro. No início do ano de 1938, passado esse momento difícil, que, no julgamento indignado de Dalcídio, correspondeu

²²³ Essas condições podem ser entendidas como proliferação de doenças, falta de medicamentos, excesso de moscas, carapanãs (mosquitos), condições insuficientes para assepsia dos presos dentre outros problemas. Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Carta a Guiomarina Freire*. Belém, 1937. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

²²⁴ JURANDIR, Dalcídio. *Tragédia e Comédia de um Escritor...*, 1941.

²²⁵ Dentre esses intelectuais com *opiniões suspeitas* estava o antropólogo Nunes Pereira e Jorge Amado, esse último, detido novamente, ambos encarcerados em Manaus sob a acusação jocosa de fomentarem uma rebelião de índios na Amazônia. Sobre essa questão, cf.: CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

a uma página negra que se escrevia no Pará, essa a infâmia praticada a um jovem de letras, cuja culpa foi apenas de desagradar a mediocridade enganadora de um ruminante[...] como o Pará é grato e trata um filho de valor²²⁶, Dalcídio já liberto do presídio São José retorna novamente as suas funções administrativas na Diretoria de Educação e Cultura.

Esse retorno ao órgão público, para a atuação administrativa no Estado do Pará, pode ser entendido como nova acomodação à função de refúgio, talvez retomada pela necessidade econômica, (dentre outras possíveis causas), ainda mais se colocada lado a lado as investidas de um grande número de intelectuais cooptados que assumiam cargos mais lucrativos, promotores de destaque, de consagração, consagração essa que, em seu caso, poderia ser atingida pelo menos, com o apoio do amigo Machado Coelho que levou *para a José Olympio seus manuscritos*, esperançoso *que ficarás célebre*²²⁷.

E enquanto essa outra condição de intelectual reconhecido amplamente não se apresentava, Dalcídio seguiu mantido na Diretoria de Educação, veiculando o ideário formativo-educacional de *homem novo*, idealizado pelo Estado Novo, erguido sob os domínios da pedagogia de Dewey, que, àquela altura, se opunha as correntes católicas, aliadas indispensáveis ao processo educacional brasileiro e que ainda não tinham desistido de *tentar o restabelecimento do caráter religioso da educação e uma contratação mais apropriada dos professores*²²⁸. Na verdade, a igreja com seus intelectuais, aliados do governo desde a revolução de 30, teve fortalecido o apoio de Getúlio as suas perspectivas de ensino religioso para a nação.

O certo é que a maioria dos intelectuais, a citar leigos, aliados da igreja, possuidores de um capital cultural considerável, aqueles que se encontravam em processo de consagração ou ainda os intelectuais com melhor posição no campo literário paraense e nacional, todos, quase que em sua plenitude, dependiam material e institucionalmente do regime estadonovista²²⁹. Em muitos casos, localizavam-se em uma posição social que representava o próprio Estado. Esse último, apropriando-se da ideia de ser o responsável pela construção de uma identidade nacional e, por extensão, de uma unidade orgânica da nação, recorria aos

²²⁶ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Carta a Guimarina Freire...*, 1937.

²²⁷ COELHO, Machado. *Carta ao amigo Dalcídio Jurandir*. Belém, 01 de dezembro de 1937. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

²²⁸ Cf.: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política...*, 1990, p.68.

²²⁹ Sobre essa questão é necessário dizer que o regime de Vargas, até mesmo depois do Estado Novo, preservou para os intelectuais, principalmente para aqueles que estavam *a serviço da nação*, uma considerável liberdade de criação. Um exemplo disso é dado por Antonio Candido quando comenta a disposição de Carlos Drummond de Andrade que, *serviu o Estado, mas não alienou por isso a menor parcela de sua dignidade ou autonomia mental*. Cf.: CANDIDO, Antonio. *Intelectuais à Brasileira...(Prefácio)...*, 2001, p.74.

intelectuais, acusando assim sua dependência estratégica ao grupo disposto a pensar a organização do país.

Esse atrelamento entre Estado e intelectuais tecido desde o Governo Provisório de Vargas, demarcaria a interferência entre campo intelectual e campo político no Estado Novo. É talvez ciente dessa dependência, somado a sua condição material precária que Dalcídio encontrou motivos para seu retorno a Diretoria de Educação. O Estado, como se viu, se apresentava para a maioria dos intelectuais como a instituição responsável pela construção nacional, não apenas refletindo a sociedade, mas a orientando, guiando, agindo como um verdadeiro formador nacional.

A dimensão cultural, como outros domínios, era mantida com subsídios do Estado que sustentava as iniciativas culturais *colocando os intelectuais a salvo das oscilações de prestígio, imunes às sanções de mercado, definindo o volume de ganhos de parte a parte*²³⁰, e assim, passando a imagem de que, diferentemente da classe dirigente da República Velha que entendia a cultura a partir de uma visão tradicional, clientelista e elitista, disponibilizando a cultura somente às elites, o Estado Novo passa a esboçar uma *mentalidade mais democrática a respeito da cultura, que começa a ser vista, pelos menos em tese, como direito de todos*²³¹.

Dessa maneira, essa agência centralizadora organizava condições propícias a implementação de seu autoritarismo desmobilizador, justamente por cooptar os intelectuais e aproximar cultura e política. Enquanto a cultura aproximaria o Estado às questões circundantes a vida, os contornos e desdobramentos genuinamente do povo, a política se encarregaria de forjar a unidade nacional, de promover o retorno as raízes do Brasil, a construção do sentido da nacionalidade emprestando sua organização e orientação ao bem comum, ao bem nacional²³².

Muito provavelmente, as prisões sofridas, o clima de perseguição e controle instaurada pelo Estado Novo bem como a dependência que Dalcídio tinha do Estado o fazem, nesse momento de retorno do cárcere, um tanto quanto comedido em suas compreensões políticas, o que busca equilibrar com uma alta em suas observações estéticas da produção cultural brasileira. Além dos poetas, romancistas e cronistas, os jornalistas avistaram certo perigo na publicação de comentários políticos, o que os levou a dedicar espaço a assuntos menos

²³⁰ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira...*, 2001, p.215.

²³¹ CANDIDO, Antonio. *A Revolução de 1930 e a Cultura...*, 1984, p.34.

²³² Como exemplo desse projeto cultural do Estado que considerava fundamental erguer o sentimento de *nacionalidade*, que colaboraria para a *unidade nacional*, criou-se a revistas *Cultura Política* e *Ciência Política* no governo de Vargas. Sobre essa questão, Cf.: VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e Poder Político: uma confirmação do campo intelectual*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo, Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

*arriscados, como resenhas de livros e crítica literária, ao mesmo tempo em que as restrições nos meios normais de expressão ao descontentamento político levaram tanto escritores como leitores a buscar na nova ficção a crítica social*²³³.

Esse declínio ou mudança de sentido, diga-se de passagem, foi sentido por um número considerável de militantes, integrantes dos pequenos grupos de intelectuais (quase sempre trotskistas, socialistas) que, a partir de 1938, diante das diferentes e desfavoráveis circunstâncias, já não se viam tão enérgicos ante a classe dirigente, aos antigos partidos políticos, ao liberalismo econômico e político reinante.

Todavia, mesmo com uma relativa baixa em suas manifestações políticas, seus engajamentos deixam vestígios que repercutiria em outras produções suas, o que interfere diretamente para que muitos intensificassem seus investimentos e publicações de poesias e críticas literárias. É assim que, na metade de 1938, mais precisamente em 5 de agosto de 1938, Dalcídio retoma a socialização de suas leituras críticas às produções literárias com a publicação do parecer sobre a obra *Olhai os Lírios dos Campos*, então lançada por Érico Veríssimo²³⁴. O romance, de sucesso estrondoso com a comercialização inicial de 3 mil exemplares esgotados em poucas semanas, proporcionou ao escritor gaúcho, além dos lucros materiais, os lucros simbólicos posto que a obra o consagrou e o localizou entre os escritores brasileiros profissionais²³⁵.

Olhai os Lírios dos Campos, romance inaugural de Érico Veríssimo, foi uma obra baseada em um trecho bíblico, um sermão que trata das ansiedades, das preocupações da vida²³⁶, e que é equiparada por Dalcídio aos outros quatro romances do escritor gaúcho e a algumas produções cinematográficas, como por exemplo, o trabalho do cineasta norte-americano King Vidor (com a narrativas fílmicas *Caminhões Cruzados e Turbilhão da Metrópole*) e um dos personagens presente nas peças teatrais de Henrik Ibsem²³⁷.

Retomando a elaboração e publicação de crônicas que tratavam de assuntos literários, em 12 de agosto de 1938, Dalcídio critica a posição *artístico-transfigurado* de Osvaldo Orico

²³³ Cf.: HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil...*, 2012, p. 503-4.

²³⁴ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. O arranha-céu e o Lírio dos campos. *O Estado do Pará*. Belém, 5 de agosto de 1938.

²³⁵ *Olhai os Lírios dos Campos* foi o romance de estreia de Érico Verissimo, lançado pela editora Globo, no ano de 1938. Acrescenta-se aqui que nesse mesmo ano a obra atingiu uma grande vendagem ao ponto de ter sua 2ª e 3ª edição lançadas no mesmo ano.

²³⁶ A passagem bíblica que inspirou o livro pode ser assim entendida: *Olhai como crescem os lírios do campo! Não trabalham nem fiam. Pois Eu vos digo: Nem Salomão, em toda a sua magnificência, se vestiu como qualquer deles*. Cf.: Livro de Mateus capítulo 6, versículos 28-29. *Bíblia Sagrada*. Lisboa: Verbo, 1982, p. 1107.

²³⁷ Um ensaio pertinente sobre Dalcídio Jurandir Crítico literário, nesse momento, pode ser encontrado em FURTADO, Marli. Dalcídio Jurandir e a Crítica Literária para O Estado do Pará (1938-1941). In: FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de; HOLANDA, Sílvio Augusto de Oliveira; AUGUSTI, Valéria. *Crítica e Literatura*. Rio de Janeiro: De Letras, 2011.

em seu discurso na Academia de Letras. Esse escritor, segundo ele, falava da Amazônia como se tivesse conhecimento *in loco, da terra em sua misteriosa e dramática profundidade com os seus bichos e o seu povo*²³⁸. De acordo com sua avaliação, Osvaldo Orico conhecia a Amazônia aos moldes de um turista, o que refletia em seu romance *Seiva*, ausente da verdadeira *força e humanidade, a força interior, o sentimento da terra que se encontram nos romances de Gorki, Knut Hansum, de Pearl Buck, na obra de Lins do Rego, Abguar Bastos*²³⁹. Assim, seu discurso na Academia, uma manifestação teatral, segundo Dalcídio, válida pela artimanha e astúcia de interpretar o que não viveu, significativa também por expressar um *dia de inteligência naquela burocracia*.

E saindo dessa questão particular, é possível pensar que esse momento de retorno de escrita para os jornais e revistas, a questão dos valores regionais e nacionais representados pela presença dos negros no Pará, são retomadas por Dalcídio em *Tomei Bença de Mãe Baiana*, em 25 de novembro de 1938²⁴⁰. Comparando o samba ao tango, Dalcídio especula que o primeiro tem uma vertente popular, ligada as periferias e aos negros, coisa que o torna mais próximo a realidade da maioria da população, população essa representada pelos suburbanos moradores do Rio de Janeiro e pelos negros e trabalhadores e frequentadores do salão de festa Curuzu, em Belém do Pará.

Os negros, no comentário de Dalcídio, correspondiam a uma parcela majoritária da população brasileira que, completado os quase oito anos da Revolução de 30, ainda não tinham conquistado, de forma efetiva, as mudanças sonhadas com a revolução. E como se amenizasse o seu imobilismo situacional, os negros e o povo como um todo buscavam entreter-se, dançar o samba com amor, em um ar religioso, porém, com *uma alegria triste, uma singular expressão de desabafo. Sinto que eles também topam com o chamado sentido heroico da vida*. Muitos daqueles sambistas e negras que frequentavam o barracão de festa Curuzu, naquele momento, viam no samba um subterfúgio ou acalanto ante a vida sofrida que ainda perdurava.

Semelhante a esses frequentadores do espaço de samba organizado por *Mãe Baiana*, os garotos responsáveis pela retirada de capim das ruas de Belém, conhecidos como *ferrinhos*²⁴¹, sofriam, de acordo com Dalcídio, a exploração disposta por um trabalho penoso.

²³⁸ JURANDIR, Dalcídio. Osvaldo Orico e seu discurso na Academia. *O Estado do Pará*. Belém, 12 de agosto de 1938.

²³⁹ JURANDIR, Dalcídio. Osvaldo Orico e seu discurso..., 1938.

²⁴⁰ JURANDIR, Dalcídio. Tomei Bença de Mãe Baiana. *O Estado do Pará*. Belém, 25 de novembro de 1938.

²⁴¹ JURANDIR, Dalcídio. *Os "ferrinhos"* (sem indicação do nome do jornal do Pará). Belém, 1938. Fundação Casa de Rui Barbosa, acervo 2 "Dalcídio Jornalista".

Esses menores, retratados por ele por meio de uma crítica social poética – muito próxima daquela em que abordara a *mulataria* no barracão de festa na crônica anterior, são aproximadas a determinados personagens criados pelo escritor Joseph Conrad e a alguns tipos dispostos no poema *Novo Jesus entre os meninos pobres*, do jornalista e poeta De Campos Ribeiro²⁴².

Em um fragmento dessa crônica que retrata o trabalho dos ferrinhos parece ser possível ilustrar melhor, pelo menos parte, essa observação:

Conheço o capataz dos “ferrinhos”. É um homem doce, tranquilo, fiel ao cumprimento de seus deveres, cheio de simpatia para todos os homens. Ele é um pai para os “ferrinhos”. Tem um ar de velho marinheiro aposentado. [...] vocês valem por toda uma pequena humanidade sacrificada num drama de abandono e de dor que pouca gente sabe...E quando vocês cantam, na hora do reco-reco, no verão ou no inverno, a cantiga de vocês é uma rapsódia quase surdina que conta todas as cenas e derrama todas as vozes da pequenina e grande miséria que vocês sabem sofrer com tão dolorosa inocência e tão anônimo heroísmo!

Como se especula, a partir do fragmento, os meninos catadores de capim na cidade Belém, na visão de Dalcídio, seguiam a vida de forma expropriada, quer pelo trabalho, quer pela perda da infância, encontrando amparo naquela ação entendida como benéfica pelo prefeito Abelardo Conduru²⁴³, que tinha direcionado para administrar o trabalho dos pequenos um *homem doce, tranquilo, fiel*.

Tanto na primeira crônica que trata dos negros que se divertiam no samba como forma de amenização da situação sofrida, quanto nessa segunda crônica, que aborda a condição dos menores trabalhadores de limpeza em Belém (também massacrados por uma conjuntura opressora), Dalcídio segue uma tendência jornalística surgida com a implementação dos cursos superiores de filosofia, ciências sociais, história e letras, em alta a partir dos anos 30, que substanciavam a mentalidade dos intelectuais, artistas e pesquisadores brasileiros com a ideia de que era necessário se interessar por aqueles *grupos até então menos estudados, ou estudados com ilusões deformadoras, quer seja negros, índios, trabalhadores rurais, operário e pobres*²⁴⁴.

Essa preocupação, ao que se entende, foi vista em quase todos os jornais paraenses da época, em um momento que se juntava a matéria ordinária e as matérias literárias, sugerindo atualização do leitor, fazendo-o acompanhar a movimentação e desdobramentos, por exemplo,

²⁴² José Sampaio de Campos Ribeiro (1901-1980) foi jornalista, poeta, prosador e crítico literário radicado em Belém do Pará, cidade essa que buscou abordar em suas diversas produções no âmbito cultural e informativo. Muito provavelmente, o poema *Novo Jesus entre os meninos pobres* está em sua obra *Alleluia*: versos. Belém: Oficinas Gráficas da Guajarina, 1930.

²⁴³ Nascido das fileiras do Partido Republicano Federal - seção Pará, Abelardo Leão Conduru diplomou-se professor de estudos gerais pela Escola Normal do Pará e ocupou cargos de prestígio no cenário administrativo paraense, como por exemplo, a função pública de Prefeito de Belém entre os anos de 1938 a 1943, na Interventoria de Gama Malcher.

²⁴⁴ CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a Cultura..., 1984, p.32.

das artes, da filosofia, da etnografia, do folclore e das questões sociais em esfera local e internacional²⁴⁵. E Dalcídio, um funcionário-escritor, assíduo colaborador dos jornais e revistas do Pará interessado em colaborar com os grupos menos favorecidos, canaliza parte de sua *missão* e, em 1939, segue para o serviço público junto a inspeção escolar.

Naquele ano, com a consolidação do Estado Novo, as ações de cooptação dos intelectuais para o trabalho no serviço público se fizeram fundamentais. Esse grupo, a cada ano do governo de Vargas, se colocava como responsável pela construção da identidade nacional. Por outro lado, o Estado não conhecia outra expressão pública a não ser aquela emitida pelos intelectuais, que, gradativamente, buscavam expressar a *presença de uma sociedade civil e dar o exemplo de atores coletivos*. Assim posicionados, *fiéis a sua vocação nacional*, os intelectuais permaneceriam com seus postos e garantiriam suas antigas ou novas fileiras do Estado²⁴⁶.

Embasado nesse preceito, Dalcídio ainda com trunfos a serem melhor valorizados, (trunfos de pouco peso no mercado de trabalho intelectual), aceitou, em 1939 *inspecionar escolas em regiões longínquas* como aquelas localizadas na zona rural dos municípios de Oeiras e Salvaterra, no Estado do Pará²⁴⁷. Por decreto do Interventor Federal do Estado, Sr. Magalhães Barata, o 1º oficial da Diretoria de Educação e Cultura, Sr. Dalcídio Jurandir Pereira foi *nomeado para exercer, em admissão, o cargo de inspetor escolar, dado pelo decreto nº 3.167, de 31 de dezembro último*²⁴⁸.

Sobre essa incursão de Dalcídio pela inspeção escolar tem-se alguns vestígios e rastros deixados, por exemplo, no relato da professora Zezé, *professora da Escola "Saldanha da Gama", escola criada pela reforma de Anísio Teixeira para atender os filhos dos*

²⁴⁵ Sobre essa relação entre os jornais paraenses e a veiculação de informação por meio dos intelectuais, cf.: MAUÉS, Júlia. *A modernidade literária do estado do Pará: o suplemento literário da Folha do Norte*. Belém: UNAMA, 2002.

²⁴⁶ Cf.: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política...*, 1990, p.72. Sobre essa questão, Segundo Antonio Candido, um contraponto a essa ideia de uma elite (inclusive intelectual) que se arrogava o papel de responsável e capaz de impingir as alterações necessárias ao Brasil pode ser observado, ainda que de forma discreta na obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicada em 1935. Cf.: CANDIDO, Antonio. *A Revolução de 1930 e a Cultura...*, 1984, p.32.

²⁴⁷ Cf.: NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy & PEREIRA, Soraia R. (Orgs.). *Dalcídio Jurandir, Romancista da Amazônia...*, 2006, p.37.

²⁴⁸ GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ/SECRETARIA GERAL DO ESTADO. Apostila. 8 de janeiro de 1939. Fundação Casa de Rui Barbosa. Acervo “Dalcídio Jurandir – Documentos Pessoais”. Ao se consultar também a Lei do Reajustamento, em vigor desde 1936, é de se entender que Dalcídio passaria a compor, de acordo com o capítulo IV desse dispositivo, o grupo de funcionários extranumerários, especificados como *contractado, mensalista, diarista e tarefereiro[...]*, *admittidos na fôrma da legislação que vigorar, de accordo a natureza e necessidade dos serviços a serem executados e pelo prazo que fôr indispensável*. Cf.: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Lei nº 284 de 28 de outubro de 1936 (Lei do reajustamento). Seção 1. Suplemento de 30/10/1936, página 01.

*pescadores*²⁴⁹, na vila de Salvaterra, que a época pertencia ao hoje município de Soure, na ilha do Marajó-Pará. A partir das lembranças da professora Zezé, colhidas por seu filho prof. Dr. Ernani Chaves, tem-se a suposição de que Dalcídio, em sua atuação junto a professora, agiu balizado por valores necessários ao novo aparelhamento que a educação primária no Estado do Pará almejava, entendido tal preceito como de aperfeiçoada organização didática e renovada diretriz pedagógica²⁵⁰.

Como inspetor escolar é possível pensar que Dalcídio buscou se aproximar daquilo que era entendido como modernos métodos e processos pedagógicos, recomendados à educação brasileira, e, dessa forma, passou a integrar o grupo de intelectuais que avistou no exercício da inspetoria escolar uma forma de adquirir algum dinheiro, certo reconhecimento além de contribuir com o governo em seus propósitos de modernização pedagógica da nação. Para tal trabalho público o Estado Novo não ofertava *confessionalidades aos intelectuais* - literatos, políticos integralistas, positivistas, católicos, socialistas-, mas *polarizava-os à base de afinidades tanto teóricas quanto eletivas*²⁵¹, respondendo simultânea e contraditoriamente às aspirações de todos, tal como já havia ocorrido nos anos seguintes à Revolução de 30.

Morando e trabalhando na vila, Dalcídio ao término de uma de suas atividades junto à Escola Saldanha da Gama, *localizada na sede da Colônia de Pescadores de Soure, na 3ª rua, quase de frente a Salvaterra*, saiu na companhia da professora Zezé que lhe fez companhia no trajeto rumo a casa de D. Maroca, mãe da professora. Era comum o inspetor passar para tomar café com uma determinada família. E aconteceu que, nesse dia, antes de partirem *da terceira rua até a quarta*, Dalcídio realizou algumas perguntas à professora, sobre um objeto que ela utilizava: a palmatória. Ao se voltar a docente, indagou o que era *aquilo, para que servia*, obtendo como resposta que se tratava de *uma palmatória, utilizada para castigar as crianças se errassem a tabuada*²⁵².

Constatado o objeto e sua utilidade, o inspetor Dalcídio organizou uma forma simbólica de instruir a docente. Pediu para levar *aquilo* junto a eles quando fossem para o café. Ao prepararem a lenha na casa de D. Maroca, solicitou que a palmatória fosse queimada com a lenha. *Atônita*, a professora Zezé *nada disse, pois afinal de contas, tratava-se do*

²⁴⁹ Cf.: CHAVES, Ernani. No *"Dia do/a professor/a", o encontro entre minha mãe, a Profa. Zezé, e Dalcídio Jurandir*. Belém, 2015.

²⁵⁰ Segundo essa diretriz, os diretores e inspetores de ensino deveriam orientar as professoras e as escolas da capital e do interior norteados pelas normativas presentes no novo decreto, apresentado no início dos anos 30, que, em linhas gerais, seguia as recomendações da Reforma Francisco de Campos. Cf.: PARÁ. Decreto n. 235 de 26 de março de 1931.

²⁵¹ Cf.: OLIVEIRA, Lúcia Lipp. As raízes da ordem: os Intelectuais, a Cultura e o Estado. In. *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Coleção Temas Brasileiros, vol. 54, Brasília: Ed. da UnB, 1982, p.508.

²⁵² Cf.: CHAVES, Ernani. No *"Dia do/a professor/a"...*, 2015.

*Inspetor*²⁵³. Diante desse relato é possível pensar que Dalcídio, com essa atitude, substanciada no imaginário de que os inspetores praticavam a uma ação policial fiscalizadora, e assim agiam com rigidez e autoritarismo²⁵⁴, buscou medir e verificar os resultados do ensino, como a função pedia, mas também acabou por educar, instruir, posicionar a educação escolar para outras formas, provavelmente diferentes daquelas que teve e que presenciou, quase sempre caracterizadas por métodos e práticas educacionais opressores.

Essa sua ação, embora revele uma atitude específica, *bem dalcidiana* como relata o professor Ernani Chaves, encontrava recomendação no decreto que regia a educação primária do Estado, sabendo que, cabia aos inspetores, prover o *cumprimento das leis e regulamento, assegurando a boa aplicação dos métodos didáticos segundo sua impressão pessoal colhida nas suas visitas periódicas às instituições escolares*²⁵⁵. Além dessa observação, pode-se dizer que, sua atitude, se avizinha da educação gramsciana, ou, minimamente, correspondeu à tentativa do intelectual em indicar uma prática educativa mais humanista para a professora inspecionada, talvez algo próximo ao respeito a natureza humana que encontra nas diretrizes científicas a possibilidade de atingir melhores resultados.

Quando se atenta para o fato de Dalcídio, no momento autoridade escolar, ir tomar café na casa da mãe da professora, tem-se a sugestão de um inspetor lado a lado da docente, de sua família, dos moradores da localidade. Isso, em alguma medida, simboliza um agente em posição equidistante aos interesses da comunidade, afastado da figura de um burocrata, fiscalizador rígido ou propagandista das ideias educacionais. Muito provavelmente Dalcídio se entendia como um agente disposto a colaborar para uma educação de não opressão, que valorizasse a autonomia e liberdade das pessoas. Como resposta professores, diretores, alunos e comunidade em geral nutriam certa simpatia pela *pessoa, pelo intelectual* Dalcídio, o que não exclui haver certa rejeição por alguns dada o imaginário de ser aquela atividade atrasada e o praticante dela um cooperador do atraso, do não progresso da educação²⁵⁶.

Executada sua atividade de inspeção, ainda no de 1939 retoma sua produção/publicação jornalística como a publica a crônica *Os viradores de madeira*²⁵⁷ no

²⁵³ Cf.: CHAVES, Ernani. *No "Dia do/a professor/a"...*, 2015.

²⁵⁴ Sobre esse modelo de inspeção escolar, Cf.: BREJON, Moyses. *Inspeção Escolar e Administração*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Cadernos da Faculdade, n.12, 1958.

²⁵⁵ Cf.: FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. O ensino primário no Estado do Pará. In: *O Ensino Primário no Brasil - através de comunicados do Ministério da Educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1934, p.107.

²⁵⁶ Sobre essa maneira de ver a inspeção como atraso para a educação, Cf.: RIBEIRO, Ricardo. *Inspeção e Escola Primária em São Paulo: trabalho e memória*. Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 1996.

²⁵⁷ JURANDIR, Dalcídio. Os viradores de madeiras. *O Estado do Pará*. Belém, junho de 1939. Fundação Casa de Rui Barbosa, acervo 2 "Dalcídio Jornalista".

jornal O Estado do Pará. Nesse escrito, se coloca a favor da natureza e de uma parcela de trabalhadores explorados, denunciando os crimes ambientais, a citar a extração da madeira enviada para fora do Brasil, particularmente para a Alemanha, que em nada ou muito pouco beneficiava a população local. Ao tratar da situação da floresta amazônica, das condições de vida de determinados trabalhadores atuantes na extração da madeira e do trabalho ali desenvolvido - que beirava o animalesco, o irracional-, empreende uma leitura crítico-poética da situação, o que reforça a impressão de um jornal, a essa altura, também como espaço do direito, da justiça e o jornalismo passível de ser permeado pela poesia, a serviço da denúncia²⁵⁸. No excerto do texto, apresentada a seguir, parece se evidenciar isso:

*A floresta recolhe as vozes na sua formidável solidão. E eles continuam a derrubar as coarubeiras, a rolar os toros, noite adentro, à luz dos candeeiros e dos fachos. E é ainda à noite que eles vão embarcar as coarubas nos feixes de aninga cortados na véspera. E quando tombam nas redes no taperi, têm sono de bichos, um sono de troncos abatidos na vigília da floresta saqueada [...] Dormi uma noite no taperi dum amigo para assistir ao drama. Acordei para ver a viragem noturna, o espetáculo de troncos humanos, curvos e viscosos, atracados a um toro monstro que não quer subir um lombo da terra, que escorrega do trilho ou corre numa descida. [...] eu os acompanhei naquela noite dentro do mato à hora em que a jaquiranabóia assanha-se com a luz, a surucucu se desenrola e a onça acende os olhos no cerrado*²⁵⁹.

Esse acontecimento de retirada de madeira, vale dizer, tornou-se expressivo para Dalcídio ao ponto de servir de base para quase trinta anos depois, em 1968, reapresentasse a questão do grande latifúndio e desmatamento na Amazônia, no romance *Ribanceira*, publicado mais tarde em 1978 pela editora Record²⁶⁰. E tanto essa experiência que transfigurou para a ficção, quanto muitas outras crônicas que publicou, nasceram de suas vivências junto à vida na Amazônia, em especial naquelas localidades distantes da capital, formadas por pessoas simples no viver, mas que, segundo ele, carregavam uma riqueza de experiências, o que lhe possibilitava, dada a proximidade que nutria com essa parcela social, uma abordagem dos fatos mais reais, mais aguda de muitos problemas presentes no norte brasileiro.

Imagem 13: capa do romance *Ribanceira*, 1978.

²⁵⁸ Essa condição do jornal e do jornalismo nos anos 30, em particular no Estado Novo pode ser conferida de forma retrospectiva em CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

²⁵⁹ JURANDIR, Dalcídio. *Os viradores de madeira...*, 1939.

²⁶⁰ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Ribanceira*. Rio de Janeiro: editora Record, 1978.

Ao se portar nessa perspectiva com a matéria sobre o crime ambiental, Dalcídio se junta também ao grupo de intelectuais locais, de sua geração, que entendiam a necessidade de anunciar uma verdadeira *poesia da Amazônia*, ou seja, uma região de homens mais justos, promotora do *recluo e o do avanço do eu social, olhando o meio não como paisagem dos olhos e sim do espírito, a motivar a mudança melhor e mais humana da natureza pelo aproveitamento preciso das forças orgânicas naturais, facilitando a segurança fundamental do interesse honesto do grupo humano, administrado por uma ordem econômico-social que fosse assegurada pela justiça equitativa das possibilidades*²⁶¹. Essa agudez na observação do cotidiano possivelmente também se fez na confecção de suas críticas literárias, nesse ano, a citar *Brevíssima Nota sobre Machado de Assis, e Machado Coelho; Raul de Leoni; Os poemas de Henrique Cartens e Odylo Costa Filho*.

Chegado o meio do ano, sua opção em 1939 foi momentaneamente descansar a atividade literária e retomar o trabalho na inspetoria escolar que lhe rendia um ordenado de 365\$000 cruzeiros, para avaliar novamente *in loco* as condições da instalação e funcionamento de um curso preliminar, com 203 alunos (88 do sexo feminino e 114 do sexo masculino), ao que tudo indica, na vila de Salvaterra e adjacências. Essa sua atuação na inspeção escolar paraense, tinha ainda umas *diárias de 150\$000 mas foram cortadas porque vieram as férias escolares. Perdi as diárias magras e arrancadas com unhas e dentes do Sr. Pernambuco Filho, diretor de Educação, apesar de ter sido eu o único inspetor escolar que saiu de Belém sem temer febre, chuva, rompendo atoleiros, andando em montarias, para visitar as escolinhas auxiliares, perdidas no mato e no campo*²⁶².

Mesmo com esse salário, que por sinal, cabia a massa dos pequenos funcionários²⁶³, e o corte salarial do adicional sofrido²⁶⁴, Dalcídio realizou seu trabalho de inspetor descrevendo às funções, atuações e frequências no curso preliminar que vistoriou naquele momento. Logo

²⁶¹ BERNARDO, Cléo. Agora. Revista *Terra Imatura*. Belém, nº10, s /p, 1939.

²⁶² Cf.: JURANDIR, Dalcídio. Tragédia e Comédia de um Escritor do Norte. *Jornal Dom Casmurro*. 31 de agosto de 1940; Cf.: ABREU, Brício de. Prefácio do romance de Dalcídio Jurandir. In: *Chove nos campos de Cachoeira*. Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi LTDA, 1941.

²⁶³ Na década de 30, uma elite diminuta, cerca de 150 altos funcionários ganhavam em torno de 3.500 a 7 mil cruzeiros por mês. 23% dos funcionários, a citar professores universitários, profissionais liberais e altos escalões administrativos ganhavam entre 1.500 a 3.400 cruzeiros mensais. Por fim, a maioria dos funcionários, lotados entre as referências, A, B, C, D..., integrantes de categorias baixas no funcionalismo público, recebiam entre 200 a 900 cruzeiros mensais. Cf.: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira...*, 2001, p.206.

²⁶⁴ Sobre esse adicional de Dalcídio que fora cortado, é de se pensar que o diretor de educação pode ter usado como critério uma interpretação da lei do reajustamento quando trata dos vencimentos dos funcionários civis, estabelecendo algumas supressões quando necessárias, coisa que seria claramente posta no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União em seu capítulo IV § 2º quando informa que não caberia *a concessão da diária quando o deslocamento do funcionário constituir exigência permanente do cargo ou função* Cf.: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto-lei nº 1.713, de 28 de outubro de 1939 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Seção 1, 1 de novembro de 1939.

de início, destacou o fato do curso não se encontrar em funcionamento, situação essa desencadeada não pela chegada das férias escolares, mas pelo fato da *professora regente da cadeira, normalista Claudomira da Costa Macedo, achar-se ausente para a capital há um mês*²⁶⁵.

Dessa forma, as atividades do curso estavam sob a atuação da diretora, a Normalista *Julieta Feio Monteiro, que distribuiu os alunos do curso preliminar por várias classes para tentar manter o ensino a essas crianças*²⁶⁶, suprimindo o recreio dos discentes. O incidente representado pela ausência da professora, passou a ser benéfico na medida em que cabia aos inspetores, em um primeiro plano, orientar os *diretores* no controle e funcionamento escolar, deslocando assim as exigências que quase sempre sobrecarregavam as professoras, o que, clarividente, não eliminava a estimulação e orientação do trabalho docente e discente²⁶⁷.

No relatório elaborado por Dalcídio tem-se o registro de crianças adquirindo um ensino de canto de baixa qualidade, falta de organização para implementar um curso primário de melhor qualidade no grupo escolar já existente na vila e, principalmente, ausência de um melhor serviço de assistência médico-dentária, mesmo constatando que o médico dr. Dinis Oeiras Botelho visitava frequentemente o grupo. Além dessas questões, suas observações apontaram para uma *espantosa irregularidade de frequência*, com a assiduidade de não mais de cem alunos no curso preliminar, explicado, em parte, pela ausência da professora.

Um outro dado que chamou atenção do inspetor Dalcídio consistiu no aproveitamento escolar dos alunos, voltados apenas a disciplina de desenho, como lhe relatou a diretora. Visando aproveitar melhor aquela disciplina, na conjuntura disposta vista como de pouca relevância pela diretora, Dalcídio procede dentro de suas atribuições de inspetor escolar, fazendo a diretora ter feito *que o desenho abre uma notável perspectiva para aumentar o rendimento escolar, desenvolve no aluno a faculdade de observação, de invenção, de compreensão*²⁶⁸.

Talvez em Salvaterra como em outras localidades brasileiras, faltou um melhor ajuste entre as leis educacionais e as recomendações dos inspetores, uma vez que, como nesse caso, havia a necessidade, para além do trabalho de Dalcídio, de trabalhos formativos com essas professoras, reorientando suas práticas quase sempre permeadas pelo pragmatismo, pelo

²⁶⁵ JURANDIR, Dalcídio. *Relatório [matrícula geral de 203 alunos de um curso preliminar]*. Salvaterra(?). 2fls. Manuscrito: Português. 1939. Casa de Rui Barbosa, acervo DJ- PI.

²⁶⁶ JURANDIR, Dalcídio. *Relatório...*, 1939. Fundação Casa de Rui Barbosa, acervo DJ- PI.

²⁶⁷ Sobre o debate acerca do inspetor enquanto essencialmente orientador dos diretores escolares, Cf.: MARTINELLI, Anita Fávero. *Inspeção Escolar: contribuição para seu estudo em São Paulo*. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 1972.

²⁶⁸ JURANDIR, Dalcídio. *Relatório...*, 1939. Fundação Casa de Rui Barbosa, acervo DJ- PI.

castigo, sendo que tais realizações quase sempre eram tidas como comuns nos diferentes contextos escolares²⁶⁹. Dessa forma, é compreensível que diante das circunstâncias consideradas adversas e equivocadas, Dalcídio deslocou, e aí revelou a natureza do seu trabalho, a inspeção escolar da condição de mera atividade administrativa para a atuação prática, um pouco mais próxima à recomendação didática²⁷⁰.

As faculdades de observar, inventar e compreender, apresentadas por Dalcídio a professora responsável por aquela classe²⁷¹, muito provavelmente são retomadas por ele em agosto de 1939 quando, ainda em Salvaterra, reelabora um de seus romances, *Chove nos campos de Cachoeira*, e empreende preparo final, um *passar a limpo* de outra obra, nomeada inicialmente *Marinatambalo* (posteriormente *Marajó*), obra essa já concluída desde 1932.

Assumindo de maneira mais central o ofício de escritor, intelectual, Dalcídio tem direcionado os dois romances ao *disputadíssimo, faladíssimo, encrencadíssimo*²⁷² concurso de 1940 da Editora Vecchi, em parceria com o Jornal D. Casmurro. Por meio desse concurso, somado as atividades literárias, educacionais e administrativas que já tinha desenvolvido, Dalcídio passou a ser reconhecido nacionalmente, no início dos anos 40, como um homem simples, homem *de imenso talento* como ponderou Brício de Abreu, deslocando sua posição entre a intelectualidade brasileira de *funcionário-escritor* para a condição de um dos *espíritos brilhantes do Pará*²⁷³, um intelectual brasileiro que trazia como bagagem cultural o conhecimento das questões circundantes à Amazônia.

²⁶⁹ Sobre a ação dos inspetores como prática interdisciplinar, merecedora de utilização e ajustes de legislação, de ordem prática, Cf.: FERREIRA, Nilce Generoso. *Subsídios para o estudo da inspeção escolar*. Universidade de São Paulo. Curso Interamericano de Administradores e Supervisores da Educação - CIASE (MEC-INEP-OEA). São Paulo, 1973.

²⁷⁰ Para o debate entre inspeção como uma especialização da Administração Escolar ou função ligada à Didática, cf.: MENESES, João Gualberto de Carvalho. *Inspeção Escolar – Atividade Administrativa do Controle (Princípios e Métodos de Inspeção Escolar)*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Tese de livre-docência. Franca/SP, 1976 (posteriormente publicada em forma de livro).

²⁷¹ Vale aqui o acréscimo de que tais atribuições faziam parte dos encargos do inspetor escolar pensado pelo Brasil republicano. Sobre essa questão, em particular o exercício da inspeção no Estado do Pará, Cf.: COELHO, Maricilde Oliveira. *Outros Agentes pedagógicos: o inspetor escolar e o diretor*. In: *A escola primária no Estado do Pará (1920-1940)*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. São Paulo, 2008.

²⁷² Palavras de Brício de Abreu, presidente do Júri. Cf.: ABREU, Brício de. Prefácio do romance..., 1941.

²⁷³ Palavras de Brício de Abreu, presidente do Júri. Cf.: ABREU, Brício de. Prefácio do romance..., 1941.

CAPÍTULO 3
ACOMODAÇÕES E RUPTURAS COM O GOVERNO

3.1 – O início dos anos 40, a estreia no romance

Em 1940 Dalcídio participaria de um concurso literário nacional que alteraria consideravelmente sua posição no campo intelectual paraense e, de certa forma, lhe reservaria certa fração no campo literário nacional. Sobre esse momento em sua vida, de maneira retrospectiva ele próprio relembra que, após ter organizado o romance *Marinatambalo*, repassou-o aos amigos Maciel Filho e Abguar Bastos, esse último residente desde o início dos anos 30 na cidade de São Paulo. Cientes do concurso, prestaram-lhe o favor de enviar o romance à *redação de Dom Casmurro, localizada à rua Evaristo da Veiga, 16, 1º andar*²⁷⁴. Essa obra, *Marinatambalo*, que depois chamaria *Marajó*, ficaria entre os quatro romances finalistas do certame.

Em relação a *Chove nos campos de Cachoeira*, o outro romance seu que também concorreu e saiu vencedor do concurso, Dalcídio rememora que, estando ainda em Salvaterra, em 1939, gozando de suas férias do trabalho de inspetor escolar, soube do concurso que lhe animou a reunir uma papelada, um *material todo desarrumado e roído de traças, vindo das alturas de 1929*, esboçado em Gurupá, nos momentos de descanso do trabalho no barracão comercial e das aulas ministradas aos dois filhos do amigo Pais Barreto e as outras crianças do município. Esse material, segundo ele, caracterizava *uma tentativa de uma literatura desenfreada e uma pretensão a fazer estilo, que era um espetáculo*. Na iminência do concurso nacional, optou por reorganizar esse escrito, declarando não ter ficado nada da *tentativa de 1929*²⁷⁵, o que, em alguma medida, caracterizou o ajuste que os intelectuais dos anos 30 fizeram de suas produções quando as adequaram as *preferências da moda e dos editores*²⁷⁶.

Aproximado a data limite para o encerramento das inscrições do concurso, Dalcídio saiu de Santarém e retornou à Belém, para a *barraca na São João com sua família*, onde ficou sabendo do adiamento do prazo de envio de romances. Nessa ocasião, aproveitou e apresentou os originais aos amigos Francisco Paulo Mendes e Stélio Maroja que *leram o livro e acharam que eu devia mandar uma cópia mais limpa*²⁷⁷. E assim o fez, com o auxílio de sua esposa, a datilógrafa Guiomarina Freire que, mesmo doente, conseguiu passar a limpo a obra em 15 dias.

²⁷⁴ Palavras de Dalcídio Jurandir presente no prefácio de seu romance de estreia. Cf.: ABREU, Brício de. Prefácio do romance..., 1941.

²⁷⁵ JURANDIR, Dalcídio. Tragédia e Comédia..., 1940.

²⁷⁶ Sobre esse aspecto, Cf.: CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a Cultura..., 1984, p.33.

²⁷⁷ JURANDIR, Dalcídio. Tragédia e Comédia..., 1940.

Tendo resolvido esse problema, outro parecia impedir sua participação na disputa literária. Já organizado o romance, Dalcídio esbarrou na precariedade de dinheiro para enviá-lo, mesmo tendo economizado algum valor fruto de seus trabalhos jornalísticos, da atividade na inspetoria escolar e do possível ganho material vindo da função de redator correspondente do Estado do Pará ao Anuário Brasileiro de Literatura, dirigido e divulgado pelos irmãos Pongetti, em 1939²⁷⁸. Para além desses proventos, provavelmente irrisórios ante suas necessidades, Dalcídio se sentia agradecido e em dívida à ajuda incondicional da esposa.

Faltando três dias para o encerramento do prazo de envio de obras concorrentes ao prêmio Vecchi-Dom Casmurro, recebeu ainda o apoio financeiro (e moral) dos amigos Mário Couto, Jorge Malcher, Francisco Paulo Mendes, Stélio Maroja, Barandier da Cunha e Osvaldo Viana, todos agentes da intelectualidade paraense, e dessa forma enviou *Chove nos campos de cachoeira* para o concurso literário. Somente a participação de Dalcídio em um concurso já abre à compreensão acerca das características e condições sociais específicas para as letras no final dos anos 30 e início dos anos 40.

Nesse momento no campo literário brasileiro, os romancistas sociais, nascidos nas periferias do Brasil, escreviam, em muitos casos incentivados por concursos literários, nas horas vagas de suas atividades, ou, em última instância, escreviam sob o regime de encomendas a que os sujeitaram as grandes editoras. Essa condição em si já ilustra, pelo menos em parte o fato de que o mercado do livro se encontrava em alta, a cada dia mais estimulado pelos concursos literários, pelas disputas das editoras, pela impressão e publicação de determinados autores e obras, pela expressiva quantidade de originais ofertados as casas editoriais dos diferentes autores, das mais desconhecidas localidades²⁷⁹.

E como um desses escritores em localização distante dos grandes centros editoriais, se apresentava basicamente apenas como jornalista, um colaborador cultural e aspirante a romancista do Marajó. Longe de ser um límpido *vocacionado* ou, exclusivamente, um agente *talentoso* para com ofício da palavra, Dalcídio como outros intelectuais que ganharam projeção naquela época aproveitou o momento fecundo, organizou o material rascunhado ainda na juventude e embarcou no reconhecimento via concurso, em um momento em que o *desenvolvimento do mercado do livro se alicerçava na literatura de ficção, então o gênero de maior aceitação e de comercialização mais segura*²⁸⁰.

²⁷⁸ Para se constatar a inserção de Dalcídio entre os redatores do Anuário, Cf.: PONGETTI, Rogério (Editor responsável). *A.B.L: Anuário Brasileiro de Literatura*, 1939 (Apresentação).

²⁷⁹ Sobre esse momento no mercado do livro no Brasil, cf.: FUSCO, Rosário. *Política e letras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

²⁸⁰ Cf.: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira...*, 2001, p.159.

Esse investimento editorial, principalmente das editoras de grande porte, voltado às produções ficcionais (romances, contos, novelas, lendas, fábulas e outros), ficava apenas atrás das publicações de obras de Direito. O Brasil apresentava, nesse momento, o ápice de sua *substituição de importações* em que, o setor editorial nacional, como se disse, ganhava novas demandas, uma melhor estruturação e ampliação em seus negócios, e isso repercutia na ação de diferentes intelectuais que passaram a aplicar seus capitais na carreira de escritor de ficção, coisa que, por sua vez favoreceria o surgimento de romancistas profissionais no Brasil.

Quando se visualiza a entrada dos anos 40 a partir dessa perspectiva, torna-se também necessário estabelecer uma ressalva sobre essa conjuntura que aparentou total favorecimento a editores e escritores nacionais. Essa crescente no mercado do livro no Brasil de maneira nenhuma pode ser entendida como *autonomização no plano cultural* em relação a Europa e Estados Unidos, já que a produção brasileira ainda se revelava *insuficiente para cobrir a demanda relativa aos principais gêneros em ascensão*, todavia, ao invés de se comprar o produto acabado, agora, diante das novas condições e exigências, os novos gêneros, por exemplo, de *origem norte-americana tornavam-se objeto de adaptação por parte dos autores brasileiros*²⁸¹.

Mesmo vivendo um mercado editorial favorável e uma *indústria editorial brasileira viável*²⁸² para as obras de ficção e para a produção literária nacional, muitos intelectuais e postulantes a essa posição ainda tinham no serviço público os proventos de seu sustento material. Persistia, semelhante à disposição dos anos 30, a ideia de que pelo serviço público poderiam contribuir para a formação do Estado Nacional. E se pela parte dos intelectuais havia essa inclinação, por outro lado o governo continuava a ofertar pequenos e grandes cargos aos intelectuais com a intenção de continuar seu controle, cooptação e estipulação de dependência desses intelectuais com a esfera político-administrativo brasileira²⁸³.

É assim que, após o envio de *Chove* para o concurso Vecchi-Dom Casmurro, Dalcídio ingressa em outra função no serviço público do interior do Estado, outro pequeno emprego visto que aceita o convite do amigo Adelino de Souza Vasconcelos, Delegado Regional do

²⁸¹Sobre a expansão do mercado do livro e a gênese de romancistas profissionais, Cf.: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira...*, 2001, p.141-194 (capítulo 2).

²⁸² Sobre esse momento, além do capítulo de Sergio Miceli sobre o mercado do livro, cf.: HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil...*, 2012 e ANDRADE, Almir de. *Três de Julho, uma Data do Livro Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. Nesse último estudo o autor sustenta a ideia de que essa alteração no mercado do livro muito se deveu aos intelectuais e a nova mentalidade surgida entre os editores a partir dos anos seguintes a revolução de 30.

²⁸³ Essa tônica reorganizada após a revolução de 30 e intensificada com o Estado Novo pode ser compreendida no debate relacionado a comunicação de Alberto Guerreiro Ramos no Seminário Internacional sobre a Revolução de 30. Cf.: Outras Intervenções – seção Intelectuais e Ideologia. In: *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Coleção Temas Brasileiros, vol. 54, Brasília: Ed. da UnB, 1982.

Serviço Nacional de Recenseamento, do estado do Pará, para secretariar a Delegacia de Recenseamento em Santarém, no baixo Amazonas-Pará.

Esse aceite de Dalcídio para atuar como secretário da Delegacia seccional da 5ª zona (baixo Amazonas), com remuneração mensal de 800\$ 000 (oitocentos mil reis) a partir de 15 de janeiro de 1940²⁸⁴, é entendido como atendimento a condição de muitos intelectuais (*homens de ideias*), visto como peças fundamentais pelo Estado Nacional (*homens de ação*) para o processo de conhecimento, organização e controle da população brasileira²⁸⁵.

Esses homens de ideias que tiveram alguma consagração no gênero romance, com exceção de Octávio de Faria e José Geraldo Vieira (que vieram de famílias cultas da burguesia carioca), eram naturais de cidades distantes dos grandes centros urbanos. Muitos deles, como foi o caso de Dalcídio, *seguiram uma trajetória escolar um tanto precária segundo os padrões da época, outros nem mesmo chegaram a frequentar uma faculdade, embora buscassem compensar tal carência por uma formação de autodidatas que, em geral, constituiu o trunfo dos pequenos produtores intelectuais destituídos de quaisquer chances de obter uma competência cultural por intermédio do sistema escolar*²⁸⁶.

Além da qualidade técnica dos escritos e da militância política, o distanciamento dos considerados grandes centros de produção cultural e o autodidatismo revelaram-se critérios fundamentais para projeção e consagração dos romancistas nos anos 40. Dalcídio Jurandir possuindo essas atribuições, mesmo indo morar novamente no interior do Estado não deixou de colaborando com os jornais e revistas de Belém do Pará. Em março de 1940, por exemplo, publicou as críticas literárias *João Ribeiro, mestre e Santo*, na revista *Novidade* e a crítica literária *A poesia voltou com as grandes chuvas*²⁸⁷ no jornal *O Estado do Pará*.

Na revista *Terra Imatura*, publicou a crítica *Sobre Riacho Doce* em que comenta o romance de José Lins do Rego, enfatizando se tratar de um romance *forte e quente*, pertencente a mesma *pureza de Pedra Bonita*, outro romance do escritor paraibano, e por

²⁸⁴ Como muitos postulantes a grande intelectual, só lhe restava o ingresso no cargo público como forma de se manter. Sua condição econômica, de certa forma, precária, é expressa em um fragmento de uma das cartas enviadas ao amigo Nunes Pereira. Nessa missiva Dalcídio comunica que com a ganho na delegacia, é possível *gastar no máximo duzentos réis. Pago cento e cinquenta numa pensão baratinha e assim vou indo*. Cf.: JURANDIR, Dalcídio. Carta ao amigo Nunes Pereira (Carta I). Santarém, Pará, 1940. In: NUNES, Paulo. *Cartas Amazônicas, a correspondência de Dalcídio Jurandir a Nunes Pereira [1940/1950?]*. Recolha de Selda Vale. Belo Horizonte, 16 de junho de 2004. Sobre sua nomeação nessa função pública, Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Portaria n.6 de 15/01/1940*. Acervo DJ - PIT, Documento pessoal. Fundação Casa de Rui Barbosa.

²⁸⁵ Sobre essa resposta dos intelectuais (e outros grupos) às suas *missões* de colaboradores da construção da cultura e política nacional, Cf.: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil...*, 1990.

²⁸⁶ Cf.: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira...*, 2001, p.161-2.

²⁸⁷ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *João Ribeiro, mestre e Santo*. Revista *Novidade*. Belém, março, 1940; *A poesia voltou com as grandes chuvas* (Os poemas de Carlos Eduardo, a gramática e o passarinho Carriça). *O Estado do Pará*, Belém, 6 de março de 1940.

essas e outras características essas obras, segundo Dalcídio Jurandir, se inscreviam no *ciclo da cana de açúcar, presos ao terroir que caracteriza todo romance do Nordeste e da Amazônia*. Além desse aspecto, sua leitura sobre o romance de Lins do Rego sobressaiu a personagem Edna, figura central no romance que para ele, tipifica a mulher brasileira em sua *luta contra o macho e a escravidão doméstica, contra os seus próprios erros, a sua desorientação*²⁸⁸.

E entre a crítica literária, continuidade na escrita de contos e esboços de futuros romances, no meio do ano de 1940 chegou o resultado do certame que tanto aguardava. Conseguindo por unanimidade da *comissão julgadora, com exceção da Sra. Raquel de Queiroz, que não se achava presente, mas que já tinha dado seu voto*²⁸⁹, Dalcídio Jurandir conseguiu a classificação em primeiro lugar, em 24 de julho de 1940, dentre mais de 52 *originais enviados a redação de Dom Casmurro*²⁹⁰, o que de certa forma revelou mais um autor, distante dos ditos grandes centros, diferente daqueles acostumados a conquistar prêmios nessa entrada dos anos 40²⁹¹.

Imagem 14: anúncio da vitória e futura publicação do romance. Fonte: Jornal *Dom Casmurro*, 24 de agosto de 1940.

O romance após o prêmio atingiu tanto repercussões no Pará quanto no Rio de Janeiro, onde, por meio da editora Vecchi, lançou-se um concurso para premiar as melhores intervenções críticas a essa obra premiada. No geral, os críticos do norte do Brasil assim como os críticos da capital federal sobressaiam no romance vencedor as imagens cruas, fortes e

²⁸⁸ JURANDIR, Dalcídio. Sobre Riacho Doce. *Terra Imatura*. Belém, n.12, abril-junho de 1940.

²⁸⁹ O prêmio Vecchi-Dom Casmurro de 1940 tinha em sua comissão julgadora os Srs. Brício de Abreu, presidente do júri; Alvaro Moreyra, representando o jornal Dom Casmurro, Eugênia Alvaro Moreyra, em nome de Oswald de Andrade; Omer Mont'Alegre como intelectual e representante da Vecchi-Editor e Raquel de Queiroz com apreciação e voto de uma intelectual, todos assistidos por Danilo Bastos, secretário do concurso. Cf.: ABREU, Brício de. Prefácio do romance... 1941. Além desse grupo de intelectuais formalmente apresentados, provavelmente Graciliano Ramos e Jorge Amado participaram do grupo avaliador, embora não tivessem *predominância do júri, influenciando, etc.* Cf.: JURANDIR, Dalcídio. Carta ao amigo Nunes Pereira (Carta D). Santarém, Pará, 1940. In: NUNES, Paulo. *Cartas Amazônicas...*, 2004.

²⁹⁰ Cf.: MONT'ALEGRE, Omer. Memórias de um Concurso de Romances. *Jornal Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1940, p.7. Nesse concurso *Marinatambalo*, o romance enviado pelos amigos, ficara entre as quatro obras finalistas, a altura de *Ciranda*, de Clóvis Ramallete (2º lugar) e *Estrela do Pastor*, de Fran Martins.

²⁹¹ Dentre esses autores agraciados com as láureas literárias desse período, temos João Alphonsus, Raquel de Queiroz, Emil Farhat, Dinah Silveira de Queiroz, dentre outros. Cf.: HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil...*, 2012.

agudas que, de alguma forma, denunciavam o mundo no pós 1ª guerra mundial, *um rio de papel e tinta que escorreu sobre as páginas do livro* como buscou sintetizar José Cândido de Carvalho²⁹².

Não incorrendo na ideia de explicar a obra, o fenômeno literário, mas apenas debater um de seus aspectos²⁹³, a saber, a educação do personagem Alfredo, é de se mencionar que o romance trata da vida de um garoto humilde da fictícia Cachoeira, *mimesis* de Cachoeira do Arari, que vivia em um ambiente de difíceis condições, de escassos momentos de alegria, marcado esse ambiente por *campos queimados, escuros, com terra preta do fogo, sem nuvens nem passarinhos*²⁹⁴. A escola e a educação representada no romance por Dalcídio Jurandir muito se aproximam aquela que presenciara enquanto inspetor escolar: escolas simples, de poucos ou nenhum recurso didático, com práticas de ensino rígido e opressor em que o uso da palmatória, da tabuada, do argumento (sabatina) era algo recorrente.

E com tais práticas, recursos e condições disponíveis o personagem Alfredo tem como primeira experiência de educação escolarizada²⁹⁵ as aulas com *Seu Proença*, um senhor que assumira a docência sem uma formação adequada (daí para esse personagem usa *Seu* e não *professor*), responsável por aquela escola *de bancos duros e colegas vadios que todo dia apanham e ficam de joelhos[...]* *Jo Baltô sempre apanhando séries e séries de dúzias de bolos, Euzébia jogando a cantiga para D. Rosa, a quantidade de chamadas*²⁹⁶.

Diante desse modelo educacional desagradável, Alfredo *se educa* em contextos e vivências extraescolares, como os contatos com a família, com os colegas, com a vila cachoeirense, com os *cajus* que *ensinavam mais que o seu Proença*²⁹⁷. Além dessas *situações educacionais* que o personagem experimenta, acrescenta-se os devaneios que se lançava, auxiliado por uma bolinha mágica, o caroço de um fruto chamado tucumã, que lhe

²⁹² CARVALHO, José Cândido de. José Cândido de Carvalho, frasista. Academia Brasileira de Letras. *Revista Brasileira*. Abril-maio-junho de 2006. Ano XII, nº 47. Parte do debate em torno da obra de Dalcídio pode ser visto em MOREIRA, Alex Santos. A Consagração Crítica de Chove nos campos de Cachoeira na imprensa do Rio de Janeiro. Abralic. *Anais eletrônicos*. Setembro de 2014.

²⁹³ Sobre essa advertência, Cf.: CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade – Estudos de Teoria e História Literária*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014.

²⁹⁴ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos campos de Cachoeira*. Rio de Janeiro: editora Vecchi, 1941, p.15.

²⁹⁵ As compreensões aqui ventiladas são oriundas do primeiro trabalho acerca da educação na obra de Dalcídio que se realizou Cf.: FARIAS, Fernando Jorge Santos. *Representação de Educação na Amazônia em Dalcídio Jurandir: (des) caminhos do personagem Alfredo em busca da Educação Escolar...*, 2009.

²⁹⁶ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos campos de Cachoeira...*, 1941, p.87. Nessa obra é possível pensar que o *Seu* é empregado como recategorização de *professor* ou *mestre* dado a ausência de formação específica do personagem Proença para exercer o magistério.

²⁹⁷ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos campos de Cachoeira...*, 1941, p.140.

proporcionava *não ir à aula*, [mas] *passaios nos campos como uma viagem pelo mundo com a bolinha de tucumã pulando na palma da mão*²⁹⁸.

E esse mesmo caroço de tucumã o leva para escolas superiores à de Cachoeira e Belém, lhe possibilita, por meio da imaginação, ser aluno do Anglo, no Rio de Janeiro, escola onde os *meninos são bonitos e fortes*²⁹⁹. Nessa representação educacional presente em *Chove nos campos* de Cachoeira, Dalcídio Jurandir conseguiu sintetizar grande parte das características das escolas e da educação na Amazônia no início do século XX³⁰⁰. A ação de representar práticas e condições educacionais, vale dizer, como a executada por Dalcídio Jurandir com seu personagem Alfredo, representou muito da iniciativa que caracterizou grande parte dos romancistas de sua geração. Muitos deles, condensaram em sua maioria, *no espaço ficcional, por meio de seus personagens-chaves, à ambiguidade da trajetória de seus autores e realizaram em registro negativo a experiência de vida desses autores*³⁰¹. Assim, nada mais fizeram do que objetivar suas experiências do mundo social por meio do trabalho literário, e, no caso de Dalcídio Jurandir, em alguma medida, se valeu do romance como *ficção política*³⁰², uma arma de denúncia, dentre outras questões, das condições educacionais no Marajó, na Amazônia.

Ao se considerar o fato de que Dalcídio Jurandir reorganizou seu romance de estreia de forma mais acurada no final dos anos 30, e só o publicou, devido as condições e circunstâncias nos anos 40 (coisa que o aproxima dos romancistas da geração de 30), tem-se algum valor na consideração de que Alfredo, seu personagem-chave, representação sua enquanto aluno em Cachoeira, equivaleria a Belmiro Borba, pequeno funcionário público criado por Ciro dos Anjos em *O amanuense Belmiro* (1937); Carlos de Melo, o pequeno proprietário que não consegue preservar as terras da família, criado por José Lins do Rego em

²⁹⁸ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos campos de Cachoeira...*, 1941, p.148.

²⁹⁹ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos campos de Cachoeira...*, 1941, p.87.

³⁰⁰ Para dialogar com o contexto educacional desanimador do personagem Alfredo fez-se uso dos estudos (dentre outros) de Clarice Nunes e Marcos Cezar de Freitas quando trabalham os (des)encantos da modernidade pedagógica na educação brasileira, no início do século XX; Arthur Ramos, Leôncio Soares, Ana Maria de Oliveira Galvão, Marcus Levy Albino Bencostta quando analisam as condições estruturais das escolas, o uso de palmatória e outros recursos, além de procedimentos que instauraram disposições traumáticas no ensino; Maria da Glória Gohn quando ventila formas e processos educacionais fora do ambiente escolar. Cf.: FARIAS, Fernando Jorge dos Santos. *Representação de Educação na Amazônia em Dalcídio Jurandir...*, 2009.

³⁰¹ Cf.: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira...*, 2001, p.160.

³⁰² Sobre essa condição de alguns escritos elaborados nos anos 30, Cf.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Coordenadora); GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. *Elite Intelectual e Debate Político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Brasília, INL, 1980. Além desse trabalho, basicamente de mapeamento, um trabalho modelar sobre essa disposição de utilizar a literatura como ação política é o de Dislane Zerbinatti Moraes. Cf.: MORAES, Dislane Zerbinatti. *Literatura, Memória e Ação Política: uma análise de romances escritos por professores paulistas*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 1996.

Banguê (1934); João Valério, o simples guarda-livros em *Caetetês* (1933) e Luís da Silva, o funcionário público do interior, homem cheio de pretensões literárias ilustrado em *Angústia* (1936), ambos de Graciliano Ramos.

Em todas essas obras parece ser forte a comunicação entre o autor e seu personagem, atestando, muito provavelmente, uma das características dos autores dessa geração que quase sempre utilizaram parte de sua trajetória social como matéria-prima de suas narrativas literárias, o que os levou a converter suas produções *literárias regionais em modalidades expressivas cujo âmbito e significado se tornaram nacionais, como se fosse coextensivos à própria literatura brasileira*³⁰³.

Mas aquilo que parecia ser aspecto louvável para os romances produzidos por essa geração mobilizou algumas críticas de pouco apreço a obra de Dalcídio Jurandir, por exemplo, como aquela feita por Álvaro Lins, coisa que custou resposta do intelectual da Amazônia por meio do texto *À Margem duma crítica do Sr. Álvaro Lins*³⁰⁴, publicado pelo jornal do Comércio. Nessa crítica, Dalcídio discorre sobre uma das grandes necessidades que a crítica literária nos anos 40, em sua compreensão, deveria assumir: a prudência.

De forma insinuante e irreverente, buscou então rebater as ponderações de Álvaro Lins que condenou o prefácio de sua obra de estreia, *Chove nos campos de Cachoeira*, por conter junto a ata do concurso que o promovera, uma entrevista do romancista na qual apresentava as dificuldades dos escritores, em particular aqueles distantes dos centros econômicos e culturais, para publicar, para fazer literatura. Isso, em alguma medida, pode ter sido visto pelo crítico como uma maior ênfase no *projeto ideológico, um desvio obsessivo aos problemas, ao espontâneo das coisas*, uma alteração que atrapalhava a correlação entre a *matéria* e a *fatura* do romance, e assim prejudicava a obra literária também como *projeto estético*³⁰⁵. Se aproveitando da censura de Álvaro Lins, Dalcídio Jurandir chama a atenção para o fato de que, muito do *atraso literário* que se encontravam, vinha justamente da imposição de limites a aquilo que não se limita: *a linguagem*.

Essa situação de pobreza, semelhante aquelas condições desfavoráveis, criticadas por Álvaro Lins, ganhariam amplitude de significação com Dalcídio Jurandir em seu ensaio *Pedro*

³⁰³ CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a Cultura..., 1984, p.30.

³⁰⁴ JURANDIR, Dalcídio. À Margem duma crítica do Sr. Alvaro Lins. *Jornal do Comércio*. Recife, 30 de novembro de 1941. Fundação Casa de Rui Barbosa. Acervo Dalcídio Jurandir jornalista.

³⁰⁵ Para Antonio Candido isso ocorreu com Abguar Bastos, Octavio de Faria e Jorge Amado, por exemplo, em suas nas notas prévias do romance *Cacau* (1933), quando afirmar ter contado com *um mínimo de literatura para um máximo de honestidade a vida dos trabalhadores de cacau do sul da Bahia*. Todos eles, quase sem exceção, tinham consciência dos requisitos da produção literária, contudo suas declarações parecem ignorá-las. Cf.: CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a Cultura..., 1984, p.36.

*Borges e a alimentação pública*³⁰⁶, que, ao sublinhar a figura do paraense Pedro Borges, médico especializado na Argentina, sobressai sua ação como exemplar dado o fato de ser ele um dos poucos nomes a se preocupar, naquele momento de guerra, escassez e conflitos, com a produção insuficiente de alimentos que pudesse atender parcela expressiva da população brasileira, faminta, assolada pela fome.

E tão quanto o destaque que fazia a figura do médico Pedro Borges, com a conquista do concurso literário Dalcídio Jurandir receberia certo deslocamento de sua posição no campo literário para uma posição mais confortável entre a intelectualidade paraense, entre a esfera administrativa do Estado que, em ação estratégica, se lança a colaborar para que o intelectual paraense se desloque ao Rio de Janeiro e receba o prêmio do concurso, o que, além de passar a *imagem paternalista* do Governo paraense, representado pelo Interventor José Malcher, colaboraria para tirar o Pará do anonimato, da pouco ou inexpressiva comunicação de sua cultura com as demais cidades brasileiras. Feito assim, o poder público confirmava indiretamente seu poderio de árbitro em assuntos culturais, *instância de validação e reconhecimento da produção cultural*³⁰⁷ o que não reduz, diga-se de passagem, o valor e consagração, do autor e sua obra.

Talvez seguindo certa intuição do mercado e seus valores de que sua vida pertencia ao trabalho com a palavra escrita, Dalcídio retorna à Belém e deixa o cargo de secretário da Delegacia de Recenseamento, em um momento que já ganhava, desde março de 1 de março de 1941, um ordenado de 1:250\$000 (um conto e duzentos e cinquenta mil reis)³⁰⁸, coisa que renunciou em favor da atuação em trabalhos esporádicos e da publicação, na capital, de ensaios e crônicas, em especial no jornal *O Estado do Pará*.

Nesse jornal aproveita e publica o texto *A presença de Bahira*, nesse período, por exemplo, celebrando o conteúdo do livro de Nunes Pereira por entender se tratar de uma obra que dava vida a cultura e tradição amazônica, em seu estado primitivo, a partir do registro do mito Bahira, um alegre e singular semideus dos *Kawahiwa*, representado a partir de um valor pré-lógico, uma notável contribuição a etnológica, antes de tudo, *um sinal de inquietação de vida, de alegria, que houve no poeta e no eterno caçador de mitos*³⁰⁹.

³⁰⁶ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. Pedro Borges e a alimentação pública. *O Estado do Pará*. Belém, 19 de novembro 1940.

³⁰⁷ Cf.: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira...*, 2001, p.217.

³⁰⁸ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *Portaria n.89 de 1/03/1941*. Acervo DJ - PIT, Documento pessoal. Casa de Rui Barbosa.

³⁰⁹ JURANDIR, Dalcídio. A presença da Bahira. *O Estado do Pará*. Belém, 9 de abril 1941; *Jornal Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1941. Nesse mesmo mês Dalcídio publicaria também o ensaio *Nosso encontro com Oscar da Silva*, n.º O Estado do Pará, edição de 22 de abril 1941.

Essa admiração e advertência para com os valores da cultura e tradição amazônica continuam a ser pauta de seus escritos, divulgados novamente, no mês seguinte, com a crônica *São João evêm* em que comenta a festa de São João e bois-bumbás em Belém, argumentando que em um determinado momento São João se tornara uma festa popular marcada por rinchas, provocações, prisões e restituição da ordem por parte da polícia. E naquela outra conjuntura que se queria, dado as desavenças, os bois *se respeitam, se querem bem. Acabou a emboança, não têm mais cântico de desafio e provocações. Cavalaria não sai mais atrás deles vigiando. Compreenderam que S. João vem para brincar e não armar fuzuê, não para a polícia queimar os bois do povo*³¹⁰.

Com a chegada do mês de junho, Dalcídio Jurandir visita um desses bois-bumbás enfatizando que *muita gente brincou e brigou, bebeu e brilhou* em torno do boi Estrela, do mestre Raimundo Bicudo. Todos os anos essa festa popular ia *nascendo e morrendo, se indo embora e o boi do Bicudo ficando com o clarão de sua estrela, o canto do seu amo, a dança de seus caboclos e as graças do Pai Francisco*³¹¹. E da mesma forma que louvou a figura do mestre Raimundo Bicudo e seu boi, Dalcídio Jurandir, com outra crônica, elogiou o dramaturgo brasileiro Joracy Camargo por incentivar o teatro de Estudantes em Belém do Pará, observando a iniciativa de Joracy como *um começo de comunicação, de esclarecimento, de contato com o povo, de esforço sincero para formação dum clima para o grande teatro de amanhã, o teatro da multidão como o de Romain Rolland e o teatro de elite como o de Pirandello*³¹².

Para muitos, segundo Dalcídio Jurandir, seria importante o teatro do povo em Belém começar a partir de Ibsen, Pirandello ou Eugenio O'Neill o que exigiria apoio e desprendimentos exaustivos, coisa que aqueles acostumados aos *risinhos e culturazinha de gramaticais* não estavam dispostos. A iniciativa de Joracy Camargo em doar sua destreza e conhecimentos acerca do Teatro, distante da *via do dinheiro e da risada da gente simples* do Pará merecia agradecimento. Era necessário sim, em sua avaliação, apoiar e valorizar essa via de fazer arte, sabendo que em meio a hostilizações e inferiorizações de sua capacidade artística, de seus autores, *afirmam-se ação e confiança no destino do teatro para o povo*³¹³.

Esse povo além de ganhar com a partilha de saberes de Joracy Camargo, também encontrava alento na dedicação e paixão de Chaminé, um negro trabalhador braçal da periferia de Belém que ofertava sua vida para manter viva a festa de boi, semelhante ao

³¹⁰ JURANDIR, Dalcídio. São João evêm. *O Estado do Pará*. Belém, 5 de junho 1941.

³¹¹ JURANDIR, Dalcídio. São João evêm..., 1941.

³¹² JURANDIR, Dalcídio. Joracy Camargo e o teatro do Estudante. *O Estado do Pará*. Belém, 17 de junho 1941.

³¹³ JURANDIR, Dalcídio. Joracy Camargo..., 1941.

mestre Raimundo Bicudo. Na crônica *Chaminé, o pai São Francisco* Dalcídio Jurandir resolve homenagear a figura do sr. Chaminé, *a bossa da comédia, o negro de barbona tuiira pendura nos beijos, paletó largo e surrado...*aquele que em meio a labuta do trabalho árduo do cotidiano conseguia ainda, como *todo artista*, manifestar *paixão pelo seu papel, paixão pelo Pai Francisco que encarna, paixão pelo boi*. Esse homem, de acordo com Dalcídio Jurandir, como os tantos outros poucos agitadores da cultura popular, sabe viver o seu destino de povo e poesia [...], *é braço que trabalha em tudo, peito que sustenta carga nas horas do caminhão e aguenta cachaça e folia nas horas do boi bumbá*³¹⁴.

E fechando uma série de crônicas sobre a cultura popular, sobre as festas de boi, em particular, Dalcídio Jurandir publicou o texto *Boi e Teatro* debatendo que nas *toadas, nas velhas comédias, em toda movimentação dos brincantes do boi, tudo daria teatro*. Um teatro que, se analisado sob o vértice sociológico proporcionaria a observação de conflitos entre culturas, sugeriria um fato histórico. Para ilustrar a presença daquilo que chamou de *aculturação*, Dalcídio Jurandir retoma a apresentação de Pai Francisco nas festas de boi, acompanhado da parceira Catarina. Nessa brincadeira da tradição, há o choque entre o amo (português, branco, fazendeiro, dono patriarcal); os índios (servos sempre obedientes às ordens do amo); e os negros, ilustrados na presença de Pai Francisco, negro de humor vingativo, capaz de furtar o boi. E nessa trama, mesmo que posta de forma simples, cogita encontrar roteiro para um *grande teatro de massas largado, espetacular, cheio de coro, rudes vozes populares, com o calor de homens suados e brutos, de uma mulataria ágil e dominadora*³¹⁵.

Essa massa, vagamente representada e percebida, para Dalcídio Jurandir, é na verdade antes da grave e complicada sentença dos críticos a substância e o juiz de um romance. É assim que compreende na crônica *Cangerão na pensão Quitéria em Santarém*. Estando ele com a obra *Cangerão*, de Emil Farhat, em uma pensão, um rapaz, hospedado no quarto vizinho, pediu emprestado o romance para ler junto aos amigos. Ao retornar para o quarto com os amigos o moço começara a ler, em voz alta, *deitado na rede, contando aos seus dois silenciosos e atentos companheiros*. A leitura fruía, *vagarosamente, com aquela deliciosa vacilação na leitura que dá um caráter a todos os leitores do povo*. E de vez em quando a

³¹⁴ JURANDIR, Dalcídio. *Chaminé, o pai Francisco*. *O Estado do Pará*. Belém, 18 de junho 1941.

³¹⁵ JURANDIR, Dalcídio. *Boi e Teatro*. *O Estado do Pará*. Belém, 20 de junho 1941.

leitura era interrompida por uma exclamação, um comentário, uma risada, um dito. Davam assim extraordinário movimento à leitura do *Cangerão*³¹⁶.

Essa performance, observada por Dalcídio, na leitura do rapaz aos amigos, levava-lhe a suposição de que diante daquela recepção a obra, aqueles indivíduos - sem qualquer critério (inclusive de crítico literário)³¹⁷, talvez acostumados apenas com livros triviais, seres vindo *do bruto, do suor, da miséria do homem nas suas lutas com o homem [...] que tomaram parte nas lutas, no sofrimento e na grandeza de Cangerão* -, expressavam uma franca e verdadeira valoração a obra. Esses rapazes, em certa medida, que se identificavam talvez sem saber, com os seres trabalhadores das minas do romance, eram na percepção de Dalcídio Jurandir,

Imagem 15: 1ª edição de *Chove nos campos de Cachoeira*, 1941.

*grandes e enumeráveis leitores, de mais valor no momento que os milhões de leitores em serie da senhora Margarida Mitchell*³¹⁸. A experiência entre leitores e obra, vivida por Dalcídio Jurandir, possibilitou ainda que cogitasse ter vivo um momento feliz, que nem mesmo o autor da obra talvez um dia tivesse.

Nessa atmosfera de felicidade frente a *simpatia e fraternidade ao esforço do escritor, ao pensamento do romancista*³¹⁹, a alegria voltaria a tomar conta de si ainda no final desse ano com a publicação de seu primeiro romance, o vencedor do concurso do jornal Dom Casmurro e da Casa Editora Vecchi Ltda, que, em 14 de outubro, via

ordem de pagamento, lhe renderia ainda a quantia de cinco contos de réis pela colocação no certame literário.

³¹⁶ JURANDIR, Dalcídio. *Cangerão na pensão Quitéria em Santarém*. *O Estado do Pará*. Belém, 25 de junho 1941.

³¹⁷ Dentre essas sentenças está aquela de Wilson Martins que considerou o romance *Cangerão* como um dos que mais apresentava defeitos de ficção. Mesmo com sua expressiva aceitação pelo público expressos nos 1.200 exemplares esgotados em dois meses após seu lançamento, Wilson Martins acentua que esse romance circunscrevia um tom sutilmente comunista, um *comunismo sentimental e utópico*. Cf.: MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira: 1933-1960*. São Paulo: Cultrix, 1979, vol. 7, p.129.

³¹⁸ JURANDIR, Dalcídio. *Cangerão na pensão Quitéria em Santarém...*, 1941. Um dia antes dessa publicação Dalcídio publicou, no mesmo jornal, o ensaio *Sobre a Comédia Literária*, edição de 24 de junho de 1941.

³¹⁹ JURANDIR, Dalcídio. *Cangerão na pensão Quitéria em Santarém...*, 1941.

Sobre o lançamento de sua obra pela editora Vecchi alguns pontos parecem ser relevantes. Essa editora, de propriedade dos irmãos Vecchi, sob a liderança de Arturo Vecchi, estava, naquele início dos anos 40, entre as *editoras de grande porte no Brasil*, ao lado de Saraiva, Empresa Editora Brasileira, Freitas Bastos, Zelio Valverde e Edições e Publicações Brasil, responsáveis por 13% das obras lançadas no mercado do livro³²⁰, condição essa que, em certa medida, colaborou para destacar seu nome no campo literário nacional. Dalcídio Jurandir, escritor premiado, lançado por uma editora expressiva no centro cultural brasileiro (que 1939-1940 considerava fundamental direcionar parte de seus investimentos as produções de autores nacionais³²¹), atinge boa aceitação entre a crítica e passa a ter certo reconhecimento entre a intelectualidade brasileira, entre os romancistas, entre os intelectuais nacionais como um todo.

Imagem 16: Dalcídio Jurandir entre parte da intelectualidade. Anos 40-50.
Fonte: Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

³²⁰ Esse percentual só ficava atrás das chamadas *editoras independentes* (Companhia Editora Nacional, Civilização Brasileira, Editora Globo e José Olympio), responsáveis por 36% dos lançamentos. Cf.: *Anuário Brasileiro de Literatura* (1939-1940), n.3 e 4. Rio de Janeiro: livraria Editora Zelio Valverde, 1939;1940. Para mais informações sobre a fundação e encerramento das atividades da Vecchi editora, Cf.: NASCIMENTO, Angela José do. A trajetória da Editora Vecchi. *Revista Brasileira de Ciências e Comunicação*. Ano XII, v. 12, n. 60. São Paulo: janeiro/junho de 1989.

³²¹ A editora Vecchi priorizava a publicação de autores estrangeiros, as ditas traduções. Entretanto, quando se compara suas impressões realizadas entre 1939 a 1943, constata-se que os anos de 1939 e 1940 foram os anos de maior investimento nas edições de obras dos autores nacionais: 80% e 77%, respectivamente. Assim, é possível pensar que Chove nos campos de Cachoeira esteja nesses percentuais já que foi publicada em 1941. Cf.: *Anuário Brasileiro de Literatura* (1943-1944), n.7 e 8. Rio de Janeiro: livraria Editora Zelio Valverde, 1944, p.476.

Se no plano nacional vai crescendo em reconhecimento, em seu Estado conquista uma segunda premiação: o interventor do estado do Pará, Dr. José Malcher, de forma estratégica, como já se mencionou, concede-lhe passagens e ajuda de custo para que se dirigisse ao Rio de Janeiro visando receber o prêmio literário, e, na oportunidade, aproveitasse a capital federal por aproximadamente dois meses, pactuando, dessa forma, a concessão-mor dos *padrões de legitimidade intelectual em que as encomendas, os prêmios, as viagens de representação, as prebendas* exemplificavam o timbre do oficialismo³²².

Dalcídio Jurandir já desligado do cargo público em que era lotado viajou sozinho tendo por base ficar apenas os sessenta dias custeados, ao que chega, ao Rio de Janeiro, após 13 dias de viagem a bordo da primeira classe do navio *Itapagé* da companhia Nacional de Navegação Costeira, e, a partir de 30 de novembro de 1941, dia em que aporta, acaba por fixar residência na capital federal, atuando em expressivos jornais cariocas dessa época, se distanciando dos *grupos e flutuando entre eles com sua aparente docilidade, com sua espécie de orgulho intelectual, certo de que eles nada ensinariam o que competir com eles.*³²³

E confirmando, nesse momento, que a centralidade de seus investimentos estavam no trabalho com a palavra, Dalcídio Jurandir intensificou sua atuação no jornalismo, um jornalismo em que os temas sociais, culturais e econômicos no Pará, no Brasil e no mundo deveriam ser debatidos à luz da reflexão política, reflexão imprescindível ao contexto dos anos 40 como se verá a seguir.

³²² Cf.: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira...*, 2001, p.217.

³²³ Cf.: JURANDIR, Jurandir. *Carta ao amigo Nunes Pereira (Carta VII)*. Rio de Janeiro, Laranjeiras, 1941?. In: NUNES, Paulo. *Cartas Amazônicas...*, 2004.

3.2 – Dalcídio Jurandir, intelectual no jornalismo Político

Diferentemente daquele reconhecimento vindo da intelectualidade local quando ainda escrevia quase que exclusivamente para os jornais e revistas do Pará, Dalcídio Jurandir nessa entrada nos anos 40 começava a colher considerável consagração no campo literário nacional, notadamente entre jornalistas, escritores e promotores de cultura em geral. Nesse novo momento de sua condição de intelectual, passou a colaborar para alguns jornais e revistas, dentre eles *O Radical*, *Diretrizes*, *Tribuna Popular*, *O Jornal*, *Imprensa Popular*, *A Classe Operária*, *Para Todos*, e muitos outros, em um intervalo que abarcaria o início dos anos 40 até o ano de 1964, ano do golpe militar que eliminaria grande parte dos jornais e periódicos em geral, enquadrados como *imprensa comunista*.

A melhor posição no campo intelectual nacional que conquistou, confirmada pelo prêmio de primeiro lugar a sua obra, seguido do deslocamento ao Rio de Janeiro para o recebimento do prêmio Vecchi-Dom Casmurro, provavelmente evidenciou em Dalcídio Jurandir a ideia de que tinha chances reais de acesso a outras possibilidades trabalhistas na capital federal, o que, em termos práticos, representou certo custo aos seus investimentos e intenções, pelo menos no início dos anos 40³²⁴.

Em fevereiro de 1942, por exemplo, ao endereçar uma carta a esposa Guiomarina, o intelectual relata ter sofrido certo boicote por parte dos jornalistas atuantes na imprensa carioca, além de viver certos dilemas em torno do jornalismo, da tarefa de escritor que pretendia assumir em definitivo no Rio. Nessa carta, Dalcídio Jurandir lamenta-se de ter uma *vocação, ou melhor, um ofício de uma desgraça inutilidade. Serve para obter empregos ou prestígio através de tudo que for baixo e cretino [...]. Tenho medo de dispersar todas as minhas forças de imaginação e de pensamento [...] trabalhando no afã de ganhar pelos artigos escritos. Ainda não tenho jornal para escrever. Casmurro foi aquilo. Diretrizes é jornal para reportagens. Preciso de jornal onde escrever variados assuntos[...] fiz no Estado dois [artigos] que ele não pagou[...] Estou sem dinheiro. Vou entregar um artigo no Vamos Ler que me pode dar 75*³²⁵.

E mesmo com dificuldades financeiras e com dificuldades de ingressar por completo no circuito dos intelectuais, Dalcídio Jurandir não retorna a Belém como fizera em 1928. Em

³²⁴ Nesse período inicial no Rio de Janeiro, Dalcídio Jurandir passou certo período ocioso, em precárias situações financeiras o que o levou a cogitar voltar ao Pará e *atravessar os estudos para um concurso ou para técnico de educação ou de administração, dependendo do estágio pedido ao Dr. Malcher*. Cf.: JURANDIR, Jurandir. *Carta ao amigo Nunes Pereira (Carta VII)*..., 2004.

³²⁵ JURANDIR, Dalcídio. *Carta a Guiomarina Freire*. Rio de Janeiro, fevereiro de 1942. Fundação Casa de Rui Barbosa, acervo 2, Dalcídio Jornalista.

alguns jornais do Rio de Janeiro, com o passar do tempo, foi colaborando, assumindo cargos de direção, redator, colaborador, apropria-se na realidade de uma consagração relativa, em que a dificuldade financeira parecia ser marca sua, uma *predisposição* que lhe acompanharia praticamente por toda a vida, algo que o fazia parecer um *predestinado a viver pobremente, ganhando a vida como jornalista; resistia à tentação comum de arranjar um emprego público [no Rio de Janeiro], como era a regra e não lhe seria difícil conseguir*.³²⁶

Além do trabalho nos jornais, intensificava dia após dia sua produção romanesca como é o caso, por exemplo, da obra *Marajó*, finalista no concurso nacional Vecchi-Dom Casmurro que, naquele início dos anos 40 voltou a ser reescrita, alterada em diferentes aspectos. Mesmo dedicando certa fração de tempo para sua *ridícula ilustração literária*, a ocupação que lhe possibilitava *enfrentar os perigos da polícia e [da própria] criação literária*³²⁷, a grande contribuição de Dalcídio Jurandir se fazia para os jornais, como destaque para *O Radical* e *Diretrizes*, que, a partir de 1942 até 1944 ora se voltava para a crítica literária, ora para as questões em torno dos problemas econômicos e sociais que o Brasil e o mundo enfrentavam, e em ambas perspectivas se constata uma colaboração construída a partir de uma diretriz política.

Em relação a seus escritos de cunho literário ao jornal *Diretrizes*³²⁸, merece destaque algumas matérias como a crítica *Lincoln, a floresta e a liberdade*. Nesse texto, publicado na seção *A Inteligência contra o Fascismo*, Dalcídio Jurandir enaltece a figura de Lincoln presente na obra *Lincoln*, de Nathaniel Wright Stephenson, por entender o político-norte americano como *figura solitária, errante e ao mesmo tempo humana, menos líder de homens do que diretor de homens*³²⁹. Esse livro, oportuno para o momento em que o mundo se encontrava, acrescentaria aos leitores brasileiros, segundo Dalcídio Jurandir, a compreensão

³²⁶ Palavras do amigo e jornalista Moacir Werneck de Castro. Cf.: CASTRO, Moacir Werneck de. Dalcídio, amigo e companheiro. Feira Pan-Amazônica do Livro, 7; 2003. Belém: *Anais do evento*. Secult, 2003.

³²⁷ Sobre essa consideração acerca de seu ofício e a instabilidade política que se encontrava Cf.: JURANDIR, Dalcídio. Carta ao amigo Nunes Pereira (Carta VI). In: NUNES, Paulo. *Cartas Amazônicas, a correspondência de Dalcídio Jurandir a Nunes Pereira [1940/1950?]*. Recolha de Selda Vale. Belo Horizonte, 16 de junho de 2004.

³²⁸ *Diretrizes* tem sua criação no Rio de Janeiro sob a liderança dos jornalistas Antônio José de Azevedo Amaral e Samuel Wainer, em 1938. Em seus diferentes formatos, atingiu a estrutura de revista mensal, semanário, revista que parecia jornal, periódico cultural, de caráter popular, sempre oscilante ante a permissão da censura e a progressão do tempo. Seguindo uma linha soviética constantemente se via na necessidade de burlar a censura e controle (aos seus assuntos, a quantidade de materiais necessários, etc.) do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. Aos poucos, foi crescendo e abrigando diversos intelectuais que, por meio dos suplementos literários que veiculavam, se posicionavam contrários a ditadura de Vargas, ao fascismo, a repressão no mundo. Cf.: (dentre outros): SODRÉ, Nelson. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; SILVEIRA, Joel. *Tempo de Contar*. Rio de Janeiro: Record, 1985; MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

³²⁹ JURANDIR, Dalcídio. *Lincoln, a floresta e a liberdade*. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, maio de 1942.

de um homem distante dos centros, nascido na floresta que encontrou no ambiente natural muito da liberdade que viria requerer, para ele e para os negros estadunidenses escravizados, violentados em seus direitos.

Abraham Lincoln, observa Dalcídio Jurandir, foi buscar nessas pessoas a essência da liberdade, tornando-se um homem do povo, diferente dos grandes banqueiros, dos matadores de índios, dos grandes chefes de companhias, todos esses, ambiciosos a ponto de prejudicar o outro. Lincoln, em sua percepção, era reflexo do povo simples com quem aprendera e compartilhara suas histórias, seus dilemas, suas angústias. E por ser consciente de que *o futuro da democracia não se limita a uma época nem se condiciona definitivamente ao interesse de uma classe dominante*, Lincoln libertara os escravos distante de generosidades e lirismos, enfrentando adversidades políticas, coisa que, por meio daquela obra, segundo Dalcídio Jurandir, o leitor teria a chance de se sentir encorajado a lutar contra os processos opressores a partir de melhores compreensões e inteligentes decisões espelhadas na vida daquele *verdadeiro democrata vindo do povo*³³⁰.

Imagem 17: Jornal *Diretrizes* com a crítica de Dalcídio Jurandir ao livro de Lincoln Schuster. 11 de junho de 1942.

E da mesma forma que Monteiro Lobato nos dera uma considerável tradução sobre essa biografia de Abraham Lincoln, Manuel Bandeira ofertaria também relevante tradução do livro *As grandes cartas da História*, de Lincoln Schuster, objeto da crítica seguinte de Dalcídio Jurandir³³¹. Nessa obra, que retrata o tempo dos césores, do imperadores, dos grandes poderes de Roma, Plínio, um servo escreve algumas cartas ao seu imperador Augusto Trajano, relata o momento em que os cristãos, por serem considerados fora da lei, dissolventes e fanáticos, foram julgados e punidos de forma severa, perseguidos por critérios simplistas, o que, para Dalcídio Jurandir, denunciava um dos piores momentos da humanidade marcado por intensa perversidade e que, por extensão,

³³⁰ JURANDIR, Dalcídio. Lincoln, a floresta e a liberdade..., 1942.

³³¹ JURANDIR, Dalcídio. Plínio, o moço e Tomaz Mann. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942, p.11; 26.

remetia a violenta e desoladora atualidade de 1942, ano em que estavam em Guerra.

Plínio, o moço responsável pela consulta da pena a ser imposta ao cristãos, perguntava nas cartas enviadas a Augusto Trajano, por exemplo, se deveriam considerar a idade dos julgados, se a condição de jovem ou adulto modificaria a sentença ou se o arrependimento, a negação de fé tornava o crime passível de perdão. Esse critérios apresentados no livro, para Dalcídio Jurandir, sublinham a frieza, a falta de valor ao ser humano e confirmam a presença de muitos Plínios naquele início dos anos 40. Naturalmente, segundo Dalcídio Jurandir, os novos se tornaram *mais cínicos, mais servis e mais ferozes na sua intolerância e incompreensão*. Novas cartas, como aquelas, ao que julga o crítico literário, *seriam lidas, e compreendidas no futuro, com a mais vagarosa delícia, a mais tranquila paz*³³².

Uma paz que pode ser de desprezo, surgida como resistência e ódio ao ser observar o derramamento de sangue incoente, como aqueles registrados em *Uma Folha na Tempestade*, livro do escritor chinês Lin Yutang, trabalho seguinte analisado por Dalcídio Jurandir³³³.

Em relação a essa obra as observações de Dalcídio Jurandir conseguem captar que o romancista tentou transmitir toda as formas que o povo chinês apresentou para combater as atrocidades destiladas do ódio japonês que, covardemente, atacava o povo chinês com bombardeios as vilas e hospitais montados para o atendimento dos refugiados da 2ª guerra.

A personagem Chao, uma guerrilheira analfabeta de cinquenta anos

de idade é destacável na leitura de Dalcídio Jurandir justamente por se mostrar resistente, convicta de que os japoneses, pela falta de desumanos que tinham, já mereciam desprezo. E enquanto *nipões* promotores da guerra, aquele evento escondia, na realidade, intenções de *assinar, roubar e*

Imagem 18: Jornal *Diretrizes* com a crítica de Dalcídio Jurandir ao livro de Lin Yutang. 24 de dezembro de 1942.

³³² JURANDIR, Dalcídio. Plínio, o moço e Tomaz Mann..., 1942.

³³³ JURANDIR, Dalcídio. Uma Folha na Tempestade. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1942, p.11.

*maltratar as mulheres e os velhos chineses. Para Dalcídio Jurandir, o mesmo desprezo presente nas palavras daquela guerrilheira deveria ser assumido pelo povo brasileiro frente ao fascismo. Dessa maneira, o Brasil estaria odiando o monstro, desprezando-o de morte, criando um verdadeiro clima de guerra total ao nazi-nipo-fascismo como exigência da própria vida que ergue um ódio não como aventura, mas impulso mais lógico e mais vital do nosso amor a vida, de fidelidade a espécie humana*³³⁴.

Esse amor a vida e recusa a violência, que faz da literatura, da obra de arte uma manifestação política, por exemplo, esteve em suas observações no ano seguinte quando realizou uma série reportagens em torno da obra de Lasar Segall, um artista lituano radicado no Brasil que, em sua apreciação, construía telas capazes de evocar a uma sensação característica do social, do vivo, do pulsante, uma arte feita a partir dos acontecimentos atuais e que, diante desses condicionantes, contribuía para localizar as produções artísticas dos anos 40 entre as manifestações fidedignas aos problemas e dramas enfrentados pela humanidade³³⁵.

Imagem 19: Reportagem de Dalcídio Jurandir sobre o trabalho de Lasar Segall. Jornal *Diretrizes*, junho de 1943.

³³⁴ JURANDIR, Dalcídio. Uma Folha na Tempestade..., 1942.

³³⁵ JURANDIR, Dalcídio. Segall, a arte pura e o homem do povo. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1943, p.6-7. Além desse pintor, Dalcídio Jurandir analisou também o trabalho artístico de Moacir Scliar e Jenner Augusto (dentre outros). A reportagem aqui comentada, sobre a expressão artística de Segall, foi antecedida pela crítica *Lasar Segall* e pelo ensaio *Conversa na exposição de Lasar Segall*, ambos escritos por Dalcídio Jurandir e publicados no jornal *Diretrizes*, também em 1943.

Na percepção de Dalcídio Jurandir, os quadros de Segall sensibilizam o ser humano sutilmente, de forma lenta, e fazem *conhecer e amar o que há de nós e de eterno naqueles tons, naquelas cores postas tão a fundo, daquele universo, enfim, que parece isolado e é, no entanto, o mundo comum, os mesmos homens, a mesma terra, os mesmos animais que vemos sempre, com quem vivemos*³³⁶.

Isso, para Dalcídio Jurandir, se traduz na ideia de arte pura, uma arte que inclui o imediato, os problemas humanos e não se fecha em si como arte pela arte, mas propõem reflexão, diálogo. Esse julgamento, pelo que se nota, se aproxima da avaliação de arte estabelecida pelas ideias comunistas, pelos critérios estipulados realismo socialista, principalmente quando sinaliza para o pressuposto de que arte é política. A arte, se assim observada, deve, entre outras funções, expressar a crítica, estabelecer um posicionamento político, formar o ser a partir do momento que o toca, o mobiliza³³⁷. Daí, além de se afastar de uma compreensão canônica de *arte pela arte*, Dalcídio Jurandir constrói elementos em favor de uma expressão artística como militância, engajamento do artista, coisa que àquela altura observava nas obras de Segall, em especial nos quadros *Navio de Emigrantes* e *Guerra*.

Mesmo apresentando essa característica artística, necessária para o momento, segundo Dalcídio Jurandir, Lasar Segall preferia comunicar que suas pinturas não traziam uma intenção política declarada, mas uma necessidade de expressar aquilo que lhe tomava em determinado momento, em circunstâncias livres, espontâneas. As considerações de Dalcídio Jurandir entendem ser mais do que isso, na medida que, por exemplo, observa o quadro *Navio de Emigrantes* e entende que Segall articulou, naquela imagem criada, experiências entre o Velho e o Novo Mundo, experiências diferentes suas e dos outros, surgidas nas viagens em alto mar, incertas, imprecisas ante ao desconhecido, o novo³³⁸.

Dessa forma, o quadro mais que plasmar um momento instintivo, para Dalcídio Jurandir, parece concordar com a ideia de que expressa uma grandiosa alegoria da emigração e um testemunho veemente da história do século XX, na qual a questão da emigração tem papel de destaque, envolvendo vários povos. E mesmo com tal possibilidade de entendimento sobre *Navio de Emigrantes*, Lassar Segall declara na entrevista feita por Dalcídio Jurandir que *esse quadro não corresponde a uma época, a um limitado drama social. Não há nenhuma intenção política imediata, nem fixa uma cena realista. [...]. Não apresento documentos. O*

³³⁶ JURANDIR, Dalcídio. Segall, a arte pura e o homem do povo..., 1943, p.6.

³³⁷ Sobre essa forma de compreender arte, cf.: KONDER, Leandro. *Os Marxistas e a Arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

³³⁸ Para uma apreciação próxima a essa, cf.: Quadro *Navio de Emigrantes*, 1939/41 (Museu Lasar Segall, SP).

*conteúdo deve ser exclusivamente artístico. Só assim dou a verdadeira humanidade em minha arte*³³⁹.

Sobre essa declaração, Dalcídio Jurandir comunica compreender a ideia do artista por compartilhar da ideia de que é difícil para quem produz arte explicar aquilo que produz, sendo esse momento somente parte da obra. Em *Navio de Emigrantes*, em sua leitura, não se descarta a profundidade político-ideológica construída, a comunicação crítica com o contexto político e com a sociedade aflita dado o contexto instaurado pela 2ª guerra mundial.

Imagem 20: Quadro *Navio de Emigrantes*, 1939/41. Óleo com areia sobre tela 230 x 275 cm. Fonte: <http://museusegall.org.br/mlsObra>.

Tal leitura de Dalcídio Jurandir, diga-se de passagem, se afina às compreensões esquerdistas de arte que não desvinculavam gênio criador e opiniões/produções progressistas, a arte disposta a um valor político, um compromisso com o fato³⁴⁰. E por mais que a tela lembre, por exemplo, o poema *Le Bateau Ivre*, de Arthur Rimbaud, sua força está na dimensão sócio-política atingida, na representação da realidade, viva, no frescor e agudez sugeridos, no *denso realismo tirado dos navios que traziam emigrantes da Europa*.

³³⁹ JURANDIR, Dalcídio. Segall, a arte pura e o homem do povo..., 1943, p.6.

³⁴⁰ Essa forma de compreender a arte a serviço da política registra inclusive o surgimento do termo *reportagem* como gênero da literatura socialmente crítico, comprometido com o fato, em contraponto a diversão popular, comumente condenada pela esquerda no mundo. Cf.: HOBBSAWN, Eric. As artes de 1914-45. In: *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Essa compreensão Dalcídio Jurandir *comprova* ao colher a opinião de um visitante ali presente, um indivíduo que viera da África na terceira classe, *no meio de refugiados espanhóis, entre dezenas de mulheres que perderam os maridos, irmãos e pais na guerra civil desencadeada pelo fascismo na Espanha* e que, diante da tela, confessava reviver *toda a exatidão da viagem que fez, uma realidade flagrante*³⁴¹. Essa declaração do visitante, para Dalcídio Jurandir, reforçava a compreensão de que o pintor lituano não objetivou fazer reportagem nem documentário por meio do quadro, entretanto, sua produção artística, em suas linhas, cores, formas, todas muito específicas, conduzia à *expressão purificada de um conteúdo social e político*, ali presente.

Essa dimensão social e política da arte, observada por Dalcídio Jurandir nas produções de Segall, também foram destacadas quando o redator de Diretrizes proferiu crítica acerca da tela *Guerra*, argumentando que ali também estava fixo *um movimento histórico de destruição, a vontade de destruir revelada em cores, linhas, tudo sugerindo também o nosso protesto e a nossa revolta. Ali não se pode encontrar uma cópia, uma fotografia, mas uma criação. O espírito de interpretação do artista como acontece em poesia, na religião, na filosofia*³⁴².

Imagem 21: Quadro *Guerra*, 1942, óleo sobre tela, 108x207 cm.

Fonte: <http://masp.art.br/masp2010/acervo>.

³⁴¹ JURANDIR, Dalcídio. Segall, a arte pura e o homem do povo..., 1943, p.7.

³⁴² JURANDIR, Dalcídio. Segall, a arte pura e o homem do povo..., 1943, p.7.

Em *Guerra*, tem-se a condensação do terror da guerra, estampado em imagens de sordidez, dor, mutilação, sofrimento e sangue. É uma tela de protesto contra a violência das batalhas, onde o artista, com sua sensibilidade, deixa claro seu repúdio pela violência humana³⁴³.

Para muitos, representa a imagem da própria morte, em sua crueza, em sua brutalidade, questões essas percebidas por Dalcídio Jurandir e Mário de Andrade que, ao juntar considerações sobre a arte brasileira do século XX sublinhou que, na obra *Guerra*, de Lasar Segall, há *o valor de um pincel em sua bravura, que demonstrava um horror instintivo das cores radiantes e felizes*³⁴⁴.

E da mesma forma que Segall retrata uma realidade caótica, João Mangabeira em seu recente livro³⁴⁵, para Dalcídio Jurandir, presta um bom serviço à democracia, à observação crítica e juízo de valor ante a guerra atual, os regimes democráticos, opressores, a necessidade de refutar o fascismo no Brasil e no mundo. Com essa disposição João Mangabeira, segundo Dalcídio Jurandir, apresentar um Rui Barbosa para além dos discursos brilhantes e grandiloquentes, um homem preocupado com as liberdades populares, com a violência que a escravidão impunha ao Brasil, com as transformações políticas e sociais que aconteciam naqueles últimos cinquenta anos³⁴⁶.

Essas preocupações democráticas poderiam, naquele momento, de acordo com Dalcídio Jurandir, servir de guia para a nação que, fazendo eco as ponderações de Rui Barbosa, teria que dizer no mesmo tom acusatório e colérico do renomado jurista baiano, que *os governos arbitrários não se acomodam com a autonomia, vivem da mediocridade, da adulação, da mentira, da injustiça, da crueldade, da desonra*³⁴⁷.

E fazendo isso, o povo, principalmente os jovens - que precisavam conhecer um *Rui menos verbal, ao contato das nossas lutas, em meio de nossas inquietações, descendo do seu estilo para falar verdadeiras palavras*³⁴⁸-, ajudariam na conquista da paz e da liberdade ansiada pelos diferentes povos.

³⁴³ Para uma compreensão semelhante a essa, Cf.: Quadro *Guerra*, 1942 (MASP).

³⁴⁴ Cf.: ANDRADE, Mário de. Lasar Segall. In: *Modernidade: arte brasileira no século XX*. Paris: Musée d'Art Moderne de La Ville de Paris, 1988, p.20.

³⁴⁵ Provavelmente, pelo ano de edição, é de se pensar que Dalcídio Jurandir faz referência a obra *Rui, o Estadista da República*, publicado em 1943 pela José Olympio.

³⁴⁶ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. O livro do Sr. João Mangabeira. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1944, p.5; 6; 19; 25.

³⁴⁷ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. O livro do Sr. João Mangabeira..., 1944, p.19.

³⁴⁸ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. O livro do Sr. João Mangabeira..., 1944, p.25.

Tanto essas observações sobre a vida e obra de Rui Barbosa, avistadas no livro de João Mangabeira, assim como as observações traçadas em torno da biografia de Abraham Lincoln, das cartas publicadas por Lincoln Schuster, das barbaridades registradas em na *Uma Folha na Tempestade* e os comentários críticos em torno da obra de Lasar Segall (que muito se aproximam de um crítico de arte), todas essas reflexões, de Dalcídio Jurandir, podem ser compreendidas como aquele dever do crítico literário/arte que não se afastou das questões sociais em sua crítica. Nessa perspectiva, a crítica ganhou os contornos de observação política na medida em que mesmo transitando pelo plano estético, houve o interesse maior em sobressair o plano social da produção cultural³⁴⁹.

Como diretor, redator ou repórter de um jornal político de esquerda, em um período de guerra, e vivendo uma ação política amordaçada pelo Estado Novo, Dalcídio Jurandir não age diferente daquilo que se esperava, do que a redação do semanário almejava. Mesmo apresentando esse valor, a

dicção do Jornal Diretrizes e de tantos outros jornais que vincularam as elaborações culturais a política, acabou por revelar, com o passar do tempo, certo desvirtuamento desse propósito a partir do momento que uma gama de artista e críticos se voltaram tanto para o condicionamento da arte às intenções políticas que canalizaram os interesses para os empenhos do partido. De forma avaliativa é possível dizer que, nas décadas seguintes Dalcídio Jurandir foi aos poucos compreendendo que *o dever do artista enquanto artista é*

Imagem 22: Reportagem de Dalcídio Jurandir com o escritor português Jaime Cortesão. Jornal *Diretrizes*, janeiro de 1944.

³⁴⁹ Sobre essa forma de avaliar as elaborações artísticas, Cf.: SADER, Eder; e BUCCI, Eugênio. *A militância por dever de consciência* - entrevista com Antonio Candido. Revista *Teoria e Debate*, n. 2, 01 de março de 1988.

*servir à sua arte. Enquanto intelectual e cidadão é que ele tem deveres para com a sociedade, a que pode ou não atender, e é bom que atenda*³⁵⁰.

Em relação aos seus escritos críticos acentuadamente sociais e econômicos, pode-se dizer que, já no início do ano de 1942, nos anos iniciais de sua chegada ao Rio, Dalcídio Jurandir apresentou reportagem sobre a condição das regiões das ilhas da Amazônia, não apenas como *vaga expressão geográfica no grande vale*, como mencionou Euclides da Cunha, mas como região que se encontrava, em 1942, em situação calamitosa. Primeiro com as secas dos rios, o que representava falta de transporte, escassez de alimentos, incomunicabilidade com o mundo. Depois com a crise do comércio da borracha que favorecia o não pagamento, por parte dos comerciantes, de suas dívidas junto aos outros comerciantes, e

de seus empregados. E somada a essas duas frentes críticas para a população amazônica, Dalcídio Jurandir aponta para a extração da madeira como promotora de nova crise, com prejuízo a madeireiros, trabalhadores braçais, para a região norte como um todo.

É vivendo esse insucesso econômico, que os caboclos, segundo Dalcídio Jurandir, *sem a facilidades que contavam no tempo dos seringais e com o agravante de maiores trabalhos, marcaram mais um grande capítulo social de lutas, sacrifícios e resistência na obtenção das toras de madeira que se exportavam para a Itália, Espanha e Portugal*³⁵¹.

A conclusão possível diante do estado em que se encontram, de

Imagem 23: Matéria de Dalcídio Jurandir sobre as condições do trabalho com a borracha na Amazônia. Jornal *Diretrizes*, janeiro de 1942.

acordo com Dalcídio Jurandir, consiste na constatação de alento que, mesmo sem borracha,

³⁵⁰ Cf.: SADER, Eder; e BUCCI, Eugênio. *A militância por dever de consciência...*, 1988. Como exemplo dessa distinção temos o livro memorialístico de Lindanor Celina que descreve um Dalcídio Jurandir menos sectário e mais equilibrado em sua tarefa enquanto artista, intelectual. Cf.: CELINA, Lindanor. *Pranto Por Dalcídio Jurandir*. Belém, SEDET: Falangola, 1983.

³⁵¹ JURANDIR, Dalcídio. O Drama do Seringueiro não é lenda de cobra grande. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1942, p.2.

madeira e importantes negociações, os homens que ali moravam conservavam a resistência e a esperança em dias melhores. Vivendo em condições precárias, com falta de alimentos, condições sanitárias insatisfatórias, febre e descrédito junto ao mercado, restava-lhes a cabeça erguida, a não dramatização de seus desalentos, a esperança que em breve um navio gaiola encostaria em um dos antigos barracões e supriria suas necessidades.

Passados praticamente dois meses dessa reportagem, Dalcídio Jurandir lamentaria novamente, agora não pelas perdas de uma região, mas de uma nação com a morte de Sampaio Correia, para ele, um ser expressivo, de *viva personalidade, figura autêntica* tão quanto os seringueiros resistentes da Amazônia. Esse homem público, em sua compreensão, estudioso dos grandes problemas nacionais, partia e levava consigo a insígnia de ser um dos valores mais legítimos da cultura brasileira *a serviço das melhores aspirações democráticas*.

Seu valor era sempre perceptível em ações discretas, equilibradas entre *os privilégios da autoridade e as paixões populares, que não o seduziam as glórias do bel canto demagógico*. Em síntese, pode-se observar que a crônica de Dalcídio Jurandir sobre Sampaio Correia se fez repleta de elogios, a um *magnífico exemplar humano*, ser convicto dos valores da democracia, *homem de inteligência*³⁵² e extrema importância para seu tempo.

Um tempo marcado por totalitarismos, guerras, pela necessidade dos homens, por menor que seja a parcela, se voltarem aos cuidados com as pequenas coisas. É exatamente esses adjetivos que Dalcídio Jurandir ressalta também na figura de Ruy Barbosa, ilustre homem que, em suas palavras, naquele momento estava eternizado na biografia escrita por Luiz Viana³⁵³.

Nessa obra, segundo Dalcídio Jurandir, o autor construía uma figura favorável e justa de Ruy Barbosa, o idealista da República, grande advogado, *liberal à maneira dos ingleses*, sem deixar de sublinhar em suas *serenas páginas* um Ruy Barbosa *mais humano, mais perto de nossas pequenas inquietudes, de nossas pequenas derrotas, de nossos dias mais amargos*³⁵⁴.

³⁵² JURANDIR, Dalcídio. Sampaio Correia. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, março de 1942.

³⁵³ Pelo ano de publicação é de se concluir que a obra analisada por Dalcídio Jurandir é *A vida de Rui Barbosa*, publicada pela editora Companhia Nacional, em 1941.

³⁵⁴ JURANDIR, Dalcídio. A presença de Ruy Barbosa nas Lutas de Hoje. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1942, p.25.

Todas as suas ingenuidades, vaidades, ambições e contradições correspondem as manifestações de Ruy Barbosa, de acordo com Dalcídio Jurandir, envolto em um tempo e ambiente específicos, a saber, aquele em que se desenvolvia a democracia no Brasil. As páginas dessa biografia, em sua percepção, apenas atestam a ação de Ruy Barbosa e de tantos outros homens que lutaram pelos princípios do Direito Internacional para o bem-estar de todos os povos livres, em sua maioria debatidos em vão diante dos processos do nazismo que na Europa devastou nações³⁵⁵.

Em uma escala maior a biografia de Ruy Barbosa leva a entender que o regime nazista estava disposto a dominar por meio da eliminação das diferentes raças, pela imposição da raça ariana. Nessa mesma linha de crítica, porém em um contexto regional, Dalcídio Jurandir destaca nas páginas de Diretrizes que as secas no sertão e as inundações na Amazônia colaboravam, naquele período, para a exploração e a morte, lenta, gradual de muitos brasileiros. O

repórter Dalcídio Jurandir incomodado nesse momento com os problemas de ordem nacional retoma em suas investigações as dificuldades e as injustiças por que passa um grande número de brasileiros naqueles anos de guerra no norte e nordeste brasileiro.

Enquanto no nordeste Brasileiro a seca assolava a população que insistentemente tentava viver, no norte do Brasil as inundações ditavam um aumento das águas, seguido da elevação das horas de trabalho dos vaqueiros e, em discordância a esse regime, os homens que ali trabalhavam constataavam a ineficiência de seus direitos trabalhistas, a estagnação de seus ganhos, a distorção total da relação trabalhador-empregado o que, em comparação, lembrava as modos e formas praticados no Brasil colônia.

Imagem 24: crítica de Dalcídio à biografia escrita por Luiz Viana. Jornal *Diretrizes*, abril de 1942.

³⁵⁵ JURANDIR, Dalcídio. A presença de Ruy Barbosa nas Lutas de Hoje..., 1942, p.25.

A reportagem de Dalcídio Jurandir é enfática ao anunciar que na ilha do Marajó, por exemplo, os fazendeiros argumentavam, diante de *suas dificuldades e necessidades* ser imperioso aumentar o preço da carne que vendiam. Era necessário continuar mantendo suas viagens, *a leitura de seus jornais e revistas, o ensino dos filhos na Inglaterra* e tantas outras *necessidades*. Em contrapartida, seus funcionários, os vaqueiros, com *salários irrisórios e aspirações modestas, sem escolas nas fazendas e quase sempre punidos pelo furto de gado*, relegados frente *as coisas mais importantes que o ensino*, sonham ver os filhos *desemburrados, as suas esposas melhor tratadas*, terem algum dinheiro na mão e não somente viverem *o sistema de troca* muito em voga nas fazendas da ilha³⁵⁶.

Essa relação de expropriação, segundo Dalcídio Jurandir, trazia as questões da saúde como um dos grandes entraves ao trabalho do vaqueiro, as atividades desenvolvidas na região como um todo. Os vaqueiros, por exemplo, lutavam contra o gado arisco, *com os mosquitos e com*

*a febre, à procura de bezerro atolado, atacado de febre aftosa*³⁵⁷. E como suporte, tanto para o trabalho dos vaqueiros como para a população em geral, não havia *postos de socorro para os numerosos acidentes de que são vítimas, os vaqueiros, nos embarques de gado, nas ferras, nas malhadas, [...] nas lutas contra os jacarés, onças venenosas*³⁵⁸.

Essa ausência de suporte na saúde, registrada por Dalcídio Jurandir na matéria sobre o drama dos seringueiros e nas péssimas condições de trabalho dos vaqueiros da Amazônia, contribuíram para que o governo brasileiro, diante da constatação dessas condições, firmasse convênio com o governo norte-americano durante a Terceira Reunião de Consulta

Imagem 25: Reportagem de Dalcídio Jurandir sobre as condições de vida e trabalho no norte e nordeste do Brasil. *Jornal Diretrizes*, abril de 1942.

³⁵⁶ Essa condição de fazendeiros e trabalhadores assalariados (expropriados) foi representada por Dalcídio Jurandir enfaticamente no romance Marajó, obra que estava reescrevendo nesse período.

³⁵⁷ JURANDIR, Dalcídio. A seca no sertão e as inundações na Amazônia. *Jornal Diretrizes*. Rio de janeiro, 23 de abril de 1942, p.11.

³⁵⁸ JURANDIR, Dalcídio. A seca no sertão e as inundações na Amazônia..., 1942, p.26.

aos Ministérios das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, e criasse o Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, sob a alegação de que era necessário disseminar hospitais e (in)formações sobre saúde nas cidades ribeirinhas da Amazônia. Em troca, seria ofertado ao governo norte-americano a liberação de extração da borracha e outras matérias-primas estratégicas para o esforço de guerra³⁵⁹.

Nesse empenho de implementação de benefícios e disseminação de (in)formação a população, Dalcídio Jurandir agiria de forma precisa, assim como se juntaria a outros intelectuais que reivindicavam melhores condições a sua categoria e a população brasileira e mundial, àquela altura, impactada pelos resultados vindos da Guerra e tantos outros problemas, como se debaterá a seguir.

³⁵⁹ Cf.: BRASIL. Decreto-lei nº4.275 que estipula a criação do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP. 17 de abril de 1942.

3.3 – Educação no I Congresso Brasileiro de Escritores

Em retaliação a uma série de matérias que indiretamente desestabilizava o governo de Vargas o considerando antidemocrático, em 1944 Samuel Wainer, diretor de Diretrizes, recebeu um comunicado da direção do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, informando que sua cota de impressão acabava de ser suspensa, assim como a impressão e circulação de seu periódico estava proibida. Encerrava-se as atividades de Diretrizes com a cassação de seu diretor, que pediu exílio nos EUA, e dissipava-se em diferentes atividades, quase todas ligadas aos órgãos do governo, o grupo que colaborava na *revista com feições de jornal*³⁶⁰.

Com o fechamento desse jornal político, Dalcídio Jurandir foi um desses intelectuais relocados. Na oportunidade, abrigou-se no SESP - onde tinha como amigo e um dos diretores da instituição o antropólogo Charles Wagley, aproveitando o momento relativamente ocioso para articular com outros jornalistas, escritores e intelectuais, de diferentes tendências políticas, profissões e posições do campo intelectual³⁶¹, a realização de um congresso brasileiro assentado na imperiosa necessidade de *apreciar, discutir, e deliberar sobre toda a matéria que diga respeito aos interesses da Cultura e ao exercício da atividade do escritor*³⁶², com destaques para as questões voltadas à luta contra o fascismo e o processo de redemocratização brasileira.

Para um grande número de intelectuais, atingido o ano de 1945 e compreendida a verdadeiras realizações e intenções do Estado Novo, a figura de Getúlio Vargas como chefe de Estado, como aquele que *encarava o destino nacional e traduzia as verdadeiras aspirações da coletividade*³⁶³ não se sustentava mais. A relação representante e representados, pelo menos para muitos intelectuais, apresentava degradante sofisma e precisava ser combatida visto ser falso a altruísta proteção do Estado para como os artistas, para com os intelectuais de forma geral.

³⁶⁰ Sobre o desfecho de Diretrizes Cf.: FERRARI, Danilo Wenseslau. Diretrizes: a primeira aventura de Samuel Wainer. *Revista Histórica*. Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 31 de junho de 2008.

³⁶¹ Essa articulação de Dalcídio Jurandir se deu com diferentes intelectuais de sua rede de sociabilidade, posicionados tanto nas disposições confortáveis do campo intelectual como aqueles localizados no microcampo paraense, como é o caso do poeta Jaques Flores. Nesse turno, o *velho Jaques* informa a Dalcídio Jurandir já ter informado a *canalha brilhante* (seus pares) sobre os encaminhamentos para o I Congresso, estando ele, aguardando apenas, *elementos mais completos, prospectos, programas, etc. Tudo que se referir ao Congresso, até mesmo recorte de publicações, a respeito*. Cf.: FLORES, Jaques. *Carta ao amigo Dalcídio Jurandir*. Belém, 23 de novembro de 1944. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

³⁶² Cf.: Regulamento Interno do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. *Anais*. São Paulo, 1945, p.11.

³⁶³ Sobre essa figura mitificada de Vargas, Cf. (dentre outros), CAVALCANTE NETO, João de Lira (Lira Neto). *Getúlio – Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. Companhia das Letras, 2013, p.432.

Desde 1931 com o lançamento das bases do DIP, os intelectuais experimentavam a intensificação da censura, controle e propaganda do Governo, coisa que ganhava contornos delicados e atingia seu ápice em 1939 com a instituição efetiva do órgão³⁶⁴. A partir da consolidação do DIP, os intelectuais circenses, por exemplo, tiveram suas apresentações proibidas em determinadas cidades brasileiras. As restrições do conteúdo das produções cinematográficas e musicais, com essa mesma política de cerceamento, deveriam atender a um perfil quase sempre assentado na imagem do bom moço, das belezas da nação; as estações radiofônicas, em alta, antes do Estado Novo, começavam a apresentar decréscimo; os registros políticos e as produções literárias deveriam atender também aos critérios dos órgãos responsáveis em vistoriá-los, órgãos esses que, inclusive, estavam encarregados de estipular cotas de importação de papel e de textos³⁶⁵.

Essa conjuntura brasileira, disponível aos intelectuais, contribuiu de forma decisiva para se ter uma imprensa, um mercado editorial e uma área de atuação cooptada ou/ e censurada³⁶⁶. Restava assim a promoção, organização e manifestação de apoio ao Estado Nacional, ou, em contrapartida, a exacerbação da manifestação de repúdio, em muitos casos, viabilizada pelos jornais políticos, por associações que reivindicam suas liberdades de expressão, ainda que contraditoriamente tenham sido filhas da planificação do Governo Vargas³⁶⁷.

³⁶⁴ O DIP, criado por decreto presidencial em dezembro de 1939 tinha com o objetivo a difusão da ideologia do Estado Novo junto às camadas populares. Sua origem, como se mencionou, remontava a um período anterior, datado do ano de 1931 com a criação do Departamento Oficial de Publicidade, e em 1934 o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural - DPDC. No Estado Novo, no início de 1938, o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda - DNP, que finalmente daria lugar ao DIP. Dentre suas ações visíveis estava a coordenação, orientação e centralização da propaganda interna e externa com destaque para a censura ao teatro, cinema, as funções esportivas e recreativas, além da organização das manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos, conferências e direção do programa de radiodifusão oficial do governo. Sobre essa questão, Cf.: Departamento de Imprensa e Propaganda. *A era Vargas* – CPDOC: Dossiês, 1937-1945; GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

³⁶⁵ Uma leitura atenta de alguns dispositivos da Constituição de 1937 deixam claro as modificações na legislação vigente, como por exemplo, o direito do presidente em dissolver o congresso e expedir decretos-leis; a extinção dos partidos políticos; o fim de liberdade de imprensa, a instituição de censura prévia; a administração dos estados por meio de interventores; a instituição da pena de morte dentre outras modificações. Cf.: BRASIL. Constituição Federal de 1937. Coleção Constituições Brasileiras, v.4. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012.

³⁶⁶ Sobre esses ditames e ambiguidades cf.: DECRETO-LEI n. 1915 de 27 de dezembro de 1939. Departamento Oficial de Propaganda e Departamento Oficial de Propaganda e Difusão Cultural.

³⁶⁷ Alguns teatrólogos e dramaturgos como foi o caso de Álvaro Moreyra e Oswald de Andrade, por exemplo, receberam favorecimento considerável do governo no Estado Novo, o que os levou a agir, em muitos momentos, de forma mais branda frente a situação vigente, enquanto que outros, qualificados como *reticentes*, optaram por romper com aos cânones do governo e assim intensificaram suas críticas, embora quase sempre também se viam dependentes do poder público. Sobre essa questão é necessário destacar ainda que em relação ao controle (e certa complacência nesse período), sobressaiu-se o financiamento de muitos jornalistas recebiam do DIP que, enquanto órgão representante do Governo, abastecia grande parte das matérias publicadas nesses jornais, não só

Agrupando condições para a realização de um evento que promovesse o debate e a construção coletiva de diretrizes contrárias a essas condições, em 22 a 27 de janeiro de 1945 a intelectualidade brasileira, contando também com o apoio de intelectuais e instituições internacionais, realiza o I Congresso Brasileiro de Escritores, sob a liderança da Associação Brasileira de Escritores – A.B.D.E que, dentre os objetivos almejados com o congresso destacava-se a necessidade de maior proteção aos interesses dos escritores (principalmente nas questões referentes a direito autoral), a imperiosa reconquista de seus direitos, suas liberdades, enfim, um grosso de preocupações representado pelo estabelecimento da agremiação capaz de aglutinar escritores e intelectuais contrapostos à ditadura do Estado Novo³⁶⁸.

Imagem 26: Intelectuais reunidos no I Congresso Brasileiro de Escritores, em 1945. Na imagem, discurso de Sergio Milliet. Fonte: Acervo do CPDOC – Portal FGV.

Assim, pautados nesses e outros anseios, os intelectuais, de forma geral - ainda que alertas com a possível repressão estadonovista-, iniciaram os trabalhos nas dependências do

os jornais, mas muitas peças teatrais que seguiam controladas/financiadas pelo Serviço Nacional de Teatro. Cf.: ROLLAND, Denis. *Intelectuais...*, 2003.

³⁶⁸ Sobre os contornos delineados pela A.B.D.E que coadunaram no referido congresso, Cf.: CANDIDO, Antonio. O Congresso dos Escritores. In: *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Ainda sobre esse contorno, acrescenta-se que a pesquisa concorda com outros estudos de que, nesse momento, a Associação Brasileira de Escritores configurava uma *autonomização relativa do campo intelectual*, ou seja, ao mesmo tempo em que debatia as necessárias atribuições dos intelectuais como funcionários do Estado, projetava futuras intervenções desses agentes atenta ao caráter (i)limitado de suas ações. Sobre essa autonomização relativa, cf.: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Teatro Municipal, em São Paulo, com uma mesa diretora liderada por Aníbal Machado na presidência, quatro vice-presidentes (Sergio Milliet e Jorge Amado compunham a vice-presidência) e sete secretários para os assessorar. Posterior a abertura realizam as seções de trabalho no Centro do Professorado Paulista, retornando ao Teatro Municipal somente no último dia, na seção de encerramento do Congresso.

O evento, além desses representantes maiores, se estruturou em vinte e uma delegações (representando os estados brasileiros), um grupo de escritores estrangeiros, algumas instituições profissionais e culturais e uma comissão jurídica³⁶⁹. Dalcídio Jurandir junto a Clóvis Gusmão, Dante Costa, Eneida de Moraes e Nélío Reis integravam a Delegação do Pará. Sua participação se deu nos seis dias de evento, integrando ainda a *Comissão B* – Comissão de Cultura e Assuntos Gerais, e, em essência, o grupo de *comunistas ortodoxos, menos numerosos, porém ativos, atuantes*³⁷⁰.

Esse grupo de Dalcídio Jurandir, pelo que se percebe, estava disposto a debater as formas e meios que viessem a auxiliar na formação de uma consciência as massas que, ao atingirem a organização e os esclarecimento necessários, reagiriam frente as ações totalitárias do governo. De outro lado havia aqueles que, por estarem ligados ao Estado Nacional, discreta ou abertamente queriam continuar a interpretar o povo e, sob a tutela do Estado, desejavam permanecer disciplinando as massas, sugerindo um ordenamento social para o Brasil³⁷¹.

Posto dessa forma, vale dizer que o grupo ligado ao governo extraiu do poder do Estado os seus próprios poderes. E ambos, ao que se viu, refletiram o próprio corporativismo criado pelo Governo de Vargas na medida em que as *profissões tinham sido reconhecidas e recebiam um estatuto oficial*. A partir dessa estruturação, *os intelectuais foram dotados de identidades e direitos específicos*. Em muitos momentos, no regime estadonovista, evitaram questionar esses direitos, todavia, no devido momento, como no início de de 1945, *fizeram*

³⁶⁹ Cf.: PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES. *Anais*. São Paulo, 1945, p.5-7.

³⁷⁰ Ao se atentar para o registro de Jorge Amado, um dos vice-presidentes do Congresso, tem-se a compreensão que o grupo de Dalcídio Jurandir (o grupo dos comunistas ortodoxos), era formado por Dionélio Machado, Moacir Werneck de Castro, Barão de Itararé (Aparício Torely), Raul Riff e Alina Paim. Os outros grupos foram formados por intelectuais inclinados as tendências liberais, os democratas-cristãos, aqueles de feição sociais-democratas e o grupo compreendido como integrantes de uma esquerda democrática. Cf.: AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p.20.

³⁷¹ Sobre essas composições e intenções dos intelectuais no final do Estado Novo, Cf.: VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a Política Cultura do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

*deles a base de uma profissionalização no sentido moderno, e a utilizaram para resistir [...], em nome da competência e dos direitos profissionais*³⁷².

Como profissional legitimado a intervir nas disposições voltadas ao seu grupo e a sociedade nacional, Dalcídio Jurandir, integrante do sindicato dos escritores, na ausência de José Honório Rodrigues foi encarregado de avaliar e apresentar o parecer sobre a tese que tratava da necessidade de popularização das bibliotecas ambulantes por todo o Brasil. Mais adiante, já no segundo dia de evento, junto a Astrojildo Pereira Dalcídio Jurandir defenderia uma tese sobre o combate ao analfabetismo como forma de democratização da cultura, o que, diante de interpretações divergentes, ofertou aos anais do Congresso o registro de acirrado debate entre determinados congressistas acerca da validade, aprovação e publicação da tese.

Em sua primeira atuação no Congresso, se portou como suplente pontual frente a tese de Nair Miranda e Carmen Lorena que tratava das bibliotecas populares³⁷³. Essa proposta trazia como pressuposto maior a disseminação de bibliotecas ambulantes, de caráter popular, por todo o Brasil, como veículo de cultura para as pessoas como pouco ou nenhum contato com livros por diferentes diversos motivos, principalmente aqueles que denunciavam a falta de recursos para comprar ou, minimamente, emprestar uma obra³⁷⁴.

Imagem 27: Anais do I Congresso Brasileiro de Escritores, 1945.

³⁷² Cf.: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil...*, 1990, p.10.

³⁷³ Carmen Arruda Botelho Lorena era bibliotecária da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Nair Miranda, filha de Rodolfo Miranda, Ministro da Agricultura em 1910, era bibliotecária nascida da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, fundadora da Biblioteca Ambulante do Soldado, em 1943. Cf.: RODRIGUES, Adelpha Silva. *Desenvolvimento da Biblioteconomia em São Paulo* (Conferência). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

³⁷⁴ PIRAJÁ, Nair Miranda; LORENA, Carmen. A Democratização da Cultura por meio das bibliotecas ambulantes (tese). In: Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. *Anais*. São Paulo, 1945, p.314-318.

Essa ideia, estruturada para o Congresso como tese, trazia como justificativa o fato de que, em muitos países pelo mundo já se tinha bibliotecas populares, quase todas congratuladas como projetos de sucesso. Países como Escócia, Austrália, Alemanha, Bélgica, França, México, Polônia, Holanda, Índia, Japão e Suíça apresentavam como características

populações numerosas, semelhante a população brasileira, além de escolas, comunidades indígenas, colônia de lavradores, grupo de operários, enfim, pessoas idôneas e grupamentos de indivíduos desejosos de alguma leitura em suas diferentes naturezas. Para tais pessoas ou grupos de indivíduos, as bibliotecas populares e ambulantes se mostravam como projeto satisfatório.

E dentre essas diferentes experiências, as ações em volta da

Imagem 28: Biblioteca do Soldado e Biblioteca popular criadas no período da Guerra.

disseminação da leitura na Suíça, por exemplo, deveria ser assumida como modelo dado os 20 a 100 volumes de assuntos recreativos e cultura geral, vindos da *Bibliothèque du Soldat*, que disponibiliza a sua população. Foi baseado nessa ação que, em parceria com a O.F.A.G da 2ª Região Militar, o Brasil, desde 1943, já desenvolvia uma trabalho experimental nesse

sentido, representado pela Biblioteca Ambulante do Soldado, mantida com donativos, sem verba fixa, mas apoio dos oficiais, do público em geral que compreendia ser relevante *fornecer leitura amena e instrutiva a todos os soldados aquartelados no Estado de São*

*Paulo*³⁷⁵, o que, em termos práticos, representava acesso a livros de ficção, tratados de geografia e história do Brasil, história universal, biografias, viagens, poesias e livros técnicos.

É justificadas nessa iniciativa, realizada desde 1943 sob boa repercussão e bons resultados que Nair Miranda Pirajá e Carmen Lorena sugeriram ao I Congresso Brasileiro de Escritores a *criação, em todo o país, e para sua população civil, de uma Biblioteca Ambulante Popular*, nos hotéis do interior que passariam a ofertar conhecimentos da cultura brasileira; nos hospitais, colaborando na recuperação dos doentes; nos clubes, proporcionando leitura sobre assuntos esportivos, cultura em geral; nas cadeias, ajudando na regeneração dos detentos e nas fábricas, orientando os operários de seus *direitos para consigo, para com seus semelhantes, para com a pátria*³⁷⁶.

Todas essas áreas de atuação das bibliotecas populares, para as autoras, colaborariam no alívio das demandas às bibliotecas já existentes, acréscimo as escolas de todo Brasil, *uma orientação sadia e patriótica à nossa mocidade*. Sobre essa *tendência nacionalista* embutida na tese, dois pontos merecem destaque. O primeiro aspecto diz respeito ao fato das autoras adicionarem em suas justificativas o fato de que a criação de Bibliotecas Ambulantes atenderia também os *emigrantes* que, ao se direcionarem para o Brasil, após a guerra, seriam alvos importantes para o Brasil disseminar sua *língua e hábitos* entre esses povos, coisa que colaboraria para a *assimilação do estrangeiro em nosso meio, afastando o perigo das minorias raciais*, desprezadas nos Estados do Sul do Brasil³⁷⁷.

O segundo aspecto, também atrelado a um valor nacionalista, aponta para a questão de que, a criação/ampliação das bibliotecas atenderiam aos anseios da necessária *democratização da cultura*, nos núcleos rurais *apenas alfabetizados, levando leitura simples e acessível, despertando o interesse pela instrução*³⁷⁸.

Mesmo diante dessas duas justificativas que, em algum momento, se contradiziam - a primeira por apresentar certo interesse particular, em detrimento ao alto percentual de brasileiros analfabetos, e a segunda por ofertar uma interferência insatisfatória às realidades educacionais das populações rurais, em sua maioria, formada por analfabetos e

³⁷⁵ PIRAJÁ, Nair Miranda; LORENA, Carmen. A Democratização da Cultura por meio das bibliotecas ambulantes..., 1945, p.316.

³⁷⁶ PIRAJÁ, Nair Miranda; LORENA, Carmen. A Democratização da Cultura por meio das bibliotecas ambulantes..., 1945, p.318.

³⁷⁷ PIRAJÁ, Nair Miranda; LORENA, Carmen. A Democratização da Cultura por meio das bibliotecas ambulantes..., 1945, p.317.

³⁷⁸ PIRAJÁ, Nair Miranda; LORENA, Carmen. A Democratização da Cultura por meio das bibliotecas ambulantes..., 1945, p.318.

semianalfabetos, de um país ainda rural, com baixos índices de escolarização³⁷⁹ - Dalcídio Jurandir em substituição ao renomado historiador José Honório se coloca mais atento a possibilidade de algum acréscimo que tais bibliotecas poderiam trazer nesse processo de redemocratização da cultura, não questionando assim os materiais, por exemplo, que realmente seriam veiculados nessas bibliotecas por todo o Brasil, sabido que era por quase toda intelectualidade que em sua maioria, essas bibliotecas estavam servindo, com seus concursos de monografias e reportagens sobre temas nacionais, à divulgação, à exaltação do Estado Novo erguido por Vargas³⁸⁰.

Talvez, naquele momento, isso não estava tão claro. Havia uma preocupação de nacionalização da sociedade brasileira o que, necessariamente, passava pela educação que, se efetivada em melhores condições, poderia somar na redução dos regionalismos e estrangeirismos que dificultavam a (re) educação das massas, na valorização do trabalho, da família e do civismo como valores maiores³⁸¹. É concordando com tais necessidades que Dalcídio Jurandir julga justo em seus motivos a criação das bibliotecas e a implementação do projeto, talvez balizado pelo aumento da área de atuação dos intelectuais, talvez almejando a elevação do número de instruídos nas regiões longínquas, o que, no geral, marcaria *um grande passo para a democratização da cultura brasileira. [...] Opinamos então pela publicação da tese como contribuição para o estudo e recomendação de um plano de democratização cultural pelo país*³⁸².

Passado a apresentação da tese e do parecer, abriu-se para o debate. Nesse momento, a proposta ganhou manifestação favorável de Carlos Lacerda, integrante da delegação do Distrito Federal que, em tom de preocupação ante ao escasso acervo dos militares (em particular o acervo da Marinha Brasileira), proferiu discurso solidário *aqueles homens, que tem suas horas de ócio, pudessem enchê-las com a leitura de livros brasileiros*³⁸³.

Na verdade, essa manifestação de Carlos Lacerda, em favor de um valor nacional nada mais foi do que o posicionamento de grande parte dos intelectuais aproximados ao

³⁷⁹ Para se entender melhor a composição e desdobramentos da população brasileira em 1945, Cf.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Anuário Estatístico do Brasil. Ano VI, 1941-1945. Rio de Janeiro, 1946.

³⁸⁰ Cf.: VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo...*, 2007.

³⁸¹ Vale dizer que algumas culturas, justamente por apresentarem forte característica de nacionalidade, era bem-vindas nesse processo de reeducação do povo. Cf.: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda (Org.). *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000.

³⁸² JURANDIR, Dalcídio. Parecer sobre a Tese A democratização da cultura por meio das bibliotecas populares. 3ª seção plenária. 24 de janeiro. Centro do Professorado Paulista. In: Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. *Anais...*, 1945, p.67-8.

³⁸³ LACERDA, Carlos. Debate acerca da Tese A Democratização da Cultura por meio das bibliotecas ambulantes..., 1945, p.68.

pensamento liberal que almejam contenção das ideias e valores estrangeiros no Brasil, e que para isso o Governo - representado pelo Ministério Capanema, ministério esse apoiador da repressão à educação dos núcleos estrangeiros presentes no Brasil-, deveria usar todas as ações de contenção possíveis. Como lucro os intelectuais que compunham esse ministério e aqueles de boa relação com o Estado Nacional teriam a incumbência de elaborar essas produções, o que ampliava suas áreas de atuação³⁸⁴.

Talvez, aproximados também há alguma questão nesse sentido, ou por simplesmente refutarem e tentarem mudança de um mundo marcado por *guerra, nazismo, fome, campos de concentração, intolerância, vida cara e analfabetismo*³⁸⁵, Dalcídio Jurandir, em parceria com Astrojildo Pereira apresenta na 4ª seção plenária a tese *Liquidação do Analfabetismo*³⁸⁶, uma tese relacionada ao problema do analfabetismo que, em suas ponderações apresenta o combate ao analfabetismo como passo inicial para a *democratização dos meios de instrução e Cultura*. Tal processo, em suas apreciações, exigia a conjugação da cultura com as necessidades políticas e econômicas dos brasileiros.

A democratização política ofertaria ao indivíduo, entendido como cidadão, a liberdade de pensamento, de voz, de associar-se, de sindicalizar-se, por exemplo. A democratização econômica, por sua vez possibilitaria que esse mesmo indivíduo, trabalhador, desfrutasse da riqueza comum, produzida pelo esforço de todos. Essa simbiose, ao que parece, buscava enfatizar uma compreensão usual nos anos 30-40 de que a cultura correspondia a expressão popular, a expressão do povo, enquanto que a política e a economia se caracterizavam como formas que organizava e viabilizava essa expressão. A cultura colocaria a política e a economia em contato com vida, nas suas mais genuínas formas. As duas últimas dimensões emprestariam a cultura os seus sentidos de organização, um conteúdo socialmente útil, um sentido de orientação para o bem comum³⁸⁷.

Interligadas tais frentes, o indivíduo necessitaria, em termos objetivos, de uma *instrução gratuita desde a escola primária até às escolas superiores, livre acesso ao ensino*

³⁸⁴ Sobre essa questão Cf.: DULLES, John W. Foster. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Vol. 1: 1914-1960. Tradução de Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992 e PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

³⁸⁵ Para se visualizar, ainda que de forma panorâmica, essas e outras ponderações dos intelectuais acerca do contexto que clamava por um grande fórum capaz de debater os problemas do Brasil (e do mundo), cf.: JORNAL FOLHA CARIOCA. Edição de 29 de novembro de 1944. Arquivo Astrojildo Pereira, 172, 35 (3)-1.

³⁸⁶ JURANDIR, Dalcídio; PEREIRA, Astrojildo. *Liquidação do Analfabetismo* (Tese). In: Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. *Anais*. São Paulo, 1945, p.280-283. Em nota no final da tese é comunicado que tal escrito correspondia a um resumo feito por Dalcídio Jurandir de um trabalho mais extenso, publicado por Astrojildo Pereira, ao que se julga tratar do item “Política e Tarefas da Inteligência”, presente na obra *Interpretações*, publicada em 1944 pela editora Casa do Estudante do Brasil, do Rio de Janeiro.

³⁸⁷ Essa relação é expressa, por exemplo, na revista *Cultura Política* que, partindo dessa premissa consegue, no Estado novo, congrega a seu redor um grande número de intelectuais.

*superior, segundo a vocação de cada qual, em suma, abolição de todo e qualquer privilégio ou monopólio em matéria de instrução*³⁸⁸. E para a dinamização dessa ação, caberia logo de imediato os intelectuais brasileiros assumirem o atraso cultural em que o povo estava, haja vista que, por muito tempo, as condições para aquisição da cultura brasileira ficou sob o domínio de uma *educação formal bracharelática, limitada a uma espécie de elite distante do povo e da terra, cheia de todos os vícios e debilidades da nossa condição de semicolonias*³⁸⁹.

Para se ter ideia dos poucos que tinham acesso à educação, em uma população de faixa etária de 15 ou mais anos, em 1945 mais de 50% da população brasileira era formada por analfabetos³⁹⁰. A outra parcela da população, recebia uma educação preocupada quase que excessivamente em moldar o cidadão em valores sociais e nacionais de pouca comunicação com a verdadeira realidade, ligada muito mais a um ideário que se queria formar³⁹¹. E para uma alteração dessa conjuntura, o escritor - figura participativa na história do Brasil, mesmo em condições políticas e econômicas desfavoráveis-, deveria atacar o problema do analfabetismo, assumindo a possível contribuição que essa ação poderia trazer, distanciando-se da ideia de apenas queixar-se das condições precárias, por exemplo, da circulação do livro, da incomunicabilidade entre o escritor e seu público leitor.

De forma individual ou por meio das instituições culturais do país, o escritor, o intelectual de forma geral, deveria somar para a liquidação do analfabetismo o que, em termos práticos se realizaria por intermédio de campanhas nos subúrbios, nas cidades distantes, que *simultaneamente ou por etapas sucessivas levaria os intelectuais a se mobilizar em excursões pelo interior do país realizando conferências populares, promovendo exposições artísticas, espetáculos teatrais, exibições cinematográficas de feição educativa, festivais artísticos e literários, trabalhos científicos, etc.*³⁹²

Socializada a tese, passou-se então para o momento da exposição do parecer do relator e, posteriormente o debate. José Honório Rodrigues, indicado no Congresso para avaliar a tese apresentou parecer favorável, comunicando que os autores *fazem ver a mais urgente e básica tarefa para democratizar a instrução e a cultura, que seria a liquidação do*

³⁸⁸ JURANDIR, Dalcídio; PEREIRA, Astrojildo. Liquidação do Analfabetismo..., 1945, p.280.

³⁸⁹ JURANDIR, Dalcídio; PEREIRA, Astrojildo. Liquidação do Analfabetismo..., 1945, p.280.

³⁹⁰ Cf.: BRASIL. *Mapa do Analfabetismo no Brasil*. Ministério da Educação – MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP, 2003; COSTA, Maria das Graças Moreira. *Evolução do Analfabetismo no Brasil 1900-1990*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1992.

³⁹¹ Sobre essa questão Cf.: BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

³⁹² JURANDIR, Dalcídio; PEREIRA, Astrojildo. Liquidação do Analfabetismo..., 1945, p.283.

*analfabetismo. Acentuando a relação de intimidade entre cultura e povo, mostram o papel do escritor nessa obra de verdadeira libertação*³⁹³.

Comunicado o ponto de vista de José Honório, abriu-se para o momento de discussão que, em seu desenvolvimento, apresentou confronto de perspectivas e compreensões, haja vista que já tinham refutada uma tese que tratava do analfabetismo. Paulo Mendes de Almeida, delegado de São Paulo, destacou que a aprovação do parecer de José Honório, naquele evento, representaria contradição dos pares, lembrando que os congressistas rejeitaram a tese *O problema da Alfabetização*, de Humberto Bastos, cuja matéria, em sua percepção, era semelhante a *Liquidação do Analfabetismo*, apresentada por Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira. Marinho Rego, delegado do Distrito Federal seguiu a manifestação do colega acrescentando que, ou decidiam que tinham que *alfabetizar o povo para desenvolver a cultura do país, ou então não aceitamos esta tese e acabamos com a incoerência*³⁹⁴.

O presidente Aníbal Machado interveio sublinhando que a primeira tese, de Humberto Bastos, não tratava de campanhas em prol da alfabetização pelo país, mas sugeria aos congressistas a criação de um Instituto Nacional de Educação. A alçada da primeira tese era específica enquanto que a segunda apresentava uma ação maior, em sua compreensão, um esforço pertinente e exequível aquele conclave. Assim, se colocou favorável a inserção da tese *Liquidação do Analfabetismo* entre as teses de publicação recomendada aos anais do evento.

Franqueada a palavra, Fernando de Azevedo, líder da delegação paulista sustentou novamente a ideia de não haver contradição ou incoerência em seus posicionamentos como apontara o colega. A primeira tese, em sua análise, abordava a educação de forma específica (educação de massas) e propunha a criação de um órgão de educação sob a administração federal, o que implicava aumento desnecessário de demanda, sabendo-se que já atuava o Ministério da Educação (e Saúde), responsável também por essa vertente educacional. Em contrapartida, a segunda tese, *Liquidação do Analfabetismo propunha o combate ao analfabetismo como ponto de partida para instrução do povo brasileiro*³⁹⁵, o que, em seu entendimento, também era fundamental e compatível as atuações dos intelectuais participantes do Congresso.

As palavras de Fernando de Azevedo pareciam pôr fim a questão, ainda mais por terem sido seguidas de aplausos da maioria dos Congressistas e posterior apoio de Alberto de

³⁹³ RODRIGUES, José Honório. Parecer sobre a Tese *Liquidação do Analfabetismo*. 4ª seção plenária. 26 de janeiro. Centro do Professorado Paulista. In: Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. *Anais...*, 1945, p.81.

³⁹⁴ REGO, Alceu Marinho. Debate sobre a Tese *Liquidação do Analfabetismo*. In: In: Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. *Anais...*, 1945, p.81.

³⁹⁵ AZEVEDO, Fernando de. Debate sobre a Tese *Liquidação do Analfabetismo*. In: Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. *Anais...*, 1945, p.82.

Guimarães, delegado da Bahia que, indiretamente, concordou com tal compreensão sobre a tese de Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira. Em discordância direta a Fernando de Azevedo, Martins de Almeida, delegado do Distrito Federal reacendeu a ideia de rejeição da tese comunicando que *as brilhantes ponderações e dialética do Sr. Fernando de Azevedo só estavam servindo para rodear a questão, para não cair em incoerência*³⁹⁶.

E potencializado o debate e os ânimos, a essa altura acalorados, a tese de Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira receberia outras considerações de Fernando de Azevedo, Martins Almeida, Aníbal Machado (presidente), Marinho Rego, José Honório Rodrigues (relator, parecerista), Homero de Castro Jobim (delegado do Rio Grande do Sul), até que Aníbal Machado resolvera, temporariamente, suspender a discussão em torno daquela tese. É curioso e esclarecedor acrescentar aqui que essa situação e tantas outras ocorridas no I Congresso Brasileiro de Escritores foi avaliada por Álvaro Moreyra como salutar, haja vista que na maioria das seções *estudou-se, discutiu-se, esclareceu-se a tarefa numerosa da inteligência no mundo que quer a paz para viver*³⁹⁷.

Anos depois Florestan Fernandes

avaliaria esse e tantos outros momentos ocorridos no I.C.B.D.E como *comum a época*, ao contexto maior e específico, sabido que a maioria dos intelectuais vinham de redes de sociabilidades próximas, traziam marcas de experiências semelhantes e, mais do que tudo,

Imagem 29: Fruto dos variados debates e discussões, a Declaração de Princípios do I.C.B.D.E, 1945 (manuscrito). Fonte: Arquivo Astrojildo Pereira, CEDEM-UNESP.

³⁹⁶ ALMEIDA, Martins de. Debate sobre a Tese Liquidação do Analfabetismo. In: Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. *Anais...*, 1945, p. 82.

³⁹⁷ MOREYRA, Álvaro. *As amargas, não...* (lembranças). Rio de Janeiro, editora Lux, 1955, p.221.

quase sempre compunham uma mesma categoria, a dita elite intelectual, o que não eliminava seus posicionamentos discordantes³⁹⁸.

Tendo dissipado um pouco mais o clima de discordâncias, os intelectuais já com ânimos e ideias mais organizadas retomaram o julgamento da tese *Liquidação do Analfabetismo*. Nesse momento, por indicação da maioria, resolveram então aprovar a inclusão da tese *Liquidação do Analfabetismo* nos anais do Congresso. Essa aprovação, ainda que subjetivamente, confirmou um Dalcídio Jurandir não diferente de outros intelectuais de sua época, que, ainda que localizados em *posição ortodoxa*, tinham ciência de que grande parte dessas ideias só seriam colocadas em prática com a ajuda do governo, o que, por sua vez, revelava a dependência que ainda tinham do poder estatal. Ao viabilizar suporte a essa e tantas outras iniciativas, em contrapartida, o Estado Nacional cogitava afastar de si o estigma de *opressor, contrário ao povo*. Para os intelectuais, essa ação representaria a possibilidade de levar a cabo a instrumentalização necessária ao combate à política repressora, manipuladora e arbitrária que sustentava o Estado Novo³⁹⁹.

E Dalcídio Jurandir, ao que parece, acreditava em uma redemocratização daquilo que o povo produzia. Nesse sentido, mobilizado pelas ideias que ventilou no I Congresso Brasileiro de Escritores, intensificou sua ação no SESP, em especial àquelas ligadas a elaborações e *exibições cinematográficas de feição educativa*, voltadas, sobremaneira, ao interior do Brasil extremamente carente como se verá a seguir.

³⁹⁸ Sobre essas marcas que caracterizavam esses *círculos ilustres*, Cf.: FERNANDES, Florestan. *Entrevista em Trans/Form/Ação*. n.2, 1975.

³⁹⁹ Em relação a essa dupla dependência, Cf.: (dentre outros) PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil...*, 1990.

3.4 - Contribuições à Educação Sanitária, o afastamento do Governo

A atuação no Serviço Especial de Saúde Pública - SESP, como já se disse, foi impulsionado pelo fechamento do Jornal político Diretrizes, justamente no momento que Dalcídio Jurandir figurava entre seus editores, além de colaborar para os jornais *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*. A censura ao jornal ocasionou também o deslocamento de Moacir Werneck de Castro, Armênio Guedes e Rubem Braga, intelectuais de destaque e amigos seus, para o setor de criação de textos publicitários e legendas para filmes de educação sanitária do SESP⁴⁰⁰. Esse serviço de saúde surgiu como materialização do acordo entre Estados Unidos e Brasil. Enquanto o Brasil se comprometia em fornecer borracha, importante matéria-prima para a 2ª guerra, presente no vale amazônico, os EUA se prontificavam em ofertar assistência médica e saneamento básico a algumas populações do norte do Brasil⁴⁰¹.

Diante dessa iniciativa, a indicação e contratação de Dalcídio Jurandir pelo amigo Charles Wagley⁴⁰², para atuar nessa área, especificamente no trabalho de educação sanitária, no vale amazônico, surgiu como imprescindível haja vista ser Dalcídio Jurandir filho da terra, um *pesquisador* - ainda que sem os rigores acadêmicos-científicos, de diferentes questões da Amazônia, além de ter *profundo conhecimento sobre a vida das cidades e ter um grande círculo de amigos*⁴⁰³, advindos, muito provavelmente, de sua infância, de sua adolescência ou, mais detidamente das experiências trabalhistas, exercida nas décadas anteriores quando foi secretário tesoureiro da Intendência Municipal e inspetor escolar, em Gurupá, e secretário na delegacia de recenseamento em Santarém, por exemplo.

Dalcídio Jurandir a essa altura era, sem dúvidas, romancista/jornalista de destaque, um conhecedor das condições dos diferentes municípios e vilas da Amazônia. E com essas condições realiza sua primeira atividade no SESP, pelo menos a que se tem registro⁴⁰⁴, na

⁴⁰⁰ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. Dados Biobiográficos. In: *Chove nos campos de Cachoeira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1976; NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy & PEREIRA, Soraia R. *Dalcídio Jurandir...*, 2006, p.50.

⁴⁰¹ Cf.: WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica: um estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957 (Coleção Brasileira).

⁴⁰² Renomado antropólogo norte americano, considerado o *decano dos brasilianistas*, um dos *pais fundadores da Antropologia Brasileira*, Charles Wagley, amigo pessoal de Dalcídio Jurandir, de longa data, foi diretor da Divisão de Educação Sanitária do SESP e, posteriormente, chefe do Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia. A ligação de Wagley com Dalcídio parece ter se feito também pelo afeiçoamento político de ambos, visto que o norte-americano teve grandes inclinações as ideias comunistas ao ponto de ser chamado, além da alcunha supracitada de *gringo de esquerda* por Darcy Ribeiro. Cf.: RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

⁴⁰³ Cf.: WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica...*, 1957, p.21.

⁴⁰⁴ Cf.: Programa de Educação Sanitária. *Relatório do Serviço Especial de Saúde Pública*. Ao Exmo. Sr. Ministro da Educação. Abril, maio e junho de 1945. Casa de Oswaldo Cruz, setor de Documentação e Arquivo - Extensão.

companhia de Charles Wagley, à época diretor do Programa de educação sanitária. Nessa ação, se deslocam para as cidades de Abaetetuba, Cametá, Breves, Gurupá e Moju, munidos dos *slides sounds*⁴⁰⁵, ansiosos para colocar em prática o trabalho educativo.

Imagem 30: Conjunto para exibição de diafilmes sonorizados.

Fonte: Revista do Serviço Especial de Saúde Pública. Tomo II, julho de 1949, p. 936.

Chegando nesses municípios paraenses, realizavam certo *levantamento sanitário das condições locais, do meio ambiente e da coletividade* e, posteriormente, instruíam a população sobre as necessidades básicas em torno da saúde, dos cuidados mínimos a seguir. Para esse trabalho, além dos slides sounds utilizaram palestra de rádio, folhetos informativos, cartazes e cartilhas, materiais esses fundamentados nas recomendações e nos discursos médicos da época. *Maria pernlonga*, por exemplo, é um datafilme que aborda uma história animada de uma mulher transfigurada em mosquito da malária que, após transmitir *a febre* é apanhada pelos bons procedimentos de algumas pessoas, que após serem instruídas, combatem aquela inimiga⁴⁰⁶.

⁴⁰⁵ *Slides sound*, em português diafilmes, são séries de dispositivos reunidos em uma tira fílmica de 35mm, acompanhada de música e texto sincronicamente gravados em disco.

⁴⁰⁶ Cf.: BOLETIM DO S.E.S.P. Serviço Especial de Saúde Pública do Ministério da Educação e Saúde. Sobre Maria Pernilonga. N° 24 julho de 1945, p.1-3. Casa de Oswaldo Cruz. Biblioteca da Extensão.

Tuberculose, apresenta a história de uma senhora que, logo que contraiu o bacilo de Koch, se submeteu ao tratamento adequado, adotou as precauções para não transmitir a doença a outras pessoas, o que lhe possibilitou cura e não contaminação do bacilo aos outros⁴⁰⁷. *Matem a mosca*, um outro slide sound e cartaz apresenta uma animação infantil que narra a história de um inseto chamado Didi, transmissor de doenças de seu nascimento que deveria ser eliminado de forma adequado, a começar pela construção de tampas as fossas⁴⁰⁸.

Em *alimentação* é retratada a história de uma família composta pessoas doentes que, ao decidirem procurar um posto de saúde encontram a solução de seus problemas. Nesse posto um médico os orienta a melhor se alimentarem, sem grandes custos, apenas cultivando hortas e hábitos saudáveis, manuseando de forma adequando os alimentos que consumiam. Ao seguirem as orientações do médico, gradativamente os membros da família se tornam pessoas saudáveis⁴⁰⁹.

⁴⁰⁷ Cf.: Fundação Serviços de Saúde Pública. A tuberculose. In: *Filmoteca SESP*. Divisão de Saúde. Secção de educação sanitária. Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, 1976, p.66. Casa de Oswaldo Cruz, setor de Documentação e Arquivo – Extensão.

⁴⁰⁸ Cf.: Fundação Serviços de Saúde Pública. Matem a mosca. In: *Filmoteca SESP...*, 1976, p.53.

⁴⁰⁹ Cf.: Fundação Serviços de Saúde Pública. Alimentação. In: *Filmoteca SESP...*, 1976, p.36.

Imagem 32: Outros cartazes produzidos pelo SESP. Fonte: Revista *Interface* – Comunicação, saúde, educação. V.14, n.32, jan/mar. 2010.

Apresentado parte da produção trabalhada por Dalcídio Jurandir, pela equipe de educação sanitária do SESP, é de se pensar que, no início de 1945, essa instituição, nascida de um acordo binacional, organizou um trabalho orientado pelos discursos médicos que circulam no Brasil, discursos esses que perduraram por décadas na educação brasileira, e que foram capazes de erguer uma *educação para as maneiras de viver*, o que representou um extrapolar da dimensão escolar da educação e consolidou as concepções pedagógicas com maior atenção à saúde⁴¹⁰.

Quando se observa, de forma mais detida, as ações do SESP, evidencia-se que esse serviço articulou saúde e educação a partir de um conhecimento médico, todavia, responsabilizou o indivíduo (principalmente os trabalhadores rurais) por grande parte das condições que se encontravam, e dessa forma pouco evidenciou a degradante situação socioeconômica que se encontravam. Os diversos textos elaborados para as dramatizações de rádio, segundo os registros de abril a junho, que inclusive contaram com a participação direta, *in loco* de Dalcídio Jurandir, parecem indicar um pouco dessa percepção.

Em *Escola risonha e franca*, por exemplo, há uma relação entre os frequentadores da escola e posto de saúde como parceiros no combate as doenças; em *A professora Helena* elege-se a professora como responsável pelo ensino das maneiras saudáveis na batalha contra os vermes; em *O homem que não queria ser coelho* há, indiretamente, uma culpabilização do indivíduo por sua má-nutrição.

Em *Opilação*, um dos cartazes e filmes mais trabalhados pelo departamento de educação sanitária, se constrói também a noção de falta de cuidados com saúde, do indivíduo, e não a pouca ou ausente atuação do Estado no combate aos problemas de saúde. Nesse material, por exemplo, em sua versão de filme é tipificado a figura de *José, o fraco, o descalço o descuidado, o culpado*, o responsável por sua indisposição, sua e de seus familiares anêmicos, todos vítimas dos vermes *ladroões que roubaram a saúde de José e de sua família*⁴¹¹

Imagem 33: Cena do datafilme *Opilação*. Walt Disney Productions, 1942.

⁴¹⁰ Sobre essa questão, Cf.: STEPHANOU, Maria. *Tratar e Educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX* (Vol. I e II). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado, 1999.

⁴¹¹ Cf.: Instituto de Assuntos Interamericanos. Walt Disney Productions. *Uncinariose (Opilação)*. Slide sound, 1942. Preto e branco, 16mm. Duração: 10min 16s. Acervo da ARCA-Fiocruz.

Essa maneira do SESP abordar as diversas doenças naquele contexto, responsabilizando quase sempre o ser ou seu segmento social, contribuiu para que o governo direcionasse ao vale amazônico um modesto investimento governamental, pois a maioria dos problemas eram vindos da natureza daqueles indivíduos, que, provavelmente, teriam dificuldades até mesmo de colocar em prática os conhecimentos, informações e recursos a eles direcionados. Dada essas condições, reais e pré-estabelecidas, as mudanças ocorridas no vale amazônico se fizeram apenas razoáveis, ainda mais quando se compara as concretas necessidades das populações alvo, aquilo que almejavam e que deveriam ter como efetiva ação de educação sanitária.

Foi diante dessa compreensão que perdurou a ideia de saúde como resultado exclusivo dos hábitos de higiene pessoal, um problema de *ordem individual*. Até mesmo quando o SESP saía dessa forma de entender a questão, pelo espectro individual, distanciado dos condicionantes socioeconômicos, o serviço de saúde orientou suas ações e julgamentos ao valor comunitária, ou seja, retornou à compreensão primeira ao individualizar a questão e ventilar a ideia de comunidade como *conjunto de indivíduos*⁴¹².

E esse conjunto de indivíduos, abatidos *pelo analfabetismo, pela miséria e pela doença*⁴¹³ levou Dalcídio Jurandir, paralelo às atividades desenvolvidas no SESP, a se manifestar em relação a reivindicações de retomada de direitos políticos e democráticos de muitos brasileiros sufocados pelo regime opressor de Vargas. Para que essas populações atingissem outra condição, segundo Dalcídio Jurandir, era necessitarem que conhecessem a verdadeira democracia, que, em seu exercício, os levaria da agitação tocante e mobilizadora pelas ruas à organização institucionalizada das reivindicações.

Dentro do leque de reivindicações populares estava o perdão político a todo e qualquer cidadão, a anistia, a maior conquista que se poderia obter no Estado Novo. Essa aquisição do perdão político, de acordo com Dalcídio Jurandir, representava o atendimento às necessidades mais gerais do povo brasileiro, *a elevação do nosso nível político, definição do nosso nível cultural, conhecimento mais lúcido e mais vigilante dos nossos problemas, o respeito mútuo, [...] a observação dos aspectos da opinião e do pensamento que ajudem a libertar o nosso povo*⁴¹⁴.

⁴¹² Sobre essa questão, Cf.: FONSECA, Cristina Maria Oliveira. As propostas do SESP para educação em saúde na década de 50 – uma concepção de saúde e sociedade. *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*. n.1, Vol. 1. Novembro de 1989.

⁴¹³ JURANDIR, Dalcídio. *Anistia*. Jornal não identificado. 01 de abril de 1945. Casa de Rui Barbosa, acervo “Dalcídio Jurandir político”.

⁴¹⁴ JURANDIR, Dalcídio. *Anistia...*, 1945.

A conquista da anistia, naquele momento, possibilitaria a Luiz Carlos Prestes e a população brasileira a recuperação de suas liberdades públicas, daria vigor, experiência ao desenvolvimento da democracia em curso, decretaria fim as ditaduras nazifascistas promotoras de ações desastrosas, ofertaria ao povo, uma *educação política, da leal aplicação da tática historicamente justa que é a de conquistar a liberdade dentro da tranquilidade e da ordem*⁴¹⁵.

Justamente nessa busca de liberdade e reconquista dos direitos políticos que os partidos políticos, em especial o P.C.B, partido de Dalcídio Jurandir, estava no ano de 1945. Ao realizar um balanço acerca da criação e atuação do partido comunista no Pará Dalcídio Jurandir frisou que a história, naquele final de regime estadonovista, tinha se encarregado de revelar serem eles, os comunistas, amigos do povo nos variados contextos, em detrimento daqueles *que se diziam a favor da religião e bombardearam igrejas, mataram sacerdotes; eram favoráveis a pátria e confabularam com alemães e italianos nazistas o fornecimento de combustíveis aos seus submarinos de guerra; se diziam benéficos a família e mandavam para as câmaras de gás pais, mães e filhos*⁴¹⁶.

Imagem 34: Cerimônia de legalização do P.C.B no Pará, evento em que foi lido a carta de Dalcídio Jurandir aos militantes e amigos do partido no Pará. Teatro da Paz, 1945.

Fonte: acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

⁴¹⁵ JURANDIR, Dalcídio. *Anistia...*, 1945.

⁴¹⁶ JURANDIR, Dalcídio. *Carta aos meus amigos do Pará* - Por motivo de instalação do Comitê Estadual do P.C.B em Belém do Pará. Rio de Janeiro, 24 de junho de 1945. Casa de Rui Barbosa, acervo “Dalcídio Jurandir político”.

A legalidade do partido, a filiação, a luta comum pela causa popular, em esfera local, com a criação do comitê do P.C.B em Belém do Pará, possibilitaria a junção e orientação de forças capazes de construir, de forma coletiva, uma nova conjuntura para a cidade mais atingida pela guerra (segundo Dalcídio Jurandir, Belém), o que de imediato revelaria a *miséria o povo, muito grande, seu mercado interno, sua indústria, sua agricultura que trazem ainda o peso do atraso colonial*⁴¹⁷. Era necessário unir a população, dos mais instruídos ao mais simples, todos esperançosos de uma *existência digna, com saúde, instrução, condições de trabalho, com possibilidade de comprar roupas, calçados, morar melhor, ver seus filhos nascerem e viverem*⁴¹⁸.

São essas condições que no começo de 1945, em particular no vale amazônico, passavam por um processo de democratização, por menor que fosse, inclusive do saber escolar. Muito provavelmente é pesando assim, como intelectual que poderia somar para a alteração dessas condições desfavoráveis à maioria da população amazônida que Dalcídio Jurandir continuou sua atividade no SESP, agora, direcionando uma sequência de ações para os municípios de Cametá, Abaetetuba e Breves, ainda sob a liderança do Dr. Charles Wagley, acrescidos das valorosas colaborações de Cattete Pinheiro⁴¹⁹.

Essa outra ação de educação sanitária do SESP, em um programa mínimo e experimental para esses municípios, se mostrou satisfatória em seu teste decisivo a partir do momento em que registrou os *caboclos do vale amazônico*, aproximadamente mil pessoas em Cametá, assistindo os filmes *Opilação*, *Malária*, *Maria Pernilonga*, sob a chuva de *aplausos, o povo rindo e aprendendo, os louvores das autoridades, a popularidade das personagens*⁴²⁰.

Clarividente, segundo Dalcídio Jurandir, essas ações não resolviam os problemas da população, todavia, impingiam certo valor importante as comunidades. Quatro anos depois dessa segunda atuação junto aos moradores do vale amazônico, na ocasião do VII Congresso Brasileiro de Higiene, Cattete Pinheiro, o diretor de educação sanitária do Programa na Amazônia apresentou um balanço das atividades no SESP, destacando que a utilização dos slides sounds para educar aquelas populações se mostrou adequado, na medida que usou formas adequadas para abordar os problemas e utilizou recursos suficientes para confeccionar

⁴¹⁷ JURANDIR, Dalcídio. *Carta aos meus amigos do Pará...*, 1945.

⁴¹⁸ JURANDIR, Dalcídio. *Carta aos meus amigos do Pará...*, 1945.

⁴¹⁹ Cf.: JURANDIR, Dalcídio. *A Experiência dos Slide Sounds na Amazônia; O Rádio e o Cinema na Educação Sanitária; O teste decisivo; Viagem ao Pará; Personagens populares; Cametá, a velha cidade Tocantina; Os filmes são projetados num trapiche; Em Gurupá - A Festa da Vitória no Rio Mojú. BOLETIM DO S.E.S.P (Serviço Especial de Saúde Pública do Ministério da Educação e Saúde). nº 24 julho de 1945, p.1-3. Casa de Oswaldo Cruz – Biblioteca da Extensão.*

⁴²⁰ JURANDIR, Dalcídio. “O teste decisivo”..., 1945, p.2.

os materiais trabalhados. E tanto as maneiras como o orçamento utilizado naquela campanha, segundo a avaliação, estavam compatíveis aos elevados números de pessoas que se encontravam com sérios problemas de saúde e educação, ilustrados pelos altos índices de malária, verminoses, baixas taxas de escolaridade, precárias condições estruturais da região, de modo geral⁴²¹.

Em suas considerações, Cattete Pinheiro e seus colaboradores destacaram ainda que, sendo aquela uma iniciativa pontual, aquele trabalho ganharia apenas uma amenização, visto que eram amplos e graves os problemas daquelas pessoas. A alteração significativa em suas vidas ganharia tons mais agradáveis como um maior dinamismo do trabalho, dos muitos reparos, do aperfeiçoamento de recursos e estruturas para o trabalho, enfim, dos diferentes investimentos necessários que viessem a atender uma real e ampla melhora na vida dos *parceiros de guerra*.

A educação e a saúde, em seus comentários, deveriam seguir conjugadas, com um acréscimo a mais nas questões em torno da educação, pois acreditavam que assim teriam melhores resultados. Havia uma necessidade real de que aquelas pessoas compreendessem e multiplicassem, nas ações experimentais e efetivas, o conteúdo daquilo que estavam assistindo. Isso, por sinal, foi percebido, segundo Dalcídio Jurandir, em 80% dos moradores de Cametá que assistiram Maria Pernilonga. Alguns dizeres presentes no registro de Dalcídio Jurandir, como por exemplo, já *sei o que tenho que contar aos meus conhecidos do sítio; uma coisa eu aprendi*⁴²² ou a ideia de que Maria Pernilonga, depois de sua exibição se tornara assunto escolar, por mais de um mês, parece atestar essa necessidade. Ao que julgou, o que se precisava para aquelas populações era *uma boa educação sanitária verdadeiramente ao alcance do povo*⁴²³.

Esse imperativo marcante, de uma melhor educação para os moradores do vale amazônico parecia evocar o atrelamento (novamente) da *educação* e da *saúde* como bases para uma medicina que se queria preventiva, talvez um caminho fecundo para a saúde pública brasileira⁴²⁴. O SESP, após os trabalhos educativos, implantou um suporte mais duradouro no

⁴²¹ Cf.: PINHEIRO, Eduardo Cattete et al. Utilização do diafilme sonORIZADO como meio de educação sanitária em pequenas localidades e áreas rurais do Brasil. Tese apresentada no VII Congresso Brasileiro de Higiene. *Revista SESP*, n.3, p.917-38, julho de 1949 (Tomo II).

⁴²² JURANDIR, Dalcídio. Cametá, a velha cidade Tocantina..., 1945, p.2.

⁴²³ JURANDIR, Dalcídio. O Rádio e o Cinema na Educação Sanitária..., 1945, p.1.

⁴²⁴ Sobre essa forma de tratar a saúde pública, cf.: BASTOS, Nilo Chaves de Brito. *Educação Sanitária no Brasil (Crítica)*. Tese apresentada no seminário da cadeira. Arquivos da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, v. 4, n.2, 1950. Posterior a essa crítica apresentada, por sinal, Nilo Bastos chega, no final dos anos 60, ao cargo de Superintendente da Fundação SESP. É a partir dessa época que começa a organizar a relevante obra *SESP/FSESP: 1942 – Evolução Histórica – 1991*. Recife: Comunicarte, 1993, que

vale amazônico o que aos poucos representou certa evolução em sua intervenção na medida que, por exemplo, pensou o *Posto de Higiene não apenas para atender os doentes e curá-los, mas para prevenir contra a doença*⁴²⁵. Essa *nova ordem de saúde* pública foi se disseminando pelo regime republicano brasileiro que, progressivamente, tentou estabelecer as *ações preventivas* em lugar dos *procedimentos curativos*.

Longe de ser perfeita, essa *consciência sanitária*, em muitos momentos adotada pelo SESP - que se apoiou também na *atribuição de um caráter científico, redentor e salvacionista aos discursos médicos* -, continuava ainda a apresentar como falha o não acesso aos muitos *progressos* ofertados, por parte dos brasileiros residentes na zona rural, justamente porque se esbarrava sobremaneira nos altos índices de analfabetismo. As campanhas de educação sanitária, em muitos locais, mesmo incutindo nas populações *o que fazer*, foram inoperantes visto ainda existir vastos lastros de analfabetos, o que diagnosticava baixas nas prevenções. Como consequência direta o quadro continuava a apontar para um expressivo número de brasileiros localizados às margens de uma verdadeira educação sanitária na primeira metade do século XX⁴²⁶.

Ao que se observou, a educação não trabalhada de forma enérgica parecia enfraquecer o programa que, em uma primeira visão, almejava exclusivamente levar uma melhor qualidade de vida as populações paupérrimas do Brasil, sustentada no princípio capcioso de cooperação internacional, uma forma de apoiar uma nação que se queria bem somente por se valorizar o bem-estar humano. O que existia na verdade era intenções e interesses camuflados em valores práticos, objetivos, ligados à guerra. E isso desde o início foi percebido por Dalcídio Jurandir.

A ideia apresentada, nesse momento, em território brasileiro, dizia que somente pela educação era possível atingir a reforma cultural que se esperava para o Brasil, sabendo-se que o analfabetismo, àquela altura registrado em altos índices, era visto como o grande empecilho para o progresso, para a resolução dos problemas de saúde atacados pelo SESP. Em alguma medida, essa compreensão desvirtuada dos problemas na Amazônia e no Brasil, propiciava o

registra grande parte das ações de saúde pública do SESP (e aqui se inclui a educação sanitária, em diferentes regiões).

⁴²⁵ JURANDIR, Dalcídio. O Rádio e o Cinema na Educação Sanitária..., 1945, p.2.

⁴²⁶ A consciência sanitária dos anos 40 consistiu em um compreensão de *modernização, regeneração e civilização* intensificada no Brasil desde o início do século XX que, ao correlacionar os discursos e saberes médicos com a educação objetivou contribuir para a erradicação dos males que assolava o povo possuidor de uma inexpressiva educação sanitária, de poucos conhecimentos sobre saúde, o que, por conseguinte, favoreceu a classe médica como classe autorizada a colaborar e moldar grande parte do campo educacional Cf.: STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. III – séc. XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

disfarce de uma das reais intenções norte-americanas com seu programa de cooperação: o alfabetizar o povo amazônico contribuiria, na verdade, para a redução ou eliminação de ameaças ao êxito do programa, marcadamente revestido pela hegemonia ideológica norte-americana⁴²⁷.

Essa ação massificadora dos valores norte-americanos que começava a se preocupar com a alfabetização, para, na verdade, se ter sucesso com o programa de cooperação, pode ser exemplificada com a circunstância em que se usou *slide sounds*⁴²⁸, *programas de rádio*, *cartazes*, *folhetos*, *livros*, *slogans*, *impressos de toda espécie sobre o melhor modo de se lutar contra a malária*⁴²⁹ (e outras doenças), tudo isso a baixo custo, e orientado exclusivamente pelos conhecimentos sobre saúde e educação vindos dos EUA, o que revela, em certa medida, a consideração de pouco valor aos conhecimentos dos brasileiros, dos nativos da Amazônia, além de estratégia de contenção da influência alemã no Brasil. Como alento se escutava as sugestões vindas de autoridades e moradores locais, contudo, o que o serviço de saúde verdadeiramente desejava era executar um projeto já sistematizado.

Se do lado do governo estadunidense havia tais questões subjacentes, por parte do governo brasileiro a intenção consistia em aumentar suas áreas de controle. Uma das imagens registras na experiência em Gurupá ilustra um pouco dessa percepção. Dalcídio Jurandir registra que havia o serviço de inquérito sobre as condições de vida dos moradores, o departamento de educação sanitária e um serviço de engenharia sanitária do SESP, que juntos, planejaram e dirigiram a *construção das privadas na cidade, obra de considerável alcance. Todas as casas de Gurupá, sejam palhoças, barracas, casas de telha, exceção de seis ou oito e as que foram construídas, possuem privadas instaladas pelo SESP*⁴³⁰.

Essa ação, aparentemente rotineira as ações do serviço de saúde, revela que ainda que tenham surgido novos interesses de ordem assistencial local, foram quase todas desarticuladas. O norte brasileiro, em particular sua fração correspondente a Amazônia

⁴²⁷ Sobre essa questão Cf.: ROSA, Francisco Tadeu Ribas Santos. *A Aliança e a Diferença: uma leitura do itinerário intelectual de Charles Wagley*. Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 1993. Nesse estudo o autor enfatiza as alçadas ideológicas do SESP no Brasil.

⁴²⁸ O cinema norte-americano, por exemplo, estava em um momento de intensa exportação de suas ideias e de suas diferentes expressões cinematográficas, o que, por conseguinte, impulsionava o governo norte-americano a ampliar o leque de consumidores de sua cultura, de seus valores. O governo brasileiro colabora para essa expansão, o que lhe rende controle da nação e afastamento de outros ideários que não se queria para o Brasil. Sobre essas questões, Cf.: MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil – a penetração cultural Americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984; SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Cultura e Propaganda*. In: *Tempos de Capanema*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

⁴²⁹ JURANDIR, Dalcídio. A Experiência dos 'Slide Sounds' na Amazônia"..., 1945, p.1.

⁴³⁰ JURANDIR, Dalcídio. A Experiência dos 'Slide Sounds' na Amazônia II. In: *BOLETIM DO S.E.S.P* (Serviço Especial de Saúde Pública do Ministério da Educação e Saúde). nº 25 agosto de 1945, p.10. Casa de Oswaldo Cruz – Biblioteca da Extensão.

presenciava um redirecionamento das antigas práticas usuais as elites da região, acostumadas, quase sempre, a política de favores e a tutela dos problemas da população como forma de estabelecimento de controle, organização e divulgação de desenvolvimento da região.

O fato é que, transcorrendo assim, o programa fortalecia a autoridade estatal brasileira, principalmente no interior do país, coisa que já acontecia desde os anos 20 e que fora intensificada nos anos 30 como criação do Ministério da Educação e Saúde Pública⁴³¹. Tanto as políticas sanitárias do SESP, como as ações empreendidas pelo Departamento Nacional de Saúde, que firmavam parceria, serviram para ditar ao acordo binacional a arguta intenção de suporte e controle, que, com a *construção de privadas de grande importância* e o *combate a verminose, representavam um progresso real no atraso geral das cidades do interior da Amazônia*⁴³², e consolidavam a estratégia de expansão da autoridade pública no Brasil.

Para a realização dessa estratégia, utilizada pelo governo de Vargas, foi necessário o apoio das escolas, dos grupos escolares, inventados pelos intelectuais, pelos médicos que, ante as necessidades do SESP, serviu como espaço salutar para a exibição das atividades de educação sanitária, e, mais do que isso, foi orientado como espaço fecundo a disseminação de uma educação sedimentada na racionalidade médica⁴³³, apresentada naquelas circunstâncias como responsável pela superação das adversidades do mundo, dos problemas sanitários no vale amazônico. Ao que se vê, é justamente aproximado a essa compreensão que a educação sanitária, trabalha por Dalcídio Jurandir, se lançou como ação que se ofertava um projeto maior.

Talvez seja por isso possível pensar que sua ação no departamento de educação sanitária se aproximou das ações de um mediador cultural⁴³⁴, visto que conhecia consideravelmente a realidade amazônica. Para uma política de saúde pública nessa região, era necessário levar em consideração valores como, por exemplo, o alto índice de analfabetismo, hábitos e costumes locais (específicos), além de uma *análise séria e paciente*

⁴³¹ Sobre essa compreensão em torno da saúde pública como controle do Estado Nacional, confira os pertinentes estudos de André Campos: CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: editora da Fiocruz, 2006; La expansión de la autoridad estatal y el Servicio Especial de Salud Pública en el Brasil, 1942-1960. *Dynamis – Acta Hispanica ad Medicinam Scientiarumque Historiam Illustrandam*. Vol. 25, 2005; Politique internationales (et réponses locales) de santé au Brésil: le Service Spécial de Santé Publique, 1942-1960. *Canadian Bulletin of Medical History*. Volume 25, number 1, 2008.

⁴³² JURANDIR, Dalcídio. “A Experiência dos ‘Slide Sounds’ na Amazônia II”..., 1945, p.10.

⁴³³ Sobre a racionalidade médica com diretriz para a educação, Cf.: GONDRA, José Gonçalves. *Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

⁴³⁴ Sobre a compreensão de mediadores culturais Cf.: GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

*do problema, experiência, pessoal competente e entusiástico, conhecimento dos costumes do Brasil nas zonas onde atuava o SESP*⁴³⁵.

Independentemente das questões traçadas nas entrelinhas do projeto, muito do sucesso que poderia obter vem da aquisição de um *agente local* capaz de estabelecer comunicação entre a cultura norte-americana e brasileira, ainda que a primeira, ao que se julgou, desejava apenas subtrair do Brasil a borracha, necessária a guerra, e sobrepor seus valores culturais. Nesse processo, ainda que operando em condições desfavoráveis Dalcídio Jurandir aos poucos foi engendrando certa *mestiçagem* em sua ação, na medida em que foi, aos poucos, enfraquecendo a sobreposição dos valores em torno de saúde norte-americana em relação a cultura brasileira, amazônica. Isso pode ser entendido quando se atenta para os resultados do trabalho do SESP, após as campanhas desenvolvidas. É possível dizer que, de alguma forma, Dalcídio Jurandir foi mesclando, promovendo junção desses saberes e, pela lógica de mediador, aos poucos, conseguiu aperfeiçoar as propagandas e ações educativas do SESP, com o tempo, mais atentas aos valores, aos saberes, a realidade local⁴³⁶.

Todo esse esforço de trabalho realizado, longe de ser ingênuo, pôde ter alterado, em alguma fração, as condições precárias do povo amazônida. Tal condição, perdurava desde a década passada quando se tinha um diagnóstico caracterizado por uma população com baixa capacidade aquisitiva, e, em particular, às *populações pobres do interior* que viviam assoladas com *a lepra, o impaludismo, a febre amarela – os fantasmas da Amazônia*, uma diversidade de males que *corroíam e nulificavam, embotando-lhes todas as energias*⁴³⁷.

Mas se essas podem ter sido suas justificativas circunstanciais, em termos pessoais e políticos representou o desejo político de Dalcídio Jurandir em ver o Brasil colaborando com o Estados Unidos na guerra declarada aos países de regime fascista. Isso fica relativamente nítido quando relatou em seu último registro, em uma das *notas mais pitorescas* daquela excursão o fato de que, ao chegarem na localidade da Ilha Grande de Gurupá, viam-se hasteadas as bandeiras do Brasil e dos Estados Unidos, *dentro da selva, à beira daquele rio quase ignorado do mundo, num barracão em torno do qual vivem talvez algumas dezenas de famílias de seringueiros, aquela festa foi comovente. Ali repercutia a vitória das democracias contra o fascismo*⁴³⁸.

⁴³⁵ JURANDIR, Dalcídio. A Experiência dos ‘Slide Sounds’ na Amazônia”..., 1945, p.1.

⁴³⁶ Essa impressão pode ser colhida em boletins do SESP posteriores ao trabalho desenvolvido. Cf.: *BOLETIM DO S.E.S.P* (Serviço Especial de Saúde Pública do Ministério da Educação e Saúde). Edições de Jul (n.24); ago (.25); set (n.26); out (n.27); nov (n.28); dez (n.29) de 1945. Casa de Oswaldo Cruz – Biblioteca da Extensão.

⁴³⁷ Cf.: O ESTADO DO PARÁ. Magalhães Barata (entrevista com o Interventor Federal). Edição de 1 de janeiro de 1931. Hemeroteca do Centro Cultural Tancredo Neves – CENTUR-Pará.

⁴³⁸ JURANDIR, Dalcídio. “A Experiência dos ‘Slide Sounds’ na Amazônia II”..., 1945, p.10.

Esse ponto, na verdade, talvez expresse a verdadeira intenção de Dalcídio Jurandir no serviço de educação sanitária. Enquanto os EUA necessitavam de matérias-primas, no caso a borracha do vale amazônico, fundamental para a guerra, Dalcídio Jurandir precisou, de alguma forma, enquanto brasileiro engajado com as questões políticas de seu tempo, cooperar para a derrota do regime que tanta combateu, para que *nosso país participasse, ao lado das Nações Unidas, na guerra contra o nazifascismo, à qual os EUA se juntavam*⁴³⁹.

Essa atividade trabalhista de Dalcídio Jurandir, no decorrer dos anos foi enfraquecida por sua atuação a cada dia mais intensa no jornalismo político, em que não poupava críticas aos *parceiros do Brasil*, o que somente colaborou para que, de forma sutil, *cordial e inapelavelmente* Dalcídio Jurandir fosse convidado pelo diretor do SESP a deixar o serviço público, o que, além disso, fomentou perseguições por parte do Comitê de Atividades Antiamericanas, ao diretor do departamento de educação sanitária, Dr. Charles Wagley, acusado de ter *empregado comunistas no serviço sanitário*⁴⁴⁰.

Depois de ser desligado do SESP, Dalcídio Jurandir vivenciou novos momentos de grandes dificuldades econômicas, o que não lhe tirava a escrita sempre abundante, a colaboração sempre presente na revista *O Cruzeiro*, nos jornais *Tribuna Popular*, *A Classe Operária*, *O Jornal*, além da dedicação em quase tempo integral a seus escritos literários, a começar por um *passar a limpo* da obra *Marinatambalo* (Marajó). Ainda no âmbito literário, Dalcídio Jurandir seguia a cada dia mais esperançoso, ainda mais por que o romance *Três Casas e um rio*, recentemente recusado pelo Clube do Livro, naquele momento encontrava boas considerações do *editor César, um editor amigo que iria lança-lo*, o que lhe levou a seguir *otimista, apesar de tudo*⁴⁴¹.

Talvez esse otimismo tenha o levado a não contar mais, pelo menos por algum tempo, com os favores que o vinculavam ao serviço público, o que representou aumento em suas frações de horas junto a militância do P.C.B e, principalmente, continuidade, de forma mais intensa, do projeto iniciado com a escrita de *Chove nos campos de Cachoeira*, obra seguida de mais dez romances que, se somadas às suas ações junto a serviço público, atestam e validam sua consagração como intelectual nacional tanto pelos prêmios e reconhecimentos que seus romances obtiveram, quanto por suas ideias e atuações que somaram para a educação e a cultura brasileira no século XX.

⁴³⁹ CASTRO, Moacir Werneck de. Dalcídio, amigo e companheiro...., 2003, p.201.

⁴⁴⁰ Cf.: PEREZ, Renard. Dalcídio Jurandir. In: *Escritores Brasileiros Contemporâneos*...., 1964, p.91; CASTRO, Moacir Werneck de. Dalcídio, amigo e companheiro...., 2006, p.201.

⁴⁴¹ JURANDIR, Dalcídio. Cartas a Nunes Pereira. Carta X: 27-9-945. In: NUNES, Paulo. *Cartas Amazônicas, a correspondência de Dalcídio Jurandir a Nunes Pereira* [1940/1950?]. Recolha de Selda Vale. Belo Horizonte, 16 de junho de 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto que se esboçou mostrou que a vida e obra de Dalcídio Jurandir foi semelhante à de outros intelectuais nascidos em regiões e estados distantes dos grandes centros culturais no final da primeira república brasileira. Vindo de uma família expressiva no Norte brasileiro, em especial na ilha do Marajó, Dalcídio e sua família sofreriam os impactos das crises econômicas e políticas que o Brasil e o mundo passavam, o que, de certa forma, acabou por lhe ditar outros caminhos, talvez diferentes daqueles que sonhou ou que sua família idealizou para ele e para seus irmãos.

Hipoteticamente é possível pensar que se não houvesse as crises e transformações de ordem econômica e política, Dalcídio Jurandir seguiria as carreiras ocupadas por seus familiares, tornando-se talvez um militar, um advogado e dessa forma mantendo a tradição de continuidade profissional observada com frequência na primeira república. Essa disposição alteraria consideravelmente sua posição na intelectualidade, os gêneros de sua produção escrita.

Mas o que se viu foi que, diante das crises sua família como tantas outras se lançou a outros caminhos que os levaria a postos e profissões diferentes daqueles tradicionalmente assumidos. E no processo de busca, de resgate, de aquisição de outra condição material e simbólica, a educação escolar dos filhos surgiu como elemento fundamental. Se tivessem uma educação melhor do que aquela experimentada no interior da Amazônia, poderiam, em suas avaliações, obter outras e melhores condições. Assim, teriam chances de obter algum lucro econômico além de sustar, por meio da aquisição de capital cultural, parte das perdas que tiveram.

É assim que os estudos dos Pereiras, em especial de Dalcídio, na capital, surgiam como essenciais nesse processo de reconversão de capitais, e, mesmo que a duras penas, passível de obtenção. Frustrada essa investida, e aqui se localiza as diferentes adversidades que encontrou, Dalcídio redireciona novamente seus recursos de capital social e cultural para o jornalismo, para a colaboração e confecção de revistas, para o trabalho com a palavra atento a alta no mercado editorial já observado no final dos anos 20, início dos anos 30.

Ser intelectual, nesse turno, é participar dos círculos de formação, dos jornais e das variadas revistas que refletiam as ideias e valores da cultura paraense, brasileira. Dono ainda de um capital cultural e social crescente, Dalcídio é enquadrado como um intelectual em formação, uma *artista indigente*, um intelectual que não estava entre os grandes nomes do jornalismo e da literatura, contudo se encontrava em potencial, na iminência de ocupar melhores posições e obter maiores consagrações. Mesmo com poucos lucros materiais, a cada

dia Dalcídio se apresentava mais refinado, instruído de forma autodidata, latente em sua posição como tantos outros intelectuais surgidos nas províncias brasileiras.

Esses intelectuais ao ganharem certa condição favorável representada pela alteração no mercado editorial (substituição de importações) e a oferta de postos públicos tiveram a chance de conquistar êxito no processo de reconversão de capitais de suas famílias, assim como, no plano ideológico-simbólico se viram na necessidade de assumir sua missão e contribuir com a nação que clamava por mudanças, e esperava das *mentes pensantes* as orientações, as diretrizes capazes de trilhar o progresso, a liberdade, a modernidade, a organização de vidas, individual e coletiva.

É assim que se entende que nos anos 30, ser intelectual é ser servidor público, divulgar seu trabalho, se colocar a serviço da nação. Nessa outra conjuntura que se desenhou nos anos 30, Dalcídio Jurandir como morador de Belém precisou dos trabalhos esporádicos, da solidariedade dos amigos e mais a frente, do *patronato* do Estado que lhe ofereceu cargos de refúgios, que lhe renderam alguns lucros. Nessas suas atuações, quase sempre no interior do Estado do Pará, começou a intensificar seu trabalho com a palavra expresso pelos primeiros rascunhos de seus romances e algumas poesias que, anos depois, reuniria em um caderno, possivelmente objetivando publicar.

O fato é que, ao observar uma alta no mercado editorial, não tanto na poesia, mas no romance, Dalcídio Jurandir intensificou aquilo que a vida tinha lhe sinalizado ser seu verdadeiro ofício, que, dada as circunstâncias, deveria ser realizado de forma paralela à atividade no funcionalismo público, embora figurasse para si como atividade maior. Nesse momento, a atuação pública lhe foi favorável também, a partir do momento em que lhe possibilitou determinadas vivências, em diferentes e variadas localidades coisa que transfiguraria anos mais tarde em seus romances.

Com esse sustento material, mínimo que era, de sua atuação no serviço público, seu volume de capital cultural ganhava a cada dia acréscimo ao ponto de contribuir para que fosse se deslocando da posição de artista indigente, para a posição de *jovem pertencente a ala moça paraense*, um dentre poucos qualificados e desejosos em colaborar para as mudanças que o Pará e o Brasil ansiavam.

Na verdade, na entrada dos anos 30, grande parte dos intelectuais, as *mentes pensantes*, não via outra forma de atuar a não por aquelas vias disponibilizadas pelo Estado, a principal agência de consagração, acolhimento e fomento das produções dos intelectuais. E Dalcídio Jurandir, não distanciado dessa essa noção ingressou na Diretoria de Educação do Pará onde, além de funções administrativas contribuiria na disseminação de ideias que se

queria, por exemplo, para a educação paraense, utilizando para isso a revista *Escola*, os diferentes artigos que escreveu para os jornais e revistas, sua atuação junto a inspetoria escolar.

Sobre sua atuação na Diretoria de Educação chega-se a pensar que seu ingresso nesse departamento pôde ter se dado pelo fato de ser visto como um dos jovens destaque do Pará assim como possa ter sido fruto da relação política que seu pai, seus parentes tenham construído com os governadores na capital, ou simplesmente pode ter sido resultado do acionamento de sua rede de sociabilidade que, em sua maioria, colaborava para que Dalcídio Jurandir tivesse algum ganho material.

Como se viu, muitos desses intelectuais, com certo nome na intelectualidade nacional e local contavam com o Estado. E para além desse beneplácito estatal, Dalcídio Jurandir e tantos outros *funcionários-escritores* de sua geração foram beneficiados pela crise de 1929, que desencadeou no Brasil uma *substituição de importações* capaz de estabelecer um maior e melhor valor à produção intelectual nacional, o que, por conseguinte, mobilizou a maioria dos intelectuais, como Dalcídio Jurandir, que na ocasião resgatou seus escritos vindos da juventude convertendo-os, em um romance, um gênero literário ainda considerado de investimento arriscado, mas que se mostrava como *tipo* ideal para aqueles intelectuais que vinham das províncias, das diferentes famílias decaídas economicamente.

Ao vencer o concurso Vecchi-Dom Casmurro, Dalcídio obteve certo reconhecimento, determinada consagração nacional. Tal validação, pelo que se especula, apresentou algumas características que podem ter influenciado na atribuição de valor a sua produção: a obra não se deu (diretamente) via mecenato governamental; Dalcídio era somente um escritor da província, desconhecido, não lotado nos grandes postos do serviço público, e dessa forma distante dos grandes centros culturais, sem proximidades com as grandes editoras, o que lhe impingia a posição de escritor não filiado a nenhuma *casa* visto que esses eram acostumados a vencer a maioria dos concursos literários nos anos 30-40.

Esses aspectos, somado a sua *militância pela vertente ortodoxa* no partido comunista podem ter influído para o reconhecimento e consagração com certa ressalta, pelo menos no início dos anos 40, de Dalcídio Jurandir. Dada as crescentes medidas arbitrárias do Estado Novo, mesmo ainda mantendo certa ligação e dependência do Estado, aos poucos foi avolumando a postura de crítico, oponente ao governo que considerava opressor.

A conjuntura brasileira e, em particular a realidade amazônica colaborou para o surgimento de tipo de intelectual-funcionário-público-militante o que confirmava a ideia de que ser intelectual, nos anos 30, correspondia a fazer política em suas diferentes formas.

Dalcídio Jurandir, ao que se percebeu, teve essa compreensão de maneira muito clara sabendo ainda que não tinha outra via a não ser pelo próprio custeio do Estado. É assim que, por exemplo, divulga uma resenha de educação soviética, que, mesmo sendo uma dentre tantas outras ideias que circulavam na educação brasileira, não figurava entre as preferidas, mas que ele acreditava ser de maior proveito.

Até metade dos anos 30 o Estado nacional permitiu de forma legal que ideias como essas pudessem circular no Brasil, financiou as produções de muitos intelectuais, ofertou-lhes serviço público como forma de cooptação e controle, e permitiu certa liberdade a essas *castas*. O mesmo Estado que os empregava e validava suas produções aos poucos foi cerceando suas manifestações, principalmente aquelas consideradas excessivas, desestabilizadoras da ordem pública.

Estrategicamente, para não fortalecer a ideia de pura perseguição à liberdade e aos intelectuais, o Estado propunha formas de enfraquecer um julgamento de opressor, antidemocrático. Foi assim que diante da necessidade de receber o prêmio literário que alteraria consideravelmente a posição de Dalcídio Jurandir no campo literário, o Intendente Malcher ofertou a Dalcídio Jurandir um segundo prêmio, agregando sutilmente às láureas já de direito, as marcas de um Estado que se colocava como preocupado e solidário com a cultura do Pará, com o trabalho dos intelectuais.

Do reconhecimento literário Dalcídio Jurandir subtrai a oportunidade, talvez sonhada ainda na juventude de se mudar para o Rio de Janeiro e estar mais próximo dos grandes centros culturais, onde teria a chance de colocar em prática, sob melhores condições, as ações vindas de sua *missão de intelectual*. É assim que em *Diretrizes*, talvez o jornal que mais acolheu seus escritos, Dalcídio Jurandir empreendeu volumosa contribuição de valor estético, literário e social, tudo sob a insígnia de que fazia jornalismo orientado por um valor político.

Partindo da consideração de que nos anos 40 ser intelectual era estar nos jornais ou no serviço público (e independente da atuação se deveria fazer política), é possível pensar que o jornalismo político foi a grande base, inclusive de consagração para as produções de Dalcídio Jurandir. Nesse ramo da imprensa – ramo ajustado de formação e validação que lhe foi possível –, pôde relacionar literatura, sociedade e política em seus escritos.

Ao ganhar relativa estabilização, em sua condição de intelectual nacional consagrado, se voltou ao I Congresso Brasileiro de Escritores numa tentativa de externalizar seu engajamento político, seu e de seus pares, àquela altura dispostos a debater a democratização da cultura brasileira, os caminhos necessários no combate ao fascismo e ao nazismo, além de discutirem os processos de reconquista de seus direitos enquanto escritores e produtores

culturais, de forma ampla, que, naqueles anos 40, se viam sufocados em suas diferentes formas de expressão.

Se a ideia era voltarem a ser protagonistas no processo de oferta de educação e cultura ao povo, já que o Estado tinha cerceado muito de suas ações, Dalcídio Jurandir junto a Astrojildo Pereira naquele I Congresso Brasileiro de Escritores apresentou como possível saída à participação dos intelectuais em campanhas pelo Brasil afora, levando conhecimento e saber, principalmente às regiões mais distantes que apresentavam números alarmantes de analfabetos e semianalfabetos.

Ampliando esse indicativo, somado a questões de ordem pessoal e política, Dalcídio Jurandir ingressaria ainda no Serviço Especial de Saúde Pública que lhe proporcionaria, de forma explícita, combater, por menor que fosse a fração, o analfabetismo e as diferentes doenças que assolavam os moradores do vale amazônico. De forma implícita a essa atividade, encontrou uma forma de viabilizar a colaboração ao governo norte-americano que, naquele momento, ingressava na guerra contra o nazismo e o fascismo, regimes que execrava em suas crônicas, ensaios, reportagens, crítica ligeira, dentre outros, desde os anos 30.

Seu afastamento desse posto público, como se viu, se deu por razões políticas. Ao se encontrar novamente *flutuante* quanto a sua vida econômico (entendido que o posto público sempre foi primeiramente observado como forma de sustento material), aquilo que parecia novo anúncio de privação e incertezas acabou por orientar a vida de Dalcídio Jurandir para o caminho talvez sempre sonhado: a vida simples, de poucos confortos, porém rica em liberdade, inclusive para produzir seu projeto literário. A partir da metade dos anos 40 ainda atua no jornalismo, por exemplo, mas a centralidade de suas ações se faz na elaboração de seu ciclo romanesco, no registro ficcional da saga do homem que vive e sonha a Amazônia. E dessa forma, Dalcídio Jurandir entrou, nos anos 50, escrevendo para jornais, realizando trabalhos esporádicos e, principalmente, escrevendo seus romances, longe de lucros econômicos e da dependência condicionadora do cargo público, todavia possibilitado de, em grande parte, reconquistar, pelo menos em termos simbólicos, a posição de destaque, semelhante àquela que sua família um dia tivera, na ilha do Marajó.

REFERÊNCIAS

Referências bibliográficas

ABREU, Brício de. (Prefácio do romance). JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos campos de Cachoeira*. Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi LTDA, 1941.

ALVES, Enilda Tereza Newman. *Marinatambalo: Construindo o Mundo Amazônico com Apenas Três Casas e um Rio – uma análise de um romance de Dalcídio Jurandir*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC, 1984.

AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

AMADOR DE DEUS, Zélia. *Dalcídio Jurandir: regionalismo, relações raciais e de poder, em Marajó e Três Casas e um Rio*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras/UFMG. Minas Gerais, 2001.

ANDRADE, Almir de. *Três de Julho, uma Data do Livro Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

ANDRADE, Manuel Correia de. *História Econômica e Administrativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1978.

ANDRADE, Mário de. Lasar Segall. In: *Modernidade: arte brasileira no século XX*. Paris: Musée d'Art Moderne de La Ville de Paris, 1988, p.20.

_____. *Mário de Andrade – Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1981, p.9 (Publicações SPHAN, 33).

Anuário Brasileiro de Literatura (1939; 1940), n.3 e 4. Rio de Janeiro: livraria Editora Zelio Valverde, 1939/1940.

_____. (1943-1944), n.7 e 8. Rio de Janeiro: livraria Editora Zelio Valverde, 1944.

ASSIS, Rosa Maria Coelho de. *A fala cabocla em Passagem dos Inocentes*. Belém: EdUnama, 2002.

_____. *Edição Crítica do Romance Marajó de Dalcídio Jurandir*. BELÉM: UFPA/ CASA DE RUI BARBOSA, 2008.

_____. *Evém Chuva: um glossário de Dalcídio Jurandir*. 3ª. ed. Belém: Amazônia, 2004.

_____. *Vocabulário Popular de Dalcídio Jurandir*. BELÉM: UFPA, 1992.

ASSMAR, Olinda Batista. *Dalcídio Jurandir: Um olhar sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro: Galo Branco, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 16ª edição. São Paulo: Hucitec, 2014a.

_____. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Foroni Bernardini...[et al]. 7ª edição. São Paulo: Hucitec, 2014b.

BASTOS, Maria Helena Camara. As Revistas Pedagógicas e a atualização do Professor: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em Revista - A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

BASTOS, Nilo Chaves de Brito. *SESP/FSESP: 1942 – Evolução Histórica – 1991*. Recife: Comunicarte, 1993.

BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.

BERNARDO, Cléo. Agora. Revista *Terra Imatura*. Belém, nº10, s /p, 1939.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BORGES, Ricardo. *O Pará Republicano (1824-1929): ensaio histórico*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. A Gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. A ilusão Biográfica. In: *Razões Práticas*. Sobre a Teoria da Ação. 11ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

_____. *As Regras da Arte - Gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editora Presença, 1996.

_____. *A Economia das trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. Leitura, leitores, letrados, literatura. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Os espaços dos pontos de vista. *A Miséria do Mundo*. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. *Os Usos Sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Texto revisado pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais; Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRANCO, Rosanne Cordeiro Castelo. *O Bildungsroman na Amazônia: a caracterização do romance de Formação na obra literária de Dalcídio Jurandir*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2004.

BRASIL. *Mapa do Analfabetismo no Brasil*. Ministério da Educação – MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP, 2003.

BREJON, Moyses. *Inspeção Escolar e Administração*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Cadernos da Faculdade, n.12, 1958.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. La expansión de la autoridad estatal y el Servicio Especial de Salud Pública en el Brasil, 1942-1960. *Dynamis – Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam*. Vol. 25, 2005.

_____. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: editora da Fiocruz, 2006.

_____. Politique internationales (et réponses locales de santé au Brésil: el Service Spécial de Santé Publique, 1942-1960. *Canadian Bulletin of Medical History*. Volume 25, number 1, 2008.

CAMPOS, Eudes. Chalés Paulistanos. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N.Sér. v.16. n.1.p. 47-108. jan-jun, 2008.

CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a Cultura. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.2, 4, p.27-36, abril de 1984.

_____. *Literatura e Sociedade – Estudos de Teoria e História Literária*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014.

_____. O Congresso dos Escritores. In: *Teresina etc*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARONE, Edgar. *O Estado Novo*. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *República nova*. Rio de Janeiro: Difel, 1973; SILVA, Hélio. *1935 - A Revolta Vermelha*. São Paulo: civilização Brasileira, 1969.

CARVALHO, José Cândido de. José Cândido de Carvalho, frasista. Academia Brasileira de Letras. *Revista Brasileira*. Abril-maio-junho de 2006. Ano XII, nº 47.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Universidade de São Paulo. Tese de doutorado, 1987.

CASTRO, Moacir Werneck de. Dalcídio, amigo e companheiro. Feira Pan-Amazônica do Livro, 7; 2003. Belém: *Anais do evento*. Secult, 2003.

CATANI, Denice Barbara. *Educadores à Meia-Luz: Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 1989.

CAVALCANTE NETO, João de Lira (Lira Neto). *Getúlio – Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. Companhia das Letras, 2013.

CELINA, Lindanor. *Pranto Por Dalcídio Jurandir*. Belém, SECDET: Falangola, 1983.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

COELHO, Maricilde Oliveira. *A escola primária no Estado do Pará (1920-1940)*. Universidade de São Paulo. Tese de doutorado, 2008.

COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará*. Análise, Crítica e Interpretação da História. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981.

COSTA, Maria das Graças Moreira. *Evolução do Analfabetismo no Brasil 1900-1990*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1992.

DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 (série descobrindo o Brasil).

DEAN, Warren. *A Luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

DULLES, John W. Foster. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Vol. 1: 1914-1960. Tradução de Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FARES, Josebel A. Dos Campos de Cachoeira a Belém do Grão-Pará: Encontro de vozes em Dalcídio Jurandir. In: *Leitura: Teoria & Prática*. Campinas, SP: ALB, São Paulo: Global Editora, 2005 (ano 23, n. 44).

FARES, Josebel Akel; FARES, Josse; NUNES, Paulo; VINAS, Rey. *Texto e Pretexto: experiência de educação contextualizada a partir da literatura feita por autores amazônicos*. Belém: SEMEC, 1988.

FARIAS, Fernando Jorge dos Santos Farias. *Representações de educação na Amazônia de Dalcídio Jurandir: o contexto marajoara em destaque*. Programa de Especialização em Estudos Linguísticos e Análise Literária. Belém: UEPA, 2008.

_____. *Representação de Educação na Amazônia em Dalcídio Jurandir: (des) caminhos do personagem Alfredo em busca da Educação escolar*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Pará, 2009.

FERRARI, Danilo Wenseslau. Diretrizes: a primeira aventura de Samuel Wainer. *Revista Histórica*. Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 31 de junho de 2008.

FERREIRA, Nilce Generoso. *Subsídios para o estudo da inspeção escolar*. Universidade de São Paulo. Curso Interamericano de Administradores e Supervisores da Educação - CIASE (MEC-INEP-OEA). São Paulo, 1973.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Querelas esquecidas: O modernismo brasileiro visto das margens. Em DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio. *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FIGUEIREDO, Amazonas de. Notas e Informações (O secretário da Escola). *Revista Escola* – revista do professorado do Pará. Anno I, Belém, agosto de 1934.

Filmoteca SESP. Divisão de Saúde. Secção de educação sanitária. Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, 1976.

FONSECA, Cristina Maria Oliveira. As propostas do SESP para educação em saúde na década de 50 – uma concepção de saúde e sociedade. *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*. n.1, Vol. 1. Novembro de 1989.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. *O ensino primário no Brasil através de comunicados do Ministério da Educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1934.

FRIDMAN, Seman. *A Educação na Rússia Soviética* - Ensaio de Pedagogia Marxista. L.M.G. Rio de Janeiro: Andersen Editores, 193?, p.15.

FURTADO, Marli Tereza. *Universo Derruído e Corrosão do Herói em Dalcídio Jurandir*. UNICAMP. Tese de doutorado. Campinas: São Paulo, 2002.

_____. Dalcídio Jurandir e a Crítica Literária para O Estado do Pará (1938-1941). In: FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de; HOLANDA, Sílvio Augusto de Oliveira; AUGUSTI, Valéria. *Crítica e Literatura*. Rio de Janeiro: De Letras, 2011.

FUSCO, Rosário. *Política e letras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas, Sinais*. Morfologia e História. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

_____. Ecos da República: Ciclo de vida e Doutrina Médica da Revista Pedagógica (1890-1896). *Anais da XX Reunião Anual da ANPED*. Caxambu, MG, 1997.

GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Introdução. In: *Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1981.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

HOBBSAWN, Eric. As artes de 1914-45. In: *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JURANDIR, Dalcídio. A Educação na Rússia Soviética. *Revista Escola* - revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.4, maio de 1935.

_____. À margem do Convênio. *Revista Escola* - revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.2, junho de 1934.

_____. Caiu a Reforma Ortográfica. *Revista Escola* - revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.3, agosto de 1934.

_____. *Chove nos campos de Cachoeira*. Rio de Janeiro: editora Vecchi, 1941.

_____. Cidade. In: *Alegoria/Luz Tropical*. livro de Poesias, 1929 – manuscrito. Acervo DJ – Produção intelectual. Fundação Casa de Rui Barbosa.

_____. Dados Biobiográficos. In: *Chove nos campos de Cachoeira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1976.

_____. Educação e Liberdade. *Revista Escola* - revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.5, setembro de 1935.

_____. João Ribeiro, mestre e Santo. *Revista Novidade*. Belém, março, 1940.

_____. O Ensino Primário no Brasil. *Revista Escola*: revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.3, agosto de 1934.

_____. O Problema do Ensino Rural - curso de Piscicultura no Pará. In: *Revista Escola*: revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.3, agosto de 1934.

_____. *Poemas impetuosos ou o tempo é o do sempre escoá*. Poemas organizados por Paulo Nunes. Ilustração de Ararê Marrocos. Belém: Paka-Tatu, 2011.

_____. *Ribanceira*. Rio de Janeiro: editora Record, 1978.

_____. Sobre Riacho Doce. *Terra Imatura*. Belém, n.12, abril-junho de 1940.

_____. Tempo de Menino. *Revista Escola* - revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.4, maio de 1935.

_____. Todos nós sabemos que os modernos processos... *Revista Escola* - revista do Professorado do Pará. Volume.1, n.5, setembro de 1935.

KONDER, Leandro. *Os Marxistas e a Arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LAFETÁ, Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

LEVINE, Robert. *O Regime Vargas: 1934-1938 (os anos críticos)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de outubro -1930*. São Paulo: Gráfico-editora Unitas limitada, 1933.

LIVRO DE MATEUS. Capítulo 6, versículos 28-29. *Bíblia Sagrada*. Lisboa: Verbo, 1982, p. 1107.

MAKLOUF, Luis et al. *Pedro Pomar*. Brasil Debates, 1980.

MARGOTTO, Lilian Rose. *A Psicologia chega à escola: o saber psicológico nos periódicos educacionais (São Paulo-1890-1930)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2000.

MARTINELLI, Anita Fávero. *Inspeção Escolar: contribuição para seu estudo em São Paulo*. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 1972.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira: 1933-1960*. São Paulo: Cultrix, 1979, vol. 7, p.129.

MAUÉS, Júlia. *A modernidade literária do estado do Pará: o suplemento literário da Folha do Norte*. Belém: UNAMA, 2002.

MENDES, J.A. *A crise Amazônica e a Borracha*. Manaus: Editora Valer, 2004.

MENESES, João Gualberto de Carvalho. *Inspeção Escolar – Atividade Administrativa do Controle (Princípios e Métodos de Inspeção Escolar)*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Tese de livre-docência. Franca/SP, 1976.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Dislane Zerbinatti. *Literatura, Memória e Ação Política: uma análise de romances escritos por professores paulistas*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 1996.

MOREIRA, Alex Santos. A Consagração Crítica de Chove nos campos de Cachoeira na imprensa do Rio de Janeiro. Abralic. *Anais eletrônicos*. Setembro de 2014.

MOREYRA, Álvaro. *As amargas, não...(lembranças)*. Rio de Janeiro, editora Lux, 1955.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil – a penetração cultural Americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NASCIMENTO, Angela José do. A trajetória da Editora Vecchi. *Revista Brasileira de Ciências e Comunicação*. Ano XII, v. 12, n. 60. São Paulo: janeiro/junho de 1989.

NASCIMENTO, Francisco Ribeiro do. *Páginas da Resistência: a imprensa Comunista até o Golpe de 1964*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy & PEREIRA, Soraia R. (Orgs.). *Dalcídio Jurandir: romancista da Amazônia*. Belém: SECULT; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/ Instituto Dalcídio Jurandir, 2006.

NUNES, Paulo Jorge Martins. *Aquonarrativa dalcidiana: uma leitura do tecido narrativo de Chove nos campos de Cachoeira*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 1999.

_____. *Útero de areia, um estudo do romance Belém do Grão-Pará, de Dalcídio Jurandir*. Tese de Doutorado. PUC, Belo Horizonte, 2007.

_____.; COSTA, Vânia Maria Torres. A Academia do Peixe Frito: diálogos e interseções entre Literatura, jornalismo e Ciências Sociais na Amazônia do século XX. 40º Encontro Anual da ANPOCs. *Anais*, 2016.

OLIVEIRA, Alfredo. *A partir da Ilha*. Belém: CEJUP, 1991.

OLIVEIRA, Lúcia Lipp. As raízes da ordem: os Intelectuais, a Cultura e o Estado. In. *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Coleção Temas Brasileiros, vol. 54, Brasília: Ed. da UnB, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Coordenadora); GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. *Elite Intelectual e Debate Político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Brasília, INL, 1980.

OLIVEIRA, Pedro de (Org.). *João Amazonas*. Brasília: Câmara dos Deputados, edições câmara. Série Perfis parlamentares, n.57, 2001.

ORNELA, Paulo Sérgio. *Tempo e Espaço em Belém do Grão-Pará, de Dalcídio Jurandir*. Dissertação de Mestrado. Centro de Letras e Artes/UFPA. Belém, 2003.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, José Varella. *“Uzina De Luz” de Ponta de Pedras da Saudade*. Pará, agosto de 2014. Disponível em: <http://oarary.blogspot.com.br>. Acesso em 09 de maio de 2016.

_____. *Um certo Capitão Alfredo*. Pará, março de 2008. Disponível em: <http://oarary.blogspot.com.br>. Acesso em 09 de maio de 2016.

_____. *Guerra dos Espíritos (10)* – autobiografia. Acesso em 4 de abril de 2017. Disponível em <http://remonagua.blogspot.com.br>

PEREZ, Renard. Dalcídio Jurandir. In: *Escritores Brasileiros Contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

PINHEIRO, Eduardo Cattete et al. Utilização do diafilme sonorizado como meio de educação sanitária em pequenas localidades e áreas rurais do Brasil. Tese apresentada no VII Congresso Brasileiro de Higiene. *Revista SESP*, n.3, p.917-38, julho de 1949 (Tomo II).

PONGETTI, Rogério (Editor responsável). *A.B.L: Anuário Brasileiro de Literatura*, 1939 (Apresentação).

PRESSLER, Gunter Karl; SANTOS NETO, Mário, MENEZES, Flávia. *Dalcídio Jurandir - Bibliografia Geral e Estudos Críticos*. La Coruña, España: SMD, 2014 (eBook).

RAMOS, Alberto Guerreiro. A Inteligência Brasileira na Década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. In: *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Coleção Temas Brasileiros, vol. 54, Brasília: Ed. da UnB, 1982.

Revista Interface – Comunicação, saúde, educação. V.14, n.32, jan/mar. 2010.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

RIBEIRO, Ricardo. *Inspeção e Escola Primária em São Paulo: trabalho e memória*. Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 1996.

RITZMANN, Iracy Gallo; ALMEIDA, Conceição. O “Pilão Fardado” Histórias do Baratismo (Pará – 1930 a 1935). In: FONTES, Edilza (Org.) *Contando a História do Pará – Os Conflitos e os Grandes Projetos na Amazônia Contemporânea (séc. XX)*. Volume II. Belém: E. Motion, 2002.

ROCQUE, Carlos. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. Vol.1. Belém, 1967.

_____. *Magalhães Barata – o mito, o homem, a lenda, o político*. Vol. 1. Belém: Secult, 1999.

RODRIGUES, Denise de Sousa Simões. *Pará/1935: um estudo sobre Liderança e Conflito*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1979.

ROLLAND, Denis. O Estatuto da Cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

ROSA, Francisco Tadeu Ribas Santos. *A Aliança e a Diferença: uma leitura do itinerário intelectual de Charles Wagley*. Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 1993.

SADER, Eder; e BUCCI, Eugênio. *A militância por dever de consciência* - entrevista com Antonio Candido. Revista *Teoria e Debate*, n. 2, 01 de março de 1988.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho Intendente (1869-1973)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda (Org.). *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000.

SENNA, Homero. Um ficcionista absorvido pela política. In: *República das Letras*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1968.

SILVEIRA, Joel. *Tempo de Contar*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. III – séc. XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. *Tratar e Educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX* (Vol. I e II). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado, 1999.

TRINDADE, Hélio. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

VARGAS, Getúlio. Discurso de posse na chefia do governo provisório. 2ª parte, discursos. In: *Getúlio Vargas*. Organização de Maria Celina D'Araújo. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

VARGAS, Getúlio. Discursos (2ª parte) - Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1951. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político: uma confirmação do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo, Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. Os intelectuais e a Política Cultura do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VINCENT, Gérard. Ser Comunista? Uma maneira de Ser. In: PROST, Antonio; VINCENT, Gérard (Orgs.). *História da Vida Privada*, 5. Tradução de Denis Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica: um estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957 (Coleção Brasileira).

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência*. São Paulo: Edusp, 1993.

ZANON, Maria Cecília. A Sociedade Carioca da Belle Époque nas páginas do Fon-Fon! *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 217-235, jun. 2009.

Jornais

A Gazetinha. Órgão Político e Noticioso. Marajó-Pará. E.U. Do BRAZIL. Director Capitão Alfredo Pereira. Publicação decendial. Officina A'rua da Municipalidade. Anno II. Cachoeira, 20 de julho de 1922. Num. 41. Acervo da Casa de Rui Barbosa, acerco “Pim” – Sobre a Região Norte.

Cachoeira Vai ter Grupo escolar. *Jornal Cachoeira-Nova*. Cachoeira do Arari, 25 de dezembro de 1932. Casa de Rui Barbosa. Recorte de jornal no acervo “Dalcídio Poeta”, [S.1; s.d.].

JORNAL DA UBE. *A Grande chama de Abguar Bastos*. São Paulo, outubro de 2002. *Jornal Diretrizes*, janeiro de 1944.

Jornal Dom Casmurro, 24 de agosto de 1940.

JORNAL FOLHA CARIOCA. Edição de 29 de novembro de 1944. Arquivo Astrojildo Pereira, 172, 35 (3)-1.

JURANDIR, Dalcídio. (Do Centro de Jornalistas pró-José Américo). O Integralismo quer vender a Pátria ao Estrangeiro. *O Estado do Pará*. 23 de setembro de 1937.

_____. À Margem duma crítica do Sr. Alvaro Lins. *Jornal do Comércio*. Recife, 30 de novembro de 1941. Fundação Casa de Rui Barbosa. Acervo Dalcídio Jurandir jornalista.

_____. A Máscara do Integralismo. *O Estado do Pará*. Belém, junho de 1935. Acervo de Obras Raras da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, Centur-PA.

_____. A poesia voltou com as grandes chuvas (Os poemas de Carlos Eduardo, a gramática e o passarinho Carriça). *O Estado do Pará*, Belém, 6 de março de 1940.

_____. A presença da Bahira. *O Estado do Pará*. Belém, 9 de abril 1941; *Jornal Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1941.

_____. A presença de Ruy Barbosa nas Lutas de Hoje. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1942, p.25.

_____. A seca no sertão e as inundações na Amazônia. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1942, p.11.

_____. A um mystico integralista. *O Estado do Pará*. Belém, 04 de junho de 1935.

_____. *Anistia*. Jornal não identificado. 01 de abril de 1945. Casa de Rui Barbosa, acervo “Dalcídio Jurandir político”.

_____. Boi e Teatro. *O Estado do Pará*. Belém, 20 de junho 1941.

_____. Cangerão na pensão Quitéria em Santarém. *O Estado do Pará*. Belém, 25 de junho 1941.

_____. *Carta aos meus amigos do Pará* - Por motivo de instalação do Comitê Estadual do P.C.B em Belém do Pará. Rio de Janeiro, 24 de junho de 1945. Casa de Rui Barbosa, acervo “Dalcídio Jurandir político”.

_____. Cartas a Nunes Pereira. Carta X: 27-9-945. In: NUNES, Paulo. *Cartas Amazônicas, a correspondência de Dalcídio Jurandir a Nunes Pereira* [1940/1950?]. Recolha de Selda Vale. Belo Horizonte, 16 de junho de 2004.

_____. Chaminé, o pai Francisco. *O Estado do Pará*. Belém, 18 de junho 1941.

_____. Com José Américo, pela Democracia. *O Estado do Pará*. Belém, 5 de agosto de 1937.

_____. Joracy Camargo e o teatro do Estudante. *O Estado do Pará*. Belém, 17 de junho 1941.

_____. Lincoln, a floresta e a liberdade. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, maio de 1942.

_____. Nosso encontro com Oscar da Silva. *O Estado do Pará*, edição de 22 de abril 1941.

_____. O arranha-céu e o Lírio dos campos. *O Estado do Pará*. Belém, 5 de agosto de 1938.

_____. O Drama do Seringueiro não é lenda de cobra grande. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1942, p.2.

_____. O livro do Sr. João Mangabeira. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1944, p.5; 6; 19; 25.

_____. *Os “ferrinhos”* (sem indicação do nome do jornal do Pará). Belém, 1938. Casa Rui Barbosa, acervo 2 “Dalcídio Jornalista”.

_____. Os viradores de madeiras. *O Estado do Pará*. Belém, junho de 1939. Fundação Casa de Rui Barbosa, acervo 2 “Dalcídio Jornalista”.

_____. Osvaldo Orico e seu discurso na Academia. *O Estado do Pará*. Belém, 12 de agosto de 1938.

_____. Pedro Borges e a alimentação pública. *O Estado do Pará*. Belém, 19 de novembro 1940.

_____. Plínio, o moço e Tomaz Mann. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942, p.11; 26.

_____. *Safra*. Jornal não identificado. S.l. [1937?]. Casa de Rui Barbosa. Acervo “Dalcídio Jurandir jornalista”.

_____. Sampaio Correia. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, março de 1942.

_____. São João evê. *O Estado do Pará*. Belém, 5 de junho 1941.

_____. Segall, a arte pura e o homem do povo. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1943.

_____. *Sobre a Comédia Literária*, edição de 24 de junho de 1941.

_____. Tomei Bença de Mãe Baiana. *O Estado do Pará*. Belém, 25 de novembro de 1938.

_____. Tragédia e Comédia de um Escritor do Norte. *Jornal Dom Casmurro*. 31 de agosto de 1940.

_____. Uma Folha na Tempestade. *Jornal Diretrizes*. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1942, p.11.

MARTINS, Max. Posição e destino da literatura paraense (Entrevista). *Folha do Norte*. Suplemento Arte Literatura, nº 55. Belém, 7 de dezembro de 1947, p.3.

MONT’ALEGRE, Omer. Memórias de um Concurso de Romances. *Jornal Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1940, p.7.

O ESTADO DO PARÁ. Magalhães Barata (entrevista com o Interventor Federal). Edição de 1 de janeiro de 1931. Hemeroteca do Centro Cultural Tancredo Neves – CENTUR-Pará.

Cartas

CARVALHO, Araceia Souza Guimarães. *Carta ao Sr. Dalcídio Jurandir*. [Marajó], 08 de fevereiro de 1931. Acervo da casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

COELHO, Machado. *Carta ao amigo Dalcídio Jurandir*. Belém, 01 de dezembro de 1937. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

FLORES, Jaques. *Carta ao amigo Dalcídio Jurandir*. Belém, 23 de novembro de 1944. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

FREIRE, Guiomarina. *Carta enviada a Dalcídio Jurandir*. Belém, 15 de novembro de 1937.

JURANDIR, Dalcídio. Carta a Guiomarina Freire. Baquiá/Gurupá, 29 de janeiro de 1931. Acervo da casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

_____. *Carta a Guiomarina Freire*. Belém, 1937. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

_____. *Carta a Guiomarina Freire*. Rio de Janeiro, fevereiro de 1942. Fundação Casa de Rui Barbosa, acervo 2, Dalcídio Jornalista.

_____. Carta ao amigo Nunes Pereira (Carta I). Santarém, Pará, 1940.

_____. Carta ao amigo Nunes Pereira (Carta I). Santarém, Pará, 1940. In: NUNES, Paulo. *Cartas Amazônicas...*, 2004.

_____. Carta ao amigo Nunes Pereira (Carta VI). In: NUNES, Paulo. *Cartas Amazônicas, a correspondência de Dalcídio Jurandir a Nunes Pereira [1940/1950?]*. Recolha de Selda Vale. Belo Horizonte, 16 de junho de 2004.

_____. *Carta ao amigo Ribamar [Moura]*. Interior do Estado, 1932. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir – CR 03, incompleto.

_____. *Carta enviada a esposa Guiomarina Freire, em 1937*. Fundação Casa de Rui Barbosa. Acervo “Dalcídio Jurandir assuntos diversos”.

_____. *Cartas do amigo Ribamar [Moura]*. S/d; 1929; 1932. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

_____. *Carta ao amigo Nunes Pereira (Carta VII)*. Rio de Janeiro, Laranjeiras, 1941?. In: NUNES, Paulo. *Cartas Amazônicas...*, 2004.

MOURA, Ribamar de. *Carta a Dalcídio Jurandir*. Belém – 22 de março de 1930. Acervo da casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

_____. *Carta ao Amigo Dalcídio Jurandir*. Breves, PA, 17 de janeiro de 1932.

_____. *Carta ao amigo Dalcídio*. Belém, 18 de março de 1931. Acervo da casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

_____. *Carta a Dalcídio Jurandir*. Belém, 21 de fevereiro de 1930; 22 de março de 1930; acervo da casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

_____. *Carta ao amigo Dalcídio*. Salinas-Pará, 22 de março de 1937.

NUNES, Paulo. *Cartas Amazônicas, a correspondência de Dalcídio Jurandir a Nunes Pereira [1940/1950?]*. Recolha de Selda Vale. Belo Horizonte, 16 de junho de 2004.

RAMOS, Flaviano. *Carta de resposta ao irmão Dalcídio*. Cachoeira do Arari, 12 de janeiro de 1929. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

RAMOS, Margarida. *Carta enviada a Dalcídio Jurandir*. Cachoeira, agosto de 1927. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

Legislação, normativas

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Diretoria de Instrução Primária. Série Ofícios e Atestados. Escola Elementar de Muaná, Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, fevereiro e julho de 1918; 1920; 1921.

BOLETIM DO JULGAMENTO DO EXAME DE GEOGRAFIA – 17 de dezembro de 1925.

BOLETIM DO JULGAMENTO DO EXAME EM INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA - 18, 21 de dezembro de 1925.

BRASIL. Constituição Federal de 1937. Coleção Constituições Brasileiras, v.4. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012.

BRASIL. Decreto nº 162, de 12 de dezembro de 1890. Coleção Leis do Senado. Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, 11 de dezembro de 1890.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.275 que estipula a criação do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP. 17 de abril de 1942.

DECRETO-LEI n. 1915 de 27 de dezembro de 1939. Departamento Oficial de Propaganda e Departamento Oficial de Propaganda e Difusão Cultural.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto-lei nº 1.713, de 28 de outubro de 1939 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Seção 1, 1 de novembro de 1939.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Lei nº 284 de 28 de outubro de 1936 (Lei do reajustamento). Seção 1. Suplemento de 30/10/1936, página 01.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ/SECRETARIA GERAL DO ESTADO. Apostila. 8 de janeiro de 1939. Fundação Casa de Rui Barbosa. Acervo “Dalcídio Jurandir – Documentos Pessoais”.

JURANDIR, Dalcídio. *Certidão de casamento*. Belém, 17 de dezembro de 1946. Acervo DJ - PIT, Fundação Casa de Rui Barbosa.

JURANDIR, Dalcídio. *Certificado de nomeação de DJ para o cargo de auxiliar do gabinete da Interventoria - PA*. Acervo DJ – PIT. Fundação Casa de Rui Barbosa.

JURANDIR, Dalcídio. *Certificado de Reservista*. Belém, 26 de janeiro de 1935. Acervo DJ - PIT, Documento pessoal. Fundação Casa de Rui Barbosa.

JURANDIR, Dalcídio. *Portaria n.6 de 15/01/1940*. Acervo DJ - PIT, Documento pessoal. Casa de Rui Barbosa.

JURANDIR, Dalcídio. *Portaria n.89 de 1/03/1941*. Acervo DJ - PIT, Documento pessoal. Casa de Rui Barbosa.

JURANDIR, Dalcídio. *Promoção a 1º oficial da Diretoria de Educação e Cultura*. 30 de maio de 1933. Acervo DJ - PIT, Fundação Casa de Rui Barbosa.

PARÁ. Decreto n. 235 de 26 de março de 1931.

PARÁ. Decreto nº 625 de 2 de janeiro de 1899 que reorganiza o Ensino Primário do Estado. In. *Atos e Decisões do Governo de 1889*. Imprensa Oficial: Belém, 1901.

PARÁ. Lei n.324, de 6 de julho de 1895. Coleção das Leis estaduais, 1900, p.323-4.

REGISTRO DE MEDIDAS. Secretaria do Gymnasio Paes de Carvalho. Belém do Pará, 1924;1925.

TERMO DE MATRÍCULA DO PRIMEIRO ANNO. Secretaria do Gymnasio Paes de Carvalho. Belém do Pará, 31 de março de 1925.

Boletins, relatórios e documentos diversos

ALBUQUERQUE, Antônio Paul. *Origens das Fazendas no Marajó*. Documentos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPa, 2011.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Breve descrição da Vila de Gurupá e Magagão*. Pará, 1842.

BASTOS, Nilo Chaves de Brito. *Educação Sanitária no Brasil (Crítica)*. Tese apresentada no seminário da cadeira. Arquivos da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, v. 4, n.2, 1950.

BOLETIM DO S.E.S.P (Serviço Especial de Saúde Pública do Ministério da Educação e Saúde). Edições de Jul (n.24); ago (.25); set (n.26); out (n.27); nov (n.28); dez (n.29) de 1945. Casa de Oswaldo Cruz – Biblioteca da Extensão.

BOLETIM DO S.E.S.P. Serviço Especial de Saúde Pública do Ministério da Educação e Saúde. Sobre Maria Pernilonga. Nº 24 julho de 1945, p.1-3. Casa de Oswaldo Cruz. Biblioteca da Extensão.

CHAVES, Ernani. *No "Dia do/a professor/a", o encontro entre minha mãe, a Profa. Zezé, e Dalcídio Jurandir*. Belém, 2015.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO I.C.B.D.E, 1945 (manuscrito). Arquivo Astrojildo Pereira – CEDEM-UNESP.

Departamento de Imprensa e Propaganda. *A era Vargas* – CPDOC: Dossiês, 1937-1945.

FERNANDES, Florestan. *Entrevista em Trans/Form/Ação*. n.2, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Anuário Estatístico do Brasil. Ano VI, 1941-1945. Rio de Janeiro, 1946.

Instituto de Assuntos Interamericanos. Walt Disney Productions. *Uncinariose (Opilação)*. Slide sound, 1942. Preto e branco, 16mm. Duração: 10min 16s. Acervo da ARCA-Fiocruz.

Intelectuais reunidos no I Congresso Brasileiro de Escritores, em 1945. Discurso de Sergio Milliet, 1945 (Imagem). Fonte: Acervo do CPDOC – Portal FGV.

JURANDIR, Dalcídio. A Experiência dos ‘Slide Sounds’ na Amazônia II. In: *BOLETIM DO S.E.S.P* (Serviço Especial de Saúde Pública do Ministério da Educação e Saúde). nº 25 agosto de 1945, p.10. Casa de Oswaldo Cruz – Biblioteca da Extensão.

_____. A Experiência dos Slide Sounds na Amazônia; O Rádio e o Cinema na Educação Sanitária; O teste decisivo; Viagem ao Pará; Personagens populares; Cametá, a velha cidade Tocantina; Os filmes são projetados num trapiche; Em Gurupá - A Festa da Vitória no Rio Mojú. *BOLETIM DO S.E.S.P* (Serviço Especial de Saúde Pública do Ministério da Educação e Saúde). nº 24 julho de 1945, p.1-3. Casa de Oswaldo Cruz – Biblioteca da Extensão.

_____. *Cantiga dos Negros Cativos* – Banzo de negros. Partitura musical. melodia afro-brasileira. Belém, 6 de março de 1937. 4 fls. Acervo DJ - PI, Fundação Casa de Rui Barbosa.

_____. *Certidão de Casamento*. Belém, 17 de dezembro de 1946. Acervo DJ – PIT, Fundação Casa Rui Barbosa.

_____. *Diversos do Pai de Dalcídio Jurandir* – 2 tiras de papel manuscritas – s.d. Acervo DJ - Documentos diversos. Fundação Casa de Rui Barbosa.

_____. *Folha de caderno grande, cortada ao meio, com o final de Chove nos campos de Cachoeira*, registrando em 10 de janeiro de 1931, Gurupá, Pará. Casa de Rui de Barbosa, acervo Dalcídio Jurandir – P.I.

_____. *Palavras em um diário*, datado de outubro de 1932. Casa de Rui Barbosa, acervo: Dalcídio Jurandir poeta.

_____. Parecer sobre a Tese A democratização da cultura por meio das bibliotecas populares. 3ª seção plenária. 24 de janeiro. Centro do Professorado Paulista. In: Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. *Anais...*, 1945, p.67-8.

_____. *Relatório [matrícula geral de 203 alunos de um curso preliminar]*. Salvaterra(?). 2fls. Manuscrito: Português. 1939. Casa de Rui Barbosa, acervo DJ- PI.

_____; PEREIRA, Astrojildo. Liquidação do Analfabetismo (Tese). In: Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. *Anais*. São Paulo, 1945, p.280-283.

PIRAJÁ, Nair Miranda; LORENA, Carmen. A Democratização da Cultura por meio das bibliotecas ambulantes (tese). In: Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. *Anais*. São Paulo, 1945, p.314-318.

Programa de Educação Sanitária. *Relatório do Serviço Especial de Saúde Pública*. Ao Exmo. Sr. Ministro da Educação. Abril, maio e junho de 1945. Casa de Oswaldo Cruz, setor de Documentação e Arquivo - Extensão.

Regulamento Interno do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. *Anais*. São Paulo, 1945.

Revista do Serviço Especial de Saúde Pública. Tomo II, julho de 1949.

RODRIGUES, Adelpha Silva. *Desenvolvimento da Biblioteconomia em São Paulo* (Conferência). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

Site: www.dalcidiojurandir.com.br

VIANA, Arthur. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*. Tomo III. Pará, 1904.

_____. *Catálogo Nominal dos Posseiros de Sesmarias e das Festas Populares no Pará*. s/d.